Relatório Sobre os Trabalhos da Comissão Municipal dos ODS no Município de São Paulo
1º semestre de 2021

CIDADE DE SÃO PAULO

Índice:

1.Apresentação.....03
2. O trabalho do semestre.....06
3. Anexos.....10
3.1 – Memórias das reuniões.....11
3.2 – Planos de trabalhos das Câmaras Temáticas para Construção do Plano de Ações da Agenda 2030.....59

Voltar ao Índice

Apresentação:

Este relatório foi organizado com o objetivo de compartilhar com a equipe técnica da SVMA o processo de trabalho realizado pela Comissão Municipal dos ODS no município de São Paulo no primeiro semestre de 2021.
O ano de 2021 tem seu início com as marcas de um novo governo no município de São Paulo, esta nova configuração também afetou a Comissão Municipal da Agenda 2030, por meio do DECRETO Nº 60.166, DE 7 DE ABRIL DE 2021, que determina a condução dos trabalhos passe a ser feita pela presidência da Comissão, na figura da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a Diretoria Executiva passe a ser exercida pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Secretaria do Governo Municipal e a Secretaria Executiva segue no exercício regido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
Neste semestre, as principais metas de trabalho da Comissão eram:
1) A publicação da Agenda Municipal 2030, aprovada em dezembro de 2020, que ocorreu no dia 31/05;
2) Iniciar a elaboração do Plano de Ação da Agenda, criando uma metodologia e um calendário de trabalhos;
3) Dar início aos trabalhos;
Importante ressaltar que o Plano de Ação da Agenda para o período 2021-2024 será o instrumento responsável pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no município, propondo estratégias, instrumentos, ações e programas a serem realizados neste quadriênio.

A cronologia dos pontos mais relevantes dos trabalhos neste período:

Datas	Etapas	Observações

Janeiro	- Organização do processo para 2021. Oficialização na SVMA das responsabilidades em relação a Sec Executiva da Comissão, que eram até este momento dividias entre CGC e UMAPAZ passam a ser responsabilidade do Gab, da UMAPAZ.	- Meire Aparecida Fonseca de Abreu passa a ser suplente oficial de Giovana B de Souza na comissão.
Fevereiro	- Cancelamento da primeira reunião da Comissão a pedido da secretaria Vivian Satiro	
Março	- Organização dos processos internos como termos de posses de novos técnicos do Governo que passam a compor a comissão; - Solicitação da UMAPAZ para a vinda da Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental Thaís Briieanezi para compor a equipe da Sec. Executiva da Comissão ODS	

Abril	- 1ª Reunião 08/04 Apresentação do novo modelo de composição e governança da Comissão Municipal de ODS - 2ª Reunião extraordinária: Aprovação do calendário 2021 revisto e debate sobre contribuições do Programa de Metas 2021 - 2024	
Maio	- 3ª Reunião - Aprovação do regimento e das Câmaras Temáticas 31/05 – Publicação da Agenda 2030 Municipal de São Paulo	No dia 24/05 - Vinda da Técnica Thaís Brieanezi para SVMA/UMAPAZ
Junho	- 4ª Reunião - 24/06 Aprovação do Plano de Trabalho das Câmaras Temáticas e da metodologia do Plano de Ação	

Voltar ao Índice

O trabalho do semestre:

Janeiro:
O mês de janeiro foi marcado pela organização interna referentes a trâmites dos termos de posse dos membros da Comissão que por motivos de troca de governo precisaram ser substituídos. Acompanhamento da transcrição da ata da reunião de 17 dezembro.
Neste mês, também aconteceu a publicação do nome da coordenadora da UMAPAZ – Meire Aparecida Fonseca de Abreu como suplente oficial na Comissão Municipal dos ODS.
Em relação à organização dos processos de trabalho da SVMA na Secretaria Executiva da Comissão, houve uma reunião com o chefe de gabinete da SVMA Rodrigo Ravena, com a participação da Coordenadora da UMAPAZ – Meire Aparecida Fonseca de Abreu e a técnica que acompanha os trabalhos da Comissão dos ODS – Giovana Barbosa de Souza e a Coordenadora da divisão DIA – Vivian Prado, onde foi decidido que toda a responsabilidade pelos trabalhos para a Secretaria Executiva da Comissão ficarão locados no Gabinete da UMAPAZ; até então, a condução destes trabalhos eram divididos pela equipe UMAPAZ e CGC. A nova organização foi pensada de forma para a possibilitar mais agilidade e potência na condução dos trabalhos.

Fevereiro:
No mês de fevereiro, ainda foi marcado pela troca de funcionários do poder público que eram membro da Comissão.
A reunião com a Comissão estava agendada para o dia 25 de fevereiro, mas a pedido da secretária Vivian Satiro ficou para o dia 08 de abril.

Março:
Seguiriam as organizações dos processos internos, como termos de posses de novos técnicos do governo que passam a compor a comissão, e tiveram inícios os preparativos para a retomada dos trabalhos da Comissão Municipal da Agenda 2030. Neste sentido, a UMAPAZ dá início para a articulação da vinda da técnica Thaís Briaenezi (Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental) que se encontrava localizada na SME – Secretaria Municipal de Educação para fortalecer o time na gestão, e condução dos trabalhos da casa e na Comissão Municipal.

Abril:
Com as mudanças na composição dos cargos públicos decorrente da nova composição da gestão municipal, houve uma alteração no regimento interno da Comissão, oficializada por meio do DECRETO Nº 60.166, DE 7 DE ABRIL DE 2021, que determina a condução dos trabalhos passe a ser feita pela presidência da Comissão na figura da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a Diretoria Executiva passe a ser exercida pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Secretaria do Governo Municipal e a Secretaria Executiva segue no exercício regido pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
No dia 08/04, às 15h por meio da plataforma Tteams se realiza a primeira reunião desta Comissão em 2021, com a apresentação do novo decreto alterando a configuração da condução dos trabalhos.
Pauta:
1- Aprovação da Ata da reunião do dia 17/12;
2- Informa sobre a alteração da governança da Comissão Municipal dos ODS;
3- Revisão do calendário de reuniões 2021;
4- Apresentação do programa de Metas.
Como foi a primeira reunião do ano, com a alteração da governança da Comissão Municipal dos ODS, o plenário sugeriu uma nova reunião extraordinária ainda no mês de abril. Uma das demandas trazidas pela plenária foi a divulgação oficial do documento da Agenda 2030, aprovado na reunião de 17/12/20.
Diante desse pedido, foi acordado que seria realizada uma revisão para a então publicação do documento, esta revisão ficou como responsabilidade do gabinete da Secretaria de Relações Internacionais.

No dia 22 de abril, aconteceu a segunda reunião da Comissão Municipal dos ODS com a seguinte pauta:
Pauta:
Aprovação do calendário 2021 revisto;
Debate de contribuições ao Programa de Metas 2021-2024.

Nesta reunião foi aprovado o calendário de trabalhos para o ano de 2021 e foi acordado que o trabalho para a criação do Plano de Ações seria

Maio:
No dia 20 de maio as 15h por meio da plataforma Teams, aconteceu a 3ª Reunião da Comissão Municipal dos ODS.

Pauta:

Apreciação da Ata do dia 08/04/2021;
Publicização da Agenda Municipal 2030;
Aprovação do Regimento Interno revisto;

Aprovação da metodologia do Plano de Ação ODS;
Aprovação das Câmaras Temáticas.
Nesta reunião ficou decidido que a publicação da Agenda Municipal 2030 seria no dia 31 de maio.
No dia 24 de maio a SVMA/UMAPAZ recebeu a chegada da colaboradora Thais Brieanezi, que passou a fazer parte do grupo que atua na organização dos trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão Municipal dos ODS.

Junho:
No dia 24 de junho as 15h por meio da plataforma Teams, foi realizada a 4ª reunião da Comissão Municipal de 2021.
Pauta:
Aprovação dos planos de trabalho das Câmaras Temáticas (SGM);
Apresentação da estrutura do Plano de Ação 2021 – 2014 (SGM);
Apresentação do desenho da virada ODS 2022 (SMRI);
Debate da proposta de termos para recebermos convidados nas reuniões da Comissão (SMRI).

Foi aprovado o seguinte plano de trabalho:

Câmaras Temáticas	Periodicidade	Dia fixo de reuniões
SP Sustentável	semanal	quartas-feiras (15h-17h)
SP Segura, Bem Cuidada e Ágil	semanal	terças-feiras (15h-17h)
Saúde e Bem Estar	quinzenal	quartas-feiras (11h-13h)
Educacional	quinzenal	sextas-feiras (10h-12h)
SP Justa e Inclusiva	semanal	quintas-feiras (14h30-16h)
SP Eficiente, Inovadora e Criativa	semanal	sextas-feiras (11h-13h)

Cada Câmara Temática deverá:
1. Selecionar do conjunto de metas da Agenda Municipal 2030 que lhe foram atribuídas, aquelas que serão diretamente impactadas pelas ações previstas no
Programa de Metas 2021-2024 e no Plano Plurianual 2022-2025.

2. Para cada uma destas metas da Agenda Municipal 2030, identificadas, preencher o "Formulário das Ações" visando explicitar a correlação entre os instrumentos e detalhar o quadro de ações a serem implementadas.
3- Apontar a Vinculação com o Programa de Metas 2021-2024:
Indicação da Meta do Programa de Metas 2021-2024 que se relaciona diretamente com a respectiva meta da Agenda Municipal 2030.
4- Apontar a Vinculação com o Plano Plurianual 2022-2025:
Indicação do Programa e do Objetivo Estratégico do Plano Plurianual 2022-2025 que se relacionam diretamente com a respectiva meta da Agenda Municipal 2030.
Foram apresentados modelos previamente organizados com os exemplos de aplicação da metodologia proposta.
E por fim foi aprovado o seguinte cronograma de trabalho:

Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030

31 de Maio	24 de Junho	12 de Agosto	23 de Setembro	14 de Outubro	9 Dezembro
Publicação da Agenda Municipal 2030	Aprovação dos Planos de Trabalho	Aprovar proposta mínima de conteúdo para o Plano de Ação (correlação PdM)	Aprovar proposta adicional de conteúdo para o Plano de Ação (correlação PPA	Devolutiva da validação dos Gabinetes e divulgação da Consulta Pública (16 a 31 de outubro)	Proposta final do Plano de Ação Pós Consulta

Encaminhamentos: até dia 04/08 (quarta-feira)
Os coordenadores das Câmaras Temáticas deverão encaminhar suas respectivas planilhas preenchidas com as metas da Agenda Municipal 2030 que foram correlacionadas com o Programa de Metas 2021-2024 para o e-mail sp.ods@prefeitura.sp.gov.br.SGM irá sistematizar e SVMA enviará ao Plenário no dia 05/08

Voltar ao Índice

Anexos:

1. **Memória da reunião de 17/12 /20;**
2. **Memória da reunião de 08/04;**
3. **Memória da reunião de 22/04;**
4. **Memória da reunião de 20/05;**
5. **Memória da reunião de 24/06;**

Segue os planos de trabalhos das Câmaras Temáticas

Voltar ao Índice

Memorias das reuniões:

Ata

7ª Reunião do Plenário 2020.

Comissão Municipal ODS

I - Dia, hora e local da reunião;

No dia 17 de dezembro de 2020, às 14h, foi realizada por meio do Microsoft Teams - Plenária da Comissão Municipal ODS.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

Seg 1- Tíular – Liga Soliária – Marlene Ferreira da Rocha;
Seg 1- Suplenete – OAB – Thais Maria Leonel do Carmo;
Seg 1- Titular - Ciclocidade - Associação dos Ciclistas Urbanos de SP- Jaqueline David;
Seg 1- Titular – Fund Abrinq - Jucilene Leite da Rocha;
Seg 2- Titular – Instito Cidades Sustentaveis – Jorge Luiz Numa Abrahão;
Seg 2- Suplente - Instituto Akatu, - Denise Conselheiro;
Seg 2- Títular - Instituto de Arquitetos do Brasil- Kaísa Isabel da Silva Santos;
Seg 2- Suplente – Eccaplan consultoria em Desen. - Mariana de Freitas Teles Noguti;
Seg 2- Suplente – UEE-SP - Ergon Culer de Moraes Silva
Seg 3- UNIFESP – Zysman Neiman
Seg 3- USP - Denise Crocce Romano Espinosa

Estavam presentes representantes dos seguintes órgãos do Poder Público:

Gabinete do Prefeito – Coordenadoria de Relações Internacionais , representada por Marina Morais de Andrade (titular) e Wagner Luiz Taques da

Rocha (suplente).

Secretaria de Governo Municipal, representada por Alexis Galias de Souza Vargas (titular), e Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente).

Secretaria Municiapal de Saúde, representada por Estevao Nicolau Rabbi dos Santos (titular)

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada por César Tadeu Costa Coelho (suplente).

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada por João Paulo de Brito Grecco (suplente).

Secretaria Municipal de Educação, representada por Claudia Abrahão Hamada (titular) e Clodoaldo Gomes Alencar Júnior (suplente).

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Giovana Barboza de Souza (titular);

Esta reunião contou com a presença dos coordenadores das câmaras temáticas – alguns deste membros já citados acima, outros não compõem oficialmente esta comissão, mas vieram especialmente para contribuir com a apresentação de seus trabalhos em respeito à pauta.

1. CT Sociais - Tomás Magalhães Andreetta (SMADS);
2. CT Educacionais -Thaís Brianezi Ng (SME);
3. CT Urbanas - Zoraide Amarante Itapura de Miranda (SMDU);
4. CT Econômicas - Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti (Eccaplan);
5. CT de Saúde e Bem-Estar - Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (SMS);
6. CT Ambientais - Vivian Prado de Oliveira (SVMA);
7. CT de Fortalecimento Institucional - Alexis Galias de Souza Vargas (SGM).

Também estiveram presentes nesta reunião:
Anna Marco, Artur Junqueira Lascala, Meire de Abreu Fonsceca, Aline Lis, Ramos Ferreira, Viviane Canecchio Ferrerinho; Daniel Garcia, John E. Tatton, Elaine dos Santos,

III- Pauta desta reunião:
1. Calendário das reuniões desta Comissão para 2021:
2. Aprovação do documento da Agenda 2030 produzida pelos grupos de trabalho que estavam divididos nas câmaras temáticas;

TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL ODS

Realizada em 17/12/2020

Gravada por Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh Organizada por Agne Fabri Sanmarco

Alexis - Audacioso estamos cumprindo com ele aqui com poucos ajustes no estamos chegando aqui agora 17 de dezembro a nossa reunião mais importante. Passou o slide por favor. O que a gente vai discutir a agenda de hoje, primeiro começar apreciando a ata da reunião do dia 6/11 né do mês passado, alguns informes e aí o ponto mais essencial dessa reunião apreciação da agenda Municipal 2030, com que agora a comissão a plenária vai deliberar sobre a proposta das sete câmeras temáticas. A gente começa aí pela sociais, passa pra saúde e bem-estar econômicas e educacionais, fortalecimento institucional, urbanas e ambientais, por fim a gente discutir um pouco aí o calendário de 2021, uma proposta de calendário. Vamos lá começar pela prestação da ata da plenária, a ata foi encaminhada para todos se alguém, tiver alguma comentário algum ponto aí para alterar a ata peço que se manifeste. Tô vendo aqui, acho que a Giovana levantou a mão.

Giovana - Eu só queria compartilhar que a gente recebeu a contribuição da Zoraide, então e foi a única contribuição que a gente recebeu até agora e ela será incorporada.

Alexis - Temos mais alguma contribuição ou estão todos de acordo? Se ninguém se manifestou, então estamos todos de acordo e podemos seguir a nossa reunião. Um dos informes que temos a sobre a atualização do Decreto, porque atualização de Decreto, acho que a gente já comentou isso aqui o Decreto previa apenas a elaboração do plano de ação. E a gente optou por fazer a agenda Municipal 2030, quer dizer o trabalho que a gente fez neste semestre colocando aí as metas para o município até 2030, municipalizando as metas e a cada gestão tem que apresentar um plano de ação. Plano de ações, ações concretas serão feitas para melhorar essas indicadores e caminhar no sentido de atingir a meta. Então agenda Municipal ela é perene até 2030, claro tem espaço para ser revista mas é um documento que aprovado agora é o mesmo documento até 2030 salvo revisões, e plano de ação ele tem uma duração apenas de quatro anos,

cada gestão tem que apresentar um plano de ação. Fundamentalmente é essa a alteração do decreto, infelizmente não saiu antes mas, por favor volta um slide, mas o a minuta do decreto já está tramitando interno aqui na prefeitura, o secretário de governo inclusive já assinou, então falta colher a assinatura pra Casa Civil, Secretaria de Justiça e aí o Prefeito assina. Então só para um informe para mostrar que tá no trâmite aqui vai como validar esse documento aqui que a gente está deliberando sobre o qual a gente está deliberando hoje. Vamos lá, próximo por favor.
Em relação ao ano que vem o calendário né então, o Prefeito toma posse 1ºde Janeiro, ele tem 90 dias para publicar uma primeira versão do plano de metas que está na lei orgânica artigo
69-A, a partir desse momento que ele pública essa primeira versão que ele elabora em 90 dias, ou seja, final de março, começa um período de audiências públicas plano de metas tem que passar para audiências públicas todas as regiões da cidade, e mais audiências publicas temáticas, então tem um período razoável ainda de debate com a população, consulta pública para depois voltar, ajustar, aceitar ou recusar com isso fechar um final do programa de metas.
Estima-se aí que possa se passar mais 90 dias pode ser até que seja antes, nós temos é o plano de ação das prefeituras e a partir deste ano de 2020 aqui em diante agora toda a gestão também tem que apresentar um plano de ação das subprefeitura é instrumento previsto no plano diretor ainda não tinha sido feito. A partir de agora ele passa a ser é feito a cada início de gestão. E a previsão é que ele seja feita aí também 90 dias após o programa de metas, e a nossa proposta aqui também o plano de ação da implementação da agenda Municipal 2030 seja feito nesse mesmo período, mais 90 dias após a publicação da primeira versão do programa de metas.
Enquanto faz o processo de consulta pública de ajustes vai se fazer um plano de ação e ao final tem uma versão final do programa de metas, plano de ação da subprefeitura e o plano de ação de implementação da agenda Municipal 2030. Essa é a proposta desse 180 dias a 180 dias do começo do ano, não é 180 dias depois dos 90 é o total. Ou seja, estamos falando aí para Junho,
estamos falando de 6 meses do início do governo ter todos esses instrumentos de planejamento aprovados. É bastante coisa a gente, é o programa de metas, é o plano de ação das subprefeituras é o plano de ação de implementação da agenda 2030. Não é simples não é fácil mas é factível. Além disso nesse período das audiências públicas é importante lembrar também feito audiência publica, ela serve tanto para o planejamento de metas quanto para o PPA , para o projeto de lei orçamentária anual também e o plano de ação da Subprefeituras, é uma inovação também é um decreto de 2019 e que orientou as audiências públicas relativas aos instrumentos de planejamento para que eles sejam convergentes, senão eu

faço um processo de audiência pública para discutir o plano de metas, outra para discutir a lei orçamentaria e outra para o PPA outro para a LDO, de outro plano de ação de subprefeituras, então a ideia é convergir estas instrumentos se não cada vez que eu consulto a população, eu ouço uma resposta e eu fico com várias respostas que as coisas não se conversam entre si. Então esse projeto convergiu os instrumentos de planejamento e o processo de participação que permeia com a construção de todos esses instrumentos. Essa que é a proposta que a gente deixa, a regulamentação do Decreto aponta nesse sentido né 90 dias após programa de metas. Então esse é o cronograma que deve ocorrer aí no ano que vem na próxima gestão. Vamos para o próximo. Mais alguns informes, falos falar de mais alguns informes seguindo a mesma linha mas não essa aqui é o momento da gente vê o tanto que, oi o Jorge tudo bom?

Jorge - Tudo e você. Deixa eu só fazer uma observação do slide anterior, ou você prefere.

Alexis - Volta o slide por favor, obrigada, fala Jorge.

Jorge - Primeiro lugar eu acho que tá bem legal digamos assim a proposta coisas digamos assim que são secundárias mas podem ser importantes. Esses 180 dias que aparece aí eu acho que a gente deveria corrigir para 90 ou a gente faz uma barra desde o começo só para sociedade entender isso ou a gente mesmo não ter dúvidas em relação a isso eu sei que tá escrito ali embaixo abril-junho, mas eu acho que graficamente tá legal mas a gente deveria corrigir porque senão pode dar impressão que é mais 180 Dias, e como você disse é para acabar em 180 dias do início e isso pode induzir ao erro, isso é uma questão. Eu acho que vale a pena só dar uma corrigida nisso, eu acho que uma coisa que seria importante eu não sei se vai se falar logo a seguir Alexis nesse sentido, mas esse caminho é sua relação com o programa de metas que você já deixou claro mas era muito importante a gente pensar também a partir desse processo todo que tá se dando nesse 180 dias a questão de como nós vamos estar monitorando esse processo. E aí eu acho que entrou um assunto importante para a gente estar pensando juntos também porque todo esse trabalho ele vai fazer sentido e cada vez mais ele faz sentido se a gente como sociedade, governo, consegui tá trocando e tem uns dados que a gente possa estar acompanhando. Então eu só diria sim eu acho que colocar o monitoramento os dados abertos essa questão toda o Planeja Sampa como é que a gente vai estar organizando isso de uma maneira em que essa transparência fique claro eu acho que só vai valorizar todo esse nosso processo.

Alexis - Então o que vai ter aqui mais para frente, a gente vai mostrar que

proposta de reunião desta comissão que a gente tem para o ano que vem, e isso encaixando com esse processo aqui de construção de processo de planejamento, então para gente chegar lá a gente retoma isso olhando para esse calendário. Pode ser? Porque a ideia é que a comissão primeiro ponto, é a comissão que faz a proposta de plano de ação né a comissão aprova uma proposta de plano de ação que encaminha para o prefeito. Então ela não é só que ela acompanha ela é a protagonista desse processo a elaboração do plano de ação, mas ela precisa estar acompanhando a elaboração do programa de metas e por isso que a gente propôs uma reunião em fevereiro já já da comissão para mostrar em que pé tá o programa de metas, quais são os próximos passos que já tem construído o que entre em consulta pública, até já puxamos e slide sobre essa proposta de reuniões para poder responder o seu questionamento. Essa comissão deve ser a cada 3 meses a nossa proposta que a primeira reunião seja ao final de fevereiro porque, durante janeiro e fevereiro vai estar se elaborando aqui o programa de metas, ele ainda não vai estar pronto mas já poder ser mostrado para a comissão em que pé ele está, quais serão os próximos passos que forma ele tá tomando para que daí depois quando ele estiver pronto a comissão já esteja
participando e começando elaborar o plano de ação que deve convergir com ele né deve poder influenciar no programa de metas as propostas da comissão e ao mesmo tempo deve receber seus insumos né algo para ser feito de uma forma integrada, por isso a proposta de reunião em fevereiro. Aí depois vai de 3 em 3 meses a discussão do plano de ação aí aprovar ele em agosto, então aí depois 25 de Novembro a reunião de acompanhamento. É uma proposta aqui a gente pode tar aqui aberto a discussão, a ideia é que o processo de elaboração do programa de metas que é um processo intenso de planejamento de começo de gestão, tenha uma integração com o processo de elaboração aqui do plano de ação da agenda Municipal 2030, e pensamos aqui a princípio neste modelo aí aberto para gente discutir aqui, ouvir oque que vocês acham.

Jorge - Dá minha parte ok.

Alexis - Beleza, então tá bom. Então vamos retomar lá, estávamos aqui então entrando nesse slide é importante a gente olhar que o trabalho que a gente teve nesse período a gente começou aqui o trabalho essa comissão tomou posse em 24 de julho, instituímos a comissão respeitando qualidade dele é todos que participaram dos debates dali. Montamos as sete câmaras temáticas com isso passando até 120 membros participando aqui de todas as câmeras e participando da elaboração dessa agenda Municipal. Foram mais de 90 reuniões neste período, né mais de 200 horas de trabalho durante cinco meses e foi também colocada em consulta pública esse

cronograma e ritmo da consulta pública foi definida aqui também pela comissão né a gente debater isso bastante ali no comecinho. Tivemos 8.606 contribuições na consulta pública é importante a gente vê se a comissão Municipal desse números para vermos aqui o quanto nosso esforço quanto a gente, todos nós aqui agora em especial um agradecimento aqui a Gabriela e a Ana, se teve todo esse volume de reuniões, foram aí pera aí volta por favor mais de 90 reuniões elas participaram de todas, participaram de todas as 90 reuniões, discutiram com 120 membros, elaboraram a analise e a participação das 8.606 contribuições, é um trabalho hercúleo de toda a comissão mas em especial reconhecimento aqui para essas duas meninas de ouro aí que trabalharam muito para que a gente chegasse nesse momento aqui.
Ainda no campo dos informes as devolutivas da consulta pública considerando a consulta pública do bloco 1 e do bloco 2, 83,3% de interações para manter as propostas, de todas essas interações das 8.606 contribuições que recebemos, 83% era que mantivesse a proposta que a comissão elaborou, mostrando ai uma ampla aceitação do trabalho que foi apresentado em consulta pública. E das sugestões de alteração que são 1.124 sejam para incluir, alterar, a gente a comissão processou todas as versões 1.124 e acatou 345 é 30% do que foi sugerido foi incorporado de fato ao texto. Então boa parte das interações são de aprovação ao trabalho feito e das sugestões de inclusão alteração e ainda teve uma absorção de 30% de tudo que foi sugerido. Acho que são números aí bastante expressivos desse processo de consulta pública de participação que é importante a comissão ter conhecimento e que a gente faça o devido registro aqui.
E com isso agora vamos entrar no ponto central da nossa agenda de hoje o que é apreciação da agenda Municipal 2030. São 135 metas municipalizadas do total de 169 metas da ONU das metas globais, o município admitiu como 135 como sendo municipalizáveis aqui no município.
Então para São Paulo são 135 metas aqui na nossa agenda Municipal 2030, essas 135 em outras contam com 604 indicadores selecionados o documento tá aí disponível para ser consultado na já estava todo mundo aqui da comissão já pode consultar fazer sugestões e agora eu vou passar a palavra para as meninas, elas vão abrir aí o documento e vão direto nos pontos tiveram contribuições que tem questões a serem discutidas aqui como a gente já fez de outras vezes a gente vai direto aonde tem contribuição onde não tem contribuição ninguém levantou a questão a gente considera aprovada. Lembrando sempre que esse aqui é o resultado do trabalho das câmaras temáticas e fundamentalmente foram coordenados por membros dessa comissão todos da comissão quiseram participar das câmaras, quisessem participaram de quantas quisessem.
Então a gente tem aí esse trabalho foi feito com subseções aqui dessa comissão aqui agora é só a gente tá juntando tudo dando uma revisada final

é um momento da gente fazer isso agora a gente fechar essa grande entrega neste ano que agenda municipal 2030. Então por favor Gabi e Ana.

Gabi - Conforme nosso cronograma a gente começa por sociais, eu queria só confirmar.

Ana – Melhor a gente passar para saúde a Vivi ainda não conseguiu entrar .

Gabi - Era isso exatamente o que eu iria perguntar. Se a Viviane já tava aí, como a coordenadora da câmara temática ainda não está presente a gente começa então pelas sugestões feitas no documento da Câmara de temáticas de saúde e bem-estar, a gente vai passar pelo texto todo né porque tem pequenos ajustes eu vou pedir que a gente adote sempre, eu vou listar quais são os ajustes que foram feitos e eu vou considerar aprovados caso vocês não se manifestem de forma contrária. Peço só que vcs acompanhem, prestem atenção aí ao andamento né só para gente, como tem ajustes às vezes muito pontuais de questões de põe uma virgula, muda a palavra, eu vou citando e se alguém tiver algum problema, alguma questão com os ajustes sugeridos por favor levante a mão, abra o microfone se manifeste para gente poder discutir pontos específicos. A 1ª das metas da Câmara de temática de saúde e bem-estar e a meta 2.2. Estou passando aqui pela meta só para checar se teve alguma sugestão alteração de ajuste em relação aos indicadores da câmara temática de saúde e bem-estar eu acho que eles estavam bem redigidos né, importante a gente tomar cuidado na hora da redação do nome do indicador na agenda Municipal 2030 como vocês estão vendo aqui o nome do indicador vem seguido imediatamente pela fórmula de cálculo desse indicador o que facilita a compreensão do indicador neste caso. Nos casos em que só, que quando a gente vai, quando a gente disponibilizar esses novos indicadores selecionados no site do Observa Sampa o observatório de indicadores da cidade de São Paulo a forma de disponibilização nome do indicador não fica imediatamente acompanhado da fórmula de cálculo. Então a gente tem que tomar cuidado na hora que a gente tiver fazendo a leitura dos indicadores para que fique muito claro no nome do indicador exatamente o que está sendo monitorado. Então eu e a Ana né a gente fez um ajuste fino dos nomes dos indicadores que quando tiver ajuste eu vou mostrar para vocês, para vocês poderem provar que foi tudo no intuito, foi tudo como objetivo de deixar o nome do indicador o mais auto-explicativo possível. Eu cheguei aqui no primeiro comentário, um comentário da Ana, vc quer explicar?

Ana - Sim , na verdade foi uma sugestão de revisão da própria equipe da saúde e acho que é o único comentário que a gente tem o documento deles, é uma sugestão de redação de uma frase a frase original continha o texto de notificação e aí nesse caso específico de doenças DCNT não tem, doenças crônicas não transmissíveis, não tem a questão da notificação então foi essa foi a única correção feita.

Gabi - Eu esqueci que eu combinei com a Ana que a gente não vai aceitar os comentários que a gente tá trabalhando no documento paralelo, um processo de diagramação para que esse documento fique pronto para publicação. Então eu só quero então fica aberto né sendo aceito eu penso de verde não sendo aceito pinto de vermelha.

Ana - E isso não tem mais nenhuma alteração né porque já tava fechado.

Estevão – Isso é uma correção e não uma sugestão de alteração tá bom, como a gente já tinha deliberado na Câmara a gente deixou para pontuar isso aqui.

Gabi - Na realidade tem uma série dessas questões né. Inclusive eu mesma hoje revisando os nossos trabalhos no bloco 1 no bloco 2, o que a gente disse que incorporar eu percebi que tinha ficado tinha faltado alguns ajustes relativos aí as incorporações já tinham sido aprovadas pela câmara temática também vou destacar quando isso acontecer. Então se ninguém tiver nenhum comentário em relação ao documento da Câmara de temática de saúde e bem-estar ele vai ser considerado aprovado. Como a gente só tinha esse comentário e esse comentário foi só uma questão de ajuste de texto, a gente não recebeu nenhuma manifestação sobre as metas da saúde então a gente considera a proposta aprovada. Ana, a Vivi já conseguiu entrar?

Ana - Ainda não, é melhor ir pra econômicas.

Gabi - A Marina tá aí?

Estevão – Parabéns, obrigado por vocês aí eu vou ter que retirar viu bom trabalho aí para comissão.

Gabi- Marina, coordenadora da câmara de temática econômicas está aí? Boa Marina seja bem-vinda vou passar então pelos comentários eu sei que na câmera de temáticas econômicas tem um pouco mais de ajuste, são ajustes finos às vezes são informações que não estavam disponíveis naquele momento e passaram a estar disponíveis. O primeiro dos comentários em relação a fórmula de cálculo do indicador 8.1.4 a meta 8.1 ela não foi o municipalizada no sentido de que o crescimento do produto interno bruto municipal per capita fosse superior ao crescimento do PIB nacional

per capita.
Então foi feito um comentário de que essa fórmula de cálculo apesar de correta né ela não tava ainda acessível, ela não explica para a população como que é feita essa fórmula de cálculo, ela não tá muito acessível não tá muito inclusiva essa fórmula de cálculo. Vocês concordam, algém fez comentários a gente pode de repente pedir apoio aí da Secretaria da Fazenda que fez a proposta para descrever a fórmula de cálculo de forma mais concreta?
Estou guardando aí uma manifestação se vocês disseram que tudo bem a gente descrever aí com mais palavras eu peço apoio aí da Secretaria da Fazenda para poder descrever, se vocês Aprovarem esse ajuste. Então para de descrever melhor a fórmula de cálculo desse indicador de uma forma que seja um pouco mais acessível. Aqui tava faltando uma palavra então na meta 8.2 a contextualização falava de uma, promover uma cidade mais inclusiva, competitiva e sustentável no futuro, então faltava a palavra cidade então a gente incluiu a palavra cidade e agora a frase ficou com o sentido pretendido. Aqui a câmara de temáticas econômicas tinha aceitado uma sugestão da consulta pública de ampliar em vez de ir para 18% ampliar para 20% o percentual de postos formais de trabalho na cidade de São Paulo oferecido por setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento, então eu só propus o ajuste aqui porque tinha ficado faltando na proposta original enviada pela câmera de temáticas econômicas o documento que a gente enviou originalmente tinha ficado faltando essa informação de que a gente acatou uma sugestão da população de ampliar em 20% e não 18% , a gente fez uma análise na Câmara temática e achou que era factível, ousado porém factível então a gente já acatou essa sugestão do munícipe. Então eu só fiz o ajuste ali então acatando essa sugestão do munícipe. Tem mais algumas informações que foram acrescentadas eu não sei se a Mariana Correia tá por aí, da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho.

Mariana - Oi boa tarde, eu estou aqui.

Gabi - Essa sugestão fui eu que fiz naquele sentido de que a ideia é que a gente deixa o nome dos indicadores sempre claros e eu acho que uma coisa que acontece bastante a gente tem indicadores que olham para prefeitura de São Paulo e a gente tem indicadores que olham para a cidade de São Paulo, porque agenda Municipal 2030 não é uma agenda da prefeitura ela é uma agenda da cidade de São Paulo proposta e pela comissão o ODS composta por poder público e sociedade civil, então eu fiz a sugestão da gente incluir e os programas, os contratados pelo programa Jovem Aprendiz estão no município por que não são os jovens aprendizes contratados pela prefeitura de São Paulo mas sim os jovens contratados pelo programa Jovem Aprendiz do Governo Federal no município. Então esses são dados do Município de São Paulo então minha sugestão foi incluindo o nome do indicador no município para que fique claro que não são jovens contratados pela prefeitura, mas sim pela iniciativa privada na cidade de São Paulo. Lembrando né que eu tava explicando para você esse número do Observa Sampa que é o observatório de indicadores da cidade de São Paulo, que é lugar onde nossa plataforma oficial de inserção desses indicadores de monitoramento desses indicadores no Observa Sampa, o título do indicador não vem acompanhado da fórmula de cálculo diferentemente do que a gente tá fazendo aqui, aqui a gente tem título do indicador e imediatamente abaixo do título do indicador a gente já tem a fórmula de cálculo. No Observa Sampa para quem já teve a curiosidade ou para quem já teve a oportunidade de checarem as informações por lá você consegue filtrar os indicadores selecionados para o monitoramento dos ODS e você não acessa a fórmula de cálculo a não ser que vc entre no indicador, entre na ficha do indicador e aí cheque a fórmula de cálculo. Então dado isso a gente tá prezando aí para uma clareza maior na redação dos títulos dos indicadores. Marina vc sugeriu excluir uma frase, ela tava perdida aqui, foi isso?
Marina - Então Gabi eu quando eu tava fazendo a o Control C e o Control V da correção gramatical eu acabei colocando duas vezes no lugar errado então essa frase já tá em incluída no texto, acho que uma página após essa, e esse aí ficou aí um momento de enfim de internet instável, cheguei a deletar mas ela não deletou de fato.

Gabi - A Ana excluiu aqui na fórmula no comentário em cima do indicador de empregos em pesquisa e desenvolvimento científico, tava com uma informação de que o dado de 2019 não estava disponível mas como dados de 2019 pode ser preenchido, a Ana excluiu essa informação de que estava indisponível e isso vai acontecer em alguns casos né0 além da Ana outras secretarias conseguiram da semana passada quando a gente enviou esses documentos para vocês para essa semana, conseguiram revisar as informações, as vezes produzir, fazer levantamentos para gente ter a série histórica mais completa, e então em alguns casos vocês vão ver que foram acrescentados valores relacionados as séries históricas e a isso faz que a gente tem que revisar aí essa informação sobre a disponibilidade das informações. Então em alguns casos a gente tem aí que revisar, tem uma série de asteriscos né embaixo de cada uma das dos indicadores às vezes explicando porque que a gente não tem a série históricas, as vezes explicando o que que aquele indicador né tentando melhorar comunicação sobre o que que aquele indicador tá transmitindo. Aqui foi uma quando a gente tava fazendo trabalho de revisão dos indicadores eu percebi que esse indicador proposto para o monitoramento da Meta 17.11 ele tava redigido da seguinte forma: quantidade anual de participações em capacitações para inter-

nalização de empresas do município, para mim não tava claro que essas capacitações como tá registrado na fórmula de cálculo eram aquelas oferecidas pela SPIN, pela São Paulo investimentos e negócios. Então quando você olha o número esse é um esforço da prefeitura de São Paulo para capacitar as empresas para que elas possam se internacionalizar, então é um indicador aí de esforço da prefeitura para o cumprimento desta meta 17.11 então é importante explicitar no nome do indicador que as capacitações as quais a gente estava se referindo eram capacitações oferecidas pela São Paulo investimento em negócios. Porque ele tava genérico parecia que seria um indicador que capturaria informação de capacitações realizadas em geral independentemente de por quem são oferecidas infelizmente a gente não tem a capacidade de monitorar todas as capacitações oferecidas neste sentido. Marina você quer fazer algum comentário em relação ao processo de fechamento do documento eu senti que o Estevão que agradecer e dar uma fazer uma palavrinha então a gente já concluiu a revisão do documento da secretaria da Câmara de temáticas econômicas, Marina se você quiser fazer algum comentário fica à vontade.

Marina - Acho queria expressar aqui meu forte agradecimento a Mariana Barra que sustentou aí a grande maioria desse documento e você também Gabi pela força né por toda essa disponibilidade em me ajudar nessa coordenação e acho que todos da câmera, que todos foram muito essenciais para que isso acontecesse então fica meu agradecimento eu acho que é só.

Gabi - Obrigada Marina, na verdade foi um prazer ter você como coordenadora da Câmara de temáticas econômicas né, como vocês sabem como a maioria de vocês sabem e a Ana nos dividimos para acompanhar todas as câmaras temáticas, então a Ana acompanhou a câmera de temática de saúde e bem-estar e eu acompanhei a câmera de temáticas econômicas ao longo de todo processo é isso foi um prazer né a câmera de ter mais econômicas foi a única das câmaras temáticas que contou com a coordenação de uma organização da sociedade civil na figura da Marina, então né a Marina né representando a ICAPLAM fez então a coordenação dos trabalhos da Câmara de temáticas econômicas mas é claro que a gente contou bastante com apoio da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho, tanto na figura da Taís que tava lá, tanto João como a Mariana que entrou depois nós se apoiou muito tanto a elaboração a revisão final desse documento. Então obrigado aí pela oportunidade inclusive a gente ainda tá fechando né introdução para a gente conseguir publicar esse documento como uma introdução explicando aí o nosso processo de trabalho e na introdução Marina a gente mencionou explicitamente a questão de que a coordenação das câmaras temáticas foi feita, quase todas as câmaras temáticas foram coordenadas pelo poder público exceto as câmaras temáticas

econômicas que foi coordenada pela ICAPLAM, então aí ela está sendo citada aí na introdução como destaque. Se ninguém tiver mais nenhum comentário em relação ao documento da câmera de temáticas econômicas a gente considera ele aprovado e passa para próxima câmera, para o próximo documento se a Vivi não tiver aí ainda, sugiro educacionais se a Taís estiver por aí. Tais, estou te ouvindo muito baixo.

Tais - Estou sim falando mais baixo porque tô dividindo ambiente de trabalho.

Gabi - Tá bom, então aproveitando a presença da Taís. Então como vocês sabem a Taís fez o processo aí de coordenação dos trabalhos da câmara de temáticas educacionais, um processo bastante intenso e um pouco diferente das demais câmeras porque é um pouco mais remoto, é então a câmara de educacionais fez menos reuniões mas trabalhou bastante de forma remota, por meio de votações, por meio de colaboração nos documentos para aprovação aí da versão final.
Na câmera de temáticas educacionais foi onde eu percebi que alguns dos indicadores propostos pela câmara temática talvez pudessem ser mais claro sobre se eles se tratavam de rede pública e privada, se era rede pública Municipal ou rede pública em geral contando todas as redes Municipal e estadual.

Tais - Quando a gente não sabia dessa diferença de exibição no Planeja Sampa né, mas a fórmula de cálculo e Cláudia olhamos que você não alterou nada de conteúdo você só explícito no título, então estamos de acordo, a gente não sabia que tinha que detalhar tanto no titulo.

Gabi - A gente também não tinha percebido isso quando a gente fez o processo de revisão dos indicadores do total dos indicadores é que a gente percebeu que não dava para deixar o nome implícito porque a fórmula de cálculo não aparecia no mesmo lugar no Observa Sampa que aparece na agenda Municipal 2030. Eu vou passando por ele Tais só porque tem um deles em que eu fiquei com dúvida sobre esse era pública privada, então o primeiro redes pública e privada tá na forma de cálculo, o segundo também está na fórmula de cálculo, esse terceiro também no ensino fundamental Municipal tá escrito na fórmula de cálculo, aqui só um comentário de que no Observa Sampa a gente vai ter então dois indicadores né na nossa planilha de controle de indicadores eu já registrei separado, um vai ser a taxa de distorção idade ano para os anos iniciais e o outro para os

anos finais é só que na versão final a gente vai ter duas tabelas em vez de ter uma tabela só, então é realmente uma questão só de disponibilização da informação só para adequar a nossa forma de disponibilização padrão. Aqui é a mesma coisa já tava na fórmula de cálculo então é só citei no título do indicador pra que ficasse mais claro para as pessoas que vão acessar. É esse é o primeiro indicador que eu fiquei com dúvida Taís, eu queria confirmar com você que é o crianças plenamente alfabetizadas até os oito anos de idade, tá escrito lá né número de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental participantes da prova São Paulo Rede Municipal.

Tais - Isso quer dizer municipal mesmo essa prova é para rede Municipal. Escolas municipais. Ela não se aplica a rede privada.

Gabi - Municipais incluem rede pública e privadas.

Tais - Escolas municipais, escolas municipais na rede Municipal quando a gente fala rede Municipal é a rede da prefeitura RME na nossa sigla, então são escolas municipais escolas públicas da rede municipal da prefeitura Municipal Pública.

Gabi - Posso colocar rede municipal publica?

Tais - Pode parecer para mudança para quem era da área mas se vocês são de fora e não fica claro acho que se a redundância para licitar não tem problema.

Gabi - É uma redundância porque para mim rede Municipal, eu que não sou da educação para mim só rede Municipal gera para minha vida desse é municipal pública ou privada. Essa inclusão aqui, é uma inclusão que foi um erro na hora de enviar o arquivo para vocês. Esse texto desafios remanescentes desta meta a meta 4.2 ela já tinha sido aprovado pela câmara temática ele só por

um lapso não foi incluído no documento final então eu inclui ele aqui como sugestão só pra gente manter a integridade dos documentos que foram enviados para vocês, então qualquer alteração foi feita aqui depois do envio para vocês dos documentos fechados foi registrada como forma de comentário mas basicamente é o texto que já tinha sido aprovado e ele foi incluído na própria semana passada quando a gente enviou logo depois a gente enviar os documentos para vocês a gente percebeu o erro e já incluiu aqui, se vocês quiserem ler em à vontade mas a princípio é o tema da câmera.

Tais - Vou fazer aqui um mea culpa, mas foi erro nosso, meu especificadamente ,você mandou um modelinho e na hora de eu passar, vocês veem que fica aqui, até fica aqui o texto entre aqui, passou batido então a Gabi percebeu e falou e aí ficou registrado como uma alteração para ser deliberada mas na linha do que o Estevão e falou não é uma alteração né. É porque não ia sair como texto entra aqui, esse texto que a Gabi acrescentou foi aquele que a gente trabalhou online na câmera e que aprovou na última reunião.

Gabi - Vou passar então para os próximos talvez tenha mais algum ajuste de redação nos indicadores naquela linha só de dessa compreensão de que a gente percebeu. Então esse indicador da 4.4 eu não sei se o João está presente na reunião, o João da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho mas eu sugeri que a gente colocasse junto ao indicador cardápios e ofertas para qualificação profissional pela secretaria do desenvolvimento econômico e trabalho. Porque não é um cardápio de oferta em geral da cidade. É isso mesmo foi só seguindo a formula de cálculo então é uma explicação, a Mariana Barra me corrigiu aqui que eu escrevi econômico sem acento, mas a mesma coisa para taxa de inserção no mercado de trabalho dos programas de qualificação profissional da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho. Tudo isso só para deixar mais clara informação no indicador para que a gente consiga comunicar com a população da melhor forma possível dada a forma como os indicadores são disponibilizados no Observa Sampa, Aqui no 4.5.2 eu queria pedir ajuda na verdade eu achei ele pouco acessível e eu não soube explicar do que se trata o indicador.

Tais - Gabi, ele é complexo mesmo né se aí eu acho eu não sei se Eliane tá com a gente né mas assim ele foi uma sugestão do GP de educação da Nossa São Paulo que a câmara temática acordou né validou se você entra ali no site que explica, assim são páginas e páginas explicando o indicador. Essa foi a síntese é possível ele é complexo ele não é um dado sintético ele é composto de mais de um número mesmo.

Gabi - Bem eu não tenho nenhuma sugestão, eu só achei, eu não tenho nenhuma sugestão de como melhorar a redação para que ele fique mais acessível. Se ele é um indicador que aí que as pessoas da educação da área da educação sabem do que se trata pode ser que realmente não precisasse de uma explicação, mas eu diria indicador de desigualdade e aprendizagens pelo menos no ensino fundamental, é isso né?

Tais - Porque ele é cheio de especificidade Gabi, se alguém do GTS da rede Nossa São Paulo quiser falar no meu lugar fica à vontade mas assim você

vê que ele nem pega o ensino fundamental inteiro ele pegando os específicos né. E ele não pega um ano fechado ele compara períodos de tempo e ele compara aprendizagem em função dos grupos e de três desagregações que é gênero, raça e socioeconômicos, está assim, eu não tentaria explicar que vai ficar linhas e linhas, ideia para quem é da área o indicador a explicação maior já é índice de desigualdade de aprendizagem. E o que a gente pode fazer se couber, colocar o link para nota técnica aqui daí quem quiser realmente entendeu vai ter que ver as duas páginas de explicação. Mas eu acho que assim ele tem essa desvantagem de não ser facilmente comunicado e o mesmo compreendido tem outro lado ele é a cara do que a gente quer com agenda 2030 que não deixar ninguém para trás então assim por isso que ele foi aprovado né, é isso ele ganha de um lado e perde do outro não tem muito como sintetizar isso não, eu não tenho como justificar se não vai ficar pior, não vai dar conta.

Gabi - Tudo bem, na verdade Taís eu aceito sugestão de pelo menos colocar um link pelo menos no âmbito da agenda Municipal 2030 ele ficar acessível no sentido de quem quiser saber mais sobre ele tem onde tem a informação. Você tem como colocar o link no chat?
Tais - Vou sim a Liliane nos passou né assim que foi feita a partir desse documento, já vou achar aqui e colocar no chat.

Gabi - Tá bom, então você colocando no chat eu volto aqui e faça inclusão junto aqui com a fonte né como um asterisco algo como para mais informações acessem, pra que fique um pouco mais claro. Aqui só tirei a sigla EJA e coloquei por escrito a educação de jovens e adultos, aqui no ensino médio das redes públicas também já tava na fórmula de cálculo do indicador. O Zisma fez uma sugestão mas eu acho que foi por engano se você pode separar aí e ter acesso ao microfone. O Zisma colocou aqui, tirou o p de promoção mas eu acho que deve ter sido engano deve ter sido agora na hora de abrir o documento até porque tá dizendo aqui foi às 15 horas na verdade meu registro tá com problema de horário de verão então foi às 2:15, Zisma, você tá por aí? Eu vou só recusar alteração porque ele só tirou o p da promoção então tô entendendo que não era esse o objetivo. Aqui no índice de vagas a mesma coisa é só para deixar mais claro na fórmula de cálculo tá dizendo que é número de vagas oferecidas em atividades de educação ambiental, então eu sugeri índice de vagas em educação ambiental e índice de adesão em educação ambiental. Nesse 4.7.3 tá registrado educação em tempo integral no ensino fundamental e eu não entendi aqui se é a educação em tempo integral na rede Municipal pública ou se é pública e privada. Você sabe precisar Taís?

Tais - Rede Municipal também Gabi, rede municipal, na redundância rede pública Municipal e daí é ao contrário tá que tem as redes públicas municipais e estaduais em ordem melhor se for por a redundância em vez de falar Municipal pública é pública Municipal. Municipal é uma parte do público.

Gabi - Só preciso ir lá onde eu coloquei rede Municipal pública não foi eu coloquei lá em cima só para gente deixar pública Municipal né aqui também.

Tais - A Liliane sugeriu no nosso chat rede Municipal direta mas nesse caso eu acho que não é melhor deixar pública porque quando a gente estiver falando de SEI a gente considera direto e parceira né quando a gente fala pública Municipal a gente falando tá falando de tudo para prefeitura oferta seja de que forma for direta ou parceira. Então acho que é melhor pública Municipal ou só municipal.

Gabi - Então eu vou colocar aqui registrar aqui no documento essa informação para ir para a nossa versão final junto com ele então aqui a gente tava em jovens e adulto, estudantes do terceiro ano do ensino médio das redes públicas com conhecimento básico em matemática só peguei o redes públicas da fórmula de cálculo, em educação ambiental rede pública Municipal então aqui é a mesma coisa né a educação em tempo integral no ensino fundamental anos iniciais e anos finais com o esclarecimento para quem é mais leigo de que é na rede municipal.
Percentuais de escolas aqui com recursos para atendimento especializado eu também só coloquei municipais e isso já tava em outros.

Zisma - Desculpa Gabriela é tudo bom. Agora consegui abrir meu microfone então eu tava travado aqui é que você acha que já passou o 4.7 aí né já tá no ar eu coloquei duas observações peço desculpa pelo p que escapou lá realmente nem percebi que aconteceu isso que na verdade eu tava colocando uma observação com relação ao 4.7 e eu sei que talvez não seja mais.

Gabi – Não foi registrado nenhuma colaboração, vc quer fazer a sua colaboração agora?

Zisma - Claro é que eu tô aqui com a planilha aberta e por algum motivo eu fiz um comentário do lado aí não sei porque que não tá aparecendo aí com a tua versão na minha que está aqui . Para mim aparece o comentário mas eu faço, no seguinte nos desafios remanescentes do 4.7 um pouquinho antes aí. Tem dois comentários muito breves para fazer aí ainda desse primeiro paragrafo tá que é o seguinte eu acho que ainda nesse primeiro parágrafo dos desafios remanescentes que tá tratando exatamente

da questão dos eixos curriculares transversais do currículo da cidade, eu acho que ainda tá faltando uma referência direta as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Esse é o documento que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e que tem todas as diretrizes importantes para as escolas, no caso aqui municipais inserirem a temática da Educação Ambiental dentro dos seus currículos, e o atual currículo Municipal ele não tem nenhum momento uma referência a esse documento. Então acho que vale a pena a gente colocar em desafios remanescente ou de alguma forma como indicador o número de escolas que colocou alguma meta relacionada as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, este documento está em vigor ele é ele vai para além da BNCC ele é um documento que complementa a base nacional comum curricular e dá todas as orientações de como se deve inserir a temática da educação ambiental dentro da escola. Então eu vou colocar ela nesse mesmo paragrafo uma ressalva direta ou mais uma frase dizendo né que as escolas poderiam estar baseadas nas diretrizes curriculares uma lei que está em vigor, uma portaria aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e ela poderia ser justamente o indicador para a gente poder acompanhar a implementação dessa atividade dentro das escolas. Eu acho que ainda tá muito fraca a menção a necessidade da introdução da Educação Ambiental nos currículos escolares, porque mais a diante fala muito de UMAPAS na educação ambiental não- formal eu acho que a educação ambiental formal tá um pouco fraca no nosso documento.

Tais – Eu queria agradecer a sugestão do Zisma mas também explicar inclusive para ele que a gente deixou esse documento aberto duas semanas, fez uma reunião né que eu sei que vc não conseguiu participar eu sei que as agendas são corridas mas assim foi justamente a 4.7 uma das que a gente mais trabalhou se Giovana e Cláudia quiserem falar né porque lá no diagnóstico sim o texto fazia muita menção apenas a UMAPAS mas a gente justamente revisou no limite dos 2 mil caracteres para ter esse balanço entre educação formal e não-formal. Então e quem tem essa sugestão super bem-vinda mesmo assim ela teve um momento agora por outro lado também a comissão o Zisma não é só da câmara técnica é também da comissão. Eu não sou da comissão né não sei se é nesse momento que aí ainda cabe, não tem problema algum entrar mas assim que a gente fez todo o equilíbrio nos limites dos dois mil e você teve a oportunidade de participar da construção online da reunião né nem tão pouco assim de fluxo como é que a gente faz isso porque essa sugestão dele não foi discutida por todos os integrantes da câmara né. Poderia ter sido.

Zisma - Obrigada pela colocação, realmente eu tive uma dificuldade de participar da última reunião que tava em aula naquele exato momento e peço desculpas, mesmo entendo as limitações entendo que tem o momento adequado, a um fluxo normal das coisas acontecerem, mas eu quando fui fazer a leitura do documento e eu fiz isso ontem e hoje, eu acho que se a gente conseguisse fazer uma pequena modificação, nem uma grande modificação na redação desse parágrafo para introduzir uma menção a esse documento é só isso não é uma coisa muito simples porque o documento as diretrizes nacionais é um documento amplo muito profundo elaborado por um coletivo durante muitos anos seguidos e pode orientar os nossos educadores do currículo Municipal eu acho que ainda há tempo dessa inclusão , eu sei que poderia ter sido aprovado na Câmara técnica mas como nós estamos aqui numa plenária, eu tô subindo a plenária que a gente possa tentar trabalhar na redação desse parágrafo para entrar em produzir essa missão o documento, porque esse documento.

Gabi - Zisma, a gente pode sim, só vou pedir pra vc fazer a sugestão de inclusão. Eu mandei novamente pelo chat ao link para ver se vc consegue fazer a inclusão do processo

Ana - Gabi só para facilitar se ele quiser jogar no próprio chat o parágrafo escrito eu faço.

Zisma – Então no próprio chat eu coloco essa sugestão.

Claudia - Eu queria fazer uma fala rapidinha, porque eu também levantei a mão, eu sei que tá difícil pra organização. Eu concordo com a Taís foi um processo que a gente trabalhou bastante em cima disso Especialmente na última reunião e ainda né ainda trabalhamos depois da última reunião né Taís. Mas eu gostaria muito que assim de expressar que eu acho que a contribuição do Zisma é muito importante que se a gente puder adequar vai ser muito importante para documento, agrega bastante.
Zisma - Vou tentar contribuir no chat , estou tentando fazer uma redação bem assim mantendo quase que o original inteiro acrescentando só referência ao documento, prometo que vou tentar cobrar desculpas novamente no momento adequado tá, mas acho que realmente importante essa menção.

Gabi - Desculpa eu vou pedir só para vocês falarem o nome, eu esqueci de falar pedir de novo para vocês foi como a reunião está sendo gravada para fim de transcrição e a pessoa que transcreve precisa do nome de vocês para identificar as falas então eu esqueci completamente de lembrá-los no início da reunião mas pode falar Cláudia, a Ana vai me ajudar um pouco mais a organizar as mãozinhas porque eu não tô conseguindo ver mas pode falar.

Claudia - OK obrigado. Em relação né sugestão de Zisma, muito bem-vinda e aí eu gostaria de ressaltar que nós temos sim uma normativa que saiu agora em dezembro que define as diretrizes da Educação Ambiental aqui no município, e que ela traz essa articulação do currículo da cidade, traz também toda a política de educação ambiental então a gente tem sim agora o documento institucionalizado em relação a essa demanda que o Zisma apontou, mas a gente agradece né a colaboração. E aí a gente tá trabalhando nessa questão.

Gabi - Último ponto da Câmara de temáticas educacionais, na realidade os pontos que estão previstos nos indicadores subsequentes são só essa questão de explicitar que já estava na fórmula de cálculo de que a gente tá monitorando escolas municipais com dependências adequadas que era uma informação que já estava prevista no na fórmula de cálculo. Então a gente está pendente só dessa sugestão do Zisma em relação a esse parágrafo para aprovar o documento da Câmara de temáticas educacionais. Eu vou abrir e a palavra para outras pessoas que queiram comentar em relação a isso, não sei se tem alguém com a mãozinha levantada.

Giovana - Tem três pessoas com a mãozinha levantada agora.

Gabi - Gi, você organiza as falas, então você me disse quem tá com a mãozinha levantada, quem levantou primeiro e para quem passo a fala.

Giovana - Passa a palavra pro Ergon, por favor.

Ergon - Boa tarde pessoal aqui é o Ergon falando na verdade eu queria fazer fala geral sobre a câmera de temáticas educacionais e aproveitar também para falar sobre esse processo como um todo né. Eu acho que primeiro lugar gostaria de agradecer a brilhante coordenação que tiveram na câmara temática educacional. Eu acho que com a Thaís aí com a Claudia, a gente teve um trabalho muito tranquilo apesar de menos reuniões a gente conseguiu mediar toda a construção do documento e isso também a gente percebe o quão foi tranquilo construir o documento como um todo. A gente teve diversos pontos de discordância, diversos ajustes que a gente construiu ao longo desse último semestre, mas é o sentimento que a gente tira é que com mais 8600 colaborações da sociedade civil, 400 páginas de documentos, mais de 130 metas municipalizada, 620 indicadores, a gente tem aqui um trabalho muito importante é que foi construído com muitas mãos e também traduz o que a gente teve na realidade da câmera temáticas educacionais uma coordenação tão importante quanto o trabalho coletivo que a gente tocou. E aproveitar para destacar também alguns pontos que eu acho que são importantes é na discussão das temáticas educacionais mas que também dizem respeito ao plano como um todo né. A gente teve oportunidade de trazer convidados, alguns colegas da Universidade de São Paulo da USP vieram participar das discussões, mais diretores, colegas da União Estadual dos estudantes da União Paulista de estudantes, com certeza da campanha Nacional pelo direito à educação, a Liliane teve um papel e a gente teve um trabalho com a UNESCO, um trabalho muito importante na câmara temática e que a gente fez avanços que foram inclusive naturais para nós. A gente partir da primeira reunião inclusive já entendendo o papel da desagregação das metas para qualificar inclusive uma implementação menos desigual então, a gente identificou as desigualdades com a estrutural o racismo étnico racial, as desigualdades das populações com orientações e identidades de gêneros diversos né, todo preconceito a misoginia que existe. Então desde a primeira reunião a gente conseguiu identificar isso e naturalmente a gente foi traduzindo para todas as metas que a gente foi discutindo e também dar destaque aqui á um outro ponto que é muito caro para nós que somos de origem de movimentos sociais do movimento estudantil que a questão das bolsas auxílio permanência, a gente teve uma votação inclusive para decidir a inclusão das bolsas auxílio permanência para estudantes de baixa renda e das bolsas auxílio permanência para baixa renda no quesito de iniciação cientifica, então são duas oportunidades que estão desafios remanescentes para prefeitura, que ainda não existem enquanto política pública da prefeitura nível municipal, mas que eu acho que a motivação, o estímulo que a gente cria a partir da câmara temática educacionais, a partir da comissão comum toda do plano é de conseguir uma perspectiva visionária, que a gente tá traçando aqui a 10 anos no futuro, a gente tá observando um plano para 2030, o que que a gente quer de cidade, o que a gente quer de São Paulo, o que que a gente quer de realidade. Então é mais parabenizar né eu acho que a gente traduziu finalizando a minha fala, os objetivos da ONU para a realidade de São Paulo como uma iniciativa importantíssima e nós que escrevemos aqui o plano 2030 para São Paulo, coletivamente temos portanto mais dois fios pelo menos que é pensar em implementação e monitoramento disso nesse próximo período, mais um outro que é para fazer dessa experiência reverberar para outros municípios, levar para outros estados. Eu acho que todos nós somos agentes transformadores das experiências gigantesca que a gente teve, então mais uma vez agradeço o esforço coletivo de cada um de nós aqui, nos empenhamos muito tempo para construir e é só o começo, seguimos junto.

Gabi - Obrigado Ergon pela sua fala, eu vou passar então para correção do 4.7 a proposta de alteração no desafio remanescente da 4.7 feita pelo Zisma apesar da Ana ter copiado e colado em cima, se vocês olharem na

realidade o que ele está propondo é só colocar depois de a promoção do desenvolvimento sustentável da cidadania global e da cultura de paz são eixos curriculares transversais integrantes da perspectiva de educação integral e baliza o currículo da cidade, então é esse era o texto antigo o que ele está sugerindo é que depois de baliza o currículo da cidade a gente inclua só essa frase em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, o restante exatamente igual, embora a educação em tempo integral, blá blá blá, então está sugerindo é a inclusão, então se vocês estiverem de acordo com essa inclusão, que é só uma inclusão de em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, a gente então passa então para aprovação. Pode falar Cláudia.

Claudia - Coloquei aqui no chat né as diretrizes da educação ambiental para o município, esse documento, essa instrução normativa ela traz a política nacional de educação ambiental que o Zisma pede, traz também o municipal, o currículo, então de repente também uma sugestão é colocar no texto dela, que eu não tô com ele agora aqui, colocar em consonância com as diretrizes educacionais para implementação da Educação Ambiental no âmbito da rede Municipal de Ensino para ir mencionando a normativa, porque ela já traz essa política nacional.

Zisma - Posso só complementar, eu não tô falando da política nacional, tô falando das diretrizes curriculares nacionais um documento regulamentador da política nacional ele está especificamente tratando de educação formal na escola acho que é mais importante nesse caso especificar mesmo, porque a política nacional é documento muito mais amplo mais genérico do que esse né.

- A Tais está com a mão levantada. Tais, vc pediu a fala ou esqueceu de abaixar.

Tais - Não esqueci não, mas na ordem o Jorge. Jorge você quer falar senão eu falo. Agora o que eu vou falar uma fala mais geral da comissão, não é desse ponto específico. Então acho que podia fechar esse ponto que eu estou de acordo, mas eu nem sou da comissão nem posso dizer que sou de acordo não mas se eu pudesse todo dia acordo com o Zisma, enfim quando fechar eu falo que é mais geral.

Gabi – Ok, vamos fechar esse ponto, Zisma e Claudia, Claudia se a gente colocar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental e com e adiciona bessa informação que você colocou no chat dessa nova regulamentação Municipal e com as diretrizes educacionais para implementação da Educação Ambiental no âmbito da rede Municipal de Ensino, você se sente contemplada?

Claudia - Sim Gabi, tranquila eu entendi o que o Zisma coloca, ele coloca no contexto macro, a gente não está discordando dele é super importante, mas ok tranquilo.

Gabi – Se a gente incluir os dois, ficam todos os contemplados, Zisma contemplado, Cláudia contemplado podemos considerar aprovada nossa.

Zisma - Eu acho que sim e nós não estaremos pecando pela ausência acho que é pode aparecer aqui é só um detalhe mas é muito importante a referência esse documento porque muitos educadores desconhece a existência dele, eu acho que a referência que nesse documento é importante para gente de fato consegui inserir esse tema na escola.

Gabi - Pintei de verde aqui então quer dizer que estamos todos contemplados, eu passo a palavra então para Taís, para uma fala final mas antes da Thaís falar eu quero só reforçar fala do Ergon que foi um prazer ter a Taís como coordenadora. Claro a Cláudia e o Clodoaldo foram fundamentais nesse processo enquanto representantes da Educação na comissão e a coordenação da Taís foi excelente, favoreceu muito o andamento dos trabalhos. Eu estava acompanhando né na nossa divisão aí de câmeras temáticas entre eu e a Ana, eu que tava acompanhando a câmara de temáticas educacionais e eu não precisava me preocupar com a câmera de temáticas educacionais, mais porque eu sabia que a Thaís tava ali fazendo um trabalho excelente, então muito obrigada Taís, passo a palavra para você, para você fazer o fechamento.

Tais - Gabi a gente que agradece você também a Ana né pelo apoio e fazendo uma brincadeira para gente desconfiar aí vocês viram porque a gente teve poucas reuniões né a gente gosta de falar pouco, mas a gente vai mas a gente consegue trabalhar bem e construir em conjunto então eu faço minhas palavras do Ergon a gente tem documento bem significativo né, e quero agradecer bastante a participação de todos os integrantes do governo e sociedade civil na Câmara temática. Eu pedi para falar a fala final, acho que não consigo ficar até o fim, e eu queria passar um recado eu já pensando Justamente na implementação e monitoramento né nessa agenda que o Alexis mostrou para o ano que vem da gente construiu o plano e pensar no monitoramento dele como falou o Jorge. Semana passada o Tribunal de Contas do município fez o lançamento do Selo Observatório de políticas públicas, eu acompanhei, eles priorizaram três temas: priorizaram saúde, educação e urbanismo e muitos dos indicadores que eles estão pensando em ter ali no observatório dialogam diretamente com a nossa

agenda 2030 na educação é muito claro. Então lá no lançamento eu fiz uma fala falando da importância de Observatório também contribuir com esse processo da agenda 2030, e o Xixo coordenador da escola de contas que é a parte do TCM que tá coordenando o Observatório, é inclusive disse para a gente marcar uma conversa com a pessoa do Tribunal de Contas que tá tocando mais especificamente o ODS né, ele deixa até o contato chama Sofia eu não a conheço mas enfim, deixei essa fala para ficar registrado essa oportunidade de interlocução para implementação e monitoramento e quer dizer que enquanto o coordenador da câmara temática eu também pedi a palavra lá no lançamento, eu já falei que olha só tem toda vez tamos lá é uma comissão paritária então fica a dica né e termino né me desculpando de que provavelmente não vou poder ficar até o fim da reunião.

Gabi - Sem problemas Taís. Muito obrigada então fica provado o documento da câmera de temáticas educacionais, muito obrigada Tais, vou passar então para próxima no nosso cronograma que é a câmera de fortalecimento institucional, a câmara de fortalecimento institucional é a câmara que tem o maior número de metas né então foi aí o desafio consegui dar conta de todas, e foi a câmera que foi coordenada pela secretaria de governo na figura do Alexis com a Ana como suplente do Alex aí nesse processo, então o como a Ana e o Alexis estão presentes eu vou passar então para a revisão do documento da câmara de fortalecimento institucional. Eu vou pedir só um minutinho que o meu computador não está abrindo, tá demorando um pouquinho para entender que eu quero que ele abra o documento até porque ele é o maior, exige um pouco mais aí do computador, pronto agora ele abriu aqui para mim. Então vamos passando então pelas metas da câmara de fortalecimento institucional as metas da câmera de fortalecimento institucional. A câmara de fortalecimento institucional se reuniu semanalmente durante duas horas por semana às vezes mais.

Ana - Gabi, ainda não apareceu os comentários porque tem comentário antes, só um minutinho.

Gabi - Sem problema, se o Alexis quiser fazer uma fala sobre os trabalhos na câmara de fortalecimento institucional ou a Ana quiser comentar aproveitando aí esse espacinho de carregar
o documento fiquem a vontade.

Alexis – Foi uma câmara com bastante meta, bastante debate institucional, e por ser institucional as vezes permeia várias outras secretarias e áreas afins, no ultimo tópico na última reunião a gente teve a pena do representante da Rede Nossa São Paulo, que pediu pra se retirar, uma pena mesmo porque trouxe uma contribuição que não foi, não tinha chegado aí

pelo meio digital e não ficou contente com a redação como estava sendo aprovada mas foi um ponto fora da curva em geral todas as reuniões foram bem de muita colaboração, de muito debate saudável e acho que a gente chega ai num resultado muito bom final. Quero agradecer muito todo o pessoal da câmara técnica.

Gabi - Ana se vc puder me dizer o primeiro comentário para eu saber quando carregou.

Ana - O primeiro é não há mesmo, era uma correção do nome do indicador Gabi.

Gabi - Apareceu para mim agora. Então no indicador a gente percebeu nesse refinamento nessa revisão final e o nome do indicador tava recursos financeiros externos captados em fontes internacionais interativas e privado que foi o indicador de captação de recursos de múltiplas fontes tem tudo a ver com essa meta né, e a gente percebeu que tava faltando para assistência social que é o que tá no, aliás precisa tá também na fórmula de cálculo, que é uma informação importante. A gente sabia que tava né a gente, que se referia a assistência social porque a gente tava falando de uma meta que a meta 1-A que é uma meta do ODS 1, que é uma meta que trata e justamente de temas relacionados a desenvolvimento social, mas a gente passou então batido não ter deixado explícito que se tratava de financiamento de ampliação das fontes de financiamento externo da Assistência Social.

Ana - O próximo Gabi é a mesma questão só que na 3-C.

Gabi - Então aqui recursos financeiros externos captados em fontes internacionais para saúde e a mesma coisa aqui na fórmula de cálculo. Aqui, índice de investimento em saneamento básico que a gente tem só uma atualização da série histórica que o Thor incluiu aqui, o Thor da Secretaria Municipal de desenvolvimento urbano, colocou aqui então a informação do ano de 2016 eu vou só atualizar aqui no nosso documento e a mesma coisa ele fez passou a informação do desempenho desse indicador no ano de 2017 que foi 24,6% eu vou colocar ele aqui e vou excluir o a informação de que não estava disponível a série histórica porque ele conseguiu disponibilizar o indicador da série histórica. No indicador da 15-A é aquela mesma informação que é explicitar de qual, a gente sabe que a ODS 15 fala sobre a questão da vida terrestre a gente sabe mas estava faltando a informação de vida terrestre a gente sabe mais tava faltando a informação que esse indicador tava tratando da captação de recursos para a gestão ambiental, então a gente inseriu essa informação no título do indicador e na fórmula

de cálculo.

Ana - Segundo meu olhar eu acho que é só isso, não sei que alguém tem algum outro comentário que a gente faz a discussão agora, mas de registro no documento era só isso mesmo.

Gabi - Então a gente abre então para quem mais quiser comentar questões relacionadas as metas da câmara de fortalecimento institucional, é a Ana rolando a barra para ver se não tem mais nenhum comentário para gente se certificar de que ninguém fez nenhum comentário depois da gente ter checado . Ana, vou passar a palavra para você fazer um encerramento sobre a sua percepção aí na condução dos trabalhos enquanto eu termino de rolar a barra.
Ana - Tá bom, eu vou fazer um comentário rápido e aí o Alexis encerra, mas basicamente como a Gabi falou foi bastante, no início foi bastante desafiador assim ter a maioria dos indicadores a gente teve mais de 30 de metas desculpa, e são temáticas bastante transversais né então a gente tava olhando não só para temas relacionados ao desenvolvimento de capacidade mas mensurando algumas questões específicas, algumas temáticas como é que a gente acabou de passar relacionadas a captação de recursos externos e a gente contou com uma participação super qualificada das instituições da sociedade civil que nos acompanharam no processo em que eu queria agradecer fortemente a revisão não só final que a gente fez no documento na, com precisão né de conceitos o que a gente tava entendendo por cada um dos temas que a gente tava tratando não só nessa revisão final mas ao longo de todo nosso trabalho. A gente contou com uma participação bastante ativa e para mim foi um grande privilégio ter essa oportunidade de fazer o exercício de municipalizar metas, debater a melhor forma de apurar fórmula de cálculo, mensurar o monitoramento desses avanços e mais ainda ter a oportunidade de trabalhar com vocês e trocar e aprender nesse diálogo, então agradecer realmente o esforço e a dedicação acho que a gente fez um trabalho bastante sólido. Em alguns a gente teve que achar o caminho do meio em função dos desafios da Prefeitura em atrair algumas frentes, mas eu acho que de forma geral a gente apenas o bastante e vamos ter um desafio importante no plano de ação.

Gabi – Alexis, você quer fazer mais algum comentário senão eu vou entender como aprovado o documento da câmera de fortalecimento institucional.

Alexis - Já fiz meus comentários previamente enquanto vcs estavam abrindo, já falei o que eu tinha para falar, muito obrigado.
Da câmara de temáticas urbanas eu sei que a Zoraide tá aí ela foi uma das

primeiras pessoas que eu vi quando eu entrei na reunião então eu sei que ela tá por aí. Zoraide se vc quiser aproveitar esses instantes iniciais pra fazer os comentários enquanto documento carrega.

Zoraide - Brevemente gostaria de agradecer muito a vocês todos, e vocês em especial e dizer que nós ficamos totalmente Ana dependentes, que a participação da Ana foi essencial l aí para o trabalho a câmera contou com a participação expressiva de muita gente, e tivemos muito exemplo não só nas seções ordinárias mas também tivemos algumas extraordinárias, GTS de transporte, mobilidade, o de habitação então foi um trabalho bastante intenso mas eu acho que o resultado foi muito bom.

Gabi - Ana, você sabe me dizer qual que é o primeiro comentário só para chegar lá para ver se a gente chega lá.

Ana - Claro , o primeiro no meu arquivo é o 11.2 a não ser que alguém tenha incluído alguma coisa agora, mas acho que era só isso mesmo. Desculpa Gabi é 3.6 falei errado, as duas são de transporte eu me confundo. É apenas uma inclusão de série histórica de uma informação que o Diego também conseguiu levantar da semana passada pra essa e não tem muitas questões relacionadas a isso. E a próxima na 11.5 que foi uma correção que eu percebi na verdade um dos indicadores ele tá com o nome repetido, e aí eu corrigi de acordo com a fórmula de cálculo dele então é só na correção textual também. Estava geológico mas na verdade é hidrológico, geológico tá na na página anterior, do que a gente viu no documento acho que era isso mesmo a não ser que que tem algum comentário agora, mas registrada no arquivo são só esses dois.

Giovana - A Taísa que tá levantando a mão aqui né.

Taisa - É oi gente, Taisa. Boa tarde, você consegue escutar? Primeiramente agradecer a Ana daí a Zoraide pela condução da câmara, foi muito gratificante participar com vocês inclusive no GTS até a Flávio que eu não sei se tá aí e o Diego né da do grupo de trabalho de transporte, a Mônica da CEAV a Zoraide e a Ana de novo né no GT da habitação e outros GTS também. Então eu gostei muito de ter participado apesar de ter sido exaustivo, meus parabéns pelo trabalho e um agradecimento especial a Ana, eu não sei o que seria da câmera sem ela, tá bom. Boa tarde

Gabi - Mais alguém quer fazer algum comentário sobre as metas da Câmara de temáticas urbanas.

Giovana - Não tem mais ninguém com a mãozinha levantada.

Ana - Eu queria comentar então Gabi se puder claro, foi um grande privilégio acho que acompanhar a câmera de temáticas urbanas eu que estou arquiteto eu sou bastante enfim apaixonada por esse tema então, e essa câmera foi uma das maiores junto com ambiental. Ela contou com maior número de participações da sociedade civil e bastante desafiador para agente do poder público não só engajar todo mundo na discussão mas também garantir que tá todo mundo acompanhando, participando e que a gente tá avançando nas nossas pactuações e a gente conseguiu sim fazer isso na câmara temática de urbanas, agradeço fortemente e a contribuição e como a Zoraide falou a gente teve Inclusive a criação de GPS específicos então tiveram alguns representantes que lideraram as pautas da escola que são muito transversais e a câmara tem esse desafio de lidar com temas que podem muito até Inclusive a secretaria de desenvolvimento urbano então agradecer toda essa mobilização tem uma série de secretarias que participaram desse processo ativamente que não tão aqui representadas agradeço a elas também, e é isso a gente conseguiu avançar bastante queima de monitoramento de alguns temas e queria agradecer mesmo por esse compromisso. E eu acho que a gente não na forma do plano de ação também vai conseguir entregar um avanço aí para prefeitura aqui é bastante importante. Então veja os comentários eu considero ao documento final da Câmara de temáticas urbanas

Gabi - Então com esses comentários eu considero o documento final da câmara de temáticas urbanas aprovado e passo para próxima câmara a temática que é a câmara de temáticas ambientais. A Vivian tá por aí?

Vivian - Oi Gabi boa tarde a todos.

Gabi - Boa tarde, a Vivian fez a coordenação da câmara de temáticas ambientais então aproveitando aí esses segundos, minutos enquanto o documento tá carregado eu passo a palavra para a Vivian para ela comentar como foi o processo de trabalho que eu sei que foi bastante intenso.

Vivian - Intensidade é uma boa palavra, vamos colocar. Realmente o desafio era bastante grande tinha bastante temáticas também acho que também na ordem de 30 temáticas também que foram trabalhadas e com temas que a gente ainda tá posicionando justamente porque tá identificando também né, vem trabalhando eles nos nossos grandes planos né setoriais. Quatro planos verdes, o plano de ação climática tá tudo em efervescência saindo agora. Então grande desafio também era fazer essa interlocução qualificada do debate de algumas temáticas que a câmera trazia, especialmente porque ela já tá com bastante aprofundada em alguns desses

planos. Então foi essencial aí contar com a participação de muitos colegas tanto da Secretaria do Verde quanto de outras secretarias e alguns especialmente da sociedade civil que ajudaram a gente a posicionar alguns temas, dizer que tem bastante desafios né para encarar especialmente na questão de agente ampliar o olhar da gestão ambiental não apenas para a questão de criação de áreas verdes, mas principalmente na qualificação ambiental como um todo né questão de gestão de águas, qualidade do ar a questão do bem-estar geral que que a questão ambiental traz. Então eu fiquei bastante feliz estou bastante contente também de ter aprofundado daí os trabalhos com você Gabi e com a Ana também. A gente né a Ana sabe que a gente ficou aí no desafio imenso mas trocando bastante, fiquei feliz, cresci profissionalmente, estou bastante contente e esse resultado é de todos nós. E também fiquei feliz com os retornos né da consulta pública eu fiquei bastante contente que foi uma adesão bem bacana mesmo no período eleitoral e que a câmera de ambientais como é que recebeu um olhar mais apurado e isso foi bem importante porque por exemplo, a gente conseguiu reposicionar até algumas coisas que a gente não tinha municipalizado como a questão indígena e que faz toda a diferença né, a gente também tem esse olhar, essa aproximação para ampliar a questão da gestão ambiental no município. Então novamente obrigada e vamos ver que isso ela tá começando ir lá no plano de ação ano que vem é vai ser puxado mas estamos aqui quero continuar a disposição, obrigado gente.
Gabi - Obrigada Vivian. Ana se você puder me ajudar dizendo aí

Ana – Sim, esse documento a gente vai ter alguns ajustes de texto a mais então na 2.4 já tem alguns Gabi.

Gabi - Engraçado do meu documento que a gente tava trabalhando, eu tinha colocado Sampa Mais Rural barra SMDU.

Ana - Essa mais especifico a gente obteve da equipe de ABAST, das subprefeituras mas a ficha de indicador acabou ficando com ele mas de fato tinha que estar na ODS 2.

Gabi - Não tem problema, ODS 2 eu comentei hoje com a Ana sobre como o ODS 2 é uma ODS muito transversal sobre como a questão da fome e da agricultura sustentável são temas que não tem caixinhas né no poder público, é então a questão da fome acaba envolvendo-se vocês olharem as metas do ODS 2 elas ficaram distribuídas em todas as câmaras temáticas. Então tinha uma meta do ODS 2 na câmera de saúde bem-estar, uma na sociais, duas na ambientais, uma na urbanas, uma na de fortalecimento institucional e duas na econômicas. Ela é uma ODS que tinha as metas bastante distribuídas aí pelas câmeras temática. Pode falar Zoraide.

Zoraide - Então esses dados, eu tô vendo aqui condesso que que não tinha visto antes isso né, não dá conta de ver todos os sete documentos alguns a gente conseguiu ver até porque fomos demandados para isso né. A plataforma Sampa Mais Rural ela tá sediada na você SMDU dados específicos de boas práticas agroambientais, de certificações orgânicas, protocolos de transição orgânica, ele é de fato, acho que o mais apropriado mesmo é que a própria Casas da Agricultura Ecológica elas que forneçam, né hoje a gente tá trabalhando intensamente com isso né até para ampliar bastante esses números, é esse daqui foram de 2019, 2020 a gente já tem uma realidade bem mais interessante né aí eu não sei como é que fica em torno de fonte né que é como a própria Gabi falou a Sampa mais Rural como eu disse tá em SMDU, ela está hoje e a previsão e que ela continue e tem lá todo o departamento de GEOUIPO né então a ideia que ela continuem na SMDU, já tem até um contrato com o PRODAM, a plataforma foi desenvolvido pela Ligue os Pontos e ela em principio continua em SMDU, só esse comentário que eu queria fazer.

Ana - Sem problemas eu acho que é vermelho nesse sentido mesmo como a gente tava articulando com a ABAST esse dado apesar de ele puxar da plataforma por isso que eu fiz essa correção. Mas a gente pode incluir também só ajustar a menção a SMDU em relação à gestão da plataforma.

Gabi - Então fica Sampa Mais Rural/ SMDU/ SM Subs, para esses indicadores aí a Ana vai incluindo. Aí então a gente tem aí algumas informações alguns asteriscos foram incluídos depois né para explicar melhor do que se tratava.

Ana - Isso eu preciso explicar um pouquinho.

Gabi - Eu vou deixar ali e você, vou deixar a página aqui e aí você comenta tá.

Ana - Ótimo, obrigada Gabi. Em relação a estes asteriscos a gente tem na verdade essa informação ela tava na forma de tabela anteriormente mas é na verdade um detalhamento do percentual que foi pactuado que é o objetivo do monitoramento desse indicador e da respectiva meta então só contextualizando a gente tem um trabalho em ABAST na Secretaria de subprefeituras de monitoramento de boas práticas nas propriedades aqui do município de São Paulo. Na verdade é um check list que é feito com as propriedades, com os proprietários para tingimento de alguns parâmetros básicos de produção agroambiental. Então esse check list é aplicado não só nas unidades convencionais como também na certificadas oficialmente de acordo protocolo Governo do Estado e as em processo de transição agroecológica. Então o dado percentual total ele pode ser desagregado em função das diferentes tipos de propriedade. E aí essa desagregação e coloquei em asterisco porque na verdade o objetivo do monitoramento é o incremento do valor total, então o número total de propriedade quando submetidas ao check list ou foram classificadas como satisfatório, foram classificados como moderado. E aí dentro desse interpretação quantas questão convencionais, quantas que já estão oficialmente certificadas. quantas estão em transição é uma informação super importante o monitoramento da política elaborada mas na verdade ela é complementar então a gente só tirou da tabela, não tá mudando nada no indicador a gente só mudou a forma de dispor a informação para não confundir o indicador que tá pactuada na primeira linha, e aí a meta tendência de redução ampliação monitoramento está relacionada a primeira linha da coluna da tabela r aí o resto foi colocado em asterisco é apenas esse reajustes de formato mesmo. Aí sim se não tiver mais nenhum comentário a gente pode seguir para o próximo também.
Aí é uma inclusão na verdade bem rápida a gente não tava com a fonte ainda descrita no documento original porque são indicadores que estão em processo de construção a gente tem uma perspectiva de monitoramento desse dado a partir de 2021/2022 como tá aí, e aí a gente só alterou tava diversas órgãos a gente colocou que é uma dado do PLANPAVEL e aí a governança da informação está sendo construída em conjunto com a Secretaria do Verde envolvendo outros órgãos em função de cada caso específico mas são indicadores do PANPLAVEL.

Gabi - 8.4 tem ajuste de texto.

Ana - Na verdade é só de escrita mesmo né tirar uma expressão e ajustar uma virgula, mas hoje o importante que tá na 8.4 ele tá um pouquinho abaixo antes de eu entrar nele, só sobe um pouquinho para todo mundo o texto da meta. A 8.4 é uma meta que a gente municipalizou com enfoque na economia circular então até 2030 promover economia circular no município de São Paulo ampliando a eficiência de recursos globais na produção e no consumo com foco em alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, construção civil, elétrica, eletrônica. A Prefeitura de São Paulo tem iniciativas nesse sentido de fomentar a economia circular por meio da utilização dos coprodutos de alguns setores. Então como é que a gente tira do aterro e utiliza essas produtos gerados que são chamados de coprodutos e não lixo, para alguma finalidade específica a gente tem iniciativas nesse sentido, inclusive uma parceria internacional da coordenadoria de relações internacionais com a Fundação Ellen MacArthur e aí a gente optou por monitorar esta meta a partir destas parcerias que eu tô mencionando

que elas são descritas na contextualização no primeiro parágrafo.

Gabi - Tem um errinho aqui no primeiro paragrafo. Tem como você ver eliminando por princípios resíduos do sistema.

Ana - Deixa eu ler, também não entendi, Vivian você me ajudar nessa expressão.

Vivian - É pra tirar o s, por princípio resíduos do sistema é a questão de resíduos zero né da economia circular.

Ana - Obrigada Gabi.

Gabi - E aí não sei se todos sabem né mas a gente teve aí a oportunidade de contar com um pouco de revisão de texto para as câmaras temáticas que se reuniram antes do final da semana passada a gente conseguiu mandar para uma revisão ortográfica né dos textos mas como a câmera de temáticas ambientais há câmaras temáticas urbanas eram as maiores câmaras temáticas com maior número de atores eles precisaram de até o último minuto para fechar os textos finais, inclusive agradeço a Vivian e por todo esforço e envolveu inclusive o trabalho de madrugada para conseguir mandar para vocês esse documento. Então esse documento especificamente não passou pela revisão ortográfica, então se vocês por acaso nesse momento encontrarem erros ortográficos por favor nos ajudem que esse é o último momento a última revisão final antes da publicação.

Ana - Voltando, a gente tem uma parceria com a Fundação Ellen MacArthur para atuar nesse sentido a gente tem iniciativas em andamento relacionadas a utilização de alimentos e a um compromisso assumido em frente à instituição, em frente ao no meio ambiente do compromisso da nova economia do plástico. E aí a gente optou inclusive em enserir um link para mais informações relacionadas a isso quem tiver interesse. E aí a gente optou na câmara de temáticas ambientais de monitorar essa meta partir dessas parcerias entre o número de parcerias formais a prefeitura nessas temáticas, iniciativas em andamento nessa temática também entendendo que a economia circular é bastante amplo e envolve uma série de secretarias e órgãos municipais. A gente fez um debate também sobre como monitorar isso a partir dos resultados então em termos práticos o quanto que a gente estaria reduzindo da geração de resíduo ou da destinação para aterros desses resíduos. E aí a gente conseguiu inserir uma informação relacionada aos pátios de compostagem da Prefeitura de São Paulo que é esse indicador de autoria da AMLURB porque a gente já tem um trabalho relacionado a isso então a gente já tem série histórica e a informação já estava sistematizada e a gente fez um debate sobre a intercessão de indicador relacionado de uma forma mais ampla a mensuração de coprodutos, coprodutos seriam os resíduos que deixam de ser resíduos eles passam a ter uma finalidade específica. Então é o último quarto indicador que a Gabi está projetando coproduto de embalagens, madeira, folhagens, moda, materiais de construção civil, elétrica e eletrônica. Acontece que da semana passada para essa a gente tava revisando esses indicadores e esse é o indicador onde a gente tem menos 40 do totalidade da agenda em termos de governança da produção da informação em temos até inclusive de fórmula de cálculo, porque as informações relacionadas a materiais de construção civil, materiais coletados em ECOPONTOS, materiais recolhidos de poda de zeladoria que já no trabalho todo feito pela AMLURB para destinação da compostagem, para encaminhamento desses materiais estão sendo monitorados de uma outra forma nas metas 12.3 e 12.5. Então que aí é volume, volume de construção civil, em volume da construção civil destinada ao uso específico, volume de alimentos que são doados a partir do banco de alimentos. Então a gente tem um monitoramento específico dessas informações, o valor agregado que é então juntando isso no único indicador e monitorando a partir de peso não se muita clareza se é a melhor forma de fazer esse monitoramento. Então a sugestão que a gente debateu na internamente e a gente propor para vocês é excluir o monitoramento dessa informação aí na forma de indicador por hora, uma vez que as parcerias ainda estão em andamento e e elas ainda estão avançando no sentido de entender qual que é a melhor forma de monitor o coproduto não necessariamente monitorar por volume total e juntar tudo numa mesma conta faz sentido. Inclusive tem alguns coprodutos aí que a prefeitura não tem dados então modas, é bastante assim incipiente o trabalho que a gente tem ainda e a gente precisa avançar no sentido de entender a melhor forma de monitorar isso. E aí deixar esse texto de indicador, passar para desafios remanentes, e aí a gente referenciar essas outras informações que já estão sendo monitorado em outras metas se não na verdade vai ser uma sobreposição com indicadores que a gente já tem de AMLURB, da secretaria de desenvolvimento econômico e eu acho que é isso. Então se você quiser me complementar só nessa proposta mas basicamente a gente já tem informações desagregadas para monitorar alguns desses coprodutos que a gente não tem indicador agregado incluindo algumas informações que a gente não tem governança, e aí a proposta seria retirar esse indicador específico e colocar em desafios remanescentes.

Vivian - Só complementando é um tema novo, a prefeitura tá colocando, tá enfrentando ele agora e por exemplo quando a gente tiver que pensar a cadeia de produção e consumo da moda, cadeia de produção e consumo do plástico, então coisas que a gente está começando tem projetos que

tão aí para entrar e a gente tem que definir. Mas a gente não teria ainda uma série de dados ou teria clareza de como apresentar essa informação só tem clareza que ela podia ter começado e aí no caso viria por essas parcerias por esses estudos técnicos essa clareza para gente posicionar e talvez aí no âmbito do plano de trabalho né pensando e deixando lastreado como desafio remanescente como é que a gente saiu até 2030 traz informações mais específicas sobre cada um desses nichos né, das cadeias de economia circular. Nesse momento realmente ficaria a ambição né de ter um indicador mas objetivamente a gente não teria nada como levantar e porque também não tem governança sobre esses outros setores é algo que tá sendo construído.

Gabi - Só também colocando eu vi aqui no chat que tem alguns questionamentos né o John falou da questão de moda poda é moda mesmo, questões de resíduos de madeira folhagens é uma coisa e o resíduos de moda a gente sabe aí que a nossa questão que o nosso setor de manufatura né de roupas enfim o comércio no Brás era muito resíduo, é muito retalho tem bastante coisa que poderia ser pensada para zerar esse resíduo de moda das confecções que acontecem aqui em São Paulo né a Viviane tá fazendo também a sugestão de colocar a por princípio entre vírgulas que é o que tá aparecendo aqui, e a Marina também acrescentando indicador de parcerias formais acrescentar parcerias a palavra internacionais né do que eu tô vendo. E aí se alguém quiser mais falar mais alguma coisa, se não a gente fecha e aí seria isso né derruba isso na forma de indicador como que tá agora mas traz, mantém alertado de que essas coisas estão sim sem olhada na parte dos desafios remanescentes como andamento das parcerias que estão acontecendo.

Ana - Eu tô aguardando se tinha algum outro comentário senão eu tava fazendo uma proposta de registro que o remanescente na forma de sugestão que é isso, persiste o desafio de monitora de de forma integrada os coprodutos de alimentos, embalagens, madeiras e folhagens, moda, materiais da construção civil, eletroeletrônicos, que retornaram ao sistema por economia circular no município de São Paulo. É um bom desafio para o plano de ação. Vou jogar aqui no chat aí as pessoas acompanham mais rápido.

Marina – Marina de relações internacionais. Queria fazer dois comentários que eu coloquei no chat sobre as parcerias internacionais como esse indicador vai ficar com a gente, a gente só consegue monitorar parcerias internacionais, e outro parabenizar a Vivian pela coordenação brilhante ela fez esforço surreal para conjugar a gente sabe a quantidade de metas que tinha na temáticas ambientais o debates foram exaustivos a gente teve

muita contribuição, então assim foi um trabalho sem tamanho parabéns Vivian.

Gabi - Eu também quero falar, quero parabenizar a Vivian pela abertura né por um ano tão difícil com tantos desafios em todos os âmbitos né dentro da secretaria, na vida pessoal com tantas coisas sempre muito aberta ao diálogo acolhida todas as contribuições da sociedade civil. Vivian parabéns e obrigado.

Vivian - Obrigada e também só dizer que que foi importantíssima as trocas se eu consegui é porque tive muito interessantes e importantes e enfim um trabalho coletivo mesmo estou com orgulho assim de ter participado e ter conhecido algumas pessoas bem especiais assim nesse processo obrigada mesmo.

Gabi – Então fica registrado a gente então exclui o indicador dada a impossibilidade de fazer um monitoramento na forma proposta nesse momento, mas registra, não deixa esse tema se perder registro ele ainda remanescentes, na forma proposta persiste o desafio de monitorar de forma integrada os coprodutos de alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, materiais da construção civil e eletrônicos, eletroeletrônicos que retornaram ao sistema por economia circular no município de São Paulo. Tudo bem alguém mais quer fazer algum outro comentário em relação a isso ou posso considerar aprovada essa proposta e passar para próxima meta. O próximo comentário Ana era 11.6 só, quer fazer, você quer comentar? Estão me ouvindo? Não estou vendo nenhuma mão levantada. Não sei se a Ana tá alguma dificuldade no áudio enfim.
A Ana está com problemas no áudio, se vcs puderem me ajudar, só a Ana colocou aqui função acumulada pela aqui frota municipal e ela separou foi isso que ela tava junto isso.

Claudia - É porque, vamos lá a SPTrans ela faz esse acompanhamento anual de acordo com a tecnologia né dos motores da frota de ônibus eles fazem o acompanhamento anual da tonelagem por combustível que é reduzida só que a questão da política de mudança do clima determina a redução acumulada em 20 e 30 anos então eles também fazem acompanhamento desta taxa acumulada taxa de redução acumulada. Quando a gente formalizou, é organizou o documento né junto com os colegas de SPTrans a gente tinha deixado tudo numa tabela também seguida, a Ana achou melhor que a gente separasse cada um dos gases é dos tipos de poluente em indicadores separados, então a gente só desagregou desta tabela e aí teve que rescrever a denominação de cada indicador né para de nitrogênio CO2 material particulado, e aí só fez essa separação. Então é a mesma

informação só que separada em três indicadores.

Gabi – Foi só para especificar e adequar ao formato da agenda. Vou passar então para o próximo comentário como Ana teve um problema técnico aí de internet eu não sei onde ele tá mas eu vou passando. Então a gente percebeu aqui que tava com um errinho né no número de, aqui era uma proposta de indicador em percentual e o número que tinha sido registrado é um número um número absoluto então a gente pediu apoio aí para fazer o levantamento mas por enquanto não obteve retorno não sei se a Vivian quer comentar, então a gente acabou deixando em branco, então registrando que o indicador estava em processo de levantamento.

() - Acho que é Ok, deixa assim Gabi porque a gente precisa de um retorno da coordenação de gestão de colegiados na verdade esse valor absoluto é dos CADINS ativos vamos assim dizer né. Mas na nova proposição que é a relação percentual a gente não fez essa discussão é o cálculo na verdade escutar posta mas o cálculo não foi devidamente organizado como a gente prefere que referencie diretamente na unidade ficou em levantamento.

Gabi - Vou passar aqui então para os próximos comentários, aquilo só arrumar tá escrito umas vez né é uma vez né então ele vai ajustar aqui. Necessita criar e o qualificar vou por uma barrinha depois a gente passa pelo documento, o drive não tinha essa ferramenta de revisão ortográfica e agora ele tem, então a gente passa por ela para tentar melhorar aí a qualidade do texto. Não sei se a Ana já fez isso no documento final, é para vocês saberem né essa semana a gente teve uma semana bem intensa de formatação e diagramação, então com base naqueles documentos que foram enviados em Word para vocês eu e a Ana passamos a semana trabalhando nele para que a formatação por exemplo aqui né a gente tem uma meta Global aqui em azul e aí para deixar tudo com a mesma fonte com a mesma cor, demos uma colorida nele parecido com o que vocês já tinham visto no diagnóstico para que as tabelas ficassem, o Brasil é um país.

Ana - Oi tá me ouvindo, desculpa eu tive que entrar no celular fiquei sem internet. O que é correção ortográfica não se preocupa não eu já fiz no arquivo final era mais passar o ajuste de fórmula de cálculo e o texto de indicador.

Gabi - Tá ótimo eu passei junto com a Vivian tanto pela desagregação do dado da emissão o quanto pelo CADES explicando que a gente tinha uma informação ele que tava incompatível com a fórmula de cálculo e a Vivin a explicou que o que está em processo de levantamento informação.

Ana – Acho que isso mesmo acho que as últimas inclusões com relativa da fonte relativa a isso eu não tenho mais nenhuma questão de mudança do quê foi pactuado.

Gabi - Então eu passo a palavra para vocês, se tiverem algum comentário tanto para fazer um comentário final quando para Ana que acompanhou essa câmera diretamente.

Ana – Desculpa passou numa tabela, deixa eu explicar só este. A gente no documento inseriu o valor, tinha inserido o valor de população numa tabela nas ele já estava no texto da contextualização e a informação de levantamento populacional é uma informação censitária, sem periodicidade tinha uma interesse em ajuste de formula de calculo que tava errado mas o principal é que é uma informação que talvez não faça sentido ser monitorada em forma de indicador mais tem um ajuste de contextualização. Então por isso que foi retraída a tabela e mas a informação ela segue no texto e ai os indicadores efetivos teriam proporção de área do município de terras indígenas e os outros relacionados à produção e aí não mudou nada, só segue no jeito que já tava.

Gabi - Vou só dar um tempinho para ver se alguém quer fazer algum comentário em relação a isso , a gente fez essa opção de não usar dados do senso para o monitoramento da agenda, não porque eles não são dados interessantes mas que eles são dados como periocidades que nos permite o monitoramento da agenda no âmbito Municipal então eles até podem servir para fins de diagnóstico mas para fins do monitoramento com atualização anual das informações a gente considerou eles eram dados que não apoiavam aí o monitoramento da agenda no âmbito Municipal. Tô tentando voltar para onde estava a questão dos indígenas mas eu cliquei em algum lugar e aí saiu de lá era só para dar oportunidade de ter mais alguém quisesse comentar. Qual que é Ana, não te ouvi.

Ana - É a 15.6.

Gabi – É se ninguém tiver nenhum comentário. Essas eram as alterações os ajustes propostos no documento da câmera de temáticas ambientais. Eu passo a palavra então se a Vivian quiser fazer um comentário final ou se mais alguém não sei se alguém tá com a mãozinha levantada eu não tô vendo, mais se ninguém tiver mais nenhum comentário a gente considera o documento da câmara de temáticas ambientais aprovada.

Ana - Eu queria só agradecer a Vivian também que enquanto a gente não tem mais em outro comentário porque realmente acho que além de ter

sido a câmara temática com mais instituições da sociedade civil junto com urbana, a gente também foi aqui tá tocando com os assuntos mais progressistas na onde a gente tem menos clareza, na prefeitura de como incidir sobre eles.
Alguns são muito recentes e outros tem um sendo aprovados na forma de instrumentos setoriais específicos muito recentemente, então o trabalho que a Vivian tem de olhar para eles e aproveitar, a mastigar, a tentar fazer sobreposição e identificar onde a gente pode avançar onde não, foi um trabalho muito de lupa mesmo então agradeço e não articulação dela é tudo agilidade envolver os atores mas principalmente trabalho técnico foi feito foi assim excepcional. Então realmente e além disso agradecer todas as instituições da sociedade civil que contribuíram com processo foi um grande aprendizado.

Gabi – Obrigado Ana, então aprovamos a documento da câmara de temáticas ambientais, a gente tinha é uma pausa prevista agora mas como só falta a câmara de temáticas sociais ser aprovada, eu vou sugerir que a gente não faça a pausa e passe para a temáticas sociais a n]ao ser que vocês queiram fazer uma pausa. Vou abrir o chat aqui para ver como que vocês se manifesta, se quiserem fazer cinco minutos para ir no banheiro beber água porque já foram aí 2 horas e pouco de reunião e eu sei que alguém pode querer acompanhar toda a reunião e não, então vamos tocar direto, vamos seguindo ninguém se manifestou pela minha pausa, eu gosto de fazer pausa mas se vocês quiserem que vamos direto, vamos direto.

Giovana - A Mariana levantou a mão Gabi querendo fazer uma contribuição.

Mariana – Eu iria sugerir para dar continuidade e perguntar se agora na câmera de sociais se for de entendimento da comissão que é pertinente eu queria verificar se a gente pode dar voz a Aline ela é do programa Tem Saída e ela gostaria de falar um pouquinho sobre uma sugestão que a gente fez um documento quando for pertinente, se o pessoal concordar embora não seja membro da comissão.

Gabi - Mari, eu vou deixar o pessoal se manifestar, eu acredito que não vai ter problema até porque a gente não tá com problema de tempo né já são 4:30 aí a gente já tá na última câmara temática e depois disso a gente encerra os trabalhos né então eu vou só por uma questão de ordem eu vou pedir para a gente passar a palavra primeiro para Vivi que fez a coordenação da câmara. Viviane se você puder fazer uma palavra sobre como foram os trabalhos e a hora que chegar na neta Mari aí a gente passa a palavra para ela, eu acho que não vai ter nenhum problema.

Viviane - Oi gente boa tarde, falar que o coordenei a câmera é um elogio sem tamanho que vem da Gabi porque ela foi fundamental para gente ela praticamente coordenou toda a câmera porque eu entrei tarde né, eu não era suplente eu fui nomeada depois e ela ajudou muito, ela eu não sei essa capacidade de síntese de chamar todo mundo te entender e te fazer a coisa avançar, parabéns. Eu acho que os pessoal né da sociedade civil, meus colegas de direitos humanos o Mateus e a Amanda também a Ana a Clelia, a Marlene foi fundamental . O Igor que veio algumas vezes, nossa acho que foi um trabalho muito difícil por conta de ser um trabalho muito fragmentado, entrava um , saía (problemas de áudio).

Gabi - Não estou te ouvindo, está muito baixinho. Ela deve estar tentando resolver lá na secretaria, ele tem um problema de microfone, então eu estou aguardando porque eu também não estou ouvindo mais estou aguardando um pouquinho que eu tô entendendo que ela tá tentando resolver. Vivi conseguiu? Eu vou então, é eu queria esperar a Vivi estar aí para retribuir aí o elogio mas eu retribuo elogio para vocês e retribuo para ela depois, de fato a coordenação da câmara de temáticas sociais foi bastante compartilhada então, a Vivi entrou no processo aí com ele já iniciado mas foi um prazer aí poder compartilhar com ela alguém tem bastante experiência na política de assistência social e a coordenação para literalmente compartilhada em alguns momentos porque enquanto a Vivi estava de férias e a gente tava sem uma segunda pessoa da secretaria de desenvolvimento e assistência social a secretaria de direitos humanos e cidadania assumiu a coordenação durante aí é um conjunto de reuniões então deixar registrado meu agradecimento também a Amanda é o Mateus da secretaria de direitos humanos que apoiaram muito o andamento dos trabalhos. Acho que a Vivi já conseguiu retornar, Vivi? Estava retribuindo o elogio, foi muito bom trabalhar com vc.

Viviane - Foi muito bom e todos os participantes né é contribuíram muito eu falei que são indicadores muito sensíveis e muito importantes para prefeitura então os debates foram muito importantes e a gente tentou fazer o melhor assim, tirar o que a gente já tinha na prefeitura que pode.ser indicação para monitoramento dessas metas muito importante né .

Gabi – A 1 ª das contribuições, foi uma contribuição eu percebi né então hoje eu e a Ana estávamos revisando as planilhas de devolutiva da consulta pública pra gente dar um retorno para a população e aí eu percebi que a gente tinha se omitido aí a gente tinha dito que incluiria essa palavra na redação da meta municipal 2.1 que é até 2030 acabar com a fome de garantir o acesso de todas as pessoas em particular os pobres e pessoas em situ-

ação vulnerável ,incluindo crianças. alimentos seguros e o município sugerido saudáveis, nutritivos e sustentar durante todo ano a gente achou que não era foi mais de uma pessoa e a gente achou que não era, apesar de nutritivo já trazer uma parte aí desse conceito, a gente achou que não pecar pelo excesso não é ruim a gente incluiu a palavra saudáveis no documento que foi para vocês foi sem a palavra saudáveis mas a câmara temática já tinha deliberado acatar a sugestão do munícipe de incluir a palavra saudável. Vou passar a palavra então para a gente chegar então o próximo comentário é indicador 5.2.6 que é o indicador que a gente escolheu um dos indicadores, um de um conjunto de indicadores que a gente escolheu enquanto câmera de temáticas sociais para monitorar a meta que fala de eliminar as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada e prioritariamente nessa meta de uma série de indicadores relacionados a notificação sobre violência mas também é o acolhimento é o atendimento nos equipamentos públicos e um dos indicadores que foi proposto para o monitoramento nessa meta fui em mulheres atendidas pelo programa Tem Saída que é um programa de inserção profissional para mulheres vítimas de violência. A sugestão acatada feita pela Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho foi ampliar para 3 mil mulheres, em 2019 foram 492 mulheres e aí a secretaria municipal de desenvolvimento econômico trabalho fez um registro dizendo que após discussão interna a SMDTE gostaria de propor que a meta não seja definida numericamente mas fique registrado apenas ampliar. Há um receio que a definição de um número bastante maior resultado base seja confundido com uma expectativa de aumento da violência e não das ações de sensibilização para a rede de atendimento amplie o seu entendimento de violência não apenas doméstica mas em qualquer ambiente, não apenas física mas qualquer natureza não se restringe ao autor da violência quando for o companheiro, mas qualquer pessoa como familiares que se estenda a mulheres TRANS e que a meta se reflita na ampliação da cobertura dos casos de violência não o aumento dos casos de violência, é isso a gente entendimento que a câmara temática adotou para outros indicadores, então por exemplo notificação de violência contra mulheres e meninas, a gente sabe que pode existir aí uma subnotificação dessa violência e que por um lado ampliar o número de notificações pode ser positivos se a gente estiver cobrindo os casos existentes né.
Então não necessariamente ampliar notificação significa que a violência está aumentando e essa foi uma discussão bastante recorrente na câmara de temáticas sociais sobre quanto monitorar e quando definir ampliar ou reduzir os valores né, então a gente acabou por monitorar meninas em acolhimento por motivo de abandono, mas ampliar o número de vagas em serviço de acolhimento sigiloso e ampliar o número de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira apesar de existir sim essa ambiguidade houve o entendimento no caso de alguns desses indicadores de que estava claro para aquela secretaria de direitos humanos ou de assistência social ampliar o atendimento era necessário porque existe uma demanda maior do que aquela acolhida atendida pela prefeitura de São Paulo e é por isso que em alguns casos foi usada a métrica de ampliação, em outros casos entendeu-se que era melhor monitorar essa informação justamente por conta dessa ambiguidade que traz a pressão entre atender a violência né a gente tem que dar apoio dar cobertura a todas as pessoas que sofreram de violência mas a gente não quer que seja mais pessoas, que a gente não quer que mais pessoas sofram violência. Então Mariana, João se quiserem passar a palavra para pessoa responsável pelo programa Tem Saída para que ela possa complementar e para que a gente possa deliberar sobre a possibilidade de manter essa meta apenas como ampliação sem definir uma um parâmetro de ampliação numérica.

Mariana - Gabi, vc falou perfeitamente o entendimento que a gente teve revisitando na verdade a contribuição que a Aline deu na reunião que ela participou na câmara de temáticas sociais. Eu acho que ela tá aqui eu já dei um toque para ela e ela vai fazer uma contribuição mas a ideia é exatamente é essa não fixar meta numérica e manter o ampliar de uma forma de não dar essa conotação.

Gabi - Nesse sentido de que a gente tem que ampliar na medida em que as mulheres precisem e não ampliar necessariamente para um número específico. Aline pode falar.

Aline - Muito obrigada pelo espaço de fala, Gabriela você falou muito bem né tudo o que a gente discutiu, o João também escreveu muito bem a nota e é nesse sentido né por ser a violência doméstica tão multifacetado e tão complexa a gente prefere ampliar no sentido de ampliar a medida em que o entendimento do que é violência doméstica, violência familiar ampliado também para as vítimas, não são as mulheres como as mulheres TRANS também, somente pontual nesse sentido.

Gabi - Obrigada Aline e vou passar a palavra para quem tiver com a mão levantada eu aqui tá aparecendo algumas pessoas com a mão levantada a gente aproveita a presença da Aline se vocês tiverem dúvidas. Zoraide está com a mão levantada, Taísa eu não sei se tá desatualizado aqui ou se vocês estão com a mão levantada mesmo. Está aberto se alguém quiser fazer algum comentário ou alguma objeção a nossa sugestão, então a sugestão dado esse entendimento é que apesar da gente ter submetido a aprovação do plenário ampliar para 3.000 a gente desse só ampliar para que a gente tenha essa compreensão de que a ampliação tem que

se dar na medida da ampliação desse escopo e na medida da necessidade de atendimento. Então definiu o padrão numérico sem saber quantas mulheres vão sofrer, vão ser vítima de violência, sem ter a clareza de qual é a nossa demanda qual o nosso universo e quem que a gente precisa de fato atender é muito complicado. Então eu quero ouvir se alguém tiver alguma coisa em contrário a essa proposta de ajuste na versão final de invés de ampliar para 3.000 apenas ampliar. A Viviane colocou um de acordo no chat, alguém mais quer se manifestar alguém é contrário essa proposta, senão vou passar para o próximo ponto. A Marlene também colocou o de acordo no chat então eu vou entender que a gente não tem nenhuma manifestação contrária, muito obrigada Aline pela sua participação, muito obrigada João pela nota, muito obrigada Mariana pela interlocução. Então a gente mantém a essa informação como ampliar sem definição de meta numérica. Eu tô rolando a barra e não achando nenhum comentário , Ana se por acaso eu imagino que você esteja no celular eu não tenho certeza mas se você tiver vendo um comentário que eu pulei o mesmo vocês pessoas integrantes aí da comissão Municipal ODS se vocês por acaso tiverem feito algum comentário que eu não abordei por favor me interrompam, eu não tô conseguindo ver no chat, então só abram o microfone e interrompam livremente. É esse comentário que eu fiz aqui em relação a crianças e adolescentes em situação de trabalho, em situação irregular de trabalho atendidos pelos serviços essenciais foi no entendimento que também a câmara temática teve em relação ao atendimento desses adolescentes que estão em situação irregular de trabalho infantil, fica a gente registrar ampliação, foi uma sugestão da população dos municípios então a SMADS tem o entendimento de que existem mais crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho infantil do que os números que eles atendem, então o entendimento foi que era desejável ampliar por que existia uma demanda reprimida de atendimento. Então isso incluiria também o número de crianças e adolescentes recebendo bolsa do programa de erradicação do trabalho infantil, então a gente registraria então uma meta para 2030 de ampliar sem definir uma meta numérica. Porque como a gente disse a gente não quer que mais crianças estejam em situação de trabalho infantil mas a gente quer que todos os crianças que estejam nessa situação tem um apoio assim como os trabalhadores resgatados em situação de trabalho forçado, a gente não quer ter mais trabalhadores resgatados de situação do trabalho forçado mas a gente entende que há uma demanda reprimida ao um número maior de pessoas e crianças nessa situação do que a gente atende atualmente. Então a ideia de ampliar vem do sentido de reconhecer que a demanda é maior do que o que a gente faz hoje. Em relação a essa meta numérica também peço desculpas foi um lapso meu e da e da câmara temática no momento de passar as metas numéricas, a gente tinha aqui apenas ampliação do número de equipamentos municipais é o número de, aliás eu vou fazer a sugestão aqui número de equipamentos municipais né então o número de serviços da Prefeitura e tem postos de atendimento presencial da Central de Intermediação de Libras e parece que a Secretaria Municipal da pessoa com deficiência tem plano ampliar para mim 1100 equipamentos. Então hoje a gente tem, a gente já tem em 2020 mais do que 120 é esse número já aumentou bastante no ano de 2020, o número de equipamentos municipais com postos de atendimento presencial da Central de Intermediação de Libras, atendendo assim a essa população. E a proposta é ampliar para 1100 a mesma coisa em relação a essa meta que é o número de pessoas beneficiárias do programa TRANS Cidadania hoje a gente tem 196 beneficiários e a ideia é ampliar para 500 beneficiários no mínimo. Eu fiz algumas propostas de ajuste de redação do indicador porque eu acho que fica mais claro que a gente diga percentual de servidores públicos municipais ativos negros, uma das coisas que a gente acatou da consulta pública é que a gente tinha proposto só divisão entre Servidores Municipais negros e brancos, e aí a gente tem a informação de todas as desagregações, então pretos, pardos, indígenas, amarelos então foram incluídos aí todos os indicadores relativos ao percentual de Servidores Municipais. E também eu fiz um ajuste na numeração dos indicadores e com a inclusão de mais indicadores ele tinha ficado desatualizada a numeração dos indicadores. Não tem nenhum comentário aqui mais. Aqui a Mariana ontem atualizou uma série histórica do número de beneficiários do programa Operação Trabalho então por isso ela excluiu o comentário da série histórica. Você quer fazer o comentário Mari relação a isso se você não tiver nenhum comentário vou entender que foi uma atualização de série histórica e que não tem um ponto sensível a ser deliberado, a gente só fica.

Mariana - isso é isso mesmo perfeito.

Gabi - Então a gente fica com documento final publicado aí mas completa em relação às informações disponibilizadas. Essa daqui eu tenho um ponto um pouco mais sensível também foi um lapso né na hora do que só foi percebido na hora da revisão do documento pela equipe de Direitos Humanos, depois do envio para vocês então foi com um errinho, não sei se aconteceu na hora do envio se alguém visitou sem querer depois, mas ficou aqui o número registrado para meta de 2030 ficou em numérico mas na verdade era o dado de 19 e a meta para 2030 proposta pela câmara temática 15% para redução dos crimes violentos fatais geral, então o número de crimes violentos fatais, crimes violentos fatais sendo homicídio simples qualificado e lesão corporal seguida de morte, então a proposta é com base na série histórica reduzir em 15% nos próximos dez anos. A mesma coisa em relação aos crimes violentos fatais na população negra mas com uma meta um

pouco mais ousada de 23%, a gente fez uma série de cálculos para chegar nesse número que era uma tentativa de reduzir um pouco mais o número de crimes violentos fatais na população negra para a gente tem uma redução da incidência dessa criminalidade na população negra. É um desafio, uma meta ousada mas depois de muita deliberação a gente chegou nesse valor e muito estudo da série histórica e muitos cálculos. A população demandou que a gente desagregasse esses dados de crimes violentos fatais em mulheres, por gênero, então crimes violentos fatais de mulheres e crimes violentos fatais de homem. Então o Mateus da secretaria de direitos humanos e incluiu para gente a informação do número de crimes violentos fatais de mulheres e do número de crimes violentos fatais de homem, sendo que o somatório de homens e mulheres não é exatamente o número total porque algumas registros não são preenchidos com a informação de gêneros. Então se vocês checarem o total e a informação mulheres mais homens vocês vão ver que não vai ser uma equivalência exata aí da informação total e por isso que a secretaria de direitos humanos considerou relevante manter as três informações. Eu gostaria de ouvir de você se você tem alguma sugestão, a princípio foi por isso que a secretaria de direitos humanos sugeriu esses dois indicadores separadamente né, mas eles deixaram a possibilidade de se a câmara temática achar que faz mais sentido colocar incidência dos crimes capitais em mulheres. Então se vocês olharem na tabela ela eles colocaram aqui o percentual né, esse tipo de configuração na informação não é da nossa configuração padrão né. A princípio a gente tá trabalhando sempre com um indicador por tabela se eu tenho mais de uma informação é isso é mais de um indicador né, mas eles deixaram aqui para que se a comissão Municipal ODS achar que compensa incluir a informação da incidência ou do percentual de crimes violentos para táis que ocorre em mulheres. A princípio a sugestão deles a manter o número absoluto de crimes violentos atuais de mulheres e de homens, se vocês estiverem de acordo com essa proposta ou se quiserem fazer algum comentário fica aberto aí a possibilidade para que vocês comentem. A gente chegou o final do processo de revisão do documento da câmera de temáticas sociais, se ninguém tiver mais algum comentário, eu considero o documento da câmara de temáticas sociais aprovado. Alguém mais gostaria de fazer algum comentário em relação a essa meta especificamente. A Marlene tá com a mão levantada Marlene.

Marlene - Sim, na verdade não é um comentário especificamente sobre esta meta mas especificamente sobre a participação da Liga Solidária, da OAB Pinheiros na temática e outras três que nos dividimos em quatro câmeras porque não dava para participar de todas apesar de necessário. Então eu fico aqui em nome de todos nós né dos quatro participantes agradecer a participação nossa que foi muito bacana, foi um foi aprendizado

na verdade né a nossas contribuições não foram tantas mas a gente conseguiu ouvir muito e foi muito agregador. Em um ano tão difícil né quando 2020 trouxe bastante reflexão principalmente na área da Assistência Social todas com certeza. A gente sabe que tem que serviço de assistência que é uma porta de entrada forte né, então a vulnerabilidade bateu muito forte na porta então assim acho que a contribuição das organizações da sociedade civil nesse sentido é bem boa assim né, a gente consegue ver, consegue saber onde a gente precisa atuar cada vez mais. Então acho que a Viviane teve um papel fundamental nessa câmera né, a Gabriela com certeza também, mas eu acho que para todos nós foi muito agregador. Então gostaria de agradecer em nome da Liga, da OAB de todas as pessoas que puderam contribuir junto com a gente tá bom, beijo para vocês.

Gabi - Obrigada Marlene pelo seu comentário. Mais alguém gostaria de fazer algum comentário não sei se a Taisa tava com a mão levantada. Ah não então tá tranquilo então foi só um delay aqui na atualização. Então a gente considera então aprovada último documento da câmara de temáticas sociais com as alterações propostas, eu retomo aqui então apresentação pra gente fazer o encerramento da reunião, mas temos aí uma agenda Municipal 2030 aprovada todos os sete documentos das sete câmaras temáticas e a gente volta aqui só para encerrar. Ana você quer fazer algum comentário final de encerramento.

Ana - Não na verdade assim é surreal imaginar a gente conseguiu né então, eu ainda estou digerindo o fato de que realmente a gente tem uma agenda tempo do que a gente pactuou e assim é gratificante, é um privilégio poder fazer parte desse trabalho.

Giovana - Eu quero agradecer Gabi e Ana pela parceria por todo esse processo a todas e a todos especialmente vocês duas muito obrigada por tudo isso.

Gabi - Então a gente termina a apreciação da Agenda Municipal de 2030, eu queria chamar o Alexis para que ele faça uma explicação né sobre uma um trabalho que a secretaria de governo fez em relação a governabilidade dos indicadores.

Alexis - Isso mesmo alegria imensa saber que a gente conseguiu concluir esse trabalho muito bom com tanto participação, muita discussão com o processo o rico e resultado do rico e o documento, a gente tá aqui no governo fazendo uma parte Inicial introdutório no documento separando que metas tem governabilidade da prefeitura, porque isso, porque tem lá as metas aí pode ser quando a gente tava definindo as câmaras temáticas

as metas teve discussão mas essa mente não está sob o controle da prefeitura, mas isso aqui são metas para cidade então não necessariamente são meta de governabilidade da Prefeitura. Apesar de quase todas irem na grande maioria e algumas com governabilidade parcial, vou dar um exemplo que envolve o bolsa família, tem outra parte que o município faz e tem outra parte que é o governo federal quem paga é o governo federal, o governo quem aprova seu cadastro se não a governo federal. Então a gente tem uma participação assim como em vários outros assuntos e alguns são metas nossas mesmo algumas que a gente discutiu hoje, cursos dados pela UMAPAS vários são a prefeitura que faz depende só dela fazer, alguns a prefeitura tem uma governabilidade parcial pra aquilo acontecer ela tem que interagir com outros atores relevantes quais quer que sejam eles municipais ou privados, sejam da sociedade civil e outros que estão totalmente fora da governabilidade, tem algumas metas que realmente não há nada que o município possa fazer.
Uma decisão total do Governo Federal ou do Governo Estadual ou de empresas e o município não tem muito o que fazer. Então a gente está propondo essa classificação é só um texto introdutório não muda o texto que a gente aprovou aqui agora é um capítulo introdutório só separando ali o que que a prefeitura entende que da sua governabilidade, o que que ela tem governabilidade parcial e o que que tá fora da governabilidade da prefeitura, então fica um documento aí amplo com metas estão na governabilidade da Prefeitura e outras que não estão e isso só tá sendo ali destacado em um texto introdutório. Isso é um trabalho aqui que a prefeitura tá fazendo documento final vai conter esse capítulo aí acho que essa discussão passou por várias câmaras temáticas mas como não tinha sido discutido ainda aqui na no plenário, tô trazendo aqui a conhecimento dos senhores. E com isso, ah sim esse slide aqui que até tinha puxado no início a pedido do Jorge, quando ele fez uma pergunta trago aqui de novo e aproveito para fazer uma correção. Quando a gente falou ali do prazo de 90 dias mais 90 dias espero que o Jorge esteja aqui com a gente ouvindo, pelo que eu tô vendo aqui parece que ele não está mas eu posso falar com ele depois, realmente são 180 dias após os 90 dias essa é a regra do Decreto que cuida do plano de ação da Subprefeitura, eu até vou botar o artigo aqui no link daqui a pouco, mas é a regra que já vigia aí para o plano de ação da Subprefeitura. Para o plano de ação da agenda municipal está propondo que siga o mesmo prazo é 180 dias é que durante esses primeiros 90 que vão de Abril a Junho é o período em que ocorrem as audiências públicas, o fim das audiências públicas consolida-se aí esses dois os documentos e o plano de ação das subprefeituras e o plano de ação da agenda Municipal 2030. Ah, precisa correr os 180 dias final, acho que dá para acabar antes, acabando essas audiências públicas em junho dá para ir em julho, agosto aí no máximo, é plenamente factível que a gente consiga concluir

esse plano de ação. Bom de qualquer maneira é uma agenda proposta só tô corrigindo ali o aspecto normativo é que eu tinha me equivocado no começo da reunião, as reunião vc vê aqui da ação do plano que tá prevista aqui para Agosto e é uma previsão inicial se a gente vê que a gente tem condições de antecipar gente antecipa, agosto tem 180 dias que seria até o final de setembro da matéria já estaria antecipando um mês, estaremos fazendo em 150 dias nesse caso. Mas isso tudo depende da data que de fato o plano de metas fica pronto que as agências públicas ocorrerem. Então até aqui é uma agenda preliminar, a gente tem a intenção de encerrar o primeiro semestre tendo esse plano de ação aí já bem desenhados, se possível já aprovado no máximo em agosto. É a proposta que fica aqui, não sabemos quem vai cuidar dessa pauta aí a partir do ano que vem, então fica aqui como um título de sugestão a comissão continua, todos os membros eleitos da sociedade civil tem mandato aí continua, os membros do poder público pode ter uma rearranjo mas ai depende da composição das pessoas que elas representam secretarias né não podem haver alguma mudança aí. Então agora acho que podemos ir para o próximo slide.

Gabi - Eu só queria dizer que está previsto né no Regimento e tudo mais que a gente precisa aprovar esse calendário então só por uma questão é regimental a gente só precisa aprovar o calendário, é claro que ele está sujeito a alterações no futuro mas como a pela lei a gente precisa assim a cada 3 meses a gente fez uma proposta de reuniões Ordinárias que podem ser complementados depois para reuniões extraordinárias, mas isso significaria que a gente se veria pela primeira vez no ano de 2021 no dia 25 de Fevereiro é claro que as coisas podem mudar mas vocês serão informados casa qualquer uma dessas datas se altere, mas é só porque por uma questão de formalidade a gente pode dizer então que ninguém tiver nada em contrário está aprovada o calendário de reuniões originárias para comissão para 2021.

Alexis - Isso ai Gabi, exatamente, se for 25 de Fevereiro se dá após o carnaval até a Gabi falou nossa vai marcar após o Carnaval vai reforçar o negócio da prefeitura. Não é nada disso, é porque o programa de meta já vai sair uma fase mais avançada da sua elaboração e a previsão dele acabar final de Março então é para casar os processos de planejamento aqui. A ideia deve chegar depois do Carnaval já com bastante trabalho feito, foi por isso que foi marcado pra essa data. Com isso, alguém quer fazer alguma manifestação a respeito desses pontos ou de mais algum?

Marina - Eu só queria que ficasse um pouco mais claro, aqui é Marina, eu só queria saber mais especificamente qual vai ser a data do lançamento da agenda. Se vai ter, como que vai acontecer assim vai ser o lançamento

como vai ser não sei se eu perdi essa parte no começo.

Alexis - Vc não perdeu a gente não marcou isso mesmo a gente ainda não conseguiu organizar isso, é uma questão para gente fechar com agenda do prefeito agora que a gente aprovou ele tá acompanhando isso ele sabe que tá nesse período agora de aprovar a agenda 2030, então agora a gente leva ele para ele o documento pronto e aí precisa organizar ai um evento de lançamento disso, eu preciso, a gente para combinar isso com prefeito com pessoal que controla agenda do prefeito. Assim que tivermos uma posição disso comunicaremos a todos aqui da comissão para que todos possam se organizar com a devida antecedência. Mais alguém quer falar de algum ponto , não, então tá bom. Gente, cumprimos a nossa meta, genial chegamos ao final temos agenda Municipal 2030 aqui aprovada pela comissão. Quero agradecer imensamente o trabalho e esforço enorme de todos estão aqui, eu sei que foi , demandou bastante de todos que estão aqui o esforço tremendo aí de todo mundo da sociedade civil, do governo, várias outras pessoas que nem estão aqui também mas que participaram das câmaras temáticas. E com isso chegamos ao fim. Quero desejar um ótimo Natal a todos um feliz ano novo que tenham uma passagem ótima, cuidado com a pandemia, não acabou0 comemore o moderação no convívio familiar do jeito que for possível com segurança para que a gente se veja na parente aqui em fevereiro e dê continuidade a esse trabalho maravilhoso aí que a gente tá conseguindo levar a diante, muito obrigado a todos, tchau gente.

Voltar ao Índice

Planos de trabalho das Câmaras Temáticas:

Plano de Trabalho da Câmara Temática SP Sustentável

para elaboração do “Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030”

1. IDENTIFICAÇÃO

- Nome da Câmara Temática:

Câmara Temática SP Sustentável

- Membros da Câmara Temática (titulares e suplentes):

I - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente:
* 1º Titular: Vivian Prado de Oliveira, RF 777.035.9;
* 1º Suplente: Deborah Schmidt Neves dos Santos, RF792.934.0;
* 2º Titular: Maralina dos Reis Matoso, RF 828.773.2;
* 3º Titular: Christina Otani Kitamura, RF 786.421.3;
* 3º Suplente: Giovana Barbosa de Souza, RF 838.652.8;
* 4º Titular: Débora Cristina Santos Diogo, RF 779 682.0;
* 5º Titular: Solange Santos Silva Sánchez, RF 631.089.3;

II - Secretaria Municipal de Relações Internacionais:
* Titular: Bruna Manna Starling Diniz, RF 847.843.1;
* Suplente: Wagner Luiz Taques da Rocha, RF 841.457.2;

III - Secretaria de Governo Municipal:
* Titular: Leonardo Barbosa Oliveira, RF 835.950.4;
* Suplente: Thiago Luiz Rosasco Ermel, RF 835.904.1;

IV - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana:
* Titular: Túlio Barrozo Rossetti, RF 855.099.9;
* Suplente: Renato Recife Guimarães Ferreira, RF 855.083.2;

V - Secretaria Municipal de Segurança Urbana:
* Titular: Angela Maria Branco, RF 583.787.1;
* Suplente: Márcio César Lopes da Silva, RF 588.210.9;

VI - Secretaria Municipal das Subprefeituras:

* Titular: Thais Joyce da Silva Amorim, RF 850.418.1;

VII - Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU):
* Titular: Rita de Cássia Borges Ribas, CPF 085.320.438-10;

VIII - União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP):
* Titular: Bruno Santos Silva, CPF 446.136.658-84;
* Suplente: Felipe Alves Ferreira, CPF 433.976.908-89;

IX - Universidade de São Paulo (USP):
* Titular: Denise Crocce Romano Espinosa, CPF171.482.888-35;

X - Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP):
* Titular: Leonardo Rafael Musumeci, CPF 334.619.348-95;
* Suplente: Kaísa Isabel da Silva Santos, CPF 289.080.568-90;

XI - OAB - Seção São Paulo - 93º Subseção Pinheiros:
* Titular: Thaís Maria Leonel do Carmo, CPF 266.161.258-07;
* Suplente: Carlos Alberto Maluf Sanseverino, RG: 8.390.027-5;

XII - Instituto Akatu:
* Titular: Fernanda Yumi Iwasaka, CPF 386.719.238-35;
* Suplente: Bruno Duarte Yamanaka, CPF 396.608.218-75;

XIII - União dos Escoteiros do Brasil - Região de São Paulo:
* Titular: Beatriz Nunes Nasevicius Barbosa, CPF 449.828.978-16;

XIV - Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo):
* Titular: Nina Orlow, CPF 035.604.868-31;

XV - Instituto Siades - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável:
* Titular: Mary Lobas de Castro, CPF 148.412.958-01;
* Suplente: Samia Nascimento Sulaiman, CPF 293.395.498-21;

XVI - Eccaplan - Consultoria em Desenvolvimento Sustentável LTDA:
* Titular: Fernando Antônio Beltrame, CPF 279.005.008-20;
* Suplente: Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti, CPF 382.107.578-30;

XVII - Centro Estudos Pesquisa Documentação em Cidades Saudáveis (CEPEDOC):
* Titular: Camila Cristina Barbosa dos Santos, CPF 112.390.636-01.

- **Coordenadora da Câmara Temática:**
Vivian Prado de Oliveira, RF 777035-9

- **Metas da Agenda Municipal 2030 que estão sob atribuição da Câmara Temática:**

ODS Nº meta Redação da meta municipal, segundo texto da Agenda Municipal 2030

ODS 2
Fome Zero e Agricultura Sustentável2.4 Até 2030, que ao menos 60% das propriedades agropecuárias do município promovam práticas agroambientais satisfatórias, de caráter sustentável, promovendo a manutenção e ou recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade local, com melhora progressiva da qualidade da terra e do solo, e fortalecendo a resiliência do município diante dos desafios das mudanças climáticas.

ODS 2
Fome Zero e Agricultura Sustentável2.5 Até 2025, plantar e fornecer, por meio dos Viveiros Municipais, preferencialmente espécies nativas do Município, com ações do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU).

ODS 3
Saúde e Bem-Estar 3.9 Até 2030, ampliar o atendimento dos programas VigiAr, VigiSolo, VigiQuim e VigiDesastres no município de São Paulo, bem como incentivar e promover outras iniciativas articuladas com outros parceiros e atores, visando prevenir e reduzir a exposição da população aos riscos de saúde associados à poluição do ar, do solo e por produtos químicos.

ODS 6
Água potável e Saneamento 6.6 Até 2030, instituir e implementar o Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Nascentes e Cursos D'Água no município de São Paulo.

ODS 8
Trabalho Decente e Crescimento Econômico 8.4 Até 2030, promover a Economia Circular no município de São Paulo, ampliando a eficiência de recursos globais na produção e no consumo, com foco em alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, construção civil e eletroeletrônicos.

ODS 9
Indústria, Inovação e Infraestrutura 9.4 Até 2030, por meio do licencia-

mento ambiental industrial, regularizar, influenciar e ampliar os critérios de atendimento das indústrias municipais à necessidade crescente de uso eficiente dos recursos naturais e da adoção de processos industriais limpos e ambientalmente corretos, fortalecendo as iniciativas municipais de modernização da infraestrutura e da reabilitação das indústrias em busca da sustentabilidade.

ODS 11
Cidades e Comunidades Sustentáveis 11.6 Até 2030, reduzir as emissões de poluentes atmosféricos (material particulado – 90%, NOx – 80% e GEE – 50%), conforme determinações da Política de Mudança do Clima, impactando na melhoria da qualidade do ar e promovendo a gestão eficiente da Frota de Ônibus que presta serviço de transporte público no município de São Paulo.

ODS 12
Consumo e Produção Sustentáveis 12.2 Até 2030, promover a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, por meio da ação integrada entre os órgãos e instituições da Administração Pública que exerçam intervenções no Sistema de Áreas Verdes, Áreas Protegidas e Espaços Livres do município, fortalecendo a Educação Ambiental formal e não formal descentralizada e a participação da sociedade civil.

ODS 12
Consumo e Produção Sustentáveis 12.4 Até 2030, promover a qualificação das bases de dados relacionadas à gestão de resíduos perigosos no município, por meio da sistematização das informações relacionadas ao transporte de produtos perigosos e à gestão de resíduos perigosos no município, além de ampliar o conhecimento sobre o número de áreas contaminadas, com vias a minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

ODS 12
Consumo e Produção Sustentáveis 12.5 Até 2030, qualificar as bases de dados relacionadas à gestão de resíduos no município de São Paulo, além de promover melhorias de gerenciamento, insumos tecnológicos e educação ambiental que estimulem a redução do uso de matérias-primas, energia e água, a redução do desperdício nas fontes geradoras públicas e privadas, bem como a reutilização direta dos produtos, a reciclagem de materiais e a compostagem, de acordo com o disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e no Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS).

ODS 13
Ação Contra a Mudança Global do Clima13.1 Até 2030, implementar as medidas necessárias para fortalecer a resiliência do município às mudanças climáticas, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população paulistana e aumentando sua capacidade de adaptação.

ODS 13
Ação Contra a Mudança Global do Clima13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos municipais.

ODS 13
Ação Contra a Mudança Global do Clima13.3 Até 2030, promover e aprofundar as temáticas da mudança do clima nas ações da Política Municipal de Educação Ambiental, fortalecendo sua implantação e ampliando os públicos-alvo, de modo a aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional no enfrentamento dessas temáticas.

ODS 13
Ação Contra a Mudança Global do Clima13b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento e gestão eficazes relacionados aos riscos da mudança do clima no município de São Paulo, preparando a cidade e protegendo as pessoas e bens.

ODS 15
Vida Terrestre 15.1 Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, por meio da implantação, gestão e manutenção de áreas verdes públicas relacionadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e ao Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – SAPAVEL.

ODS 15
Vida Terrestre 15.2 Até 2030, promover a implementação da gestão sustentável dos remanescentes de vegetação do município de São Paulo, em área contínua ou isolada, por meio de atividades de monitoramento de ocorrências e crimes ambientais nas áreas verdes, áreas protegidas e espaços livres, detendo o desmatamento e incrementando a cobertura vegetal por meio dos dispositivos estabelecidos no Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) e no Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU).

ODS 15
Vida Terrestre 15.3 Até 2030, reduzir a degradação do solo no município de São Paulo, ampliando o monitoramento sobre movimentos de terra relacionados a deslizamentos, solapamentos e disposição irregular de resíduos, bem como combatendo processos de desertificação e exposição do solo em áreas verdes públicas, promovendo a recuperação ambiental de áreas degradadas.

ODS 15
Vida Terrestre 15.5 Proteger a fauna silvestre do município, por meio do conhecimento, atendimento, monitoramento e reabilitação de espécies ameaçadas, detendo a perda da biodiversidade e embasando políticas públicas de redução dos impactos à fauna silvestre.

ODS 15
Vida Terrestre 15.6 Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas dos povos indígenas relevantes à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, bem como a utilização consuetudinária dos recursos biológicos, terão sido respeitados de acordo com seus usos, costumes, tradições e formas de organização social, garantindo-lhes o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado, bem como à autodeterminação, inclusive sobre projetos de desenvolvimento que afetem seus recursos e territórios, como mecanismos efetivos de sua participação social nas diferentes instâncias participativas do município.

ODS 15
Vida Terrestre 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da fauna protegidas, de acordo com as diretrizes do Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres (COMETAS).

ODS 15
Vida Terrestre 15.8 Até 2030, garantir a implementação de medidas de erradicação das espécies exóticas invasoras arbóreas no município de São Paulo, com ações do Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU).

ODS 15
Vida Terrestre 15.9 Até 2030, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento local, visando ampliar e requalificar as áreas verdes públicas prioritariamente nos territórios densamente ocupados, carentes de cobertura vegetal e de áreas públicas de lazer, maximizando os serviços ecossistêmicos e aprimorando a governança e gestão das áreas verdes, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – PLANPAVEL.

2. OBJETO DE ANÁLISE

Da análise da versão preliminar do Programa de Metas 2021-2024, foram identificadas as seguintes correlações entre suas metas e as metas da Agenda Municipal 2030 sob atribuição dessa Câmara Temática.

Meta do PdM
Número e textoMeta relacionável da Agenda Municipal 2030 Demandas de coleta de informação para aprofundamento nas iniciativas já previstas no Programa de Metas

Meta 11

Beneficiar 27.000 famílias com urbanização em assentamentos precários
6.6
12.2 A urbanização de assentamentos precários tem um potencial impacto positivo no Programa Municipal de Conservação e Recuperação de Nascentes e Cursos D'Água no Município de São Paulo.

-Como fica a articulação quanto à implantação de projetos de urbanização e temáticas ambientais (recuperação dos corpos d'água/nascentes e educação ambiental)?

-Os projetos visam abordar a implantação de cobertura vegetal e recuperação de mata ciliar?

Meta 40

Implantar 6 Territórios CEU 6.6
15.1
15.9 Informações complementares: iii) redesenho urbano para melhoria das condições de convívio e lazer, integração de áreas verdes e recuperação de espaços degradados; iv) melhorias de micro drenagem de águas pluviais

Iniciativa b. Elaborar Plano de intervenção urbano e integração dos serviços públicos

-Como isso dialoga com a requalificação dos espaços livres públicos?

-Como serão instituídos os mecanismos de participação popular em cada território?
- Quais ações (se existem) diretamente relacionadas à Educação Ambiental?

Meta 59

Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada a economia verde e fomento a tecnologias ambientais

2.4
15.1 a. Publicar o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMADRSS
-O PMDRSS possui ação específica para hortas urbanas? Quais e com que horizontes?
-Existe mapeamento das áreas públicas a serem destinadas a hortas urbanas?
-Existe mapeamento das áreas públicas onde já existem hortas urbanas?

d. Qualificar beneficiários do Projeto POT Hortas e Viveiros da Comunidade;
-Hortas da comunidade é o mesmo que hortas urbanas?

e. Realizar capacitações em temáticas relacionadas a economia verde, como Hortas urbanas, agroecologia, desenvolvimento rural e estufas (Programa Green Sampa).
-Como estão pensadas essas capacitações em relação à distribuição dos produtos ou sobre a origem da água para irrigação?
-A produção se restringirá à comunidade (importante para mensurar a área do terreno)?
-Existirá orientação sobre se o terreno é apto para receber hortas urbanas?
-Toda horta urbana é orgânica?
Meta 60

Implantar 8 novos parques municipais 6.6
12.2
15.1
15.9
a. Implantar 8 novos parques municipais;
-6.6: Algum dos parques previstos possui ação específica para nascentes (preservação e ou recuperação)?

Meta 61

Implantar 2 Unidades de Conservação. 6.6
12.2
15.1
15.9 Sem questionamentos.
Meta 62

Plantar 180.000 novas árvores no Município. 2.5
15.3
15.8
15.9
13.1
13.2
13.3
13b
-2.5: Quantas mudas de nativas com DAP adequado para plantio já existem/existirão nos viveiros para o ano de 2022 (início previsto para o plantio/fornecimento)?

-15.3: Estão considerados nesses 180 mil plantios relacionados a TAC?

-15.8: Estão considerados nesses 180 mil os plantios de substituição de árvores exóticas invasoras?

-15.9: Como será garantida a diversidade interespecífica e intraespecífica de nativas?

Meta 63

Implantar novo Hospital Veterinário 15.5 - O hospital visa atender fauna silvestre?
Meta 64

Garantir o atendimento, a soltura e/ou a destinação adequada de todos os animais silvestres apreendidos, na cidade de São Paulo, pelos órgãos de defesa ambiental. 15.5
15.7 a. Dar continuidade ao atendimento dos animais silvestres

- No próximo quadriênio, quais são os principais entraves para o adequado atendimento à fauna silvestre?

- Sobre reabilitação, quais principais dificuldades?

Meta 66

Atingir 100% de cumprimento das metas individuais de redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa pela frota de ônibus do transporte público municipal. 11.6
13.1
13.2
13.3
13b

Sem questionamentos, meta 11.6 em si.

Meta 67

Reduzir em 600 mil toneladas, a quantidade de resíduos enviados aos aterros entre 2021 e 2024

12.5 Reitera-se as sugestões incluídas na consulta pública do PdM em relação às iniciativas da Meta 67:

1. Alterar a iniciativa "h" para "Atingir a totalidade de 899 feiras livres, a totalidade da poda, 37 mercados e sacolões municipais, 300 escolas municipais e outros grandes geradores públicos com o Projeto de Compostagem em funcionamento.".
2. Incluir "Instalar unidades de compostagem de maior escala (acima de 100 toneladas de resíduos orgânicos, segregados na fonte, por dia de capacidade) em áreas de aterros desativados e ativos.".
3. Incluir "Implantar um experimento de coleta seletiva de resíduos orgânicos domésticos no Distrito Lapa."
4. Incluir "Ampliar o Projeto de Compostagem Doméstica, com cessão de pelo menos 8.000 composteiras ou outra alternativa."
5. Incluir "Criar programa de assistência técnica para iniciativas de compostagem comunitária."

Meta 74

Implantar o Portal Único de Licenciamento da cidade de São Paulo.

9.4
12.4 a. Realizar estudos de aperfeiçoamento dos processos e criar/editar normativos necessários ao funcionamento do Portal;

d. Integrar cada procedimento ao Portal.

- O licenciamento ambiental de indústrias está contemplado a fazer parte do portal?

- Com o portal implementado, qual o impacto na quantidade de emissões de licenças ambientais para a indústria?

- Impacto na qualificação das bases de dados relacionadas a áreas contaminadas?

3. CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Tendo em vista o calendário 2021 da Comissão Municipal ODS:

• Até 16/06/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar Plano de Trabalho
24/06/2021 – REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT

• Até 04/08/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)
12/08/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano

• Até 15/09/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)
23/09/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano

• 04 a 24/10/2021 - CONSULTA PÚBLICA

• Até 01/12/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar texto final do Plano de Ação
09/12/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS

OBS1: A data prevista para publicação da versão final do PdM é dia 30/06/2021. A partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião. Entende-se assim, que este Plano de Trabalho constitui indicativo preliminar de pauta, podendo ser atualizado pelo grupo durante o processo de trabalho.
OBS2: Em relação à 2ª rodada de debates da Câmara Temática, que con-

sistirá na "Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025", será compartilhada até o final de julho síntese com o material preliminar do PPA a ser analisado. Da mesma forma, a partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião.

Data da reunião Horário da reunião Pauta da reunião Atores a convidar
(sociedade civil e/ou governo)

09/06 15h – 17h 1. Abertura dos trabalhos da CT SP Sustentável 2021
2. Definição de dia e horário para as reuniões ordinárias da CT
3. Definição de apoio secretarial em relação às atribuições da CT (registro de participações e atas)
4. Início da elaboração do Plano de Trabalho (prazo final de entrega em 16/06) NA

Até 16/06 Finalizar Plano de Trabalho

24/06 15h REUNIÃO DO PLENÁRIO |
Aprovar Planos de Trabalho das CT

30/06 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PdM

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

07/07 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PdM

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

14/07 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PdM

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

21/07 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PdM

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

28/07 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PdM

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

Até 04/08 Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação
(Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)

12/08 15h REUNIÃO DO PLENÁRIO |
Aprovar conteúdo mínimo do Plano

18/08 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PPA

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

25/08 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PPA

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

01/09 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PPA

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

08/09 15h – 17h Avaliar e aprofundar correlação Agenda ODS e Metas PPA

Avaliar correlação das metas da CT com os demais planos/projetos setoriais
Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

Até 15/09 Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação
(Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)
23/09 15h REUNIÃO DO PLENÁRIO |
Aprovar conteúdo adicional do Plano
04-24/10 CONSULTA PÚBLICA
03/11 15h – 17h Debate das devolutivas da Consulta Pública Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

10/11 15h – 17h Debate das devolutivas da Consulta Pública Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

17/11 15h – 17h Debate das devolutivas da Consulta Pública Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

24/11 15h – 17h Debate das devolutivas da Consulta Pública Secretarias / instituições com relevante apropriação e trabalhos nos temas das metas da CT.

Até 01/12 Finalizar texto final do Plano de Ação
09/12 15h REUNIÃO DO PLENÁRIO |
Aprovar texto final do Plano ODS

REFERÊNCIAS

•"Agenda Municipal 2030":
https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/system/documents/attachments/000/000/642/original/88e13ded42f80a35301bf2758183fb42b3537f2b.pdf

•Planilha com os indicadores da "Agenda Municipal 2030" e indicações iniciais de correlações com o Programa de Metas 2021-2024; e

•Devolutivas dos dois blocos da Consulta Pública de 2020 sobre a Agenda Municipal 2030:

https://cloudprodamazhotmail.sharepoint.com/sites/CPE/Shared%20Documents/Forms/AllItems.aspx?ct=1623197310884&or=OWA%2DNT&cid=46463533%2D74a6%2D2a4a%2D76fb%2D2d4e8c7c5d99&originalPath=aHR0cHM6Ly9jbG91ZHByb2RhbWF6aG90bWFpbC5zaGFyZXBvaW50LmNvbS86ZjovcY9DUEUvRXV6MkVGVWIfeEJHcG5ubWNTRFRjRVFCLUthRjM5X1U4VTR1LVRTRDlicndjQT9ydGlt-ZT1ULXpSdWRvcTJVZw&viewid=bf80122d%2D8e1f%2D4089%-2D8406%2Dac3e113a3299&id=%2Fsites%2FCPE%2FShared%20Documents%2FODS2021%2F%5FComissaoMunicipalODS%2F%5FCamaras-Tematicas2021%2F%28ODS%29%20CT%20SP%20Sustent%C3%A1vel

•Arquivos do Programa de Metas 2021-2024: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/programa_de_metas_20212024/

Plano de Trabalho da Câmara Temática SP Justa e Inclusiva

(para elaboração do "Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030")

1. IDENTIFICAÇÃO

- Nome da Câmara Temática: SP Justa e Inclusiva
- Membros da Câmara Temática (titulares e suplentes):

Titular	Tomás Magalhães Andreetta
Suplente	Viviane Canecchio Ferreirinho
Titular	Matheus de Lima
Suplente	Amanda Theodoro de Souza
Titular	Gabriela Chabbouh
Suplente	Ariane Maris Gomes Lacerda
Titular	Cléa Nunes da Silva
Suplente	Kaísa Isabel da Silva Santos

Titular	Marlene Ferreira da Rocha
Suplente	Marcos Antônio Muniz de Souza
Titular	Paloma de Lima Santos
Suplente	Igor Pantoja
Titular	Fatima Madalena de Campos Lico
Suplente	-
Titular	Andrea Rabinovici
Suplente	-
Titular	Ruan Neto Pereira Alves
Suplente	Juliana Romualdo Corrêa

Coordenador(a) da Câmara Temática: Tomás Magalhães Andreetta

Metas da Agenda Municipal 2030 que estão sob atribuição da Câmara Temática:

ODS 1	1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os distritos do Município.
ODS 1	1.2	Até 2030, reduzir a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.
ODS 1	1.3	Assegurar, em nível municipal, até 2030, o acesso aos programas de transferência de renda, às pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme critérios de acesso.
ODS 1	1.b	Criar marcos políticos sólidos em nível municipal com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero e a raça/cor, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.
ODS 2	2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, saudáveis, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

ODS 5	5.1	Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade.
ODS 5	5.2	Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade.
ODS 5	5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme contexto municipal.
ODS 5	5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
ODS 5	5.a	Garantir a efetiva implementação das leis e políticas que certificam às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
ODS 5	5.b	Garantir a igualdade de gênero no acesso a habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as especificidades de pessoas com deficiência, especificidades socioculturais e os recortes étnico-raciais.
ODS 5	5.c	Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação considerando as especificidades de pessoas com deficiências, especificidades socioculturais e os recortes étnicoraciais.

ODS 8	8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.
ODS 10	10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
ODS 10	10.3	Garantir que a diferença percentual entre o rendimento médio real de negros e não negros não seja maior que 15%, promovendo a igualdade de oportunidades e a redução as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
ODS 10	10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, visando reduzir pela metade a desigualdade na taxa de emprego formal por habitante entre o melhor e o pior distrito do município.
ODS 10	10.7	Apoiar a população imigrante visando a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.
ODS 16	16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os distritos.
ODS 16	16.2	Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.
ODS 16	16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
ODS 16	16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

2. OBJETO DE ANÁLISE

A partir da versão preliminar do Programa de Metas 2021-2024, identificar as possíveis correlações entre suas metas e as metas da Agenda Municipal 2030 sob atribuição dessa Câmara Temática. Registrar em "Demandas de coleta de informação" as perguntas que precisam ser endereçadas previamente aos responsáveis pela meta do PdM, de forma que as reuniões sejam mais produtivas.

Número e texto da meta do PdM que analisarão	Meta da Agenda Municipal 2030 que pode se relacionar	Demandas de coleta de informação para aprofundamento nas iniciativas já previstas no Programa de Metas
1 - Atender 1.500.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional	1.3	SMADS
16 - Ampliar em 50% o número de atendimentos realizados nos equipamentos exclusivos para mulheres	5.2	SMDHC, SMADS, SMDET
17 - Combater o racismo, por meio da implementação de 8 iniciativas de melhoria no atendimento da população negra e/ou de promoção da igualdade racial	5.1	SMDHC
18 - Dobrar o número de beneficiários do Programa Transcidadania, expandindo o público-alvo	10.2	SMDHC

55 - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda	5.2	SMDET

3. CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Tendo em vista o calendário 2021 da Comissão Municipal ODS e a proposta de metodologia para elaboração do Plano de Ação aprovados em Plenário, preencher o calendário de reuniões da Câmara Temática, prevendo seus horários, pauta e atores a serem mobilizados.

- Até 16/06/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar Plano de Trabalho
- 24/06/2021 – REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT
- Até 04/08/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)
- 12/08/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano
- Até 15/09/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)
- 23/09/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano
- 04 a 24/10/2021 - CONSULTA PÚBLICA
- Até 01/12/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar texto final do Plano de Ação
- 09/12/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS

OBS1: A data prevista para publicação da versão final do PdM é dia 30/06/2021. A partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião. Entende-se assim, que este Plano de Trabalho constitui indicativo preliminar de pauta, podendo ser atualizado pelo grupo durante o processo de trabalho.
OBS2: Em relação à 2ª rodada de debates da Câmara Temática, que consistirá na "Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025", será compartilhada com a Câmara Temática até o final de julho uma síntese com o material preliminar do PPA que ela deverá analisar. Da mesma forma, a partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião.

Data da reunião	Horário da reunião	Pauta da reunião	Atores a convidar (sociedade civil e/ou governo)
10/06	14h30 – 16h	Discussão do Plano de Trabalho	Apenas membros da CT
15/06	15h – 17h	Aprovação do texto final do Plano de Trabalho	Apenas membros da CT
Até 16/06	Finalizar Plano de Trabalho		
24/06	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT	
01/07	14h30 – 16h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam a Agenda Municipal 2030: 5.2 (SMDHC e SMADS)	Apenas membros da CT (Coordenação de Políticas para Mulheres/SMDHC e Coordenação de Proteção Social Especial/SMADS)
08/07	14h30 – 16h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam a Agenda Municipal 2030: 5.2 (SMDET)	Membros da CT e SMDET (Programa Tem Saída)
15/07	14h30 – 16h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam a Agenda Municipal 2030: 5.1 e 10.2	Apenas membros da CT (Coordenação de Políticas para LGBT/SMDHC)
22/07	14h30 – 16h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam a Agenda Municipal 2030: 1.3	Apenas membros da CT (Coordenação de Gestão de Benefícios/SMADS)

Até 04/08	Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)		
06/08	10h – 12h	Analisar o material preliminar do PPA e identificar o impacto em outras metas da Agenda sob atribuição da Câmara	Apenas membros da CT
12/08	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano	
19/08	14h30 – 16h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 2.1	Membros da CT e SMDET (Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional)
26/08	14h30 – 16h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 5.a, 5.b, 5.c	Membros da CT, SEHAB, SMIT, SMDHC (Coordenação de Políticas para Mulheres)
02/09	14h30 – 16h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 8.7	Apenas membros da CT (Coordenação de Gestão de Benefícios e Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial/ SMADS)

09/09	14h30 – 16h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 10.3 e 10.7	Membros da CT, SEGES, SMDHC (Coordenação de Políticas para Imigrantes e Trabalho Decente)
14/09	14h30 – 16h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 16.2 e 16.b	Membros da CT, SMPED, SEGES, SMADS (Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial)
Até 15/09	Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)		
23/09	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano	
30/09	14h30 – 16h	Devolutiva da reunião de aprovação do Plenário e divulgação da Consulta Pública	Apenas membros da CT
04 - 24/10	CONSULTA PÚBLICA		
28/10	14h30 – 16h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	Apenas membros da CT
04/11	14h30 – 16h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	Apenas membros da CT
Até 01/12	Finalizar texto final do Plano de Ação		

09/12	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS	

ONDE ACHAR AS INFORMAÇÕES

- "Agenda Municipal 2030"

(Link)

- Planilha com os indicadores da "Agenda Municipal 2030" e indicações iniciais de correlações com o Programa de Metas 2021-2024:

(Link)

- Devolutivas dos dois blocos da Consulta Pública de 2020 sobre a Agenda Municipal 2030:

(Link)Arquivos do Programa de Metas 2021-2024: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/programa_de_metas_20212024/

Plano de Trabalho da Câmara Temática SP Segura, Bem Cuidada e Ágil

(para elaboração do "Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030")

4. IDENTIFICAÇÃO

- Nome da Câmara Temática: SP Segura, Bem Cuidada e Ágil
- Membros da Câmara Temática (titulares e suplentes):

I – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento:
- Titular: Maria Luiza Oliveira Gedeon - RF 881.435-0;
- Suplente: Gabriela da Silva Medeiros – RF 879.869-9;
- Titular: Maria Fernanda Penha Machado – RF 858.648-9;
- Suplente: Vinícius Luz de Lima – RF 805.873-3;
- Titular: Herlan Cassio de Alcantara Pacheco – RF 879.504-5;
- Suplente: Denise Gonçalves Lima Malheiros – RF 698.983.7;

II – Secretaria Municipal de Subprefeituras:
- Titular: José Paulo Fernandes Pitta – RF 797.427-2;
- Suplente: Thais Joyce da Silva Amorim – RF 847.670-5;

III – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras:

- Titular: Rafael Alexandre do Nascimento Purificação - RF 822.410-2;
- Suplente: Pedro Luiz de Castro Algodoal – RF 537.825-7;

IV – Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias:
- Titular: Thiago Luiz Rosasco Ermel – RF 835.904-1;
- Suplente: Anna Carolina de Paula Madrid de Marco – RF 876.962-1

V – Secretaria Municipal de Habitação:
- Titular: Vanessa Padiá de Souza – RF 750.400-4;
- Suplente: Mônica de Azevedo Costa Nogara – RF 828.026-6;

VI – Secretaria Municipal de Cultura:
- Titular: Karine Stephanie Alves – RF 856.470-1;
- Suplente: Monica Miyuki Obara – RF 881.005-2;

VII – Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte:
- Titular: Diego Xavier Leite – RF 835.905-9;
- Suplente: Julio Cesar Angelo Martinelli – RF 124.401-9;

VIII – Instituto Siades:
- Titular: Sonia Maria Viggiani Coutinho – CPF 077.214.028-67;
- Suplente: Amanda Silveira Carbone – CPF 364.552.778-80;

XIX – Ciclocidade:
- Titular: Flavio Soares de Freitas – CPF 287.661.928-89;
- Suplente: -

X - União dos Estudantes:
- Titular: Victor Angelo de Melo Sales – CPF 453.177.888-03;
- Suplente: Kauê Del Bianco Hirata – CPF 445.126.538-05;

XI – OAB:
- Titular: Thaís Leonel – CPF: 266.161.258-07
- Suplente: Flávia Frangetto

XII – CEPEDOC:
- Titular: Sandra Costa de Oliveira – CPF 124.714.778-95;
- Suplente: Douglas Roque Andrade – CPF 131.257.508-57

XIII – Instituto Akatu:
- Titular: Gabriela de Jesus D'Amaral - CPF 233.176.468-96
- Suplente: -

XIV – ICS:
- Titular: Carolina Rattes La Terza de Almeida – CPF 229.714.828-39;
- Suplente: Carolina Guimarães Silva – CPF 356.577.608-08.

Coordenador(a) da Câmara Temática: Maria Luiza Oliveira Gedeon (titular) e Gabriela da Silva Medeiros (suplente)

Metas da Agenda Municipal 2030 que estão sob atribuição da Câmara Temática:

ODS	Nº da meta	Redação da meta municipal, segundo texto da Agenda Municipal 2030
ODS 1 - Erradicação da Pobreza	1.5	Até 2030, reduzir a exposição das pessoas em situação de vulnerabilidade a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	2.3	Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres e agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.6	Até 2030, reduzir as mortes por acidentes de trânsito para o máximo de 3 mortes para cada 100 mil habitantes.
ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.
ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.2	Até 2030, alcançar o acesso a esgotamento sanitário e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, A1:K170 especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, erradicando a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.
ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.4	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.
ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.5	Até 2030, implementar na sua integralidade a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas no Município de São Paulo.
ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.b	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, garantindo o efetivo controle social para melhoraria da gestão da água e do saneamento no município de São Paulo.
ODS 7 - Energia Limpa e Acessível	7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.
ODS 7 - Energia Limpa e Acessível	7.2	Contribuir para o aumento substancial da participação de energias renováveis na matriz elétrica do município, inclusive por meio do fomento ao uso da energia fotovoltaica nos empreendimentos públicos e privados.
ODS 7 - Energia Limpa e Acessível	7.3	Até 2030, aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética nos prédios públicos e na iluminação pública.
ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura viária, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	9.c	Ampliar o acesso da população à conectividade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, por meio da oferta de infraestrutura gratuita e de qualidade, assim como implementar políticas de inclusão digital para qualificar esse acesso por meio do desenvolvimento de competências digitais.
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível, e também aos serviços básicos; urbanizar os assentamentos precários, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.2	Até 2030, proporcionar o acesso para todos a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços módicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas negras e de regiões periféricas, notadamente por meio da expansão do transporte público, de forma que 70%* das viagens realizadas por veículos motorizados sejam em modos coletivos, e do transporte ativo, de forma que as viagens por bicicleta cheguem a pelo menos 3,2%* do total.
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos.
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.4	Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural do Município de São Paulo, por meio de ações de identificação, proteção e valorização.
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres e ameaças de origem hidrometeorológica e climatológica, e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por eles, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas em áreas metropolitanas, entre áreas urbanas e rurais, reforçando o planejamento municipal e regional de desenvolvimento.
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	11.c	Fomentar a prática de construções sustentáveis e resilientes, com utilização de materiais locais, buscando apoio junto aos demais níveis de governo, inclusive por meio de financiamentos e da implementação da assistência técnica pública gratuita.

5. OBJETO DE ANÁLISE

A partir da versão preliminar do Programa de Metas 2021-2024, identificar as possíveis correlações entre suas metas e as metas da Agenda Municipal 2030 sob atribuição dessa Câmara Temática. Registrar em "Demandas de coleta de informação" as perguntas que precisam ser endereçadas previamente aos responsáveis pela meta do PdM, de forma que as reuniões sejam mais produtivas.

Número e texto da meta do PdM que analisarão	Meta da Agenda Municipal 2030 que pode se relacionar	Demandas de coleta de informação para aprofundamento nas iniciativas já previstas no Programa de Metas
01 - Atender 1.500.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional.	1.5	
09 - Criar 50.000 vagas em creches.	1.5	
10 - Prover 49.000 moradias de interesse social.	1.5 11.1 (relação direta) 11.3	Como serão selecionadas as famílias? Há algum tipo de critérios prioritários a serem seguidos?
11 - Beneficiar 27.000 famílias com urbanização em assentamentos precários.	1.5 6.2 6.3 6.4 7.1 11.1 (relação direta) 11.3 11.5	
12 - Beneficiar 220.000 famílias com procedimentos de regularização fundiária.	6.3 6.4 7.1 11.1 (relação direta) 11.3 11.5	
13 - Licenciar 300.000 moradias populares.	1.5 11.1 (relação direta) 11.3	
14 - Implantar 24 novos serviços de atendimento à população em situação de rua.	1.5 6.2 11.1	
17 - Combater o racismo, por meio da implementação de 8 iniciativas de melhoria no atendimento da população negra e/ou de promoção da igualdade racial.	11.4	
30 - Construir 14 novos piscinões.	1.5 11.5	
31 - Limpar 8.200.000 metros de extensão de córregos.	1.5 11.5	Proximidade das famílias aos corpos hídricos?
32 - Recuperar 20.000.000 de metros quadrados de vias públicas utilizando recapeamento, micro pavimentação e manutenção de pavimento rígido	9.1 11.2	
33 - Reduzir o Tempo Médio de Atendimento do serviço de Tapa Buraco para 10 dias.	9.1	
34 - Pavimentar 480.000 metros quadrados de vias sem asfalto.	9.1	
35 - Realizar 160 obras de recuperação ou reforço em pontes, viadutos ou túneis.	9.1 (relação direta)	

36 - Ampliar a iluminação pública utilizando lâmpadas LED em 300.000 pontos.	3.6 7.1 (relação direta) 7.3 (relação direta) 9.1 11.3 11.7	Existe uma estatística de aumento dos acidentes em situações de eventos extremos?
37 - Reduzir o índice de mortes no trânsito para 4,5 por 100 mil habitantes.	3.6 (relação direta)	
38 - Realizar a manutenção de 1.500.000 metros quadrados de calçadas.	9.1 11.2 (relação direta) 11.7	
39 - Implantar 9 projetos de redesenho urbano para pedestres, com vistas à melhoria da caminhabilidade e segurança, em especial, das pessoas com deficiência, idosos e crianças.	3.6 9.1 11.2 11.3 11.7	
40 - Implantar 6 Territórios CEU.	3.6 9.1 11.2 11.3 11.7	
41 - Implantar 300 quilômetros de estruturas cicloviárias.	3.6 9.1 (relação direta) 11.2 (relação direta)	
42 - Implantar o Aquático - Sistema de Transporte Público Hidroviário, na represa Billings.	9.1 11.2 11.a	

43 - Implantar o BRT (Bus Rapid Transit) da Zona Leste.	9.1 11.2	
44 - Implantar 40 quilômetros de novos corredores de ônibus.	3.6 9.1 (relação direta) 11.2 (relação direta)	
45 - Implantar 4 novos terminais de ônibus.	9.1 11.2	
46 - Implantar 50 quilômetros de faixas exclusivas de ônibus.	9.1 (relação direta) 11.2 (relação direta)	
47 - Aumentar em 420 quilômetros a extensão de vias atendidas pelo Sistema Municipal de Ônibus.	11.2	
48 - Garantir que 100% dos ônibus da frota operacional estejam equipados com ar-condicionado, acesso à internet sem fio e tomadas USB para recarga de dispositivos móveis.	9.c 11.2	
49 - Ampliar o acervo de arte urbana do Museu de Arte de Rua (MAR) de São Paulo, com a realização de 260 novos painéis (grafite) em muros e empenas da cidade.	11.4	
50 - Implantar 9 Centros de Referência do Novo Modernismo.	11.4	

51 - Implantar 10 salas de cinema nos CEUs.	11.4	
52 - Inaugurar a Casa de Cultura Cidade Ademar.	11.4	
53 - Implantar 4 Estúdios Criativos da Juventude – Rede Daora.	11.4	
54 - Implantar 4 Distritos Criativos.	11.4	
55 - Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda.	1.5 2.3 11.a	
56 - Realizar 600.000 atendimentos de apoio ao empreendedor.	1.5 2.3 9.c (relação direta) 11.a	
57 - Alcançar 20 mil pontos de acessos públicos à internet sem fio, priorizando a cobertura nos territórios mais vulneráveis.	9.c (relação direta)	
58 - Capacitar 300.000 cidadãos em cursos voltados à inclusão digital.	9.c (relação direta)	

59 - Estruturar 400 hortas urbanas e ações de suporte a negócios rurais, com capacitação ligada a economia verde e fomento a tecnologias ambientais.	2.3 11.a	
60 - Implantar 8 novos parques municipais.	11.7	
61 - Implantar 2 Unidades de Conservação.	11.7	
62 - Plantar 180.000 novas árvores no Município.	11.7	
65 - Reduzir em 15% o total de carga orgânica (proveniente da cidade de São Paulo) lançada no reservatório Guarapiranga.	6.1 6.2 6.3 6.4	
66 - Atingir 100% de cumprimento das metas individuais de redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa pela frota de ônibus do transporte público municipal.	11.2	
68 - Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como cidade global e sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional.	6.2 11.a	

69 - Implementar 60% do Plano de Turismo Municipal - Perspectiva 2030.	11.4	No PLATUM há projetos/atividades/ações que se relacionem com a segurança do patrimônio cultural do município? Se sim, quais?
70 - Remodelar as praças de atendimento das Subprefeituras para que centralizem todos os serviços municipais no território - Descomplica SP.	9.c	

6. CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Tendo em vista o calendário 2021 da Comissão Municipal ODS e a proposta de metodologia para elaboração do Plano de Ação aprovados em Plenário, preencher o calendário de reuniões da Câmara Temática, prevendo seus horários, pauta e atores a serem mobilizados.

- Até 16/06/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar Plano de Trabalho

24/06/2021 – REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT

- Até 04/08/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)

12/08/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano

- Até 15/09/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)

23/09/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano

- 04 a 24/10/2021 - CONSULTA PÚBLICA

- Até 01/12/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar texto final do Plano de Ação

09/12/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS

OBS1: A data prevista para publicação da versão final do PdM é dia 30/06/2021. A partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião. Entende-se assim, que este Plano de Trabalho constitui indicativo preliminar de pauta, podendo ser atualizado pelo grupo durante o processo de trabalho.

OBS2: Em relação à 2ª rodada de debates da Câmara Temática, que consistirá na "Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025", será compartilhada com a Câmara Temática até o final de julho uma síntese com o material preliminar do PPA que ela deverá analisar. Da mesma forma, a partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião.

Data da reunião	Horário da reunião	Pauta da reunião	Atores a convidar (sociedade civil e/ou governo)
08/06	16h – 18h	Apresentação, discussão do Plano de Trabalho e formação dos grupos de trabalho	Apenas membros da CT
11/06	15h – 17h	Aprovar as demandas de coleta de informação por grupo de trabalho	Apenas membros da CT
14/06	15h – 17h	Aprovação do calendário de trabalho com sugestões de convidados externos	Apenas membros da CT
15/06	Até 15h	Aprovação do texto final do Plano de Trabalho (via e-mail)	Apenas membros da CT
Até 16/06	Finalizar Plano de Trabalho		
22/06	15h – 17h	Olhar para as correlações entre o conjunto de metas e iniciativas do PdM e as metas da Agenda sob atribuição da Câmara	Apenas membros da CT
24/06	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT	
29/06	15h – 17h	Olhar para as contribuições (sugestões de ação) vindas da Consulta Pública da Agenda 2030 feita em 2020 Prazo para indicações de convidados externos	Apenas membros da CT

06/07	15h – 17h	Analisar a versão final das metas do PdM e identificar o impacto direto em eventuais outras metas/ indicadores da Agenda 2030 sob atribuição da Câmara	Apenas membros da CT
13/07	15h – 17h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam diretamente os indicadores da Agenda Municipal 2030: Meta 36 do PdM Meta 56 do PdM Meta 57 do PdM Meta 58 do PdM Preencher formulário de ação para as seguintes metas da Agenda 2030: 7.1, 7.3, 9.c Relações indiretas com o PdM que podem subsidiar a discussão: Meta 01 do PdM Meta 11 do PdM Meta 12 do PdM Meta 17 do PdM Meta 48 do PdM Meta 49 do PdM Meta 50 do PdM Meta 51 do PdM Meta 52 do PdM Meta 53 do PdM Meta 54 do PdM Meta 55 do PdM Meta 59 do PdM Meta 65 do PdM Meta 66 do PdM Meta 68 do PdM Meta 69 do PdM Meta 70 do PdM	Macrotema: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Secretarias: SMUL, SMDET/ Ligue os Pontos, SMIT Convidados: SMADS, SMDHC, SMC, Governo do Estado
20/07	15h – 17h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam diretamente os indicadores da Agenda Municipal 2030: Meta 10 do PdM Meta 11 do PdM Meta 12 do PdM Meta 13 do PdM Preencher formulário de ação para as seguintes metas da Agenda 2030: 11.1 Relações indiretas com o PdM que podem subsidiar a discussão: Meta 01 do PdM Meta 08 do PdM Meta 09 do PdM Meta 14 do PdM Meta 30 do PdM Meta 31 do PdM Meta 36 do PdM Meta 39 do PdM Meta 40 do PdM Meta 65 do PdM Meta 68 do PdM	Macrotema: Habitação, Saneamento Básico e Segurança Secretarias: SEHAB, SMUL, Convidados: SIURB Labcidade – FAU USP Centro Gaspar Garcia SABESP Governo do Estado

27/07	15h – 17h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam diretamente os indicadores da Agenda Municipal 2030: Meta 35 do PdM Meta 37 do PdM Meta 38 do PdM Meta 41 do PdM Meta 44 do PdM Meta 46 do PdM Preencher formulário de ação para as seguintes metas da Agenda 2030: 3.6, 9.1, 11.2 Relações indiretas com o PdM que podem subsidiar a discussão: Meta 32 do PdM Meta 33 do PdM Meta 34 do PdM Meta 36 do PdM Meta 39 do PdM Meta 40 do PdM Meta 42 do PdM Meta 43 do PdM Meta 45 do PdM Meta 47 do PdM Meta 48 do PdM Meta 60 do PdM Meta 61 do PdM Meta 62 do PdM Meta 66 do PdM	Macrotema: Mobilidade e Urbanização dos Espaços Públicos Secretarias: SMT, SMSUB, SIURB e SMUL Convidados: IPEA; PNUD;
02/08	15h – 17h	Sistematização das informações debatidas nas reuniões anteriores	Apenas membros da CT
03/08	Até 15h	Aprovação do texto final do Plano de Ação (via e-mail)	Apenas membros da CT

Até 04/08	Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)		
10/08	15h – 17h	Analisar o material preliminar do PPA e identificar o impacto nas outras metas da Agenda 2030 sob atribuição da Câmara que ainda não tiveram seus Planos de Ação preenchidos	Apenas membros da CT
12/08	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano	

17/08	15h – 17h	Debater se as seguintes metas da Agenda 2030: 2.3, 6.1, 6.4, 7.2, 11.4, 11.a, 11.c, encontram correlação no PPA e preencher o formulário das ações para aquelas que tiverem correspondência. Relações indiretas com o PdM que podem subsidiar a discussão: Meta 01 do PdM Meta 11 do PdM Meta 12 do PdM Meta 17 do PdM Meta 48 do PdM Meta 49 do PdM Meta 50 do PdM Meta 51 do PdM Meta 52 do PdM Meta 53 do PdM Meta 54 do PdM Meta 55 do PdM Meta 59 do PdM Meta 65 do PdM Meta 66 do PdM Meta 68 do PdM Meta 69 do PdM Meta 70 do PdM	Macrotema: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Secretarias: SMUL, SMDET/ Ligue os Pontos, SMIT Convidados: SMADS, SMDHC, SMC, Governo do Estado

24/08	15h – 17h	Debater se as seguintes metas da Agenda 2030: 1.5, 6.2, 6.3, 6.5, 6.b, 11.3, 11.5, encontram correlação no PPA e preencher o formulário das ações para aquelas que tiverem correspondência. Relações indiretas com o PdM que podem subsidiar a discussão: Meta 01 do PdM Meta 08 do PdM Meta 09 do PdM Meta 14 do PdM Meta 30 do PdM Meta 31 do PdM Meta 36 do PdM Meta 39 do PdM Meta 40 do PdM Meta 65 do PdM Meta 68 do PdM	Macrotema: Habitação, Saneamento Básico e Segurança Secretarias: SEHAB, SMUL, Convidados: SIURB Labcidade – FAU USP Centro Gaspar Garcia SABESP Governo do Estado

31/09	15h – 17h	Debater se as seguintes metas da Agenda 2030: 11.7, encontram correlação no PPA e preencher o formulário das ações para aquelas que tiverem correspondência. Relações indiretas com o PdM que podem subsidiar a discussão: Meta 32 do PdM Meta 33 do PdM Meta 34 do PdM Meta 36 do PdM Meta 39 do PdM Meta 40 do PdM Meta 42 do PdM Meta 43 do PdM Meta 45 do PdM Meta 47 do PdM Meta 48 do PdM Meta 60 do PdM Meta 61 do PdM Meta 62 do PdM Meta 66 do PdM	Macrotema: Mobilidade e Urbanização dos Espaços Públicos Secretarias: SMT, SMSUB, SIURB e SMUL Convidados: Fundação Tide Setúbal
07/10	15h – 17h	Sistematização das informações debatidas nas reuniões anteriores	Apenas membros da CT
14/10	15h – 17h	Aprovação do texto final do Plano de Ação	Apenas membros da CT
Até 15/09	Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)		

23/09	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano	
28/09	15h – 17h	Devolutiva da reunião de aprovação do Plenário e divulgação da Consulta Pública	
04-24/10	CONSULTA PÚBLICA		
02/11	15h – 17h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	
09/11	15h – 17h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	
16/11	15h – 17h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	
23/11	15h – 17h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	
Até 01/12	Finalizar texto final do Plano de Ação		
09/12	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS	

ONDE ACHAR AS INFORMAÇÕES

"Agenda Municipal 2030"
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/agenda_2030/

Planilha com os indicadores da "Agenda Municipal 2030" e indicações iniciais de correlações com o Programa de Metas 2021-2024:
https://cloudprodamazhotmail.sharepoint.com/:x:/r/sites/CPE/Shared%20Documents/ODS2021/_ComissaoMunicipalODS/_CamarasTematicas2021/Agenda%20Municipal%202030_ComissaoODS.xlsx?d=wbb3194a9f21a-45c892963ac77b550e1b&csf=1&web=1&e=cetDQS

Devolutivas dos dois blocos da Consulta Pública de 2020 sobre a Agenda Municipal 2030:
https://cloudprodamazhotmail.sharepoint.com/:x:/r/sites/CPE/Shared%20Documents/ODS2021/_ComissaoMunicipalODS/_CamarasTematicas2021/

Contribuicoes%20-%20Bloco%20I%20e%20Bloco%20II%20da%20Consulta%20P%C3%BAblica.xlsx?d=w07764c91aa7e4976b0db6e6e25c4a998&csf=1&web=1&e=nPrOo0

Arquivos do Programa de Metas 2021-2024: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/programa_de_metas_20212024/

Plano de Trabalho da Câmara de Temáticas
Educacionais
(para elaboração do
"Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030")

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Câmara Temática: Educacionais

Membros da Câmara Temática (titulares e suplentes): (segundo Portaria de designação)

Governo	SME/GABINETE	Titular	Miriã Gomes do Nascimento
Governo	SME/COPED/NTC/Núcleo de Educação Ambiental -NEA	Suplente	Claudia Abrahão Hamada
Governo	SME/ Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados - COCEU	Titular	Cleuber Gonçalves
Governo	SME	Suplente	-
Governo	SME/ Coordenadoria de Contratos de Obras e Manutenção Predial -COMAPRE	Titular	Julia Maia Jereissati

Governo	SME/ Coordenadoria de Contratos de Obras e Manutenção Predial -COMAPRE	Suplente	Hilda Mitiko Iuamoto Pacheco
Governo	SME/COTIC/DIVISÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS	Titular	Welington Moura
Governo	SME/COPED/NTC/Núcleo de Gênero e Diversidade - NGD	Suplente	Anna Luiza de Castro
Governo	SME/COPED/NTC/Núcleo de Articulação Interna - NAI	Titular	Clodoaldo Gomes Alencar Júnior
Governo	SME/COPED/NTC/ Núcleo de Articulação Interna - NAI	Suplente	Regiane Paulino
Governo	SME/COPED/ Núcleo Técnico de Avaliação - NTA	Titular	Luciana Maria de Barros Novello Santos
Governo	SME	Suplente	-
Governo	SME/COPED/Divisão de Educação de Jovens e Adultos - DIEJA	Titular	Wilians de Araujo
Governo	SME	Suplente	-
Governo	SEPEP	Titular	Daniel Bruno Garcia
Governo	SEPEP	Suplente	Leonardo Barbosa Oliveira
Governo	SMDET	Titular	João Paulo de Brito Greco
Governo	SMDET	Suplente	Mariana Corrêa Barra
Governo	SVMA	Titular	Andréa de Almeida Bossi
Governo	SVMA	Suplente	Giovana Barbosa de Souza

Sociedade Civil	União dos Estudantes	Titular	Guilherme Silva Lamana Camargo
Sociedade Civil	União dos Estudantes	Suplente	Emerson Souza dos Santos
Sociedade Civil	UNIFESP	Titular	Zysman Neiman
Sociedade Civil	UNIFESP	Suplente	-
Sociedade Civil	União dos Escoteiros SP	Titular	Samira Garcia Silva de Souza
Sociedade Civil	União dos Escoteiros SP	Suplente	-
Sociedade Civil	Instituto Akatu	Titular	Denise Conselheiro
Sociedade Civil	Instituto Akatu	Suplente	-
Sociedade Civil	ICS	Titular	Liliane Garcez
Sociedade Civil	ICS	Suplente	-
Sociedade Civil	Eccaplan	Titular	Fernando Antônio Beltrame
Sociedade Civil	Eccaplan	Suplente	Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti
Sociedade Civil	Liga Solidária	Titular	Suzana Figueiredo dos Anjos
Sociedade Civil	Liga Solidária	Suplente	Ligia Mandu da Silva

Coordenadora da Câmara Temática: Miriã Gomes do Nascimento

Metas da Agenda Municipal 2030 que estão sob atribuição da Câmara Temática:

ODS	Nº da meta	Redação da meta municipal, segundo texto da Agenda Municipal 2030
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos, sem exceção e sem discriminação de gênero, raça, etnia, sexualidade, condição de deficiência e outros, completem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, equitativos e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de formação e aprendizagem satisfatórios, significativos e relevantes.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.2	Até 2030, garantir que todas as meninas e os meninos, sem exceção, tenham acesso e permanência a um desenvolvimento integral, aos cuidados, desenvolvimento psicomotor e cognitivo adequado para a aprendizagem escolar, assegurando a oferta gratuita de Educação Infantil na rede pública.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso e permanência para todos os homens e mulheres, sem exceção, à educação técnica, profissional e superior de qualidade, gratuitas ou a preços acessíveis, incluindo universidade, em todas e cada uma das regiões da cidade.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo, garantindo equidade de gênero, raça e etnia e condição de deficiência e em todas e cada uma das regiões da cidade.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade e qualidade de acesso a todos os níveis de educação básica e profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas, os estrangeiros e as crianças, sem distinção de raça ou etnia, em todas e cada uma das regiões da cidade.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens sem exceção e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de Matemática e Português, em todas e cada uma das regiões da cidade.

ODS 4 - Educação de Qualidade	4.7	Até 2030, ampliar o acesso a conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável, da cidadania global e da cultura de paz em todas e cada uma das regiões do município, com educação ambiental formal e não formal, de forma democrática e participativa, principalmente junto aos estudantes, educadores e familiares da Rede Municipal de Ensino, mas sem excluir as demais redes (inclusive a particular).
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.a	Construir, ofertar e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos, bem como entender a totalidade dos espaços da cidade como territórios educativos, baseados no conceito de espaços educadores sustentáveis, em todas as regiões da cidade.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.b	Até 2030, ampliar substancialmente o número de bolsas de estudo e iniciação científica oferecidas por iniciativa da Prefeitura para estudantes residentes no município matriculados no ensino superior, técnico, tecnólogo e em programas científicos, fomentando a produção científica e tecnológica ao combater, via apoio e auxílio permanência, a evasão de estudantes de baixa renda.
ODS 4 - Educação de Qualidade	4.c	Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados na Rede Municipal de Ensino, sem exceção e sem discriminação de gênero, raça, etnia, sexualidade, condição de deficiência e outros, inclusive por meio da cooperação internacional.

OBJETO DE ANÁLISE

A partir da versão preliminar do Programa de Metas 2021-2024, identificar as possíveis correlações entre suas metas e as metas da Agenda Municipal 2030 sob atribuição dessa Câmara Temática. Registrar em "Demandas de coleta de informação" as perguntas que precisam ser endereçadas previamente aos responsáveis pela meta do PdM, de forma que as reuniões sejam mais produtivas.

Número e texto da meta do PdM que analisarão	Número da meta da Agenda Municipal 2030 que pode se relacionar	Demandas de coleta de informação para as reuniões
Meta 9 - Criar 50 mil vagas em creche.	4.2.1; 4.2.3	
Meta 20 - Alfabetizar as crianças da rede municipal até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, antecipando em um ano a meta do PNE.	4.2	

CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Tendo em vista o calendário 2021 da Comissão Municipal ODS e a proposta de metodologia para elaboração do Plano de Ação aprovados em Plenário, preencher o calendário de reuniões da Câmara Temática, prevendo seus horários, pauta e atores a serem mobilizados.

Até 16/06/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar Plano de Trabalho
24/06/2021 – REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT

Até 04/08/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)
12/08/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano

Até 15/09/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)

23/09/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano

04 a 24/10/2021 - CONSULTA PÚBLICA

Até 01/12/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar texto final do Plano de Ação
09/12/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS

OBS1: A data prevista para publicação da versão final do PdM é dia 30/06/2021. A partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião. Entende-se assim, que este Plano de Trabalho constitui indicativo preliminar de pauta, podendo ser atualizado pelo grupo durante o processo de trabalho.
OBS2: Em relação à 2ª rodada de debates da Câmara Temática, que consistirá na "Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025", será compartilhada com a Câmara Temática até o final de julho uma síntese com o material preliminar do PPA que ela deverá analisar. Da mesma forma, a partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião.

Data da reunião	Horário da reunião	Pauta da reunião	Atores a convidar (sociedade civil e/ou governo)
11/06	10h – 12h	Aprovação do texto final do Plano de Trabalho	Apenas membros da CT
Até 16/06	Finalizar Plano de Trabalho		
18/06	10h – 12h	Identificar outras possíveis correlações entre o conjunto de metas do PdM e as metas da Agenda sob atribuição da Câmara	Apenas membros da CT
24/06	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT	

02/07	10h – 12h	Apresentar o Plano de Ação. Analisar a versão final das metas do PdM e identificar o impacto em eventuais outras metas da Agenda sob atribuição da Câmara.	Apenas membros da CT
08/07	10h – 12h	Aprofundar nas seguintes metas do PdM que impactam a Agenda Municipal 2030: Meta 9 do PdM Meta 20 do PdM Fazer encaminhamentos para construção do conteúdo mínimo do Plano de Ação.	Secretarias: SME Convidados externos: representantes de áreas técnicas de SME
16/07	10h – 12h	Se houver novas metas após publicação da versão final do PdM, iremos aprofundar nelas	...
Até 05/08	Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)		
12/08	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano	

20/08	10h – 12h	Analisar o material preliminar do PPA e identificar o impacto em outras metas da Agenda sob atribuição da Câmara	Apenas membros da CT
03/09	10h – 12h	Aprofundar na relação entre o PPA e as metas vinculadas ao ODS 4 da Agenda Municipal 2030	Secretarias: SME Convidados externos: representantes de áreas técnicas de SME
A t é 15/09	Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual2022-2025)		
23/09	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano	
01/10	10h – 12h	Devolutiva da reunião de aprovação do Plenário e divulgação da Consulta Pública	Apenas membros da CT
0 4 - 24/10	C O N - S U L T A PÚBLICA		
05/11	10h – 12h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	Apenas membros da CT
19/11	10h – 12h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	Apenas membros da CT

A t é 01/12	Finalizar texto final do Plano de Ação		
09/12	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS	

ONDE ACHAR AS INFORMAÇÕES

"Agenda Municipal 2030"
https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/system/documents/attachments/000/000/642/original/88e13ded42f80a35301bf2758183fb42b3537f2b.pdf

Arquivos do Programa de Metas 2021-2024: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/programa_de_metas_20212024/

Plano de Trabalho da Câmara Temática Saúde e Bem-Estar

(para elaboração do "Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030")

7. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Câmara Temática: Saúde e Bem-Estar

Membros da Câmara Temática (titulares e suplentes):

- 1º Titular: Estevao Nicolau Rabbi dos Santos, RF: 835.951-2;
- 1º Suplente: Fernanda Braz Tobias de Aguiar, RF: 835.943-1;
- 2º Titular: Monica Masumi Hosaka, RF: 807.088.1.1;
- 2º Suplente: Ana Paula Lima Orlando, RF: 744.547.4.1;
- 3º Titular: Paula Regina Glasser, RF: 754.617-3;
- 3º Suplente: Tamara Leite Cortez, RF: 773.273.2;

Coordenador(a) da Câmara Temática:
- Estevao Nicolau Rabbi dos Santos, RF: 835.951-2;

Metas da Agenda Municipal 2030 que estão sob atribuição da Câmara Temática:

ODS	Nº da meta	Redação da meta municipal, segundo texto da Agenda Municipal 2030
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	2.2	Até 2030, reduzir a subnutrição crônica e aguda e reduzir a aceleração do excesso de peso em crianças menores de cinco anos, e atender as necessidades nutricionais de gestantes e lactentes menores de seis meses.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.1	Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna no município de São Paulo para no máximo 42 mortes por 100.000 nascidos vivo.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.2	Até 2030, reduzir no município de São Paulo o coeficiente de mortalidade infantil para abaixo de 10 por mil nascidos vivos.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.3	Até 2030, acabar com a epidemia de AIDS, controlar como problema de saúde pública a tuberculose, a hepatite C e as arboviroses transmitidas pelo Aedes aegypti no município de São Paulo.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.4	Até 2030, reduzir em 18% a taxa de mortalidade prematura pelos quatro principais grupos doenças crônicas não transmissíveis (doença do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.5	Melhorar e ampliar a prevenção e o tratamento das pessoas com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.7	Até 2030, assegurar e tornar mais acessível o acesso universal aos serviços e aos métodos contraceptivos, ao planejamento reprodutivo, à informação e à educação, com foco na redução da gravidez na adolescência.

ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.a	Até 2030, reduzir em no mínimo 10% o percentual de fumantes no município de São Paulo.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.b	Proporcionar o acesso a vacinas do Calendário Nacional de Vacinação e realizar ações para atingir a cobertura ideal das vacinas pactuadas (Vacina Pentavalente, Vacina Pneumocócica 10 valente, Vacina contra a Poliomielite, Vacina contra o Sarampo / Caxumba / Rubéola).
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.d	Reforçar a capacidade local para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de emergências locais, nacionais e globais de saúde.
ODS 5 - Igualdade de Gênero	5.6	Promover e garantir a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, considerando etnia, idade, deficiência, regiões periféricas, orientação e identidade de gênero.

8. OBJETO DE ANÁLISE

A partir da versão preliminar do Programa de Metas 2021-2024, identificar as possíveis correlações entre suas metas e as metas da Agenda Municipal 2030 sob atribuição dessa Câmara Temática. Registrar em "Demandas de coleta de informação" as perguntas que precisam ser endereçadas previamente aos responsáveis pela meta do PdM, de forma que as reuniões sejam mais produtivas.

Número e texto da meta do PdM que analisarão	Meta da Agenda Municipal 2030 que pode se relacionar	Demandas de coleta de informação para aprofundamento nas iniciativas já previstas no Programa de Metas
1- Atender 1.500.000 pessoas em programas de transferência de renda e/ou apoio nutricional.	2.2	Há um compromisso do ODS 2.2 em atender as necessidades nutricionais de gestantes e lactentes menores de seis meses. Como esse grupo será priorizado/contemplado na estratégia de implementação da meta 1 do Programa de Metas?
5 - Cumprir 100% das metas de cobertura vacinal do Plano Nacional de Imunização, para crianças e adultos.	3.b	Escopo da meta do Programa de Metas diverge do recorte considerado estratégico para o alcance da meta 3.b do ODS 3.
8 - Ampliar a cobertura territorial de atendimento domiciliar em saúde por meio da contratação de 40 novas equipes.	3.8	

9. CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Tendo em vista o calendário 2021 da Comissão Municipal ODS e a proposta de metodologia para elaboração do Plano de Ação aprovados em Plenário, preencher o calendário de reuniões da Câmara Temática, prevendo seus horários, pauta e atores a serem mobilizados.

- Até 16/06/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar Plano de Trabalho

24/06/2021 – REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT

- Até 04/08/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)

12/08/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano

- Até 15/09/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)

23/09/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano

- **04 a 24/10/2021 - CONSULTA PÚBLICA**

- Até 01/12/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar texto final do Plano de Ação

09/12/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS

OBS1: A data prevista para publicação da versão final do PdM é dia 30/06/2021. A partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião. Entende-se assim, que este Plano de Trabalho constitui indicativo preliminar de pauta, podendo ser atualizado pelo grupo durante o processo de trabalho.
OBS2: Em relação à 2ª rodada de debates da Câmara Temática, que consistirá na "Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025", será compartilhada com a Câmara Temática até o final de julho uma síntese com o material preliminar do PPA que ela deverá analisar. Da mesma

forma, a partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião.

Data da reunião	**Horário da reunião**	**Pauta da reunião**	**Atores a convidar (sociedade civil e/ou governo)**
09/06	11h – 13h	Discussão do Plano de Trabalho e aprovação pela CT	Apenas membros da CT
24/06	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT	
30/06	11h-13h	Analisar meta 2.2 e sugerir ações a serem desenvolvidas no Plano de Ação	Secretarias: SMS, SMADS E SMDET Áreas técnicas: COVISA/DVE/DANT; CAB/ Saúde Nutricional; Representação CAISAN; Convidados externos: COMUSAN
14/07	11h – 13h	Analisar meta 3.b e sugerir ações a serem desenvolvidas no Plano de Ação	Secretarias: SMS Áreas técnicas: COVISA/DVE/PMI; SMS/CAB SMS/CAB/Saúde da criança SMS/CAB/Estratégia; Convidados externos:
23/07	11h – 13h	Analisar meta 3.8 e sugerir ações a serem desenvolvidas no Plano de Ação	Secretarias: SMS Áreas técnicas: SMS/CAB SMS/CAB/Estratégia; Convidados externos:

30/07	11h – 13h	Analisar as demais metas do Programa de metas e identificar eventuais vinculações não abordadas anteriormente e fechamento da proposta preliminar.	Secretarias: SMS Convidados externos:
Até 04/08	Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)		
12/08	11h – 13h	Analisar o material preliminar do PPA e identificar o impacto em outras metas da Agenda sob atribuição da Câmara	Apenas membros da CT
12/08	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano	
18/08	11h – 13h	Analisar as demais metas da Agenda 2030 e identificar eventuais vinculações com o Plano Plurianual 2022-2025.	Secretarias: SMS Convidados externos:
01/09	11h – 13h	Analisar devolutiva das áreas técnicas e revisar conteúdo proposto	Secretarias: SMS Convidados externos:
14/09	11h – 13h	Consolidar ações propostas e elaborar versão para envio à consulta pública	Secretarias: SMS Convidados externos:

Até 15/09	Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)		
23/09	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano	
04 - 24/10	CONSULTA PÚBLICA		
03/11	11h – 13h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	Secretarias: SMS Convidados externos:
17/11	11h – 13h	Debate das devolutivas da Consulta Pública	Secretarias: SMS Convidados externos:
Até 01/12	Finalizar texto final do Plano de Ação		
09/12	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS	

ONDE ACHAR AS INFORMAÇÕES

"Agenda Municipal 2030"
(Link)
Planilha com os indicadores da "Agenda Municipal 2030" e indicações iniciais de correlações com o Programa de Metas 2021-2024:
(Link)
Devolutivas dos dois blocos da Consulta Pública de 2020 sobre a Agenda Municipal 2030:
(Link)
Arquivos do Programa de Metas 2021-2024: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/programa_de_metas_20212024/

Plano de Trabalho da Câmara Temática SP Eficiente, Inovadora e Criativa

(para elaboração do "Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030")

13. IDENTIFICAÇÃO

- Nome da Câmara Temática: SP Eficiente, Inovadora e Criativa

- Membros da Câmara Temática (titulares e suplentes):

I - Secretaria de Governo Municipal:
- Titular: Anna Carolina de Paulo Madrid de Marco, RF: 876.962.1;
- Suplente: Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh, RF: 835.910.5;

II - Secretaria Municipal de Relações Internacionais:
- Titular: Wagner Luiz Taques da Rocha, RF: 841.457-2;
- Suplente: Bruna Manna Starling Diniz, RF: 847.843-1;

III - Controladoria Geral do Município:
- Titular: Alexsandro Pereira de Almeida, RF: 8360430;
- Suplente: Glaucia Bellei Neix, RF: 878.565-1;

IV - Secretaria Municipal da Fazenda:
- Titular: Artur Junqueira Lascala, RF: 835.911-3;
- Suplente: Wilson Cabral da Silva, RF: 839.104-1;

V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo:
- Titular: Mariana Correa Bara, RF: 841.464.5;
- Suplente: João Paulo de Brito Greco, RF: 835.892-3;

VI - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia:
- Titular: Ana Lydia Silva Carvalho, RF: 859.532.1;
- Suplente: Mariana Helena Mendoza, RF: 849.169-1;

VII - Associação Artigo 19:
- Titular: Débora Mateus Lima, CPF: 426.577.718.07;
- Suplente: Raísa Ortiz Cetra, CPF: 391.156.248-97;

VIII - União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP):
- Titular: Ergon Cugler de Moraes Silva, CPF: 228.039.428-60;
- Suplente: Camila de Camargo Modanez, CPF: 378.885.458-82;

IX - Universidade de São Paulo (USP):

- Titular: Paulo dos Santos Almeida, CPF: 085.085.848-81;

X - Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo):

- Titular: Igor Pantoja, CPF: 338.618.808-73;

XI - Eccaplan - Consultoria em Desenvolvimento Sustentável LTDA:

- Titular: Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti, CPF: 382.107.578-30;
- Suplente: Fernando Antônio Beltrame, CPF: 279.005.008-20;

XII - OAB - Seção São Paulo - 93º Subseção Pinheiros:

Titular: Thaís Maria Leonel do Carmo, CPF: 266.161.258-07.

- Coordenador(a) da Câmara Temática: Anna Carolina de Paula Madrid de Marco

- Metas da Agenda Municipal 2030 que estão sob atribuição da Câmara Temática:

ODS	**Nº da meta**	**Redação da meta municipal, segundo texto da Agenda Municipal 2030**
ODS 1 - Erradicação da Pobreza	1.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio da captação de recursos financeiros externos de fontes internacionais, interfederativas e privadas, para que o município implemente programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	2.a	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação nacional e internacional, para aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, fortalecer a cadeia de valor da agricultura e aprimorar a integração entre o território rural e o meio urbano no município, priorizando agricultores familiares e comunidades tradicionais.
ODS 3 - Saúde e Bem-estar	3.c	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio da captação de recursos financeiros externos de fontes internacionais, interfederativas e privadas, com vistas à ampliação e qualificação da rede de atenção em saúde do município de São Paulo.

ODS 6 - Água Potável e Saneamento Básico	6.a	Até 2030, buscar ampliar a cooperação internacional, regional e local e o apoio ao desenvolvimento de capacidades em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a eficiência o uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.
ODS 7 - Energia Limpa e Acessível	7.a	Até 2030, buscar ampliar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.1	Sustentar o crescimento econômico do produto interno bruto (PIB) municipal per capita anual superior à média do PIB nacional per capita anual entre 2021 e 2030.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.5	Até 2030, reduzir a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno para homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação por raça, etnia, orientação sexual ou identidade de gênero, fomentando a inclusão de todas e cada uma das pessoas, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.6	Até 2030, reduzir substancialmente a proporção de jovens desocupados, sem educação ou formação.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.9	Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
ODS 8 - Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico	8.10	Apoiar instituições que atuam no acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros, promovendo a expansão do acesso desses serviços pelos empreendedores.

ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável, até 2030, de acordo com a realidade nacional.
ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	9.5	Melhorar as capacidades tecnológicas do município de São Paulo, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos municipais, por meio, inclusive, do aumento do gasto público em tecnologias da informação.
ODS 10 - Redução das Desigualdades	10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a da média da população total do município de São Paulo.
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	12.a	Formalizar parcerias nacionais e internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas na cidade, principalmente que beneficiem as áreas menos desenvolvidas, na busca por padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

ODS 15 - Vida Terrestre	15.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio da captação de recursos financeiros externos de fontes internacionais, interfederativas e privadas, para implementação de políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas no município.
ODS 15 - Vida Terrestre	15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar políticas públicas e iniciativas para a conservação e recuperação das áreas prestadoras de serviços ambientais, assegurando disponibilidade de recursos financeiros, aprimorando a governança e gestão das áreas protegidas, bem como maximizando os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes públicas e particulares do município de São Paulo.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.3	Fortalecer o Estado de Direito, em nível municipal, por meio de mecanismos de participação social e de proteção dos direitos dos usuários de serviços públicos; e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, por meio de políticas de conciliação de conflitos.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de armas, apoiar e fortalecer o combate de todas as formas de crime por meio de ações e campanhas, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado e em conjunto com a Sociedade Civil.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.5	Fortalecer o combate à corrupção e ao suborno em todas as suas formas.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.6	Ampliar a transparência, a prestação de contas, a efetividade e a eficiência das instituições, em todos os níveis.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa, representativa e transparente em todos os níveis, por meio do fomento de espaços de participação mais democráticos e acessíveis.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.8	Ampliar e fortalecer a participação do município de São Paulo nas instituições de governança global.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.10	Assegurar o acesso público à informação, como parte dos direitos e garantias fundamentais, em conformidade com a legislação nacional, municipal e os acordos internacionais.
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	16.a	Fortalecer as capacidades das instituições municipais competentes, promovendo a transparência e a participação, inclusive por meio da cooperação internacional, para a prevenção da violência e do crime.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, para melhorar a capacidade municipal para arrecadação de impostos e outras receitas.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.3	Mobilizar recursos adicionais para o município a partir de múltiplas fontes.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.4	Alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo municipal por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado.

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente em organismos internacionais multilaterais e redes de cidades, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para a cidade de São Paulo.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.9	Localizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e implementar a Agenda 2030 no município de São Paulo, conforme compromisso internacional assumido frente à Organização das Nações Unidas (ONU).
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.11	Aumentar as exportações de produtos e serviços das empresas do município de São Paulo, contribuindo para o aumento da participação brasileira nas exportações globais até 2030.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.14	Contribuir para o aumento da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, por meio da vinculação dos instrumentos de planejamento à Agenda Municipal 2030.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.16	Participar de parcerias internacionais para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em toda a cidade.

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.17	Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	17.18	Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.

14. OBJETO DE ANÁLISE

A partir da versão preliminar do Programa de Metas 2021-2024, identificar as possíveis correlações entre suas metas e as metas da Agenda Municipal 2030 sob atribuição dessa Câmara Temática. Registrar em "Demandas de coleta de informação" as perguntas que precisam ser endereçadas previamente aos responsáveis pela meta do PdM, de forma que as reuniões sejam mais produtivas.

Número e texto da meta do PdM que analisarão	**Meta da Agenda Municipal 2030 que pode se relacionar**	**Demandas de coleta de informação para aprofundamento nas iniciativas já previstas no Programa de Metas**

Meta 28 do PdM (Integrar 20.000 câmeras de vigilância até 2024, tendo como parâmetro ao menos 200 pontos por Subprefeitura)	16.a	(SMSU) Qual é o conjunto de ações previstas para alcance da meta 28 do PdM que podem dialogar com o avanço do Projeto City Câmera?
Meta 29 do PdM (Ampliar a capacidade da Guarda Civil Metropolitana para realização de ações protetivas para 2.500 mulheres vítimas de violência/ano)	16.a	(SMSU) Qual é o conjunto de ações previstas para alcance da meta 29 do PdM que podem dialogar com o avanço no número de mulheres atendidas pela Ronda Guardiã Maria da Penha?

Meta 55 do PdM (Realizar 600.000 atendimentos ao trabalhador, incluindo orientação, qualificação e encaminhamentos para oportunidades formais de trabalho e geração de renda)	8.6	(SMDET) Qual é o conjunto de ações previstas para alcance da meta 55 do PdM que podem dialogar com o avanço do atendimento de jovens pelo Programa Bolsa Trabalho e pelo Programa Operação Trabalho?

Meta 68 do PdM (Realizar 150 ações de projeção internacional que posicionem São Paulo como cidade global e sustentável e que possibilitem acordos de cooperação internacional)	2.a 7.a 12.a 16.8 17.6 17.7 17.9 17.16	(SMRI) Como as ações previstas para alcance da meta 68 do PdM impactarão... Ações de cooperação internacional na temática de produção agrícola ambientalmente sustentável? Parcerias internacionais relacionadas à temática de energia Limpa? Parcerias internacionais para fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas? Participação da cidade de São Paulo em conselhos, diretorias e cargos de liderança? Participação da cidade de São Paulo em eventos promovidos por instituições do Sistema ONU e Redes de Cidades? Número de missões e participação em eventos internacionais relacionados aos temas de ciência, tecnologia e inovação? Número de Redes, acordos e compromissos internacionais relacionadas aos temas de ciência, inovação e tecnologia? Participação em redes internacionais de cidades, acordos e compromissos internacionais relacionados à desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente corretas? Publicação dos Relatórios Voluntários Locais? Acordos e compromissos internacionais assumidos pela Prefeitura alinhados diretamente ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável? Intercâmbio de experiências internacionais enviadas pela Prefeitura alinhados diretamente ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável?
Meta 71 do PdM (Atrair R$ 13 bilhões em investimentos para a cidade)	17.3	(SMDET) Qual é o conjunto de ações previstas para alcance da meta 71 do PdM que podem contribuir para os recursos estimados em Investimento Estrangeiro Direto (IED)?

Meta 73 do PdM (Alcançar 7,37 pontos no Índice de Integridade da Administração Direta da PMSP)	16.3 16.5 16.6 16.10	Indicador impactado: 16.3.5 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) no atendimento a reclamações e solicitações dos cidadãos junto à Ouvidoria Geral (IRA - Indicador de Resposta de Atendimento) Ações: 1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno; 6. Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva. Indicador impactado: - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) na implementação do Programa de Integridade Ações: 1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 2.Implementação selo CGM de Transparência e Boas Práticas de Gestão; 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno; 6.Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva. Indicador impactado: 16.5.4 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) na implementação de controle interno Ações:

		1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 2.Implementação do selo CGM de Transparência e Boas Práticas de Gestão; 3.Aperfeiçoamento das auditorias, por meio da implementação da metodologia IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna); 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno; 6.Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva. Indicador impactado: 16.5.5 - Número de Sistemas eletrônicos de combate à corrupção existentes no órgão central de controle interno (número absoluto) Ações: 3.Aperfeiçoamento das auditorias, por meio da implementação da metodologia IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna).
		Indicador impactado: 16.5.2 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) no controle do uso de contratos emergenciais (Proporção de contratos emergenciais por contratos totais) Ações: 1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno.
		Indicador impactado: 16.5.1 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) no uso de pregões eletrônicos em substituição a pregões presenciais (Proporção de pregões eletrônicos por pregões totais) Ações: 1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 3.Aperfeiçoamento das auditorias, por meio da implementação da metodologia IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna); 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno. Indicador impactado: 16.6.4 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) no atendimento às recomendações de auditoria Ações: 1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 3.Aperfeiçoamento das auditorias, por meio da implementação da metodologia IA-CM (Modelo de Capacidade de Auditoria Interna); 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno. Indicador impactado: 16.6.5 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) no atendimento aos pedidos de Acesso à Informação (Índice de Transparência Passiva - ITP)* Ações: 1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade; 4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta; 5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno; 6.Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva. Indicador impactado: 16.6.2 - Percentual de pedidos respondidos no sistema

de informação ao
cidadão na fase inicial de atendimento (%)
Ações:
1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade;
4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta;
5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno;
6.Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva.

Indicador impactado:
16.6.3 - Percentual de recursos registrados no sistema de informação ao
cidadão (1a, 2a e 3a instâncias) (%)
Ações:
1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade;
4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta;
5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno;
6.Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva.

Indicador impactado:
16.6.1 - Percentual de acessos negados no sistema de informação ao cidadão
na fase inicial de atendimento (%)
Ações:
1.Realização de campanha semestral de divulgação do Índice de Integridade;
4.Implementação do Programa de Integridade e Boas Práticas nos órgãos da Administração Direta;
5.Realização de oficinas de capacitação sobre controle interno;
6.Realização de oficinas de capacitação sobre transparência ativa e passiva.

Indicador impactado:
16.10.3 - Nota média de eficiência da Administração Municipal (0 a 10) em Transparência Ativa

CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Tendo em vista o calendário 2021 da Comissão Municipal ODS e a proposta de metodologia para elaboração do Plano de Ação aprovados em Plenário, preencher o calendário de reuniões da Câmara Temática, prevendo seus horários, pauta e atores a serem mobilizados.

Até 16/06/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar Plano de Trabalho
24/06/2021 – REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT

Até 04/08/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)
12/08/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano

Até 15/09/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025)
23/09/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano

04 a 24/10/2021 - CONSULTA PÚBLICA

Até 01/12/2021 – CÂMARA TEMÁTICA | Finalizar texto final do Plano de Ação
09/12/2021 - REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS

OBS1: A data prevista para publicação da versão final do PdM é dia 30/06/2021. A partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião. Entende-se assim, que este Plano de Trabalho constitui indicativo preliminar de pauta, podendo ser atualizado pelo grupo durante o processo de trabalho.
OBS2: Em relação à 2ª rodada de debates da Câmara Temática, que consistirá na "Análise das ações previstas para o Plano Plurianual 2022-2025", será compartilhada com a Câmara Temática até o final de julho uma síntese com o material preliminar do PPA que ela deverá analisar. Da mesma forma, a partir de então pode ser necessário ajustar as pautas de cada reunião.

Data da reunião	Horário da reunião	Pauta da reunião	Atores a convidar (sociedade civil e/ou governo)
11/06	11h – 13h	Discussão do texto final do Plano de Trabalho.	Apenas membros da CT

Até 16/06	Finalizar Plano de Trabalho		
18/06	11h – 13h	Olhar para demais correlações entre o conjunto de metas e iniciativas do PdM e as metas da Agenda sob atribuição da Câmara. Olhar para as contribuições (sugestões de ação) vindas da Consulta Pública da Agenda 2030 feita em 2020.	Apenas membros da CT
24/06	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar Planos de Trabalho das CT	
25/06	11h – 13h	Aprofundar nas metas 55 e 71 do PdM que impactam as metas 8.6 e 17.3 da Agenda Municipal 2030.	Secretarias: SMDET, SPIN. Convidados externos: ?
02/07	11h – 13h	Aprofundar nas metas 28 e 29 do PdM que impactam a meta 16.a da Agenda Municipal 2030. Avaliar se a 16.4 pode ser de alguma forma impactada também.	Secretarias: SMSU. Convidados externos: ?
08/07 (quinta)	11h – 13h	Aprofundar na meta 68 do PdM que impacta as metas 2.a, 7.a, 12.a, 16.8, 17.6, 17.7, 17.9 e 17.16 da Agenda Municipal 2030.	Secretarias: SMRI. Convidados externos: ?
16/07	11h – 13h	Aprofundar na meta 73 do PdM que impacta as metas 16.3, 16.5, 16.6 e 16.10 da Agenda Municipal 2030.	Secretarias: CGM, SMDHC. Convidados externos: Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA/SGM).
23/07	11h – 13h	Analisar a versão final das metas do PdM e identificar o impacto em eventuais outras metas da Agenda sob atribuição da Câmara.	Apenas membros da CT

30/07	11h – 13h	Finalizar debates de eventuais outras correlações entre PdM e Agenda Municipal 2030, e finalizar as fichas de conteúdo mínimo.	A serem definidos.
Até 04/08	Finalizar conteúdo mínimo do Plano de Ação (Análise dos compromissos do Programa de Metas 2021-2024)		
05/08	11h – 13h	Definição de uma estratégia de priorização das metas restantes e organização da análise do material preliminar do PPA.	Apenas membros da CT
12/08	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo mínimo do Plano	
13/08	10h30 - 13h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 8.8 - Acidentes de trabalho 8.10 - Crédito/Financiamento 16.7 - Participação social 17.11 - Spin 17.17 - Parcerias ONGs	Secretarias: SG, SMDET, SERS, SMS, AdeSampa. Convidados externos: ?

20/08	10h30 - 13h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 8.3 - Empreendedorismo 8.5 - Desemprego 8.9 - Turismo 9.5 - Desenvolvimento Científico 12.b - Turismo sustentável	Secretarias: SMDET, SMIT, SMDU. Convidados externos: ?
27/08	10h30 - 13h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 12.3 - Desperdício de alimentos 12.8 - Formações desenv. sust. 15.b - Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) 17.14 - Plano de Ação ODS 17.18 - GeoSampa	Secretarias: SVMA, SMDET, SG, SMDU. Convidados externos: ?
03/09	10h30 - 13h	Aprofundar na relação entre o PPA e as seguintes Metas da Agenda Municipal 2030: 1.a - Recursos para assistência 3.c - Recursos para saúde 6.a - Recursos para saneamento 8.1 - PIB municipal 8.2 - Setores alta intens. tecno. 9.2 - Indústria 10.1 - Crescimento da renda 15.a - Recursos para gestão ambiental 17.1 - Impostos 17.4 - Dívida pública	Secretarias: SF, SMDET, SMDU?, SMPED? Convidados externos: ?
10/09	10h30 - 13h	Finalizar eventuais debates em aberto e finalizar as fichas de conteúdo adicional.	A serem definidos.

Até 15/09	Finalizar conteúdo adicional do Plano de Ação (Análise das ações previstas para o Plano Plurianual2022-2025)		
23/09	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar conteúdo adicional do Plano	
04 - 24/10	CONSULTA PÚBLICA		
05/11	11h – 13h	Debate das devolutivas da Consulta Pública.	A serem definidos.
12/11	11h – 13h	Debate das devolutivas da Consulta Pública.	A serem definidos.
19/11	11h – 13h	Debate das devolutivas da Consulta Pública.	A serem definidos.
26/11	11h – 13h	Debate das devolutivas da Consulta Pública.	A serem definidos.
Até 01/12	Finalizar texto final do Plano de Ação		
09/12	15h	REUNIÃO DO PLENÁRIO | Aprovar texto final do Plano ODS	

ONDE ACHAR AS INFORMAÇÕES

“Agenda Municipal 2030”
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_

de_metas/agenda_2030/

Planilha com os indicadores da "Agenda Municipal 2030" e indicações iniciais de correlações com o Programa de Metas 2021-2024:
https://cloudprodamazhotmail.sharepoint.com/:x:/r/sites/CPE/Shared%20Documents/ODS2021/_ComissaoMunicipalODS/_CamarasTematicas2021/Agenda%20Municipal%202030_ComissaoODS.xlsx?d=wbb3194a9f21a-45c892963ac77b550e1b&csf=1&web=1&e=cetDQS

Devolutivas dos dois blocos da Consulta Pública de 2020 sobre a Agenda Municipal 2030:
https://cloudprodamazhotmail.sharepoint.com/:x:/r/sites/CPE/Shared%20Documents/ODS2021/_ComissaoMunicipalODS/_CamarasTematicas2021/Contribuicoes%20-%20Bloco%20I%20e%20Bloco%20II%20da%20Consulta%20P%C3%BAblica.xlsx?d=w07764c91aa7e4976b0db6e6e25c4a998&csf=1&web=1&e=nPrOo0

Arquivos do Programa de Metas 2021-2024: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/programa_de_metas/programa_de_metas_20212024/

Relato da reunião da Comissão municipal de ODS ocorrida em 08 de abril de 2021.

Pauta:

14h – 14h15 | Alexis Vargas, Secretário Executivo de Projetos Estratégicos
- Abertura da 1ª reunião de 2021 da Comissão Municipal ODS;
- Aprovação da ata do dia 17/12/2021;
- Informe sobre a alteração da governança da Comissão Municipal ODS;
- Apresentação da nova Presidência, a ser assumida pela Secretária Municipal de Relações Internacionais, Marta Suplicy.
- Apresentação da Secretária Executiva Vivian Satiro.

14h15 – 14h45 | Marta Suplicy, Secretária Municipal de Relações Internacionais
- Boas-vindas ao trabalho da Comissão Municipal ODS;
- Informe sobre as ações da Secretaria de Relações Internacionais relativas à Agenda 2030;
- Declaração de intenção de fortalecimento das ações da Comissão Municipal ODS.

14h45 – 15h30 | Vivian Satiro, Secretária Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias
- Agenda do Dia;
- Aprovação do novo calendário de reuniões 2021;
- Apresentação da versão inicial do Programa de Metas 2021-2024;
- Convite para participação das Audiências Públicas e da Consulta

Pública via Participe+.

15h30 – 15h45 | Abertura para dúvidas e comentários do Plenário

15h45 – 15h50 | Fechamento

Reunião:

A reunião teve início com a fala do Alexis fazendo memória dos trabalhos em 2020, e fazendo a ponte para a passagem da condução dos trabalhos para a secretária Marta que se apresentou e para a secretaria Vivan que também se apresentou e apresentou o Decreto nº 60.166, de 7 abril de 2021, publicado em Diário Oficial, com a nova estrutura de condução desta comissão:

Presidência da Comissão – Secretaria Municipal de Relações Internacionais:
Representantes: secretaria Marta Suplicy com a colaboração de Soninha Francine.

Compete: "Art. 9º A Presidência da Comissão será exercida pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a quem compete:

I - Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário;

II - Representar a Comissão nos atos que se fizerem necessários, incluindo fóruns nacionais e internacionais, podendo delegar a representação;

III - apoiar o processo de identificação, sistematização e divulgação de boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

IV - Apoiar o processo relativo à prestação de informações das ações municipais ao Governo Estadual, ao Governo Federal e à Organização das Nações Unidas, promovendo esforços para que esses entes possam, de forma conjunta, convergir para um fim último, harmonizado e coerente;

V - Promover a articulação com organizações internacionais, para a disseminação e a implementação da Agenda 2030 em nível municipal." (NR)

Diretoria Executiva: Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Secretaria do Governo Municipal;
Representantes: Secretaria Vivian Satiro, Gabriela Chabooud e Anna Marco.

Art. 10. A Diretoria Executiva será exercida pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Secretaria do Governo Municipal, a quem compete:

I - solicitar a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário à Secretaria Executiva;
II – receber sugestões e montar a pauta das reuniões;
III - promover o debate e a formulação de propostas de interesse da Comissão;
IV - submeter à apreciação do Plenário as matérias a serem decididas, podendo intervir na ordem dos trabalhos, suspendendo-os sempre que necessário;
V - manifestar voto próprio e, em caso de empate, apresentar o voto de qualidade, nas deliberações submetidas a Plenário;
VI - encaminhar as matérias aprovadas pela Comissão;
VII - decidir sobre as questões de ordem formuladas pelo Plenário;
VIII - assinar as deliberações da Comissão e as atas;
IX - formalizar convites aos representantes de órgãos e entidades públicas, do setor privado, da sociedade civil e da comunidade científica;
X - requerer à Secretaria Executiva a execução das ações decididas pelo Plenário;

Secretaria Executiva: Secretaria do Verde e Meio Ambiente

Representante: Giovana Barbosa de Souza SVMA/UMAPAZ

"Art. 11. A Secretaria Executiva será exercida pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a quem compete:

I - assessorar a Presidência e a Diretoria Executiva no exercício de suas atribuições;
II - convocar, por solicitação da Diretoria Executiva, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário;
III - acompanhar as atividades das Câmaras Temáticas;
IV - elaborar minuta de edital dos processos de seleção pública para a composição e a renovação bienal da composição da Comissão;
V - coordenar os processos de seleção pública de que trata o artigo 5º deste decreto;
VI - realizar outros processos de seleção pública definidos pela Comissão,

quando necessários, para atendimento ao disposto no "caput" do artigo 7º da Lei nº 16.817, de 2018;
VII - encaminhar a pauta e as atas das reuniões do Plenário e das Câmaras Temáticas;
VIII - secretariar as reuniões do Plenário, lavrar as atas, registrar a frequência dos representantes e encaminhar as decisões do Plenário, da Presidência e da Diretoria Executiva para as providências de seu cumprimento;
IX - Encaminhar, em até cinco dias úteis previamente às reuniões, os documentos técnicos, relatórios e demais subsídios a serem apreciados;
(...)
X - Manter o registro da documentação técnica e administrativa proveniente das Câmaras Temáticas;
XI - apresentar à Diretoria Executiva a proposta orçamentária anual e realizar a gestão dos recursos para dar suporte às atividades da Comissão;
XII - coordenar as atividades de elaboração de relatórios periódicos da Comissão;
XIII - realizar as demais atividades operacionais ou de representação, designadas pela Diretoria Executiva e/ou pela Presidência." (NR)

Na sequência da reunião a secretária Marta se apresentou e parabenizou o grupo pelo trabalho realizado apresentou a Soninha Francine como membro integrante deste grupo de condução dos trabalhos desta comissão e pediu ao grupo que fizesse sua contribuição no processo da elaboração das Metas de Governo por meio de duas frentes de trabalho focadas em educação e saúde.
Soninha sugeriu que fossem criadas novas comissões, talvez duas ou três compostas de forma multidisciplinar.
A reunião foi marcada pelas perguntas por parte da sociedade civil sobre o decreto que reorganiza a condução dos trabalhos. Bem como foi levantada a importância desta comissão estar focada na elaboração do Plano de Ação da Agenda 2030 para a gestão no período – 2021 -2024.
Foi decidido que esta comissão terá uma reunião extraordinária no doa 22/04 para trazer as sugestões para o plano de Metas e onde será elaborado um cronograma de datas para reuniões para a construção do Plano de Ações da Agenda.

– Calendário oficial aprovado de trabalhos para 2021:
1ª Reunião dia 08/04/2021:
Pauta proposta: Programa de metas e consulta pública 2021 – 2024.
+ reunião extraordinária dia 22/04 – foco Plano de Metas.
2ª Reunião dia 28/05/2021:
Pauta proposta: Discussão do Plano de Ação da Agenda 2030.

3ª Reunião dia 26/08/2021:
Pauta proposta: Aprovação do Plano de Ação da Agenda 2030.
4ª Reunião 25/11/2021
Pauta proposta: Criação dos elementos de acompanhamento do Plano de Ação da Agenda 2030.

Após a reunião Giovana recebeu a manifestação dos técnicos da secretaria de educação se manifestando em relação a valorização dos trabalhos SVMA que ficaram sem destaque. Giovana acolheu explicando que este processo está em andamento e que nas próximas reuniões estaremos mais fortalecidos.

COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030

Reunião realizada em 22/04/2021

9ª Reunião Plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável
(2ª reunião de 2021)

I - Dia, hora e local da reunião;
No dia 22 de abril de 2021, às 15h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a nona reunião plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

II - Nome dos membros presentes:
Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:
- Jorge Luiz Numa Abrahão - Segumento 2 (1º Titular: Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Denise Crocce Romano Espinosa – Segmento 3 (2º Titular: Universidade de São Paulo/USP)
- Ergon Cugler de Moraes Silva – Segmento 2 (3º Suplente: União Estadual dos Estudantes de São Paulo/UEE-SP)
- Marlene Ferreira da Rocha - Segmento 1 - Região Centro-Oeste (1º Titular:

Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
- Zysman Neiman - Segmento 3 (1º Titular: Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP)

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:
- Soninha Francine (suplente: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Vivian Satiro (titular: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Giovana Barbosa de Souza (titular: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Meire Aparecida Fonseca de Abreu (suplente: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA
- Claudia Abrahão Hamada (titular: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Clodoaldo Gomes (suplente: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Maria Luiza Oliveira Gedeon (suplente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL)

Observadores que acompanharam a reunião:
- Igor Pantoja (Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Thaís Brianezi (SME)
- Anna Carolina de Paula M. de Marco (SGM)

III – Pauta do dia:
- Aprovação do calendário 2021 revisto;
- Debate de contribuições ao Programa de Metas 2021-2024.

Gabriela Chabbouh: Segundo a Giovana, na secretaria executiva, nós já temos quórum, já pode começar a reunião.

Vivian Satiro: Giovana dá as boas-vindas para todo mundo.

Gabriela Chabbouh: Estou colocando a apresentação.

Vivian Satiro: Novamente, boa tarde a todas e a todos. É muito bom contar com todos vocês aqui. Hoje a reunião vai ser dedicada em fomentar essa discussão do Programa de Metas e como a comissão vai contribuir com a prefeitura nessa missão.

Soninha Francine: Nós já vamos começar, então, é isso?

Vivian Satiro: Isso mesmo. As meninas já começaram até a gravar.

Soninha Francine: Bom, então.

Vivian Satiro: Você precisa de mais um tempo?

Soninha Francine: Não, eu acho que já podemos começar. Quem chegar, vai pegar a discussão começando ainda, não é? Tem que ter uma hora para começar. De todo modo, boa tarde a todos, eu estou aqui representando a secretária Martha Suplicy nesta reunião extraordinária, para falar da conciliação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e todo o trabalho que foi feito por esta comissão em 2020, com o plano de metas proposto pelo executivo, conforme determina a Lei Orgânica do Município. A Vivan é a coordenadora executiva da comissão e é quem conduz os trabalhos, certo?

Vivian Satiro: Obrigada, Soninha. Gabi, você pode passar a apresentação, por gentileza? Bom, então como tínhamos combinado na última reunião, a ideia hoje é aprovarmos um calendário para 2021, um calendário um pouco mais extenso do que o previsto inicialmente. Eu não sei se todos se lembram, mas na última reunião um dos pontos colocados, foi que talvez as nossas reuniões devessem ser menos espaçadas, dado que tem uma agenda longa para cumprir ao longo do ano. Então, a ideia hoje é que aprovemos esse calendário e passe a palavra para vocês, para as contribuições do Programa de Metas. Então, Gabi, você pode colocar o calendário para nós? E esse é o calendário. Passo até a palavra para a Giovana, que pode conduzir melhor como aprovamos aqui no plenário da comissão. Por favor, Giovana.

Giovana Barbosa: Por favor, as pessoas que queiram se manifestar, eu acho que podemos colocar no chat, não é, a nossa manifestação. Quem quiser pedir a fala, eu peço que, por favor, coloque o seu nome. Lembrando que a nossa reunião está sendo gravada, por favor diga seu nome, da organização que você está representando, de onde você vem e, por favor, solicite a palavra aqui no 'levantando a mão'.

Gabriela Chabbouh: Gi, enquanto você organiza, eu acho que vou só dar algumas palavras sobre a nossa proposta de calendário para 2021. Como não tivemos a oportunidade de enviar antes, para que os demais membros da comissão entendessem como é a proposta dos trabalhos de 2021, eu vou fazer uma breve apresentação. A ideia é que hoje aprovemos esse cronograma, para que comecemos no dia 13 de maio a discutir a revisão do regimento, com base na alteração do decreto. Aprovemos o formato das câmaras temáticas ou então, a ideia é que apresentemos para vocês uma proposta de divisão em câmaras temáticas para organização dos traba-

lhos da comissão em 2021. Lembrando que a estratégia de organização em câmaras temáticas, é uma estratégia para operacionalizar o trabalho que íamos entregar aquele produto, que visamos naquele período. Então, basicamente vamos discutir e propor para vocês uma estratégia de composição de câmaras temáticas que dê conta do desafio de entregar um plano de ação para implementação dos ODSs até o final de setembro, que é o prazo estabelecido pelo decreto 166, se eu não me engano, o número do decreto. Então, basicamente no dia 13, aprovaríamos, encaminharíamos para vocês antes a proposta de revisão do regimento, assim como a proposta de câmaras temáticas, assim como a proposta de metodologia para elaboração desse plano de ação. Nós estamos propondo fazer um plano de trabalho para cada câmara temática. Aqueles que participaram dos trabalhos no ano passado, viram que foi muito importante essa estratégia de ter feito um plano de trabalho que determinasse em que datas íamos nos reunir, com que periodicidade, quem íamos envolver em cada etapa do processo. Ou seja, qual seria o caminho que trilharíamos para fazer aquela entrega, que era Agenda Municipal 2030, estamos propondo algo parecido para a elaboração do plano de ação. Nós faríamos então uma reunião no dia 24 de junho, para fazer essa aprovação. Nós ficaríamos nos reunindo durante algumas semanas, até o dia 12 de agosto, quando aprovaríamos uma proposta intermediária do plano. Para que tenhamos uma segunda rodada de trabalhos e consigamos aprovar uma proposta final do plano no dia 23 de setembro, atendendo, portanto, ao prazo do decreto, que estabelece que temos que publicar o plano de ação dos ODSs 180 dias depois da publicação do Programa de Metas, sendo essa publicação a que foi feita agora no mês de abril. Nós estamos propondo uma pública, após esse processo, porque na realidade, o decreto não faz exigência da realização de uma consulta pública, mas achamos que é muito importante fazer esse processo, tivemos muitas contribuições, muito ricas no processo de elaboração da Agenda 2030. Então, estamos propondo a elaboração de uma consulta pública após a aprovação pela comissão e, por fim, em dezembro, aprovar uma proposta final do plano participativo, ou seja, que tenhamos o mês de novembro para apreciar as contribuições da sociedade civil em relação à proposta do plano apresentada e aprovada no final de setembro, e em dezembro, aprovaríamos uma proposta final do plano participativo para os três anos. Lembrando que, claro, o plano é um recorte, o plano é um conjunto de prioridades para essa gestão em relação aos ODSs, levando em consideração também as prioridades definidas pelo Programa de Metas. Gi, acho que agora já deu tempo das pessoas entenderem e se mobilizarem em torno de tirar dúvidas em relação ao calendário proposto. Alguém tem alguma dúvida? Quer fazer alguma contribuição?

Giovana Barbosa: Isso, fazer alguma contribuição. Eu não tenho nenhuma manifestação aqui por enquanto.

Soninha Francine: Como eu cheguei agora, como é uma rodada de trabalho? Rodada um de trabalho, rodada dois de trabalho? Como é a dinâmica disso?

Gabriela Chabbouh: Soninha, na realidade, nós estamos propondo aprovar um calendário geral e, é claro, a especificidade, a proposta metodológica para elaboração do plano de ação, nós discutiríamos a partir da próxima reunião. Como que fizemos no ano passado para a elaboração da Agenda Municipal 2030? Cada câmara temática se reuniu uma vez por semana. Então, basicamente, o que estamos chamando de uma rodada de trabalhos, caso estendamos que é desejável fazer a mesma dinâmica, lembrando que vai depender um pouco dessa proposta metodológica, claramente o plano de ação é um recorte. A Secretaria de Governo, junto com Secretaria de Relações Internacionais precisa dar orientação para comissão, no sentido de quais são as prioridades para os próximos quatro anos. E é claro que o Programa de Metas tem um importante papel nisso, então, é claro que ainda existem algumas coisas em discussão, em definição, mas, basicamente, uma rodada de trabalho seria uma série de encontros das câmaras temáticas, que subsidiariam a tomada de decisão por esse espaço, pelo plenário, pela Comissão Municipal ODS. Então, basicamente, as câmaras temáticas, com um pouco mais de tempo que o plenário, discutem temas específicos, trazem a discussão um pouco mais aprofundada, para a aprovação da Comissão ODS.

Giovana Barbosa: Agora eu já tenho três pessoas aqui, inscritas. Eu tenho a Marlene, a Denise e a Thaís.

Marlene da Rocha: Olá, boa tarde. Na verdade, eu gostaria de saber, Gabi, se as câmaras temáticas vão seguir a mesma metodologia que nós já estávamos trabalhando ou nós vamos compor novas câmaras?

Gabriela Chabbouh: Essa é uma boa pergunta, Marlene. Ainda não existe definição nesse sentido. Eu não estava presente na última reunião e eu sei que a Soninha chegou a fazer alguma proposta alternativa de composição de novas câmaras temáticas. Então, na realidade, precisamos conversar um pouco sobre o formato do plano de ação, qual vai ser o conteúdo mínimo? O que se espera desse plano de ação internamente? Para apresentar para vocês essa proposta de uma organização em câmara temática que responda ao desafio que estamos propondo. Então, vai tudo depender um pouco do formato proposto para o plano de ação. E para a elaboração do plano de ação. E as câmaras temáticas vão ser organizadas para atender

a esse desafio de elaboração do plano de ação.

Vivian Satiro: A ideia, Marlene, complementando a fala da Gabriela, é que a reunião do dia 13, caso aprovemos esse calendário, nós possamos tratar dos dois assuntos. Tanto apresentar a nossa ideia sobre a metodologia do plano de ação, quanto uma proposta de câmaras temáticas para votação do plenário e apresentação de sugestões ou críticas ao modelo que vamos propor. Então, a ideia hoje é fechar o calendário do ano, fechar quais são os assuntos que trataremos em cada uma dessas reuniões que a Gabriela apresentou e, a partir disso, começamos a mandar para vocês, com antecedência, antes da reunião seguinte, os temas que serão aprovados e, na medida do possível, até os textos, se tiverem fechados, com uma antecedência razoável. Então, basicamente é isso. Não sei se completei a ideia da Gabriela.

Marlene da Rocha: Sim, ok. Obrigada.

Giovana Barbosa: Ok, eu posso passar para a Denise? Marlene? Então, Denise, por favor.

Denise Crocce: Boa tarde. Essa explicação da Gabi me deixou bem mais tranquila. Eu vou ser sincera, com a última reunião, eu fiquei mais confusa, porque eu não tinha noção nenhuma do que ia acontecer. Eu fiquei bem confusa, acho que foi em uma boa hora que a Gabi veio e explicou um pouco melhor o que vão ser os fatos. Eu estava na dúvida, realmente, em relação às câmaras temáticas, então, isso já foi respondido e acho que a explicação da Gabi foi muito pertinente e em uma boa hora. Era mais sobre as câmaras temáticas mesmo e eu queria fazer esse comentário sobre a explicação, era só isso. Obrigada.

Giovana Barbosa: Obrigada, Denise. Thaís e depois, Ergon.

Thaís Brianezi: Boa tarde. Conseguem me ouvir? A minha internet hoje está muito ruim.

Giovana Barbosa: Sim.

Thaís Brianezi: Pediram para se apresentar, eu sou Thaís, da Secretaria Municipal de Educação. Eu não sou a representante oficial, mas fui quem ajudou a coordenar a Câmara de Temáticas Educacionais e apoio a Cláudia, nossa representante titular, que está aqui. E, houve a indicação, então, estou aproveitando, acho que vocês vão dar esse informe, mas houve o pedido de que as secretarias confirmassem ou renovassem os seus representantes, nós já fizemos isso. E um pouco dialogando também com as falas das colegas que me antecederam, pensar que aqui estamos tratando do plano de ação e do plano de trabalho, e da composição e reorganização das câmaras, para fazer esse plano de ação, que é quadrienal. Mas a minha dúvida seria em que status está a publicação da Agenda 2030 como um todo? Porque eu acho que ela também antecede, não é? Nós termos certeza para pelo menos a reunião de maio, se aquilo que saiu das consultas públicas foi aprovado, se vai ser publicado e como? Porque acho que, como a Gabi falou, é um recorte disso, o recorte para os quatro anos, porque aí nos debruçamos, mas precisamos ter certeza primeiro do horizonte maior, da Agenda 2030.

Giovana Barbosa: Obrigada, Thais. Ergon.

Ergon Cugler: Ótimo, primeiro, eu vou parabenizar a apresentação da Gabi, porque realmente trouxe muito mais nitidez de como vai ser a condução aqui dos processos. É muito importante conseguirmos pactuar as datas, mas eu queria fazer coro também ao que disse agora a Thaís, sobre a publicação do decreto da Agenda 2030. Nós tivemos em dezembro, aceleramos bastante para conseguir finalizar em dezembro. A última reunião que fizemos, tem alguns dias, se não me engano aconteceu dia oito, as secretárias presentes reafirmaram que seria publicado o quanto antes, de prontidão, porque a única coisa que estava faltando era a revisão. Sendo que já tínhamos feito a revisão, a prefeitura já estava fazendo a revisão nesse período todo. Então, eu queria fazer coro aqui à preocupação da Thaís em relação à publicação do decreto, porque foi um trabalho que, não só pela velocidade que tocamos, mas pela qualidade que tocamos e a devolutiva que temos com os cidadãos todos que participaram desse processo. Foram 8.600 contribuições da sociedade civil, foram diversas reuniões, mais de 100 reuniões, que mediamos dentro de todas as câmaras temáticas. Então, eu acho que é uma questão de responsabilidade para com o cidadão paulistano, não atrasarmos mais a publicação do decreto, que já era um pacto do prefeito em dezembro e agora estamos em cinco meses de atraso da responsabilidade de publicação do decreto. Então, isso é muito preocupante e precisamos, eu acho que é uma urgência, sair de uma data, precisamos ter uma data do poder público. Se o problema é falta de braço para revisar o plano 2030, nós temos uma comissão inteira, que eu tenho certeza que se disponibilizaria a fazer rodadas de revisão ortográfica, estética, o que for. Nós damos um jeito de fazer. O que eu não acho é que temos condições de sair da reunião de hoje, sem uma data séria pactuada com o poder público, de publicação real do decreto 2030, que é uma responsabilidade que foi firmada em dezembro do ano passado. Além, eu queria trazer uma provocação de algo que debatemos no ano passado também,

que era a questão da participação da sociedade civil nos espaços de consulta pública. Como fizemos tudo muito corrido, não tivemos espaço e nem fôlego mesmo para conseguir fazer audiência pública para debater o plano 2030. Mas aqui eu estou vendo que vamos ter em outubro, quase um mês para fazer a consulta pública e eu queria reforçar que essa consulta pública, queria consultar aqui os pares, os colegas, que não fosse tão somente que fizéssemos no Participe Mais, apesar dele ser muito importante, mas que fizéssemos também uma audiência público pelo menos para ouvir diretamente os cidadãos, entender o que eles pensam, para de fato, conseguirmos fechar esse ciclo de debates do que é o plano 2030, porque foi uma dívida que deixamos ano passado com a população, com a sociedade civil e acho que precisamos dar esse retorno, que é o ambiente de diálogo com a sociedade. Para eles poderem opinar diretamente, além do Participe Mais.

Soninha Francine: Acho que eu preciso responder sobre a publicação da agenda. Agora nós sabemos onde está parada, está parada em mim. São, acho que 499 páginas e eu não consigo imaginar, Ergon, dividir isso, a revisão, em uma equipe. Porque, claro, eu vou precisar de ajuda. Na revisão e fazendo uma revisão super minuciosa, surgem várias questões e eu vou precisar que um ou outro grupo esclareça, até porque, se por um lado eu consigo ter um olhar técnico, como eu cheguei agora, por outro lado eu sou público em geral. Então, quando nas metas de educação, por exemplo, em um determinado momento fala em ciclo autoral, eu não sei o que é ciclo autoral. Então, acho que precisamos explicar para o público em geral. Ou, você tem, como é um documento muito extenso, tem uma tabela da educação que diz que a taxa de matrícula no ensino fundamental é de 120%. E eu falo, "como assim, 120%?". Umas quatro páginas adiante, explica que o município de São Paulo matrícula também crianças de outros municípios. Então, são coisas muito minuciosas desse tipo e que eu não acho que sejam desprezíveis. Outro exemplo, tem uma menção à lei, na hora de falar sobre o senso da população em situação de rua, tem uma menção à uma lei federal de 2001. Mas o município aprovou em 2019 uma lei municipal da política municipal da população em situação de rua. Então, são em muitos casos, ajustes, do tipo correção, e em vários casos, dúvidas. Dúvidas assim, às vezes o texto não corresponde à tabela e eu falo, "espera, qual que está valendo?". Vamos supor, o texto diz: "crianças e jovens de 0 a 17 anos", mas o número do indicador está de 0 a 14. Eu preciso consultar quem produziu isso para saber qual que está certo, é 17 ou é 14? Então, por isso que eu digo que é trabalho de revisão minuciosa, que não se dá para dividir em grupo, embora eu faça isso, "olha, por favor, verifica lá para mim, no bolsa família, qual é o valor de corte hoje, da extrema pobreza?". Estamos em 2021, podemos colocar lá um asterisco, "olha, o valor hoje está modificado". Então, eu

sei que já demorou muito, mas vem um pouco de, "já demorou tanto e a gente vai publicar sem verificar contradições no próprio texto?". Uma coisa são as mudanças que acontecem, não é. Muitos números, eu não tenho nem a preocupação de atualizar, eu falei desse tema pobreza agora como exemplo, mas os números são retratos de quando ele foi feito. Mas em alguns, precisa dessa correção antes de sair publicado, porque senão você vai fazer lá na frente uma correção que já ficou defasada, entende?

Giovana Barbosa: Ergon, a palavra é sua.

Ergon Cugler: Eu tenho certeza de que precisa fazer uma revisão e eu concordo com todos os pontos que você traz. E é exatamente pela complexidade das 499 páginas, que eu tenho absoluta certeza que uma pessoa sozinha não consegue fazer. Então, acho que precisávamos, não só, é evidente a minuciosidade, ele é extremamente necessário, porque estamos falando de políticas públicas e estamos falando de um plano de 10 anos visionário. O que estiver escrito ali, uma vírgula diferente, pode pautar brecha para uma legislação totalmente distorcida do que foi pensada à nível de comissão. Mais um motivo para envolvermos as pessoas que participaram desse processo na revisão ampla disso tudo. Porque senão chegamos a um ponto de esgotamos, que não tem como mais revisar. Eu não sei se 499, uma pessoa consegue revisar sozinha.

Soninha Francine: Eu também já pensei nisso. Eu já passei umas 20 horas no texto.

Ergon Cugler: Mas só para concluir, por favor.

Soninha Francine: Desculpa.

Ergon Cugler: Só para concluir, eu entendo que precisamos dar uma resposta à população, que o atraso da publicação do decreto é porque houve mudança de gestão e a prefeitura se atrasou em definir como ia ficar a comissão. Eu não sei nem se precisamos falar isso para eles. Nós precisamos resolver as coisas aqui internamente na comissão, para que elas aconteçam. E para que exatamente elas aconteçam, precisamos pensar em alternativas que se preocupem sim com a inteligibilidade e com a minuciosidade, mas que coloque isso como desculpa para atrasar. Não estou dizendo que você está usando isso como desculpa, mas porque eu entendo que uma pessoa lendo sozinha vai precisar de 20, 40, 60, muitas horas, e a comissão aqui vai continuar cobrando, ainda mais agora que você falou que está com você, vai cobrar agora você pessoalmente, porque não sou só eu, está todo mundo aqui preocupado com a publicação. Então, eu quero aqui

propor aqui, muito efetivamente, que pensemos em um mecanismo, que minimamente, consigamos, ainda mais pelo seu relato, sobre a extensão do trabalho que é, que consigamos pensar coletivamente, façamos essa revisão e consigamos até dar um prazo. Porque não podemos ficar, "ah, estamos vendo. Quando der tempo, vamos ver. Vamos revisar, tem muita coisa". Não podemos ficar sem um prazo, nós estamos com isso desde o ano passado, parado. E eu entendo que agora você deve estar fazendo o máximo possível, você chegou com essa responsabilidade na mão para tocar, basicamente sozinha, como você está colocando aqui, mas tem um histórico da comissão e um compromisso com a publicação disso. Concordo que, já esperamos tanto, não vai publicar de qualquer jeito agora, mas já esperamos tanto e não vamos esperar mais um tanto ainda sem um prazo definido e um método para fazermos isso sem, como o seu relato aqui, ficar afogando uma única pessoa para ler 400 páginas, que não são texto simples corrido. São números, metas, indicadores e políticas públicas extremamente complexas.

Soninha Francine: Sim. mas eu, sinceramente Ergon, eu não consegui, assim, como eu disse, eu tenho pessoas para quem eu peço, "verifica isso para mim, por favor". Eu tenho uma equipe dedicada a isso, "confirma qual dado está valendo". Mas, como qualquer outra publicação, ter uma revisão de cabo a rabo que não tem como fazer coletivamente. Porque é isso, no fim é uma narrativa única. Então, sim, eu vou precisar muito da ajuda de vocês para tirar essas dúvidas. Quando eu me deparo com um número, "aqui é de 0 a 17 ou aqui é de 0 a 14?", é a comissão que elaborou isso quem vai corrigir. Isso é até rápido. E tem um prazo claríssimo, não é. Não tem como aprovar câmaras temáticas na reunião do dia 13 de maio, sem que isso tenha sido publicado com alguma antecedência. Alguma, assim, não menos do que sete dias. No mínimo, assim, vocês conhecem muito bem o trabalho, ele vai vir ajustado, mas é isso, não tem como falar da metodologia do plano de ação, sem que isso esteja francamente disponível para todas as pessoas.

Giovana Barbosa: Soninha, aqui no chat, a Thaís, que é da Secretaria de Educação, deixou um recado para você. "Soninha, conte conosco nessa revisão, os exemplos que você deu sobre a educação são pertinentes e precisamos ter linguagens simples como norte mesmo". Isso foi o que você quis dizer sobre as câmaras temáticas.

Soninha Francine: Ótimo. Sim.

Giovana Barbosa: Mas eu acho que o importante é que você pode contar com o grupo.

Soninha Francine: E vou precisar. Mas é isso, eu vou precisar, mas o meu prazo é no máximo seis de maio. Espero não chegar a isso.

Vivian Satiro: Mais alguém do plenário gostaria de se manifestar a respeito disso?

Giovana Barbosa: Secretária Vivian, todas as colocações foram feitas em relação ao entendimento do processo. Eu entendo que não tivemos uma manifestação contrária ao calendário. Nós temos. (vozes sobrepostas).

Vivian Satiro: Podemos considerar o calendário como aprovado? Alguém se manifesta de forma contrária? Por favor, se houver uma manifestação contrária, escrevam no chat, para a Giovana controlar. Bom, então eu considero o calendário aprovado. Assim, a Gabriela vai
enviar para todo mundo o calendário e podemos nos organizar ao longo das próximas semanas para dar as respostas que faltam. E como a Soninha já respondeu, nosso prazo final é seis de maio e a esperamos cumprir essa data.

Gabriela Chabbouh: Isso. Temos só a Thais que gostaria de fazer uma contribuição agora. Não é, Thais? Vivian Satiro: Por favor, Thais.

Thaís Brianezi: Bem pontual, secretária Vivian, acho que poderia incluir e, Soninha, que agora eu vou chamar de chefe de gabinete. Não vou cometer o ato falho de secretária. Mas eu acho que poderia incluir então esse prazo ali no calendário, se é possível se comprometer com ele, não é. Seis de maio, ter a versão aprovada, porque é subsídio para a reunião do dia 13.

Vivian Satiro: Perfeito. Nós fazemos essa alteração antes do envio. Bom, acho que agora podemos passar para o segundo ponto de pauta da reunião. Talvez o mais extenso, que é a apresentação dos apontamentos da proposta inicial do Programa de Metas. A Giovana vai controlar as restrições e nós sugerimos também que a comissão se organize para apresentar, se for possível, se vocês acharem que cabe, as contribuições da comissão de forma consolidada. Eu não sei se por meio de um ofício ou se vocês conseguem um e-mail para nós, é claro que a reunião vai ser mais ou menos um debate, mas se em alguma medida, vocês puderem se organizar para transformar essas propostas que hoje forem explanadas de forma oral, em documento com apontamentos mais direcionados, agradecemos, porque isso também facilita o nosso trabalho no momento da consolidação das contribuições. E claro, que isso também não inviabiliza o fato de vocês mandarem as suas contribuições individuais por meio do Participe Mais, para continuar participando das audiências públicas. Nós fizemos o de 19, o de

36, então ainda tem uma semana e meia e três reuniões temáticas no final de semana, para que acolhamos essas contribuições que chegarem. Mas acho que valeria a pena, ao final dessa conversa de hoje, que é mais focada aqui na relação da Comissão ODS, até na temática da comissão como Programa de Metas, vocês pensarem em uma forma de nos mandar de uma forma consolidada. Hoje já recebemos um e-mail do pessoal da Nossa São Paulo, todos já estão copiados no e-mail, alguns apontamentos que eles fizeram. Então, se a comissão como um todo puder fazer isso, é muito bacana. Eu deixo o microfone aberto agora, a Giovana vai controlando as pessoas que forem pedindo fala, estamos aqui para ouvi-los. Obrigada.

Ergon Cugler: Só uma dúvida: secretária, ótima ideia isso de enviarmos uma proposta conjunta, tem algum prazo máximo para fazermos isso?

Vivian Satiro: Olha, as consultas no Participe Mais vão estar abertas até o dia dois de maio. Então, nós vamos começar essa leitura e respostas ali na primeira semana de maio. Se vocês puderem nos mandar até o final dessa primeira semana de maio, que é dia sete de maio, acho que isso nos ajuda a conseguir fazer esse olhar das sugestões, versus os documentos versus o que vamos receber de outras formas de contribuição. Então, eu sei que é um prazo apertado, mas acho que como vocês já se organizaram para fazer contribuições orais hoje, talvez não seja tão ruim organizar isso de forma escrita até o dia sete. O que você acha, Gabriela? É um bom prazo?

Gabriela Chabbouh: Com certeza, acho que é um bom prazo. É claro que, assim vocês ficam com tempo suficiente para se organizar e para registrar e também ficamos com tempo suficiente para colocar elas junto com o restante das contribuições da sociedade civil, para poder encaminhar para secretarias, poder endereçar e incorporar as contribuições na medida das possibilidades da versão final. Então, acho que fica ótimo.

Giovana Barbosa: Alguém gostaria?

Vivian Satiro: E acho também que se alguém tiver algum problema com esse prazo, usar o chat para alertar, “olha, é impossível” ou “olha, é possível”. Bom, como ninguém se manifestou sobre o prazo, acho que podemos combinar dessa forma, Ergon, e vocês se organizem então, para nos mandar esse documento, da forma como vocês acharem mais adequado. Não sei se por ofício ou pode ser por e-mail. E agora, microfone aberto para as contribuições da versão inicial do Programa de Metas e ensino. Então, por favor, a palavra está com vocês.

Giovana Barbosa: Marlene.

Marlene da Rocha: Olá, eu enviei algumas contribuições por e-mail. Nós vamos ler aqui agora de novo? Vocês vão comentar? Como que vamos trabalhar?

Vivian Satiro: A ideia da reunião hoje era ouvir todas as contribuições de vocês, então, se você mandou por e-mail e acha que é suficiente, tudo bem. Mas se você quiser reforçá-las aqui, tudo bem também. Hoje, não vamos responder nada, nós vamos acolher todas as contribuições e a ideia é que responda vocês no mesmo período em que vamos responder a população de um modo geral. Que é no mês de maio. Então, o que você se sentir mais à vontade, Marlene, pode falar o que você mandou por e-mail ou se você se sente contemplada com a resposta que iremos dar ao e-mail, está tudo bem também.

Marlene da Rocha: Eu vou, acho que eu vou esperar então a resposta oficial.

Giovana Barbosa: Então, eu passo a palavra para o Jorge.

Jorge Abrahão: Oi, boa tarde a todas e todos. Muito bom estar com vocês, eu queria, Vivian, só aproveitar e compartilhar então algumas questões, que nós lá na rede do Nossa São Paulo temos discutido e acho que era legal fazermos isso e informar a todos assim. E também diante da sua provocação. A primeira questão tem a ver com a falta que nós sentimos, Vivian, de uma linha de base para as metas. Quer dizer assim, nós não sabemos onde estamos e isso dificulta muito, eu quero dizer, o acompanhamento da sociedade, de uma forma geral, e eu te diria, para ter o reconhecimento dos méritos da prefeitura, caso, digamos assim, no avanço dos processos. Quando colocamos as metas e não tem as linhas de base, nós ficamos com uma dificuldade muito, digamos assim, que inviabiliza identificarmos o avanço ou não de um Programa de Metas. Então, essa é uma primeira questão, que eu acho que seria muito importante, para que consigamos ter até um envolvimento maior da sociedade e até para a prefeitura, eu tenho certeza de que isso também seria bom. Isso, nós entendemos que poderia ser atualizado no PDF que está disponível no site oficial. Considerando que isso é um subsídio para as audiências públicas que já estão em curso. Esse é um ponto. Um segundo ponto que seria importante também levantar, tem a ver com a regionalização das ações propostas, Vivian. Isso faz parte inclusive da lei do plano do Programa de Metas. E, como mais razão ainda, vindo com o aprendizado que nós estamos tendo com relação à pandemia, a evidência das desigualdades, das vulnerabilidades, dos espaços da cidade, quer dizer, isso é um elemento que já era antes da pandemia uma coisa importante, eu te diria, e sempre foi. Agora com mais ra-

zão ainda, então, eu acho que estaríamos valorizando um plano de metas, um Programa de Metas, se nós estivéssemos também considerando essa questão da regionalização, o que não está claro, não está colocado. Então, são algumas questões de princípio, eu te diria, que seriam muito importantes para o Programa de Metas estar adotando nesse sentido. E essa distribuição, eu diria, que considerasse, quando o Programa de Metas estiver considerando, considerasse os critérios de distribuição dos investimentos, de acordo com as vulnerabilidades que já estão identificadas de alguma forma. Nós temos uma identificação de vulnerabilidade e isso poderia ser respeitado. Dentro daquela questão, nós só vamos conseguir ter uma cidade mais equilibrada, se investirmos desigualmente nos lugares mais desiguais. Então, o Programa de Metas poderia claramente dizer, "olha, esse é o espírito e é assim que nós estamos avançando". E eu acho que é uma oportunidade, volto a dizer isso, o que nós estamos falando aqui é no sentido de valorização do plano. Eu acho que esse é um processo que é muito importante e eu tenho certeza que vocês também estão imbuídos disso. E para finalizar, é surpreendente, positivamente, Vivian, o valor que está colocado de investimento no Programa de Metas, que é em torno de 30 bilhões de reais. Nós sabemos que o valor que a cidade de São Paulo investe, do ponto de vista, não estou me referindo à custeio, eu estou falando de investimento em avanços, em projetos novos, ele é muito menor que isso. Não é pouco, ele é muito menor. Então, nós não conseguimos identificar em que pés o fato disso ser uma bela ambição, ter 30 bilhões a ser investido no plano, é difícil identificação. Seria muito importante também, que houvesse, na verdade, o esclarecimento para a sociedade de onde esse investimento está sendo feito, porque eu acho que se configurar efetivamente esse investimento, se ele não estiver sendo utilizado, "ah, não é nas questões de custeio, não é nas questões", nós vamos conseguir avançar muito na cidade. Então, era muito importante esse detalhamento para podermos estar avançando nesse processo. Eu fico por aqui, dizendo que eu acho que foi muito legal o formato, Vivian, do plano que vocês colocaram, eu acho que ficou de uma forma inteligível, é uma questão importante. A relação com os próprios ODSs, questões que são importantes para avançar. Acho que não deveríamos perder essas oportunidades, que eu citei aqui, que são alguns dos pontos que nós levantamos. É isso, obrigado.

Giovana Barbosa: Ergon.

Vivian Satiro: Antes do Ergon falar, me desculpa, Ergon, eu já vou, claro que no final podemos responder tudo, mas eu vou responder uma fala do Jorge, até porque pode suscitar essa mesma dúvida na sala, se seguirem.

Giovana Barbosa: Claro, secretária, claro.

Vivian Satiro: Na verdade, foi bom você falar dos valores do plano, do custo do plano, porque aquilo que colocamos lá, os 29.9, estamos somando o custeio com o investimento. Então, a partir dessa sua fala, nós vamos claramente precisar esclarecer isso melhor na versão final do documento. O investimento, são 16.9 bilhões, que é uma coisa que não foge muito ao que a prefeitura conseguiu investir ao longo dos últimos quatro anos. Nós usamos, para fazer o cálculo do orçamento, o orçamento disponível de 21 projetado para os quatro anos da gestão. Então, nós tentamos ser conservadores na conta que foi feita. Então, claro que, ao longo do Programa de Metas, algumas das ações de estrutura, sobretudo, serem viabilizadas por meio de parceria público-privada. Então, é um orçamento que nem está contabilizado, mas tentamos ser bem conservadores na conta que fizemos, usando só o orçamento do tesouro. Então, foi bom você fazer esse apontamento de dúvida, porque assim vamos ter que deixar um pouco mais claro, o que é custeio, o que é investimento e solicitar essa incorporação na versão final do documento. Então, eu achei melhor só fazer esse esclarecimento, porque outras falas partam dessa mesma ideia e mostra que talvez tenhamos que melhorar a forma com que estamos apresentando isso nos recursos. Tem até uma ODS mensal que fala isso, mas se não ficou claro, melhoramos isso na próxima versão. Obrigada, Jorge. As outras coisas, talvez eu responda lá no final.

Giovana Barbosa: Ergon.

Ergon Cugler: É muito bom, a minha dúvida também é sobre orçamento, mas antes eu também queria valorizar a estrutura do programa. Eu acho que ficou muito inteligível e eu acho que essa questão de ser divido em eixos temáticos, facilita o link entre as metas. Eu acho que faz com que fique mais visível também. Eu tenho duas questões, a primeira questão é bem objetiva para a organização mesmo do documento. Eu notei que o orçamento por objeto estratégico e por eixo, está em uma página, que é a página 23. Ele está detalhado em cada uma das metas, mas quando chegamos nas metas em si, não tem esse valor. E para a pessoa que está lendo qual vai ser a composição dessa meta, então, quais são as informações complementares e quais são os indicadores, para ela entender os custos, o orçamento em relação àquela meta, ela precisa voltar para a página 23. Então, uma sugestão, para que as metas, cada uma delas, tenha esse valor que já está lá no início, para que seja fácil de já bater o olho e entender. E um segundo ponto, é uma preocupação quanto ao cálculo mesmo. Eu senti uma falta, eu sei que isso não é muito tradicional do Programa de Metas em si, tem outros espaços para fazer a descrição orçamentária, mas eu senti uma falta muito grande de entender como esses cálculos forma feitos. E eu

vou dar um exemplo aqui, nós temos: reduzir a pobreza e ampliar o acesso ao direito da população mais vulnerável na cidade de São Paulo; nós temos 1 bilhão 697 milhões e 800 mil. Só que quando vamos para a meta um, nós estamos vendo em atender 1 milhão e 500 mil pessoas. Se formos fazer uma divisão rápida, é como se fosse mil reais para cada pessoa e eu imagino que seja o orçamento no programa inteiro. Então, se eu que sou da área de pública, senti uma dúvida de como foi feito esse cálculo, eu fico imaginando a população como um todo, todo mundo. Então, eu acho que era importante ter um pouco mais visível como que esse cálculo é feito, senão ele fica um pouco distorcido do que estamos tentando entender em relação à meta também. Não sei se fiquei claro em relação a essa sugestão.

Giovana Barbosa: Nós não temos mais contribuições por enquanto.

Vivian Satiro: Bom, então, enquanto as pessoas, os demais participantes vão aquecendo para fazer contribuições, eu vou comentar os outros dois pontos trazidos pelo Jorge. Pode ser?

Giovana Barbosa: Pode.

Vivian Satiro: O Jorge falou da linha de base e de fato temos notado que essa é uma reclamação que não está sendo feita só por vocês, Jorge, na agência pública que vamos na câmara municipal, esse também foi um ponto levantado e já está entre os nossos pontos de melhoria para a segunda versão do documento, sim. Nessa primeira versão, nós optamos por deixar a linha de base mais naquelas metas que precisariam da linha de base para o entendimento da meta. Então, meta de redução de morte no trânsito por 100 mil habitantes por exemplo, a ideia que saia de um indicador hoje que é 6 para o .4, .5. Para entender o que era isso, essa redução, nós precisávamos colocar esse número lá. A meta que fala sobre os equipamentos de direitos humanos voltado para as mulheres. Nós falamos em um aumento de 50% desse atendimento. Então, para entender o que é o aumento de 50%, precisava necessariamente saber de onde estávamos partindo. Então, também tem um número base lá. Mas de fato, as metas que o entendimento da meta não necessariamente precisaria do entendimento do contexto, como, por exemplo, construção de 12 novos CEUs, nós colocamos só "construção de 12 novos CEUs" e não contextualizamos quantos CEUs existem na cidade. Então, sim, é um apontamento que vamos levar em consideração a partir das audiências e acho que, inclusive para contextualizar para a população quais são os problemas públicos que estamos tentando responder a partir dessas metas. Então, sim. E eu agradeço muito esse apontamento de vocês. Na questão da regionalização, nós achamos que seria mais adequado falar de regionalização a partir daquilo

que recebêssemos das audiências públicas. É uma escolha metodológica muito mais do que qualquer outra coisa, então, o meu ponto de partida, quando estávamos desenhando quais seriam os passos da construção do documento, nós estabelecemos que a regionalização seria uma etapa posterior à discussão das audiências públicas e a abertura para consulta do Participe Mais. Então, talvez não tenha sido a escolha metodológica mais fácil, para um entendimento da população no documento inicial, mas para nós era um recorte muito valioso, que a partir daquilo que ouvíssemos nas audiências, a partir daquilo que recebêssemos do Participe Mais, fizéssemos uma volta para as secretarias, no sentido de "vou usar de novo a meta dos CEUs". Olha, "quantos desses CEUs estamos com um projeto selecionado e localidade selecionada? Será que cabe naquilo que mais recebemos das demandas da população? Será que não cabe? A demanda da região faz sentido, não faz?". Então, agora estamos começando uma nova rodada de conversas com as secretarias, então, foram oito semanas de rodada na primeira, agora começamos uma nova rodada, a partir do que está chegando a partir das audiências públicas e do Participe Mais. Então, esse casamento, eu sei que vai ser um casamento bastante complexo de fazer, olhar os projetos que já temos. Algumas metas são mais fáceis de realizar do que outras, a que já tem projetos contratados, já tem projeto de obras mais estruturados, claramente, já temos uma condição maior de regionalizar. Mas aquelas metas que não temos projeto básica nem projeto executivo, essa provocação da sociedade era muito cara. Então, foi uma escolha metodológica dessa primeira versão do documento. Então, enfim, foi uma escolha feita a partir do desenho da elaboração, mas agora o trabalho maior é pensar essa regionalização e pensar como essa regionalização vai dialogar com os planos de ação da sua prefeitura. Talvez seja o processo ainda mais difícil. Como transformamos o Programa de Metas em alguma coisa regionalizada, ao ponto de conseguirmos acompanhar por Subprefeitura nas instruções dos planos de ações. Sobre a fala do Ergon sobre orçamento, acho que vale mesmo então, acho que a sua fala, somada à fala do Jorge, aponta para a necessidade de uma explicação melhor de como fizemos o processo das contas. Nós fizemos contas para todas as ações que aparecem no documento. O número, que vocês devem ter visto, é um número bem quebrado, porque fizemos conta por linha de ação a linha de ação. E a construção do orçamento do ano que vem, a construção da própria LOA para o ano que vem, esperamos partir desses cálculos que fizemos junto a secretaria. A primeira rodada, fizemos uma conta com as secretarias finalísticas. Então, secretaria da Educação, do Verde etc. E com essa conta, nós fomos interagindo com a secretaria da Fazenda. Faz sentido? Não faz sentido? Nós temos pressão orçamentária? Não tem pressão? Dá para deixar esse o número da meta mesmo ou vamos ter que reduzir? Algumas metas, inclusive, precisaram ser reduzidas a partir do orçamen-

to, que para nós é o teto. É evidente que o próprio prefeito, a gestão tem muito mais prioridades do que as colocadas no Programa de Metas. Mas o orçamento é o nosso teto. Então, nós priorizamos com base naquilo que foi comprometido na eleição e com base naquilo que o orçamento permite fazer. Mas, se a conta não está clara, de fato é um puxão de orelha para o nosso documento inicial e nós vamos melhorar isso na versão dois do documento.

Giovana Barbosa: Muito bem. Marlene, nós já identificamos o seu e-mail e a sua contribuição, mas se você quiser registrar por aqui, para o conhecimento dos outros colegas, eu não sei se você chegou a enviar para todos os membros da comissão. Se você quiser registrar, você fica à vontade, aproveitando que ainda temos um tempo.

Marlene da Rocha: Gabi, obrigada. Eu acho que eu vou fazer isso sim. Foram duas contribuições na verdade. A primeira, não lembro da ordem, mas tem a ver com a fome, a ODS que está junto, um e dois, que eu já havia trazido essa pauta aqui, que é sobre a flexibilização do banco de alimentos. Hoje temos um banco centralizado, então, a minha sugestão é que pensemos em ampliar esse banco para as regiões da cidade de São Paulo, não só em um único ponto. Isso vai oportunizar as organizações menores a retirar também. Então, isso é um ponto. E também, não aparece o indicador do banco de alimentos no plano de metas, o que aconteceu na primeira versão, eu acho que aparecia o indicador do banco de alimentos. Eu não vi agora na finalização. A outra contribuição, eu não conversei com os meus colegas da câmara temática ambiental, pode ser que seja contemplado, se estiver, por favor, me perdoe, é que nós temos na meta acho que 68, sobre a produção e consumo de resíduos. Então, acho que está alinhado com a 31, com a meta 31, que é a limpeza dos córregos. Nós não temos coleta seletiva em aproximadamente 27 bairros da Zona Oeste. Então, assim, eu fico pensando como vamos atingir essa meta, se não temos nem coleta seletiva nesses bairros periféricos? Então, é uma sugestão para podermos incluir, eu não sei se fica como plano de ação ou meta de olhar para essa coleta de resíduos em bairros periféricos. Então, foram basicamente essas duas contribuições que eu enviei. Só uma observação que eu fiz no corpo do e-mail, que foi uma observação, na verdade, não foi nem uma sugestão de implementação de meta. Hoje nós temos uma demanda gigante de impacto ambiental através de fraldas, nas creches do município e que isso vai para aterro. Se for pegar o recorte da liga, que temos convênio com a SME, são 12 creches, nós impactamos em 2019 aproximadamente 1 milhão de fraldas em aterro. Então, se conseguirmos pensar, encaminhar ações conjuntas junto com a secretaria do verde, do meio ambiente, a urbana, como olhamos para essa demanda no município? Para mim, é bem grave.

Isso é só uma sugestão para olharmos para essa demanda.

Giovana Barbosa: Posso só complementar uma coisa? Na fala da Marlene. Porque eu participei da comissão de temáticas ambientais, Marlene, em relação à questão da ampliação da coleta seletiva, isso está contemplado nas nossas contribuições.

Marlene da Rocha: Que bom.

Giovana Barbosa: Também, nós fizemos esse exercício de olhar para a questão dos aterros. Eu não lembro exatamente como está agora no documento, mas fizemos esse exercício. Mas é muito bom ter essa contribuição na questão das fraldas.

Marlene da Rocha: Obrigada, Giovana.

Giovana Barbosa: Nós sabemos.

Marlene da Rocha: É uma preocupação gigante da liga em relação às fraldas. Se você pensar que uma fralda demora quase quatro séculos para se dissolver no meio ambiente, pensa em milhões de fraldas?

Giovana Barbosa: A próxima pessoa, posso passar a palavra, Marlene? Está tudo certo?

Marlene da Rocha: Sim, obrigada.

Giovana Barbosa: Imagina. Jorge.

Jorge Abrahão: Desculpa, gente, eu estou falando mais, porque descobri que existia um espaço, não é que eu estou querendo dominar nada aqui. Desculpem, eu vi que não tinha mais ninguém inscrito. O que eu queria levantar, Vivian, só mais uma coisa, é uma questão que eu acho que é muito importante para todos nós, que é a questão de onde vamos acompanhar a execução? Eu acho que essa questão ficou difícil no final do governo passado, esse processo. Mas ela é muito importante de ser valorizada, institucionalizada, nós termos um espaço em que reúna essas informações, isso é de um valor enorme. Nós vemos hoje em dia a dificuldade em obter dados em várias esferas por exemplos do governo federal e quanto isso é prejudicial. Eu acho que São Paulo pode ser uma referência nessas questões. Inclusive é um contraponto para mostrar a importância da disponibilização dos dados. Então, eu só queria te ouvir também, como está se pensando em fazer isso, porque nos parece que o ObservaSampa seria um caminho

natural para isso. Já que ele já é utilizado para uma série de outros temas e a institucionalização através dele, eu acho que ajudaria muito o acompanhamento da sociedade. Então, eu só estou retomando um tema que eu acho que é muito importante para todos nós.

Vivian Satiro: Bom, então como não tem mais ninguém inscrito, eu vou dialogar um pouco com a Marlene e com o Jorge. Mas eu sigo estimulando que mais pessoas se inscrevam. Porque seria legal se pudéssemos ouvi-los também e não só ler as suas contribuições nesse documento que vocês vão nos mandar. Marlene, você sabe que essa questão da coleta seletiva dos aterros e até da compostagem urbana, tem aparecido demais audiências públicas. Eu diria até que talvez seja o tema que mais tenha aparecido. É claro que eu ainda não tenho o levantamento do Participe Mais, do que estamos recebendo, mas é um tema, sem dúvida, que vamos olhar com muito cuidado, porque estamos recebendo muitas contribuições nesse sentido. É legal poder ouvir um pouco a Giovana sobre, enfim, sobre o que ela falou sobre a secretaria do verde, que eles um olhar também sobre isso, porque vamos receber algumas sugestões com certeza muito qualificadas para melhorar essa meta. Agora, Jorge, sobre o monitoramento, eu acho que é legal falar que o trabalho de vocês aqui da sociedade civil e não só da sociedade civil, como também dos órgãos de controle, permitem que aprimoremos o documento gestão pós gestão. Então, eu acho que isso é importante. E a disponibilização dos dados é que permite que fique claro como esse aprimoramento é feito. Então, olhar o nosso documento inicial hoje é bom, que o documento está fácil, está inteligível, que mesmo que vocês tenham críticas e pondo melhorias no documento, ele é um documento acessível às pessoas. Isso só é possível, porque antes desse documento nós tivemos outros quatro. Então, ele é um aprimoramento das gestões anteriores, sejam elas de qual prefeito tenham sido. Então, eu acho que a própria ideia do orçamento na versão inicial, é um aprimoramento que nunca tinha nos documentos anteriores. Então, a equipe, percebendo que isso era possível fazer, fizemos. E acho que essa é a tendência. Então, eu tenho uma preocupação muito grande em registrar tudo o que estamos fazendo, inclusive, registrar a metodologia, fazer um mapa de todo o processo de construção desse Programa de Metas. A equipe está fazendo essa gestão do conhecimento, porque eu acho que essa é uma grande contribuição que deixamos para a cidade, independente da continuidade ou não da gestão. Então, a transição dessa gestão para a próxima, para mim começa agora. Nós estamos construindo todo esse documento do que vamos fazer. E o monitoramento, sem dúvida, talvez seja a coisa mais importante que podemos deixar de contribuição desse processo. Inclusive, tivemos uma reunião sobre o ObservaSampa essa semana, na terça para olhar o que tem lá, para olhar como isso dialoga com as ODSs e como isso

pode dialogar com o Programa de Metas. Eu acho que o monitoramento do Programa de Metas, eu acho, não, o monitoramento do Programa de Metas, nós não conseguimos prever na ObservaSampa hoje, porque lá estão priorizados indicadores de outra natureza. O Programa de Metas da forma como apresentamos e o padrão que pretendemos acompanhar é um documento muito mais de indicador de produto, do que indicador de resultados. Isso fica claro com a leitura do documento, é um plano que se debruça muito mais em acompanhar entregas, que visa resultados, que são os objetivos estratégicos, que são os indicadores em si, são mais indicadores de produto. Enquanto que aquilo que acompanhamos lá no ObservaSampa, que as secretarias acompanham de indicador de resultado, dialogam muito com o que acreditamos que pode ser a agenda, os planos de ação aqui da Comissão ODS. Hoje, nós temos 60 indicadores lá no site, a Gabi pode me corrigir se eu estiver errada, mas vocês listaram no documento que está sendo analisado agora pela Secretaria de RI e por nós novamente 300 e tantos indicadores de resultado de município. 392, se eu não me engano. Então, esses 392 indicadores, ou seja, lá os indicadores que julgarmos aqui no momento em que vocês estiverem construindo os planos de ação, forem os indicadores que tem vínculo com a emenda 2030, esses indicadores nós pretendemos acompanhar por meio do ObservaSampa. E eu acho que faz todo sentido e é um jeito de fortalecermos o instrumento. Agora os indicadores do Programa de Metas, nós vamos usar uma plataforma específica para o Programa de Metas. Como eu já disse em outras reuniões, até com o Igor, que eu estou vendo aparecer em uma janela e com outras entidades da sociedade civil, nós vamos publicar o portal ou onde vamos concentrar todo esse monitoramento no final do processo. Mas sim, para nós isso é muito caro. Sim, eu acho que essa é uma reinvindicação mais do que válida por parte da sociedade civil, para vocês entenderem de que forma esse monitoramento vai ser feito, quais são os indicadores vão estar disponíveis, mas só queria reforçar que são coisas diferentes. Acho que o ObservaSampa mira em um período temporal maior do que Programa de Metas. É óbvio que o que entendemos do Programa de Metas tem impacto naquilo que vai estar no ObservaSampa, naquilo que está proposto na Agenda 2130, mas ele não se restringe, o ObservaSampa não se restringe a isso. Eu queria dar um caráter mais de indicador de resultado para ficar mais sério e um caráter de acompanhamento mais do instrumento Programa de Metas, para aquilo que publicarmos na versão final. E da mesma forma com que queremos possibilitar esse acompanhamento do Programa de Metas nessa plataforma, nós queremos pensar como dialogar com o Programa de Metas com o PPA. Porque, hoje, o próprio PPA está dissonante do Programa de Metas, então, como fazemos com que esse Programa de Metas entre de forma matricial no PPA e como os objetivos de desenvolvimento sustentável são grandes direcionadores desses instrumentos? Então, en-

tendendo, óbvio, que o plano público anual é em si a extensão de tudo que a prefeitura vai fazer nos quatro anos de duração dele. Então, ele é muito maior do que o plano de metas em si. Então, nós estamos nesse momento da discussão, eu acho que todas as contribuições que vocês tiverem para nós a esse respeito, são muito importantes e é nesse momento mesmo que gostaríamos de ouvir. Qual é o melhor modelo? Qual é o mais fácil? Se tem algum benchmarking que vocês consideram ideal? Mais com essa perspectiva de que no ObservaSampa vão estar os indicadores de resultado que o instrumento para o acompanhamento do Programa de Metas vai ser com base nas entregas ali previstas. Não sei se eu te respondi. Então, se nessas sugestões que vocês forem enviar para nós até o dia sete, como combinamos aqui, vocês puderem também apontar o que vocês consideram que funcionou bem para o acompanhamento ou que não funcionou, acho que, talvez o benchmarking que não funcionou bem, seja até mais adequado nesse momento, em que estamos definindo o que vai ser esse instrumento de monitoramento, é muito importante.

Giovana Barbosa: Secretária, nós ainda temos o Zysman. Ele gostaria de dar uma palavra.

Zysman Neiman: É bem rápido e é em cima do contexto de que todos estão falando e do papel fundamental que essa comissão vai ter no monitoramento, então, eu acho que agora, sem dúvida nenhuma, esse é o papel dessa comissão, fazer o monitoramento. Eu só gostaria de chamar a atenção de que o foco da comissão, não é exatamente fazer o monitoramento do plano de metas, nem do PPA. O nosso foco é tentar garantir o link do PPA e do plano de metas, com os ODSs. Quer dizer, o que nós temos que monitorar, é o comprimento do plano que esta comissão elaborou, dentro do PPA. Então, nós não somos uma comissão assessora da prefeitura para avaliar a execução do plano de metas. Não estamos aqui para fazer auditoria sobre isso, mas garantir o vínculo com aquelas propostas indicadoras que nós estamos apontando. E por conta disso, eu acho que uma sugestão bastante pertinente, é que essa comissão especificamente, se debruce para a elaboração de um relatório que seja anual ou bienal, enfim, de uma avaliação que possa ser produzida por esse grupo sobre a vinculação da execução do plano de metas dentro da perspectiva do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que são criados aqui. Então, eu tenho vários colegas aqui da sociedade civil que participam do grupo do GT da sociedade civil, que elabora o relatório luz sobre as ODSs, eu acho que nós teremos que replicar uma metodologia similar, preparar um relatório luz sobre os ODSs do município de São Paulo anualmente, para servir de uma espécie de termómetro e de farol também para a própria prefeitura poder organizar o seu plano de metas a partir do cumprimento ou não

das metas. E essa metodologia implica basicamente em: qual é a meta? Se houve retrocesso? Se está em estagnação? Ou se houve um avanço em relação ao cumprimento dos ODSs naquela meta específica? Eu acho que assim, nós temos um grupo de trabalho importante para ser constituído. Muito mais do que ficar avaliando o PPA e o plano de metas da prefeitura. É essa a minha contribuição.

Vivian Satiro: Desculpa se a minha fala deu a entender que eu estava insinuando que esse fosse o trabalho da comissão. Não foi, eu só estava tentando contar como que nós queremos que esses instrumentos de planejamento trabalhem de forma coordenada, que não tenhamos o risco de ter planejamento da mesma gestão, caminhando para direções opostas. Quanto a sua sugestão, Zysman, eu acho acaba a comissão com essa conversa, eu não tenho nem o que contribuir mais. Só para ficar registrado, eu não acho que esse seja o papel de vocês, mas como a reunião hoje é para discutir o Programa de Metas, não tem como eu falar do Programa de Metas sem pensar e direcionar para o PPA, que também vai ser elaborado esses dias. E como monitoramos isso tudo dentro dos instrumentos de planejamento da gestão. Mas acho que cabe a discussão do que vocês vão acompanhar, da forma como vocês vão acompanhar e eu não me atrevo a dar sugestão definitiva.

Giovana Barbosa: Não temos mais solicitações.

Jorge Abrahão: Giovana?

Giovana Barbosa: Oi.

Jorge Abrahão: Eu posso só fazer uma observação? O Zysman, eu estou te vendo, então é só para nós... bom te ver também... é só para fazer uma colocação, porque eu acho que é legal essa conversa e o Zysman traz um tema importante. Eu me lembro da comissão nacional dos ODSs, quer dizer, São Paulo está fazendo a comissão municipal, é muito legal isso, mas o Bolsonaro extinguiu a comissão dos ODSs, que existiu até 2019. E o relatório luz da sociedade civil surgiu, eu só queria lembrar isso, porque o governo não estava querendo fazer relatório. Então, na falta de relatórios, porque o governo não queria apresentar na ONU os relatórios, o relatório luz surgiu como uma alternativa super importante desse processo. São Paulo tem a pretensão, imagino eu, de fazer relatórios, ainda mais com uma comissão dos ODSs. Então, eu acho que isso, eu diria, que é um passaporte para a cidade. Nós lá no programa Cidades Sustentáveis, tem estimulado muito isso para as cidades. São Paulo já está fazendo isso, eu diria que é um tremendo, digamos assim, instrumento esse. Seria muito legal, eu quero, quando se

discutia de um relatório nacional, é que houvesse, aproveitar a comissão dos ODSs, para haver um diálogo forte com a sociedade civil na elaboração desse relatório. Quero dizer, ele pode ser um documento formal da cidade e talvez provoque que a sociedade tenha que fazer um contraponto a isso, mas o ideal é que já na formulação desse relatório, que é uma ferramenta muito importante, eu volto a dizer, já houvesse um diálogo para se tentar chegar a um ponto do que é a realidade da cidade. Isso seria uma coisa muito bacana e tornaria São Paulo uma referência de novo nesse sentido.

Giovana Barbosa: Soninha.

Soninha Francine: Obrigada. Esse, Jorge, para mim é um dos grandes trabalhos do plano de ação a ser construídos pelas câmaras temáticas. É exatamente porque isso está previsto na agenda. Produção de relatórios periódicos. E o formato desses relatórios pode ser bem desafiador. Eu não acho que tem que ser só uma planilha que você tica sim, não, amarelo, vermelho, verde, como muitas vezes são os relatórios, não é? E nós vemos, pelo material que vocês produziram, em alguns casos existem indicadores ainda a serem produzidos. Nós sabemos que queremos ampliar, mas não tem nem a linha de base, porque não houve essa mensuração. E nem temos um sistema para de agora em diante compilar esses dados e transformar em indicador. Então, realmente, a agenda tem esses dois aspectos: qual o compromisso, como atingir? E como acompanha o que foi atingido e o que não foi, sem ser só uma tabela de sim, não, mais ou menos, que muitas vezes é a isso que se reduz?

Igor Pantoja: Giovana.

Giovana Barbosa: Oi.

Igor Pantoja: Desculpa, é o Igor.

Giovana Barbosa: Oi, Igor.

Igor Pantoja: Também posso tentar emendar aqui?

Giovana Barbosa: Pode.

Igor Pantoja: Os indicadores. Enfim, participamos bastante das câmaras temáticas, essa discussão que resultou nesse conjunto de mais de 300, 400 indicadores da cidade. É só um ponto que, é isso, para conseguirmos esse relatório, principalmente nesse contexto de apagão estatístico, por conta da ausência do senso, do corte de verbas do IBGE, eu acho que aumenta

ainda mais a responsabilidade de buscarmos outras fontes de dados e fortalecer o nosso sistema municipal de dados e indicadores. Vocês falaram que tiveram uma reunião sobre o ObservaSampa, eu não sei se foi com o ObservaSampa ou não, mas o ObservaSampa é um patrimônio, de uma maneira, de indicadores aqui da cidade, possibilita inclusive vários dos nossos trabalhos. Não falo isso por conta do nosso trabalho, mas falo isso por causa da informação que conseguimos produzir a partir disso. E acho que é um ponto a ser, é uma questão muito intersetorial. Eu acho que a secretaria de relações internacionais, secretaria de governo, que está aqui também representada pela Vivian, eu acho que tem essa possibilidade e essa necessidade de olhar para isso, de maneira talvez trazendo de fato mais recursos, mais pessoas, não sei. Claro, isso cabe ao planejamento interno da gestão, mas, eu sei do trabalho enorme que a Gabriela, a Ana, o pessoal teve para fazer aqueles documentos que foram base para a discussão inclusive das câmaras temáticas, aquele documento do GTI, dos ODSs. Sistematizou muita informação, eu acho que é um trabalho enorme, muito bem feito, mas para nós fazermos isso de maneira perene, certamente não dá para ser duas ou três pessoas específicas que se destaquem para fazer isso. Então, era só para pedir que se registre de alguma maneira, essa demanda por um fortalecimento e uma estratégia, talvez mesmo, em relação aos dados indicadores da cidade de São Paulo.

Giovana Barbosa: Não temos mais inscrições. Secretária Vivian.

Vivian Satiro: Bom, então, encaminhando aqui para o nosso encerramento. Eu confesso que achei que teria uma disputa de microfone aqui (risos). Que precisaríamos recorrer ao sorteio das audiências. Mas de todo jeito, eu acho que as contribuições acabaram sendo mais transversais em relação ao documento como um todo, nós tivemos apenas duas contribuições mais específicas, o que para nós é bom, porque faz com que consigamos pensar o documento de forma mais estratégica. Claro que eu não estou diminuindo a importância das contribuições mais pontuais, mas eu acho legal esse olhar da comissão para o documento como algo mais amplo. Então, bacana isso. Eu acho que, Igor, a sua fala sobre indicadores, uma vez que eu já comentei a fala de todo mundo, está muito alinhada com o que entendemos sobre planejamento público. Não dá para fazermos planejamento sem informações e eu sei o quanto é importante ter recursos, e ter gente alocada para isso. É uma fala que eu sempre faço quando estou falando de dados e informações públicas, que os dados nunca são dados, eles são conquistados. E a prova, talvez desse apagão nacional de informações revela um pouco isso. Então, eu reforço aqui com a comissão, o nosso compromisso em buscar dar transparência para todos os processos, em buscar dar mais estrutura e fortalecimento para o monitoramento

que for dado. E acho que talvez essa seja a nossa grande contribuição para a cidade: criar a institucionalização dos instrumentos, que os instrumentos fiquem, apesar das mudanças de gestão. E acho que a comissão é muito importante também nisso: como vocês vão nos monitorar e nos apontar, "olha, não está tão legal. Olha, precisa mudar". E acho que a coisa mais importante para os gestores públicos, e aqui eu, Soninha, que representa a Secretaria de Governo de Relações Internacionais, nós não temos muito apego aos instrumentos, porque os instrumentos estão aí para serem criticados e para serem melhorados. Então, nós não temos qualquer apego com o erro. O próprio prefeito deixa isso muito claro no conduzir da gestão. Se precisar mudar a rota, não temos o menor problema em mudar a rota, desde que seja para um caminho mais efetivo.

Soninha Francine: Não pensem que não criticamos também.

Vivian Satiro: Não temos o menor problema em mudar a rota. Então, acho que não temos nenhum compromisso com o erro. Todos os apontamentos que vocês foram fazendo, inclusive acho que, Jorge, essa é a primeira reunião que temos efetivamente sobre isso, mas nós tivemos algumas reuniões com o Igor e com a Carol e eles fizeram vários apontamentos, que foram muito úteis para nós ao longo desse processo. Então, o próprio Igor deve ter notado algumas que fizemos no processo de comunicação, do ponto de vista de melhoria de uma audiência para audiência seguinte, a partir dos apontamentos de vocês. Então, isso para nós é muito rico, muito caro, não estou falando de forma retórica, isso realmente faz com que o nosso trabalho seja mais efetivo. Então, o Observa hoje está na Secretaria Municipal de Urbanização e Licenciamento, que etá promovendo a discussão o Plano Diretor Estratégico, eu vi que a Maria Luiza da SMUL está aqui na reunião. Então, acho que também...

Maria Luiza Gedeon: Estou aqui, boa tarde, pessoal.

Vivian Satiro: É um jeito também de reforçarmos o Observa, que é a participação da secretaria aqui na reunião e ouvir vocês falarem sobre isso, mas também acredito que tenha um papel de enforcement da Secretaria de Governo, para que as coisas aconteçam de forma mais efetiva. Então, mais do que registrada a sua contribuição, Igor, é o nosso compromisso com isso. E não tendo mais falas inscritas, eu encerro a nossa reunião. Eu aguardo as contribuições de vocês, a Gabriela colocou o e-mail aqui no chat, Gabi, se você puder colocar de novo, para quem entrou depois. E obrigada, então a nossa reunião no dia 13, assumimos o compromisso de que vamos publicar o documento antes disso. Estamos eu e a Soninha aqui para apostarmos nessa data e, enfim, seguimos à disposição de vocês e aguardamos as contribuições em relação ao Programa de Metas, que vai estar como documento no Participe Mais a partir do dia dois de maio. Está certo? Muito obrigada a todas e a todos, uma boa tarde.

Giovana Barbosa: Boa tarde.
Vivian Satiro: Até o dia 13.

Marlene da Rocha: Obrigada, boa tarde.

Ergon Cugler: Obrigado, boa tarde.

Soninha Francine: Boa tarde pessoal, até o dia 13.

Gabriela Chabbouh: Até o dia 13.

COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030

Reunião realizada em 20/05/2021

10ª Reunião Plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável
(3ª reunião de 2021)

I - Dia, hora e local da reunião;
No dia 20 de maio de 2021, às 15h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a nona reunião plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Jorge Luiz Numa Abrahão - Segumento 2 (1º Titular: Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Denise Crocce Romano Espinosa – Segmento 3 (2º Titular: Universidade de São Paulo/USP)
- Débora Mateus Lima - Segmento 2 (3º Titular: Associação Artigo 19)
- Kaísa Isabel da Silva Santos – Segmento 2 (2º Titular: Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-SP)

- Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti (2º Suplente: Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-SP)
- Ergon Cugler de Moraes Silva – Segmento 2 (3º Suplente: União Estadual dos Estudantes de São Paulo/UEE-SP)
- Marlene Ferreira da Rocha - Segmento 1 - Região Centro-Oeste (1º Titular: Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
- Zysman Neiman - Segmento 3 (1º Titular: Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP)
- Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:
- Marta Suplicy (titular: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Soninha Francine (suplente: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Vivian Satiro (titular: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Giovana Barbosa de Souza (titular: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Meire Aparecida Fonseca de Abreu (suplente: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA
- Claudia Abrahão Hamada (titular: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Miriã Gomes do Nascimento (suplente: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Maria Luiza Oliveira Gedeon (suplente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL)
- Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (titular: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)
- Fernanda Braz Tobias de Aguiar(suplente: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)
- Observadores que acompanharam a reunião:
- Igor Pantoja (Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Thaís Brianezi (SME)
- Clodoaldo Gomes (SME)
- Anna Carolina de Paula M. de Marco (SGM)

III – Pauta do dia:

- Apreciação da Ata do dia 08/04/2021;
- Publicização da Agenda Municipal 2030;
- Aprovação do Regimento Interno revisto;
- Aprovação da metodologia do Plano de Ação ODS;
- Aprovação das Câmaras Temáticas.

Jorge Abrahão: Eu quero fazer uma observação e sugerir para uma avaliação de vocês e da própria comissão, tenho a impressão que seria muito interessante nós de alguma forma... Não sei a relação do prefeito Ricardo Nunes com esse tema, mas a valorização dessa comissão em relação ao prefeito Ricardo Nunes me parece uma coisa muito importante. Eu bem sei, Marta, Soninha e quem estiver a frente fará isso, mas me dá a impressão de que levar a importância disso para a cidade, levar a importância disso como referência para o Brasil, levar a importância disso até como visibilidade que a cidade pode ter internacionalmente por estar dentro de uma agenda de vanguarda como essa é algo que mereceria uma atenção. E eu sugeriria que houvesse uma reunião com o prefeito Ricardo Nunes, que essa comissão tivesse uma reunião com ele, porque é uma questão política, eu diria, de valorização desse processo e acho que seria importante tanto para o Ricardo Nunes, como para a comissão nesse sentido. Não quero com isso, jamais, digamos, tirar a liderança que existe efetivamente de Marta nesse processo, Soninha, Vivian, Giovana, é para justamente valorizar isso e a própria comissão mostrar a importância desse processo que estamos vivendo aqui e que em São Paulo pode ser uma referência tanto aqui como fora do Brasil.

Marta Suplicy: Eu acho que sua sugestão é muito bem-vinda. Nunca vi o prefeito Ricardo Nunes se manifestar a respeito do meio ambiente, mas isso não quer dizer que ele não tenha muito interesse, quer dizer que eu não vi. Quando conversamos sobre o clima, ele estava muito interessado. Estamos agilizando o secretário-executivo para fazer o lançamento o mais breve possível. Acredito nisso que você disse, Jorge. Eu não conhecia muito as ações do prefeito Bruno nessa área, agora que estou entrando e mergulhando no que ele fez, estou encantada, é muita coisa. Nós vamos fazer bonito internacionalmente, sim. Não apenas em Glasgow, mas em muitos lugares porque a prefeitura de São Paulo tem muitas ações que tiveram pouquíssima visibilidade. Não é somente o que estamos conseguindo com essa Comissão Municipal ODS, mas também com a bagagem dos últimos dois anos porque o prefeito Covas tinha um viés ligado a essa vanguarda. Hoje não conseguiremos investimento, respeito internacional, ainda mais no momento em que estamos vivendo, do jeito que o Brasil está, se nós não tivermos uma bandeira desse porte. Eu concordo plenamente, essa Comissão Municipal ODS é muito inovadora e foram muitos meses de trabalho. Eu fiquei muito impactada com a robustez do trabalho. Um trabalho de muitas mãos, de muita gente capacitada que dedicou horas. Quando eu entrei nisso falei: "Isso, de certa forma, está pronto." Quando começamos a Vivian era a mestra, a maestra de tudo do plano de metas, nós bebemos desse trabalho ODS, o que foi muito bom porque já era um trabalho de excelên-

cia e os planos de meta combinavam com o que o prefeito dizia querer. Ele adorou o Plano de Metas. Então é um casamento perfeito do plano de metas com Comissão Municipal ODS, que tem a ver com a questão internacional e por isso veio parar na nossa secretaria. Eu concordo plenamente, conversaremos com o prefeito Ricardo e veremos como organizar uma apresentação para que ele possa entender. Uma coisa simplificada, podemos explicar um pouco antes a importância internacional e tudo o mais. Ele entenderá na hora, porque hoje estão todos antenados sobre isso. E do que nós temos. Essa agenda que foi elaborada em 2020 foi revisada várias vezes, foi distribuída para os membros no final de semana passado, depois será publicada como resolução da comissão na plataforma Participe Mais. O que foi feito diferente é a tentativa de ser mais enxuto para conseguir focar e dar prioridade a alguns temas e fazer os outros. Focar mais em algumas coisas que pudéssemos mostrar como bandeira de que estamos fazendo e somos bem sucedidos. Todos os indicadores serão publicados e atualizados na plataforma ObservaSampa. Na reunião de hoje pode ser falado sobre o que já foi feito, mas eu estava pensado em focarmos no plano de ação, porque o que foi feito e aprovado está lá. Agora tem o plano de ação que é o mais importante, que é com as câmaras temáticas do ano passado. Mas tem algumas alterações propostas de serem mais abertas e todo um histórico para quem está entrando agora, então passarei a palavra à Vivian para que fale sobre o histórico e as mudanças que foram feitas. Depois abrimos a palavra para questionamentos, ideias, o que cada um acha que pode acrescentar e melhorar. Pedirei para a Vivian tomar a palavra e começar a apresentação. Obrigada.

Vivian Satiro: Obrigada, secretária Marta. Gabi ou Ana, quem está compartilhando a tela? Marta Suplicy: Já está no ar a tela.

Vivian Satiro: Mas qual das duas está compartilhando? Anna Carolina: É a Gabriela, mas estou aqui também, Vivian.

Giovana Barbosa: As pessoas que se candidatarem para fazer os seus comentários, por favor, identifiquem-se (inint) [00:07:03] porque essa reunião está sendo gravada e será transcrita, então eu preciso que vocês coloquem (falha no áudio). É apenas um lembrete. Está bem?

Vivian Satiro: A agenda que a Gabriela está compartilhando com vocês e a agenda que mandamos por e-mail na última semana é essa. A Ana ou a própria Gabriela apresentará ponto a ponto e ao final da apresentação delas abrimos para discussão e tirar dúvidas. Eu e Soninha permaneceremos aqui para responder as dúvidas de vocês.

Gabriela Chabbouh: Vamos lá. O primeiro ponto do dia é a apreciação da ata do dia oito de abril. A nossa primeira reunião do ano foi gravada, transcrita pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e foi enviada para vocês a transcrição da reunião da comissão, que também publicamos no Diário Oficial depois de aprovada. Eu queria saber se vocês tiveram a oportunidade de avaliar a transcrição da reunião, se têm alguma colocação, algum ponto. Se ninguém tiver nenhum ponto fazemos a aprovação da ata. Nossa reunião do dia 22 de abril ainda não temos a transcrição.

Giovana Barbosa: Gabi?

Gabriela Chabbouh: Oi?

Giovana Barbosa: Tem a Débora do Artigo 19 e o Jorge Abrahão que levantaram a mão.

Gabriela Chabbouh: Está ótimo. Pode passar para quem levantou a mão primeiro. Eu estou compartilhando e não consigo ver.

Giovana Barbosa: Sim, por isso estou te ajudando. Jorge?

Jorge Abrahão: Desculpe, eu estava com mão levantada. Eu não tenho nenhuma observação. Eu mantive, agora tentarei retirá-la.

Gabriela Chabbouh: Está bem.

Giovana Barbosa: Está bem. Obrigada. A mão ficou levantada e eu entendi que você tinha uma contribuição. Débora do Artigo 19?

Débora Mateus Lima: Oi, boa tarde. Na verdade, é apenas uma pontuação, eu olhei a ata e estava na reunião do dia oito de abril, não está constando que a Artigo 19 estava presente.

Giovana Barbosa: Está bem, escrevi o seu nome. Débora Mateus Lima: Está bem. Obrigada.

Giovana Barbosa: Obrigada, Débora.

Gabriela Chabbouh: Então se ninguém tiver nenhuma colocação fazemos a aprovação da ata com a inclusão da participação da Débora como representante da Artigo 19. Débora, pode ser que a Giovana não estivesse com a última versão da composição, como você entrou depois, em substituição da (inint) [00:09:42] eu acho que pode ter sido esse o problema. Agora já es-

tamos alinhados, está tudo certo, ela colocará. Caso ninguém mais...

Débora Mateus Lima: Obrigada.

Gabriela Chabbouh: Caso ninguém tenha mais nenhuma contribuição aprovamos a transcrição da ata da última reunião e fazemos a publicação no Diário Oficial. Eu acho que estávamos esperando por esse ponto a bastante tempo, desde a nossa reunião do dia 17 de dezembro, quando foi aprovado o conteúdo da Agenda Municipal 2030. Com a mudança de gestão temos um novo decreto sobre a governança da Comissão ODS, com a participação da Secretaria de Relações Internacionais. Eu acho que nesse ponto é melhor passar a palavra. Soninha, se você puder contar um pouco sobre o trabalho que vocês fizeram.

Soninha Francine: Fizemos um trabalho de revisão para a publicação e identificamos algumas coisas que poderiam ser melhores explicadas. Eu confesso que ainda ficaram outras. Como exemplo, eu que acompanho o trabalho de dentro, que conheço bem os órgãos públicos, tem algumas coisas que não compreendo completamente porque são do domínio técnico de cada secretaria. Agora que os indicadores serão realmente atualizados, publicados, publicizados, talvez ainda precisemos fazer alguns ajustes com determinadas formas de cálculo para que elas sejam totalmente... Elas têm que ser compreensíveis pelo público em geral, não podem ser compreendidas somente por quem é do ramo. E algumas coisas que precisavam ser reajustadas, erro de conclusão. Vamos supor, a descrição do indicador era número absoluto, mas o número que constava da tabela era uma porcentagem, esse tipo de coisa bem minuciosa. Em alguns casos, nos desafios remanescentes ou mesmo no próprio indicador dizia: "Esse indicador está em construção." Está em construção porque acabou de ser elaborado daquela forma, então ainda não dispõe dos dados iniciais para montarmos uma série histórica. Apesar de ter sido uma revisão e ser a versão publicizada, continua sendo um trabalho coletivo que precisará o tempo todo dessa dinâmica, inclusive por isso que a agenda sai como uma resolução da Comissão Municipal, porque ela continua sendo da comissão. Eu mesma consultei a Secretaria de Governo, propus que fosse publicado na forma de anexo de um decreto do prefeito, mas isso seria um jeito engessado e tiraria bastante da nossa possibilidade dinâmica de mexer com esse documento, então se vocês tiverem algum detalhe e quiserem me consultar ou questionar, por favor, fiquem à vontade.

Gabriela Chabbouh: Giovana, eu peço a sua ajuda, se algum dos representantes da...

Giovana Barbosa: Sim.

Gabriela Chabbouh: ... comissão tiver alguma colocação em relação ao documento final e a publicação dele enquanto resolução. Dado que publicaremos na forma de resolução da comissão, é importante escutarmos os membros antes de passarmos à aprovação dessa resolução da comissão.

Giovana Barbosa: Alguém gostaria de se manifestar, de trazer a sua contribuição?

Marta Suplicy: Eu participei de várias discussões, inclusive do enxugamento. Eu achei que foi o caminho certo. Nós temos que focar para conseguir fazer algo concreto, porque senão trabalharemos em 20 frentes e não conseguiremos apresentar um resultado que possamos dizer: "Nós mudamos a cara de São Paulo." Eu acho que foi um trabalho bem feito, gostei do jeito que foi mexido.

Giovana Barbosa: Thaís?

Thaís Brianezi: Estou com um pé cá e um pé lá. Eu disse que não falaria, mas não me aguento.Consultei as representantes da educação, que são Cláudia e Miriã, que está chegando. Soninha, eu fiquei feliz que tenha essa oportunidade de fazermos algumas lapidações porque tem um indicador que é o "Demanda Atendida em EJA", no qual saiu a meta de 100%. O problema é que, da maneira como a câmara temática trabalhou essa demanda atendida, não trabalhou a demanda de quem solicita a vaga em EJA, mas, sim, o dado da quantidade de analfabetos. É problemático, você mesma levantou e nós interagimos, porque é um dado que somente temos municipalizado do Censo, que já está antigo e infelizmente não temos certeza de quando será refeito. Isso para dizer que da forma atual não pode ser 100%, porque é claro que nem todos os analfabetos têm obrigação de estar em EJA. Por 1000 motivos, quem trabalha com EJA sabe que muitos simplesmente não fazem e é isso mesmo. Podemos pensar que se for 100% essa demanda é de quem solicita vaga, então revemos a ficha técnica ou se trabalharmos com o dado de analfabetos não pode ser 100%. Isso será uma conversa de vocês com a educação, mas fico feliz que tenha esse espaço para lapidação.

Soninha Francine: Perfeito, Thaís. Se me permite, você tem razão. Precisaria, pelo menos, ser formulado como 100% da demanda atendida, mas o que discutimos quando estávamos revisando é que a meta é erradicar o analfabetismo, então pensando na meta, no que queremos, a cidade que queríamos para 2030 é que não houvesse demanda de EJA. Quem dera isso acontecesse. Se não tiver analfabetismo, então o EJA deixará de ser.

Mas você tem toda razão, não dá para dizermos 100% dos jovens e adultos, inclusive porque tem um fluxo dinâmico de população.

Marta Suplicy: Talvez colocar de um jeito mais simples. "São Paulo é uma cidade sem analfabetos." Não sabemos se será funcional, se serão analfabetos de todo o jeito. Geralmente é muito genérico e desagrada, mas ao mesmo tempo não é fictício, é uma meta, nossa São Paulo sem analfabetos. Será pelo EJA, tem o Programa Saúde da Família que pode entrar também nisso e fazer prescritiva. Tem vários jeitos, temos que ver como pesquisaremos isso, mas, pelo menos, a vontade é essa, a cidade de São Paulo sem analfabetos.

Giovana Barbosa: Ergon?

Gabriela Chabbouh: Um minutinho. Antes do Ergon falar, para não abrirmos os temas e não os fechar é importante registrarmos na ata qual foi a tomada de decisão. Eu queria consultar a Soninha, tudo bem trabalharmos com o indicador que seja a demanda atendida, ou seja, do total de procura, então mantemos a meta dos 100%?

Soninha Francine: Se isso contempla a colocação da Thaís, com certeza.

Gabriela Chabbouh: Thaís? Poderia se manifestar para registrarmos o encaminhamento? Porque como publicaremos na forma de resolução e pretendemos fazer isso o quanto antes, o encaminhamento dessa reunião e a publicação na forma de resolução, precisamos dar a informação para a versão final.

Thaís Brianezi: Sim. Eu acho que contempla porque tem um outro indicador que é a ampliação do número de vagas. Falando em nome do grande debate, porque tivemos grandes debates, estou vendo o Ergon com a mão levantada, na câmara de temáticas educacionais, quando tínhamos pensado daquele jeito havia um motivo, tem uma demanda reprimida. A pessoa não sabe que tem EJA próximo, então ela não procura, por isso trabalhamos o indicador da forma que estava antes e sem fixar quantitativo. Eu acho que se fixamos quantitativo e trabalha com a demanda de quem procura de fato e ao mesmo tempo trabalho com o indicador que continua, que é a ampliação das vagas, damos conta dessa ação que já está na educação, já está ciente, a divisão de Educação de Jovens e Adultos sabe disso. A questão é fazer com que a pessoa procure, que ela saiba que existe, que tem a noite, em todos os territórios. É um debate longo. Para sintetizar, contempla desde que se mantenha o outro indicador de ampliação do número de vagas e esse está mantido.

Giovana Barbosa: Okay, Gabi? Posso passar? Gabriela Chabbouh: Pode passar a palavra. Por favor. Giovana Barbosa: Ergon, a palavra é sua.

Ergon Cugler: Muito obrigado. Boa tarde, pessoal. Eu queria parabenizar o trabalho da Soninha, porque eu imagino (risos) o esforço gigante que foi ver todas aquelas páginas, a minuciosidade, revisar tudo, então, de verdade, parabéns. Não somente para a Soninha, mas para toda a equipe que fez a revisão. Eu quero trazer uma reflexão sobre resolução e decreto por alguns motivos. Eu me preocupo, em primeiro lugar, porque a nossa comissão não é deliberativa, ela é mais consultiva do que deliberativa, então isso já reduz um pouco o potencial de impacto que temos. Evidentemente, todo o esforço que estamos fazendo aqui de articular o prefeito, de envolver mais secretarias, de sentar, de planejar, de dar visibilidade, alavanca um pouco o nosso alcance, mas esse é um ponto que me preocupa, não somos uma comissão deliberativa. No meu entendimento, eu acho muito importante termos essa flexibilidade porque é uma preocupação justa, Soninha, estamos vendo como traduzimos melhor para a população algo que às vezes está difícil até para nós, mas eu acho que uma coisa não exclui a outra. Por quê? Eu entendo que a legislação municipal precisa ser clara, objetiva, concisa etc., mas a legislação municipal não é o único mecanismo e o único instrumento para informar a população. No meu entendimento caberia, de verdade, termos um decreto municipal com todo o plano como anexo e essas adaptações que fazemos, preocupadas com entendimento da população, tudo bem fazermos em um espaço, seja na plataforma Participe Mais, seja como uma resolução, então fazemos essas adaptações constantes que são com o objetivo de instrução. Na minha opinião, isso não criaria uma legislação paralela. Não estamos falando de duas coisas que competiriam entre si, o que valeria seria o decreto e teríamos esse outro espaço que seria com a única preocupação de traduzir melhor se encontrássemos outras dificuldades. Para concluir, dado este contexto de não sermos uma comissão deliberativa, de termos discutido essa questão do decreto em outros momentos, eu acho que se tem algo que pode dar peso para impulsionarmos políticas públicas, outras legislações, outros espaços, é um decreto municipal. Eu não consigo visualizar, por exemplo, a Câmara Municipal planejando uma legislação observando a resolução de uma comissão do município. Eu acho que isso limita o alcance que podemos ter, então eu queria deixar essa proposta de mantermos a ideia inicial e pactuada de publicarmos enquanto um decreto e que isso não exclui a sua proposta, que eu concordo integralmente, de termos um espaço para atualizar a linguagem e a informação para a população.

Soninha Francine: A Secretaria de Governo já tinha concordado com isso de

ser um decreto. Depois, em nossa segunda avaliação, concluímos que era mais verdadeiro ser uma resolução da comissão. Uma comissão que tem o governo e também a sociedade civil. Não é uma decisão, um documento produzido pelo gabinete do prefeito. É verdade que é uma resolução da comissão, mas eu entendo perfeitamente o que você quer dizer. Não sendo uma comissão de caráter deliberativo, então, digamos, ela não tem um poder coercitivo. É a presidente da comissão que vai ponderar isso junto com a comissão. Eu estou aqui apenas manifestando uma opinião. Talvez pudesse ter um decreto dizendo: "Existe uma comissão que produziu este documento, Agenda 2030, nesses termos." Talvez, não necessariamente com os indicadores, com as metas municipalizadas... Não sei. Estou pensando alto, estou falando e elaborando ao mesmo tempo. Não consigo imaginar um decreto com anexo de 500 páginas. Você entende?

Marta Suplicy: Qual é a vantagem de ter um decreto? Eu também estou perguntando para poder me posicionar e entender melhor.

Soninha Francine: O decreto tem o poder coercitivo de comprometer as outras secretarias. Não sei que diferença faria esse decreto quando temos uma meta para 2030. Estou aqui elaborando de novo. O plano de trabalho faz mais sentido que seja um decreto, porque ele é o compromisso deste governo para os próximos quatro anos, não o decreto dizendo que em 2030 queremos chegar a esse ponto, inclusive porque, como vocês sabem, muitas metas e indicadores não tem nenhuma governabilidade do município. Quando falamos, por exemplo: "Queremos que a permanência no ensino superior seja maior. Queremos mais estudantes de nível superior, mais mulheres, mais pessoas negras e que elas concluam." Queremos ver como o município pode participar dessa construção, mas não é um compromisso do município que as pessoas consigam concluir o ensino superior no tempo adequado. Quando construímos o plano de trabalho, que a prefeitura se compromete a fazer, para chegarmos a 2030 nessas condições, isso eu acredito que faz mais sentido que seja um decreto do prefeito.

Marta Suplicy: O que você falou e eu gosto é que tem de ser por quatro anos, temos que pensar isso. Tudo o que fica até 2030, as pessoas postergam. Se temos que entregar algo daqui a quatro anos, nós temos quem nos cobra para daqui a quatro anos entregar o que foi proposto. Se será decreto ou que será, eu acho que podemos elaborar depois. Mas esse plano de ação que será iniciado, que as pessoas se inscreverão nesse plano e naquele, tem que ser planejado para quatro anos. E, se possível, de longe para perto, para não chegar faltando um ano e ter coisas que não darão para exercer. Aí será o nosso compromisso, faremos em quatro anos, os temas que serão mais focados e a expectativa em cada ano de entrega, é isso que tem de

ser feito. Cada temática, eu acho que agora viraram seis, não é? Tem que ter alguma pessoa que dirija essas temáticas, faça o cronograma e cobre. Depois precisa ver com a agenda como será cobrada dentro da própria temática a entrega da produção. Se deixar para entregar depois de sei lá quanto tempo, quando você abrir o olho não foi feito que deveria, então tem de se ter um cronograma muito claro. Eu acho que é a parte mais importante disso.

Soninha Francine: Tem mãos levantadas?

Giovana Barbosa: Tem. Posso passar a palavra para a Kaísa? É a Kaísa, depois o Ergon.

Kaísa Santos: Oi, Soninha. Oi, a todos. Aqui é a Kaísa do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. Soninha, parabéns pelo trabalho na revisão. Nós entendemos a municipalidade das coisas, que as metas têm que vir para quatro anos e tudo o mais, porém na revisão da agenda, eu queria saber qual o empecilho para termos um pouco mais de tempo, porque nós trabalhamos em câmaras temáticas, nós tivemos convidados que não são do meu conselho, queríamos levar algumas coisas, algumas pontuações, página por página, para eles e depois trazer outra sugestão ou fazer um comentário. Não precisa ser uma reunião aberta, mas um documento aberto para colocarmos alguns comentários e ter um pouco mais de tempo para isso. Está bem? Não sei se isso é válido, se temos que abrir para votação, mas é isso. Parabéns pelo trabalho.

Soninha Francine: Seguimos com os inscritos? Eu acho que o Ergon e o Igor também, não é?

Giovana Barbosa: Isso.

Ergon Cugler: Eu concordo com a Kaísa sobre talvez aumentarmos o prazo. A minha preocupação de termos o plano era para ter em mãos, para observarmos como ele estava, era essa a urgência que estávamos pautando. Eu acho que tendo agora ele em mãos está tudo bem darmos um respiro, observá-lo, ver se tem alguma coisa que precisamos retocar. Sobre a questão do decreto, da resolução e dos quatro anos, eu concordo com vocês. Eu entendo que a gestão precisa se comprometer com a gestão atual, não pode ficar empurrando coisas para a próxima, ainda assim, eu acho que não existe dicotomia, não existe contradição. Temos plano municipal de educação que dura 10 anos, temos plano municipal de saúde que dura 10 anos. Estamos falando de um plano da Agenda 2030 que tudo bem durar 10 anos e que geralmente eles são apresentados em forma de decreto, em

forma de plano municipal. Eu tenho de verdade essa preocupação, Soninha. Eu entendo que aqui temos um pacto entre sociedade civil e governo de que as secretarias estão mobilizadas, mas a minha preocupação é pela institucionalidade disso além do pacto da gestão atual. Não sabemos quem será a próxima gestão, não sabemos como muda a situação, então eu acho que ter um decreto, aqui eu concordo com a proposta intermediária que você apresentou, apontando que existe a resolução da comissão, por exemplo, respalda para eventuais novas gestões que podem não ter essa sensibilidade que a atual gestão tem. A preocupação, sendo muito sincero, é conseguirmos reproduzir essa lógica dos planos decenais, de dez anos, e assegurar para além desse período de gestão todo esse esforço que estamos planejando, porque senão chega a outra gestão e não sabemos se valorizará o documento interno de uma comissão consultiva, se jogará fora tudo o que nos esforçamos.

Marta Suplicy: Se quiserem jogar fora, jogarão fora. Você falou e eu gostei muito, tem que ter um olhar grande para os dez anos. Você tem toda a razão. Mas temos que ter um compromisso de entrega de quatro, é isso que tem de ser, porque se não tivermos um compromisso de entrega, falaremos: "Isso não deu, mas ficará para o próximo." Depois, se eles farão ou não, não temos ideia. Se fizermos muito bem feito e deixar algo com muito respaldo, muito respeitada, continuará. Se ficarmos, não vai.

Giovana Barbosa: Tudo bem Ergon? Posso passar a palavra para o Igor? Quer complementar? Está bem. Igor?

Igor Pantoja: Boa tarde. Tentarei ser rápido para avançarmos. Além de dar os parabéns para a equipe que trabalhou nesse documento e resgatando o trabalho que tinha sido feito arduamente ao longo dos últimos meses do ano passado. A minha fala é para reforçar um pouco do que a Kaísa falou sobre a importância de termos um pouco mais de tempo para analisar essas mudanças. É claro, como o Ergon falou, nós estamos muito ansiosos para ver esse documento pronto, publicado, então também temos que agir rápido, mas como a Kaísa complementou também contamos com o trabalho de muita gente, seria importante dar uma olhada, principalmente do ponto de vista dos técnicos que participaram da elaboração, não somente da prefeitura, mas também da sociedade civil das câmaras temáticas. Mesmo que não seja uma consulta formal, para passará pelas câmaras temáticas etc., ainda falaremos disso, mas, pelo menos, um tempo a mais para conseguirmos coletar algumas opiniões maiores para aprovação. Então pode ser até a sugestão da Kaísa de ser um documento aberto que possamos fazer os comentários e facilitar esse processo. É isso, o comprometimento de fato com as ações desta gestão de quatro anos, mas, também, reiterando o que a secretária Marta falou, precisamos desse olhar de longo prazo para poder ter ações estratégicas. Esses indicadores são cruciais nesse sentido de tentar estabelecer qual a visão comum que temos para 2030 e a partir daí criar ações via programa de metas, via PPA etc. que essa gestão se comprometa para irmos avante e além dessa agenda se for o caso. Quanto ao decreto, resolução, também tem essa dúvida se o decreto consegue ser um pouco mais forte, talvez conseguir amarrar melhor a ação das secretarias depois. Isso é uma questão que vocês podem analisar melhor. Obrigado.

Soninha Francine: Continuamos com a agenda ou termina esse ponto? Giovana?

Giovana Barbosa: Gabi, o que você acha? Eu acho que seria importante pensarmos sobre quanto tempo seria, se é possível, então nós já encaminhamos.

abriela Chabbouh: Eu me preocupo um pouco com o prazo. Eu acho que tanto o prazo de publicação da Agenda Municipal 2030, que já teve a manifestação de um compromisso da prefeitura de São Paulo de publicá-la ainda em maio, então estamos correndo contra o tempo, mas também acho que a principal preocupação de iniciar os trabalhos de elaboração do plano de ação para a implementação da Agenda 2030, porque estabelecemos os compromissos desta gestão, dos quatro anos, como colocou a secretária Marta, como colocou a própria Soninha e como o restante dos participantes já colocaram. Conforme o decreto 60.166 de abril desse ano, temos até o final de setembro para publicar o plano de ação, então me preocupa gastarmos mais tempo, apesar de importante, na Agenda Municipal 2030 e consumir o tempo que temos para elaborar o plano de ação. Mas eu acho que podemos chegar a uma proposta de ainda receber sugestões de defesa dos integrantes da comissão em relação a versão que foi aprovada em dezembro de 2017, pequenos ajustes pontuais para a Soninha avaliar de repente até o final da próxima semana para que consigamos ainda no mês de maio fazer a publicação na forma de resolução da comissão.

Soninha Francine: O Estevão está com a mão levantada? Giovana Barbosa: Isso.

Estevão Nicolau: Boa tarde. Eu queria fazer uma consideração nesse sentido do encaminhamento que a Gabi acabou de dar. Eu tenho a mesma preocupação. Estamos perdendo muito tempo corrigindo forma e depurando muito um documento. Eu acho que a relevância maior dele é dar o pontapé inicial a discussão e se materializar lá no plano de ação. Nós

aqui da saúde estamos em um momento de começar o processo de planejamento do Plano Municipal de Saúde, é um processo bastante participativo, ascendente e neste momento a não publicação dos compromissos da Agenda 2030 já é um fator que nos atrapalha. Nós estamos ansiosos para que esse documento seja público, precisamos dar o pontapé inicial do nosso planejamento já colocando isso como diretriz, então eu gostaria de pedir encarecidamente à comissão que avalie a pertinência de termos mais tempo aprimorando o formato desse documento. O conteúdo dele, eu imagino que já esteja validado, já passou por um processo amplo de construção e validação. Considerem isso, esse tipo de documento é muito mais útil público como está do que com eventuais pequenos ajustes que podem atrasar um mês. É um pedido que nós fazemos.

Vivian Satiro: Eu acho que talvez, Kaísa e Igor, podemos deliberar um meio termo. É muito provável que após a discussão do plano de ação e na construção do plano de ação pelas câmaras temáticas, nós encontremos pontos de melhoria no documento original. Tendo em vista o que o Ergon falou, é um documento que talvez caiba atualização constante, podemos nos comprometer na resolução ou no decreto que findado o período de discussão do plano de ação, se forem encontrados pontos de melhoria no documento original faremos alterações nele para que enfim consigamos seguir o cronograma e não ter mais prejuízo nisso. Se vocês acharem que isso faz sentido podemos começar a discussão do plano de ação a partir do cronograma que a Gabriela apresentará e ficando claro que alguns pontos da agenda e do texto original precisam ser melhorados, aprimorados ou rediscutidos, nós podemos fazer essa revisão. Inclusive, eu acho que precisamos nos comprometer a fazer essa revisão no período pós pandêmico, porque imaginamos que os indicadores sofrerão uma mudança considerável, então podemos pensar no momento de uma revisão daqui a um período maior, daqui a um ano, um ano e meio, dois anos. Não sei quando a pandemia acabará, mas é uma sugestão de encaminhamento que fica no meio termo do que vocês falaram e do que o Estevão e a Gabriela falaram. Obrigada.

Giovana Barbosa: A Kaísa e o Igor estão com a mão levantadas. Esqueceram de abaixar ou estão... Kaísa, você primeiro. Igor depois.

Kaísa Santos: Por mim, mantendo na resolução ou no decreto alguma coisa falando que pode ter alteração, tudo bem.

Vivian Satiro: O Igor se manifestou aqui no chat de que em uma semana consegue fazer essas considerações. Uma semana não prejudica o cronograma.

Kaísa Santos: Se for uma semana está bem.

Vivian Satiro: (Se a secretária) [00:39:45] Marta e a Soninha estiverem de acordo, eu acho que uma semana não tem grandes problemas.

Kaísa Santos: Uma semana dá.

Vivian Satiro: (inint) [00:39:53] para julho, agosto e não consigamos dar encaminhamento e endereçamento para a discussão que vocês fizeram.

Giovana Barbosa: Soninha?

Soninha Francine: Eu concordo se a secretária concordar também e pensando que seja bem objetivo. “Revendo a meta 15, eu entendo que a redação ‘x’ precisaria ser melhor.” Algo bem objetivo.Então consideramos que essa primeira etapa está concluída, mas não é talhada em pedra. Podemos pensar se isso será revisto a cada seis meses, a cada quatro, eu acho que cabe estabelecer desde já. Nem que seja a cada ano, cabe dizermos que será revisto e discutir esse prazo.

Giovana Barbosa: Para encaminhamento, Soninha, ficamos com o prazo de uma semana?

Soninha Francine: No máximo. (risos) Porque tem esse compromisso público de que isso será publicado até o fim do mês, então se fosse até terça-feira seria melhor. Tem um fim de semana no meio. (risos) Mas tudo bem, se vocês disserem que não dá, quem sou eu para dizer que tem de ser mais rápido? Eu demorei também, não é? Uma semana, pode ser.

Giovana Barbosa: Então 27 de maio. Nós temos até o dia 27 de maio para receber as contribuições de vocês pelo nosso e-mail “SPODS”. Pronto.

Vivian Satiro: O Igor está pedindo o documento em versão aberta. Igor, a Gabriela, a Ana ou a Giovana podem compartilhar no final da reunião.

Gabriela Chabbouh: Combinado. Eu acho que temos um encaminhamento em relação a revisão finalíssima para a publicação final do documento. Compartilharei novamente a minha tela para passarmos o próximo tema, o próximo ponto de pauta da nossa reunião. Temos ainda na reunião de hoje a questão da... Eu gostei que consegui compartilhar. Vocês estão vendo bem? Eu gostei de ter conseguido compartilhar somente o PowerPoint, porque às vezes é ruim não conseguir ver vocês quando compartilho a tela

inteira.

Giovana Barbosa: Agora, sim.

Gabriela Chabbouh: Maravilha. O próximo ponto da nossa pauta é a aprovação do regimento interno. Tendo em vista a publicação das alterações no decreto que regulamenta a Lei 16.817, fizemos algumas alterações, fez uma proposta de alteração do regimento interno para que ele estivesse de acordo com a nova governança da Comissão Municipal ODS, que é agora compartilhada entre Relações Internacionais, governo e o Verde, com presidência da Secretaria de Relações Internacionais, a Secretaria de Governo atuando como diretoria executiva, na figura da Secretaria Executiva de Planejamento, a Secretaria de Governo é responsável pela integração dos instrumentos de planejamento e por isso se mantêm na diretoria executiva, mas a Secretaria de Relações Internacionais assume a presidência com o papel de porta-voz da comissão, com esse papel de promoção das ações da prefeitura tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Eu gostaria de escutar vocês, se tiveram a oportunidade de ler as revisões e se gostariam de fazer alguma contribuição para o documento final.

Ergon Cugler: Gostaria de manifestar que eu li e estou de acordo.

Gabriela Chabbouh: Maravilha, Ergon. Muito obrigada. Se alguém tiver mais alguma contribuição... O documento traz somente a revisão necessária para que a comissão funcione da forma como está prevista por esse decreto revisado, que trata dessa governança compartilhada entre as três secretarias. Consideramos aprovado e da mesma forma como ele foi publicado enquanto resolução, então a resolução número um da Comissão ODS de 2020 é o documento regimento interno, fazemos uma nova resolução publicando o regimento interno atualizado. Não tendo nenhuma consideração em contrário, consideramos o novo regimento interno da Comissão ODS aprovado. Vamos para esse ponto que é tão importante, tão caro para o nosso processo de trabalho 2021, que é a elaboração do plano de ação que chamamos de Plano de Ação ODS, mas no decreto se chama Plano de Ação para a Implementação da Agenda 2030. Tendo publicada a Agenda Municipal 2030 até o final de maio de 2021, à luz da Agenda Municipal 2030, à luz dessa visão que teremos publicado para a cidade para o ano de 2030, passamos para as metas referentes ao período de quatro anos, 2021, 2024, conforme previsto no decreto. Estamos propondo uma metodologia de elaboração do Plano de Ação ODS em que façamos à luz do que fizemos e como a secretária Marta já colocou é muito importante termos um plano de trabalho. Eu não sei o que vocês acharam do desenho, da elaboração dos planos de trabalho das câmaras temáticas no ano passado, mas eu achei muito útil cada câmara temática ter um plano de trabalho com a clareza de quais temas seriam discutidos em cada uma das reuniões para conseguir cumprir o prazo de entrega. Estamos propondo a mesma coisa para a elaboração do plano de trabalho, que tenhamos uma primeira etapa de elaboração dos planos de trabalho das câmaras temáticas, mostraremos para vocês como estamos propondo que as câmaras táticas se organizem para os trabalhos de elaboração do plano de ação. Na sequência a análise dos compromissos do programa de metas, então precisamos entender, a partir dos compromissos estabelecidos para os próximos quatro anos, como isso impacta as metas da agenda. Basicamente, precisamos o olhar para como os indicadores da agenda serão impactados pelas ações que foram definidas como prioritárias para os próximos quatro anos e precisamos incorporá-las no plano de ação para a implementação da Agenda 2030 com metas anuais para os indicadores que serão afetados pelas ações previstas no programa de metas. Além disso, não é somente o que está previsto no plano de metas que incluiremos no plano de ação, a nossa proposta é que olhemos também para as outras ações que estarão previstas dentro do plano plurianual, ou seja, as outras ações que acontecerão nos próximos quatro anos e que consigamos dialogar com essas ações para priorizar as ações que serão realizadas no âmbito da Agenda Municipal 2030 nos próximos quatro anos. Estamos propondo esses dois momentos, o momento número um é dialogar com aquilo que está dado e o momento número dois é o que mais pode ser incluído enquanto compromisso para os próximos quatro anos, essa é a metodologia em termos gerais. Em termos específicos estamos propondo um conteúdo mínimo para um plano de ação, um conteúdo mínimo para a elaboração do plano de trabalho das câmaras temáticas, como fizemos no ano passado, indicando o nome da câmara temática, o que será objeto de análise daquela câmara temática, qual será o calendário de reuniões e um plano de trabalho para cada uma das câmaras temáticas. Depois da elaboração desse plano de trabalho passamos para a primeira rodada de discussões. Estamos propondo que aconteça após a aprovação dos planos de trabalho entre o dia 25 de junho e o dia 4 de agosto. Nesses primeiros, mais ou menos, 30 dias nos debruçaríamos sobre os compromissos do programa de metas para que eles estejam refletidos no Plano de Ação ODS e na sequência entraríamos na análise das ações previstas para o plano plurianual olhando para como essas ações impactariam as metas da Agenda Municipal 2030. Teríamos um Plano de Ação ODS, um plano de ação para implementação da Agenda 2030, em que teríamos metas para aqueles indicadores da agenda aos quais teremos ação nos próximos quatro anos, e elencados os conjuntos de ações que serão desenvolvidos pela prefeitura para alcançar essas ações e em alguma medida discutirmos no futuro ou durante esse processo, quais ações serão desenvolvidas pela sociedade

civil para chegarmos mais perto dessas metas que estarão estabelecidas na Agenda Municipal 2030. Essa é a proposta de metodologia para o plano de ação. Para entregá-lo, ou seja, cumprir essas etapas, estamos propondo que as câmaras temáticas se organizem de forma parecida com a que elas se organizaram no ano passado, mas um pouco diferente. Apontarei as diferenças. Estamos propondo que elas sejam organizadas em seis câmaras temáticas em vez de sete, então renomeamos, rebatizamos o nome das câmaras temáticas para que elas dialoguem com os eixos do programa de metas. A Câmara de Temáticas Ambientais, seria a Câmara São Paulo Sustentável; a Câmara de Temáticas Urbanas, seria São Paulo Segura, Bem Cuidada e Ágil; a Câmara de Saúde e Bem-Estar, continua Saúde e Bem-Estar; a Câmara de Temáticas Educacionais, Câmara Educacional; a Câmara de Temáticas Sociais passa a ser chamada São Paulo Justa e Inclusiva; e a Câmara de Fortalecimento Institucional, a proposta é que seja unida com a Câmara de Temáticas Econômicas por alguns motivos, identificamos que entre as é somente o que está previsto no plano de metas que incluiremos no plano de ação, a nossa proposta é que olhemos também para as outras ações que estarão previstas dentro do plano plurianual, ou seja, as outras ações que acontecerão nos próximos quatro anos e que consigamos dialogar com essas ações para priorizar as ações que serão realizadas no âmbito da Agenda Municipal 2030 nos próximos quatro anos. Estamos propondo esses dois momentos, o momento número um é dialogar com aquilo que está dado e o momento número dois é o que mais pode ser incluído enquanto compromisso para os próximos quatro anos, essa é a metodologia em termos gerais. Em termos específicos estamos propondo um conteúdo mínimo para um plano de ação, um conteúdo mínimo para a elaboração do plano de trabalho das câmaras temáticas, como fizemos no ano passado, indicando o nome da câmara temática, o que será objeto de análise daquela câmara temática, qual será o calendário de reuniões e um plano de trabalho para cada uma das câmaras temáticas. Depois da elaboração desse plano de trabalho passamos para a primeira rodada de discussões. Estamos propondo que aconteça após a aprovação dos planos de trabalho entre o dia 25 de junho e o dia 4 de agosto. Nesses primeiros, mais ou menos, 30 dias nos debruçaríamos sobre os compromissos do programa de metas para que eles estejam refletidos no Plano de Ação ODS e na sequência entraríamos na análise das ações previstas para o plano plurianual olhando para como essas ações impactariam as metas da Agenda Municipal 2030. Teríamos um Plano de Ação ODS, um plano de ação para implementação da Agenda 2030, em que teríamos metas para aqueles indicadores da agenda aos quais teremos ação nos próximos quatro anos, e elencados os conjuntos de ações que serão desenvolvidos pela prefeitura para alcançar essas ações e em alguma medida discutirmos no futuro ou durante esse processo, quais ações serão desenvolvidas pela sociedade civil para chegarmos mais perto dessas metas que estarão estabelecidas na Agenda Municipal 2030. Essa é a proposta de metodologia para o plano de ação. Para entregá-lo, ou seja, cumprir essas etapas, estamos propondo que as câmaras temáticas se organizem de forma parecida com a que elas se organizaram no ano passado, mas um pouco diferente. Apontarei as diferenças. Estamos propondo que elas sejam organizadas em seis câmaras temáticas em vez de sete, então renomeamos, rebatizamos o nome das câmaras temáticas para que elas dialoguem com os eixos do programa de metas. A Câmara de Temáticas Ambientais, seria a Câmara São Paulo Sustentável; a Câmara de Temáticas Urbanas, seria São Paulo Segura, Bem Cuidada e Ágil; a Câmara de Saúde e Bem-Estar, continua Saúde e Bem-Estar; a Câmara de Temáticas Educacionais, Câmara Educacional; a Câmara de Temáticas Sociais passa a ser chamada São Paulo Justa e Inclusiva; e a Câmara de Fortalecimento Institucional, a proposta é que seja unida com a Câmara de Temáticas Econômicas por alguns motivos, identificamos que entre as temáticas econômicas, temos um número menor de temas que são de responsabilidade da prefeitura e os temas de fortalecimento institucional estão relacionados, então a proposta é que seja unificada em uma câmara chamada São Paulo Eficiente, Inovadora e Criativa. Estamos fazendo uma proposta da coordenação de cada uma das câmaras temáticas e vocês podem tanto se manifestar no sentido de querer participar de outras câmaras temáticas que não participavam em 2020, quanto sair de câmaras temáticas que vocês não gostariam de acompanhar em 2021. Basicamente, a nossa proposta é escutar vocês em relação a proposta de plano de ação, de metodologia para elaboração do plano de ação e em relação a proposta de divisão em câmaras temáticas. Se vocês tiverem contribuições... Eu acho que a Vivian quer complementar.

Vivian Satiro: Antes de passar a fala para o pessoal, Gabi, se você puder deixar na tela das câmaras temáticas. Essa semana começamos a discussão com a secretaria sobre a construção dos programas no plano plurianual e compartilhamos com todas as secretarias os indicadores que vocês discutiram ao longo do último semestre de 2020 para a construção da Agenda ODS da cidade de São Paulo. Eu acho que isso é muito importante porque estamos partindo da Agenda, da discussão que vocês fizeram para fazer a construção do PPA dos próximos anos. Isso dá uma relevância para o trabalho que vocês tiveram (inint) [00:52:58] não seja deliberativo como o Ergon apontou, mas de que a prefeitura está usando o material, está se valendo disso como um ponto de partida para a construção do plano plurianual, então isso é muito importante. A outra coisa é a sugestão da mudança das câmaras temáticas, que não é mera mudança semântica. Para nós não é uma mera mudança de nome, é muito valioso para essa gestão

que todos os instrumentos de planejamento dialoguem, que caminhem em uma mesma direção, que caminhem juntos, unidos, coordenados etc. Em que pese os grupos serem muito parecidos e nós demos uma importância muito grande para saúde e educação, porque são os dois temas mais pesados, mas acreditamos que todos os outros sejam mais fáceis de encontrar depois nas outras peças de planejamento, ligações, links e aquilo que tem impacto na Agenda ODS se estivermos falando das mesmas coisas. Se chamamos pelo mesmo nome e se o conceito usado for o mesmo, então a noção de direção (inint) [00:54:12]. Essa é a sugestão. Agora o que vocês acham disso. Obrigada, Gabi.

Giovana Barbosa: A primeira pessoa que se voluntariou para contribuir é o Ergon.

Ergon Cugler: Eu achei excelente, está ótima a proposta. Eu concordo com ela, tenho somente uma preocupação. A maior parte das câmaras temáticas está entre 10 e 20 e poucas metas, será que juntar fortalecimento institucional com a econômica e deixar 62 metas não ficará muito pesado? Eu digo pesado em relação a demanda de trabalho, mas principalmente porque estamos falando de elencar quais são as prioridades dentro das metas de cada câmara temática. Nós de educação teremos 10, será tranquilo conseguir elencar prioridades, mas elencar prioridade entre 62, eu não sei se será um trabalho fácil. Eu acho que fica um pouco mais pesado, até desequilibrado para conseguir elencar. Faz sentido, sim, juntar o fortalecimento institucional com econômica, mas queria trazer essa preocupação porque acho que ficará sobrecarregada essa (falha no áudio).

Gabriela Chabbouh: Travou um pouquinho para mim o final da fala do Ergon.

Soninha Francine: Para mim também.

Gabriela Chabbouh: Então está bem. Eu acho que entendi, ele está preocupado com a possibilidade dessa câmara temática ficar sobrecarregada. Na verdade, das 32 metas, eu tenho uma ideia. Não sei se a coordenadora da câmara de temáticas está aí ou a Mariana Barra que também participou bastante do trabalho. Das 32, tinham 12 que eram metas não municipalizadas, porque são temas de economia, regulação econômica, que não são de atribuição do município de São Paulo. A Marina está aí, depois ela pode complementar. Eu, inclusive, passei na frente de todos. (risos) Eu estava apenas fazendo a defesa em relação a preocupação do Ergon. Nós levamos isso em consideração e eu acho que ela não ficará sobrecarregada porque ela não tem governabilidade sobre os temas.

Giovana Barbosa: Para complementar a Gabi, eu acho que seria importante passarmos a palavra para a Marina que levantou a mão aqui, depois temos a escuta do Estevão também. Tudo bem? E da Soninha. Marina?

Marina Nogutti: Oi, boa tarde. Vocês me escutam bem?

Giovana Barbosa: Sim.

Soninha Francine: Sim.

Marina Nogutti: Legal. Como coordenadora da provavelmente antiga Câmara de Temáticas Econômicas, eu gostaria de pontuar algumas questões. A primeira é que por um lado, eu vejo com bons olhos essa cisão porque tínhamos um problema de quórum da Câmara de Temáticas Econômicas, não foi a câmara temática que teve mais adesão, então tínhamos essa dificuldade de quase sempre estar no limite do quórum para fazer as deliberações. Nesse sentido, poder agregar mais membros é muito positivo. Por outro lado, essa preocupação do Ergon é pertinente porque são poucas metas, você falou 12, não é, Gabi? Eu tinha a lembrança de que eram 18, mas, com certeza, são menos de 20. Por mais que sejam relativamente poucas são bem complexas, bem técnicas. A própria comissão tinha muita dificuldade de entender alguns desses indicadores, porque eles são minuciosos, a fórmula de cálculo é complexa também. É importante pontuar essas duas considerações, que cada uma é contra ou a favor a essa cisão. Eu deixo a cargo da comissão decidir, mas achei pertinente levantar esses dois pontos.

Giovana Barbosa: Obrigada Marina. Estevão?

Estevão Nicolau: Estou aqui. O microfone estava desligado. Boa tarde. Eu pedi no chat a gentileza de vocês voltarem na tela do cronograma, das etapas da proposta de metodologia. Um minutinho. Eu precisava disso porque uma das minhas questões é em relação ao tempo. Eu tive a oportunidade de externalizar essa preocupação já na primeira conversa, na nossa reunião anterior. Eu acho que estamos com um cronograma que inviabilizará ter o plano de ação como diretriz do nosso planejamento. Esse cronograma inevitavelmente nos obriga a planejar sem ter o plano de ação como norte. Por quê? Eu entendo que vocês estão propondo isso em função das participações, em especial, programas de metas e PPA, certo? O que me parece ser um movimento inverso. Eu imagino que o plano de ação dos ODS deveria alimentar o produto final da participação de PPN e PPA. Aqui eu quero acrescentar os outros instrumentos setoriais, o Plano Municipal de Saúde, o

Plano de Educação, o Plano da Primeira Infância e uma série de outras participações. Agora o Plano Municipal de Segurança Alimentar. Eu me remeto ao artigo primeiro da Lei 16.817, que se refere a Agenda 2030 no município, "fica instituído o programa municipal de implementação da Agenda 2030, que deve ser implementada por todos os municípios até o ano de 2030 para orientar políticas públicas para a segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades, erradicação da pobreza, energia, água, saneamento etc.". Ou seja, temos uma série de outros instrumentos temáticos setoriais que deveriam ser alimentados com diretrizes dos ODS, então a minha preocupação da reunião passada se concretiza, porque talvez estejamos perdendo o time de um instrumento norteador de diretrizes por seguir a mesma receita de outros instrumentos que já existem. Eu me preocupo com fazermos um novo instrumento quadrienal que repetirá o que foi definido como prioridade pelo município. O programa de metas terá as suas diretrizes, o PPA terá as suas diretrizes. A política pública real do território será definida aqui pelas equipes da temática de saúde de forma muito mais profunda. O que eu sinto falta no planejamento na prefeitura como um todo? Um instrumento que seja articulador entre essas distintas peças de planejamento, um articulador. Hoje o programa de metas e o PPA não cumprem esse tipo de função. Eles reduzem o escopo e o PPA tem um foco muito mais financeiro, orçamentário, certo? Eu sinto falta e esperava muito que o plano de ação dos ODS fizesse essa função da transversalidade entre os instrumentos, por exemplo, nós temos metas que conversam diretamente nos ODS com a Secretaria de Educação. Programa Saúde na Escola, PSE, temos uma meta ODS para 2030 a ser alcançada. Nós precisamos de ações conjuntas e eu gostaria que sob o pano dos ODS a Secretaria de Educação colocasse isso no Plano Municipal de Educação e que isso fosse um compromisso pactuado conjuntamente sob esse guarda-chuva, que é transversal, tanto no Plano Municipal de Saúde, quanto no Plano Municipal de Educação. Esse tipo de transversalidade institucional formal, nós não temos. Eu gostaria de deixar para vocês que talvez os ODS ou o plano de ação dos ODS possa cumprir muito bem esse propósito.

Vivian Satiro: Eu não sei quem está com a mão levantada, Giovana, mas se eu puder...

Giovana Barbosa: Por favor, complemente.

Vivian Satiro: Eu tentarei dialogar com a sua fala, Estevão. Na verdade, o documento transversal é a agenda que ainda não publicamos, por isso, mesmo ela não publicada, nós compartilhamos com as secretarias para a elaboração do programa de metas e do plano plurianual. Infelizmente, eu acho que não temos condição de construir um único instrumento de planejamento que dê conta de abarcar todas essas especificidades e características que você trouxe na sua fala, por isso é tão importante que os instrumentos de planejamento criados caminhem para a mesma direção. Se entendemos que esse documento de 10 anos, que é a Agenda 2030, mesmo que tenha algum tipo de revisão ou previsão de alteração ao longo do caminho, é o nosso norteador, os documentos que virão em seguida devem perseguir e persistir nesse caminho. Talvez a grande diferença seja se estamos elaborando esses documentos de forma simultânea e na mesma área. Eu acho que a criação da Secretaria Executiva de Planejamento nasce dessa preocupação. Nós sabemos e conhecemos todos os outros instrumentos e planos que a prefeitura tem e é nosso papel agora fazer com que esses instrumentos e planos caminhem para o mesmo lado ou que minimamente apontem para a mesma direção. Um plano de 10 anos está me apontando uma direção que passa no mínimo por duas gestões. O PPA tem essa ideia de continuidade, porque pega o segundo ano e o primeiro da próxima gestão e a partir disso amarramos os instrumentos, amarramos as políticas públicas e os indicadores. A partir do momento que começarmos a olhar para os indicadores da Agenda 2030 e acompanhá-los de forma mais séria, nós também comprometemos as próximas políticas públicas que forem criadas para melhoria desses indicadores, desses números. Talvez a nossa preocupação tenha que ser muito maior em coordenar esses instrumentos todos e em pensar como faremos para que todos esses instrumentos deem boas respostas aos compromissos que queremos assumir para a Agenda 2030, do que imaginar que a Agenda 2030 possa ser esse grande instrumento que dará resposta para todos esses problemas de coordenação das políticas públicas. A ideia é que façamos um planejamento que coordene os instrumentos e não criar um instrumento coordenador dos outros instrumentos. Eu acho que a comissão é muito importante nesse sentido, porque a sociedade civil acompanhando os indicadores, acompanhando o planejamento da prefeitura, acompanhando a continuidade das gestões, pode trazer muitas contribuições, além do controle social daquilo que está sendo continuado ou descontinuado e também esse poder de mostrar que isso é importante tem que continuar ou talvez não, talvez esse seja o grande papel da discussão da Agenda ODS, de uma agenda de mais longo prazo. Eu pensaria mais nesse sentido.

Giovana Barbosa: Soninha? Soninha, você está sem microfone?

Soninha Francine: Alô? Agora foi.

Giovana Barbosa: Pronto, melhorou.

Soninha Francine: Obrigada. (risos) Eu quero dizer que concordo com os dois e vejo na fala do Estevão duas questões. Uma, como ele diz, é a metodologia, o ovo ou a galinha, quem organiza o quê. É mais difícil ainda, Ergon. Eu anotei, pelo menos, 31 planos ou políticas municipais que são mencionados na Agenda 2030, sem contar, por exemplo, uma determinada meta que fala dos planos previstos no Plano Diretor que ainda não foram construídos. Tem mais de 30 planos municipais que já têm as suas metas, os seus indicadores, as suas diretrizes, que de alguma maneira precisam ser conciliados. Você vê o Plano Municipal (inint) [01:09:04] da assistência social traz algumas coisas que precisam ser executadas com a saúde, com a educação, com a cultura e com o esporte. A comissão de ODS, os ODS têm essa cara é difícil separar porque eles são superpostos, coincidentes, complementares. Tem a questão do prazo, tem o calendário andando, o PPA, LDO, LOA e tem a questão do método. Seria difícil de qualquer maneira, mesmo que tivéssemos todo o tempo do mundo antes do PPA ainda assim apresentar um plano de trabalho que não seja como todos os outros mecanismos, todo fechado em caixinhas, seria desafiador. Estávamos conversando, a secretária Marta entende que, diferentemente do que aconteceu no ano passado em que todos os representantes da educação fizeram parte da Câmara Educacional, precisa haver representantes da educação na comissão de saúde. Quero dizer, estou usando o nome errado. Alguém da educação na Câmara Técnica de Saúde, na Câmara Técnica de Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente, porque em todos ODS alguma hora fala: "Professor, sala de aula, escola." Deverá ter preparação para identificar a ameaça de um desastre natural, os professores têm de ter essa orientação para orientar os estudantes. A orientação sexual para evitar gravidez indesejada, educação ambiental. É um exemplo de como mantemos as câmaras sob uma coordenação óbvia, saúde coordena saúde, mas com presenças mais distribuídas das secretarias em outras câmaras e em especial educação, que é muito mencionada no documento inteiro como tendo outras responsabilidades além das 10 metas já cheias de indicadores. Deu para ouvir?

Giovana Barbosa: Deu.

Gabriela Chabbouh: Eu escutei bem, a Marlene colocou no chat que travou para ela. Marlene, se você ficou com a alguma dúvida, pode perguntar e a Soninha Francine pode complementar.

Soninha Francine: Na verdade eu só dei uma opinião, não dei nenhum encaminhamento. (risos) Segui a orientação da Marta sobre a educação estar mais presente nas câmaras todas. O Estevão falou do prazo em princípio, não é? Não sei se temos uma proposta de um cronograma diferente, um prazo diferente.

Vivian Satiro: Eu acho que o Estevão pode olhar de novo no cronograma e fazer sugestões, os demais membros da comissão também. É importante termos em mente que a grande ideia da discussão da comissão é que vocês possam contribuir com o planejamento da gestão. Como podemos fazer um planejamento ideal e incrível pensando nos ODS, mas que talvez não sejam incorporados nos instrumentos de planejamento deste governo. Então é importante imaginar que os tempos e movimentos precisam ser minimamente casados para que consigamos influenciar o PPA, a Lei Orçamentária do ano que vem e os demais instrumentos serem amarrados à medida que fizermos essa discussão ou essas discussões. É importante não perder isso de vista.

Giovana Barbosa: Secretária, posso passar a palavra para a Thaís? Ela quer fazer uma colaboração. Thaís?

Thaís Brianezi: Obrigada. Eu entendo a angustia e preocupação do Estevão, mas os planos têm temporalidades diferentes. Eu coloquei aqui no chat, por exemplo, eu acho que vocês têm a oportunidade de elaborar quase conjuntamente bebendo na fonte o Plano Municipal de Saúde, mas no caso da educação, por exemplo, que o Plano Municipal vai até 2025 é um diálogo inverso. Nós pegamos o Plano Municipal de Educação como referência, então eu acho que terá de ser um pouco isso. Eu concordo com a avaliação da secretária Vivian, que agenda é essa referência maior, na qual vocês podem beber agora. Vem a questão que você já colocou sobre a urgência de publicação, de definição da agenda. Eu também queria comentar a sugestão da Soninha sobre a educação estar mais presente nas outras câmaras temáticas. Esse convite já veio, a Educação responderá, está em discussão interna. Falando um pouco de quem está saindo e quem conhece a realidade da educação, será difícil ela estar em todas ou em mais de uma, porque o trabalho de uma é muito intenso, muito demandante e tende a continuar esse ano. Por outro lado, sim, está em discussão. Talvez na de Saúde a Corcel, que é nossa coordenadora e tem o Programa Saúde na Escola, possa estar. Veremos o que conseguimos articular ou não. Mais que isso os ODS são complementares, é a mesma lógica dos Direitos Humanos, complementares e indivisíveis, então eu acho que temos de pensar uma metodologia em que o trabalho das câmaras temáticas dialogue sem que a educação, por exemplo, tenha que estar em todas. E uma metodologia para além do cronograma, pensarmos ferramentas de intercambio, ferramentas virtuais porque elaboraremos ainda em um momento de pandemia, então de certa forma isso facilita. Que tenha a publicização dos processos entre as câmaras para que uma consiga beber com a outra. É, claro, quando identificar na câmara que a Educação não conseguiu es-

tar na Câmara de Saúde, por exemplo... Não estou dizendo que essa será a resposta, mas é a tendência. Se naquela reunião, naquela discussão é fundamental que a Educação esteja, eu faço o convite. Isso tudo para dizer que agora precisamos melhorar a metodologia em termos de trabalho, ferramentas, conversa e construção entre as câmaras. Semana que vem estarei na UMAPAZ, não terei mais tempo de dedicação para ajudar a pensar e contribuir com essas metodologias.

Giovana Barbosa: Gabi?

Gabriela Chabbouh: Maravilha, Thaís. Obrigada. Eu queria reforçar que é isso, a Agenda Municipal 2030 já serviu para a elaboração do programa de metas, os indicadores foram todos enviados para as secretarias para que elas tivessem isso em mente e amanhã os grupos de planejamento orçamentário receberão os indicadores da agenda na estrutura de elaboração do plano plurianual para que as secretarias apontem quais os indicadores da agenda podem ser usados para o monitoramento dos programas do PPA. Ou seja, já está servindo como instrumento integrador dos demais instrumentos de planejamento. Eu coloquei no chat para o Estevão especificamente porque o cronograma de trabalhos para 2021, nós aprovamos na última reunião. É o que coloquei no chat para vocês, o cronograma que fala quando serão as nossas reuniões, quando pretendemos aprovar o plano e com ele aprovado quando pretendemos submetê-lo à consulta pública, porque a ideia era conseguir ao máximo fazer o trabalho de forma conjunta com a elaboração do PPA. Sabemos que colocar ações no plano de implementação da Agenda 2030, que não tem o correspondente de recurso para essas ações do plano plurianual, essas ações não serão executadas, não sairão do papel. A proposta é fazer um processo conjunto de elaboração do PPA ao mesmo tempo da elaboração do plano de ação dos ODS para que os dois instrumentos estejam dialogando. Eu entendo as preocupações, mas coloquei o cronograma que aprovamos na última reunião. Nessa reunião o que precisamos aprovar... Eu quero saber se alguém mais gostaria de se manifestar, tem alguma contribuição para fazer, se o Estevão tem alguma sugestão de ajuste na proposta de rodadas de discussões, na proposta metodológica de elaboração do plano de ação, mas o que precisamos aprovar hoje é se estamos todos de acordo com essa proposta metodológica de três rodadas. A Ana colocou no chat os slides para facilitar. Basicamente, são três rodadas. Uma rodada de elaboração do plano de trabalho, que é um instrumento muito importante, Thaís, podemos pensar em conjunto o que mais poderia constar nesse plano de trabalho de cada uma das câmaras temáticas que propícia essa troca. Nós tentamos no ano passado fazer justamente isso, cada câmara temática tinha um plano de trabalho, no qual dizíamos o tema que seria discutido e em qual data, em qual reunião. Se integrantes de outras câmaras temáticas quisessem participar, o plano de trabalho era esse instrumento para mostrar: "Nessa data será discutido esse tema, então se você tiver interesse de tratar apenas desse tema, você pode participar na reunião da câmara temática do dia quatro de agosto, que discutirá especificamente o que faremos para erradicar o trabalho infantil em São Paulo na Câmara São Paulo Justa e Inclusiva." O que nós precisamos hoje é escutar de vocês se têm alguma sugestão de alteração dessa divisão em três rodadas do processo de elaboração do Plano de Ação ODS e se vocês estão de acordo com essa nova distribuição das câmaras temáticas ou têm uma contraproposta, então esse é o momento de apresentar para procedermos com uma votação.

Soninha Francine: A Viviane fez uma sugestão no chat. Vocês viram? Que a coordenação da Câmara São Paulo Justa e Inclusiva ficasse com Direitos Humanos. Eu não me oponho.

Gabriela Chabbouh: Eu acho que é uma boa sugestão, mas eu tenho a impressão de que isso não é permitido pelo nosso regimento. Precisaríamos voltar para o regimento porque a Secretaria de Direitos Humanos não é membro da Comissão Municipal ODS. O membro da Comissão Municipal ODS é a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e está previsto no regimento que a coordenação é feita por um dos membros da Comissão ODS.

Anna Carolina: Eu estou checando aqui, Gabi, se é pelos membros do plenário ou pelos membros que compõem a Câmara e já dou essa informação.

Gabriela Chabbouh: Está bem. Eu tenho quase certeza que é membro da comissão e foi por isso que nós tomamos a decisão de que a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social faria a coordenação, o que não impede um papel ativo da Secretaria de Direitos Humanos como foi no processo de elaboração da Agenda Municipal 2030. Inclusive, enquanto a Vivi, que foi a nossa coordenadora da câmara temática, estava de férias, quem assumiu a responsabilidade foi a equipe de Direitos Humanos. A Amanda Teodoro e o Mateus como representantes da Secretaria de Direitos Humanos na câmara temática assumiram a função de coordenar a câmara temática na ausência da Viviane, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social. Eu tenho a impressão de que o nosso regimento não permite acatar a sugestão da Viviane, mas a Ana confirma para nós e se for possível podemos submeter a uma votação. Se ninguém tiver nada contra, eu não tenho nada contra. Eu acho que as duas secretarias têm papeis importantes no sentido de transformar São Paulo em uma cidade mais justa e inclusiva.

Anna Carolina: Gabi, eu achei aqui o trecho. Copiarei no chat. O nosso regimento fala que "o plenário designará o coordenador da câmara temática dentre os membros titulares designados pela Secretaria de Governo na portaria que institui a câmara temática", então seriam os membros titulares que compõem a respectiva câmara temática.

Gabriela Chabbouh: Viviane não há impedimento. O nosso regimento não impede, isso é possível. Eu acho que podemos conversar mais sobre isso. A Marina que coordenou a Câmara Temáticas Econômicas está presente entre nós. Temos a sugestão de que a nova câmara temática, o fortalecimento institucional e temáticas econômicas sejam a câmara temática São Paulo Eficiente Inovadora e Criativa e temos a proposta de que ela seja coordenada pela Secretaria de Governo Municipal. Eu queria aproveitar esse momento para escutar a Marina, se está tudo bem, se ela pretendia ou gostaria de continuar à frente dos trabalhos. Foi uma discussão que tivemos internamente, manter a coordenação das seis câmaras temáticas, mas eu também quero escutar vocês porque a coordenação das câmaras temáticas, como a Ana nos ajudou a lembrar e colocou no chat, conforme o regimento quem designa o coordenador das câmaras temáticas é o plenário, então somos nós aqui, hoje, que decidimos quem são os coordenadores. A Marina pode contar como foi a experiência dela na coordenação e podemos escutar vocês, se teria alguma organização que gostaria de ficar na coordenação para avaliarmos essa possibilidade. A princípio a sugestão é que as secretarias, ou seja, as câmaras temáticas sejam coordenadas pelos membros do poder público.

Giovana Barbosa: Marina? Ela está aqui, gostaria de falar. Na sequência o Ergon.

Marina Nogutti: Perfeito. Obriga, Giovana. Eu não me oponho de forma alguma que nessa nova rodada a coordenação seja feita por membros do poder público. Pela minha experiência como um dos membros da comissão que não é do poder público, que é da sociedade civil, eu acredito que seja mais eficiente por conta da comunicação interna entre as pessoas que realmente estão se debruçando diariamente sobre os documentos que temos produzido aqui. Foi uma experiência excelente estar à frente dessa câmara temática, mas sem a ajuda da Gabi, sem a ajuda da Mariana Barra em vários momentos cruciais, eu não teria condições de conduzir esse trabalho. Inclusive em um momento profissional de estar em outro lugar e com menos disponibilidade, eu pediria justamente para que a coordenação fosse substituída caso a Câmara de Temáticas Econômicas não tivesse essa junção. Então eu estou totalmente de acordo e encorajo os outros membros da comissão da sociedade civil que quiserem realizar essa coordenação, mas eu particularmente não estou em um momento que poderia contribuir da melhor forma. Perdi quem foi o membro que comentou sobre a metodologia. Eu também senti bastante falta de uma metodologia que facilitasse o fluxo das contribuições. Nós fizemos os trabalhos de uma forma um pouco empírica, então eu acho que todo esse respaldo de metodologia pode contribuir bastante. É isso.

Gabriela Chabbouh: Obrigada, Marina. Foi um prazer contar com a sua coordenação dos trabalhos do ano passado. Toda vez que tenho a oportunidade de contar sobre o processo de trabalho, eu conto que tínhamos coordenadores e que a única câmara temática conduzida por um membro da sociedade civil foi a Câmara de Temáticas Econômicas. Foi um prazer contar com a sua participação mais direta, mas eu sei que é um trabalho de coordenação que exige, demanda bastante tempo e nem sempre as organizações da sociedade civil... Os membros do poder público estão em horário de trabalho, então para nós dedicarmos mais tempo é mais fácil do que para as organizações da sociedade civil. Foi excelente contar com a sua coordenação. Se tiver alguma organização que tenha interesse, desejo, que faça questão de fazer a coordenação, por favor, manifeste-se e avaliamos essa possibilidade.

Giovana Barbosa: Ergon?

Ergon Cugler: Eu tenho uma dúvida que não é diretamente sobre esse tema, mas interfere para entender a correlação, se faz sentido a coordenação para nós da sociedade civil. Como funcionará a proposta de vocês a indicação de membros externos? Será como fizemos no outro processo? Cada organização pode indicar membros para cada uma das câmaras? As câmaras terão uma quantidade?

Gabriela Chabbouh: Eu posso falar e a Soninha também se quiser me complementar, porque discutimos bastante o funcionamento das câmaras temáticas. No ano passado nós tivemos câmaras temáticas paritárias, então tivemos câmaras temáticas que abrimos para vocês, organizações da sociedade civil, inscreverem-se livremente nas câmaras temáticas que gostariam de acompanhar e a ideia é que façamos a mesma coisa esse ano, mas não temos a obrigatoriedade de um número exato de representantes do poder público com representantes das câmaras temáticas. Essa foi a metodologia dos trabalhos das câmaras no ano passado. Eu coloquei o slide dos próximos passos, porque acho que ele pode nos ajudar. A ideia é que vocês organizações da sociedade civil manifestem interesse em continuar nas câmaras temáticas que já estavam, mudar de câmaras temá-

ticas ou participar de mais ou menos câmaras temáticas até o dia 27 de maio, ou seja, até a semana que vem, então publicaremos uma portaria atualizando os membros e os coordenadores das câmaras temáticas com base nas indicações de vocês. Nós pretendemos também para os trabalhos desse ano que os membros das câmaras temáticas sejam sempre os membros da comissão, mas isso não impede que tenhamos convidados externos, essa foi a forma como nos organizamos para os trabalhos no ano passado. O plano de trabalho que será elaborado pela câmara temática pode contemplar o convite a outras organizações. Inclusive, eu tive a oportunidade de conversar com uma organização aqui de São Paulo chamada "Youth Action Hub", YAH São Paulo, que é um grupo de jovens voltados para a implementação da Agenda 2030, eles estão presentes no mundo inteiro e o grupo daqui de São Paulo quer participar do processo. Eu vou sugerir para as câmaras temáticas educacionais que tenha como convidada essa organização que quer estar mais presente nas discussões de temas de ODS e juventude. A ideia é essa. Em termos de composição das câmaras, como membros, apenas as organizações que tenham assento na Comissão ODS, seja como titular ou suplemente. Em termos de convidados isso é organizado pela câmara temática com apoio do coordenador para encaixar a participação de convidados externos no plano de trabalho da câmara temática. Respondi, Ergon? Alguém ficou com alguma dúvida?

Ergon Cugler: Respondeu, sim. Eu tenho apenas uma pergunta, nós mantemos a possibilidade de indicar um titular e um suplente de cada organização para alguma das câmaras temáticas, é isso? Como foi no ano passado, não é?

Gabriela Chabbouh: Igual ao que fizemos no ano passado. Vocês ficam com a possibilidade de indicar titular e suplente, sendo que o suplente não é obrigatório. Se vocês quiserem deixar registrado que aquela pessoa também integra formalmente a câmara temática, é possível fazer a indicação de um suplente, sim.

Ergon Cugler: Muito obrigado.

Gabriela Chabbouh: Ana queria complementar?

Anna Carolina: Eu quero frisar a sua fala, Gabi. Você falou que não podem compor membros externos a comissão, na verdade o que ela quis dizer é que não podem compor instituições externas a comissão, mas membros que não estão representados aqui como titulares ou suplentes das instituições que vocês compõem podem ser indicados, sim, para acompanhar as câmaras temáticas a espelho do que foi ano passado. Eu acho importante

deixar isso claro, se alguma instituição tiver interesse em participar, o titular, o suplente que está aqui e não tem disponibilidade, mas quer indicar alguém da mesma instituição, pode.

Gabriela Chabbouh: Ana foi muito mais clara do que eu. Exatamente, as organizações que têm assento podem indicar pessoas quaisquer, sejam elas os representantes ou não do plenário para integrar as câmaras temáticas.

Giovana Barbosa: Denise gostaria de complementar.

Denise Crocce: Eu gostaria de saber se temos um prazo para fazer isso. Eu indiquei uma pessoa da USP para participar dessas câmaras temáticas e conversarei com ele para ver se quer entrar de novo nessa segunda etapa.

Gabriela Chabbouh: Está na tela, Denise. Até semana que vem. Acabei de colocar na tela, é o nosso último slide, que trata dos próximos passos. A ideia é que até o dia 27 de maio vocês encaminhem por e-mail os nomes atualizados dos representantes a comporem as câmaras temáticas. Acabando essa reunião mandamos para vocês, claro, dependendo da aprovação das seis câmaras temáticas. Ainda estou escutando vocês, mas passaremos para o momento de aprovação da divisão em seis câmaras temáticas e se for aprovado encaminhamos para vocês, que se manifestarão sobre quais câmaras temáticas querem compor. Lembrando que provavelmente teremos um cronograma de trabalhos parecido com o do ano passado no sentido de ser intenso, então se colocar à disposição dos trabalhos provavelmente significa ter a disponibilidade de se reunir uma vez por semana ou uma vez a cada 15 dias de agora até o final de setembro, dezembro, a depender dos próximos passos. Não tivemos problemas, nós sentimos que vocês estavam muito comprometidos com os trabalhos e raramente nós tivemos problema de não conseguir fazer reunião por falta de quórum, tivemos o engajamento de vocês. Estamos propondo que vocês encaminhem até semana que vem, quinta-feira, os nomes. Até o dia primeiro de junho estamos nos comprometendo a publicar essa portaria atualizada com os membros e coordenadores, então os coordenadores agendariam a primeira reunião para discutir o conteúdo do plano de trabalho, para os trabalhos de elaboração do plano de ação para implementação da Agenda 2030. Depois dessa reunião de elaboração do plano de trabalho da câmara temática, o coordenador envia esse plano de trabalho para o e-mail do "SP. ODS", para a Secretaria de Governo, a Secretaria do Verde envia para o plenário até o dia 17 de junho, então é importante que seja enviado até o dia 16, porque até o dia 17 a secretaria precisa enviar para o plenário e, assim, nos vemos de novo no dia 24 de junho e aprovamos os planos de trabalho das câmaras temáticas. Os planos são enviados a todos os membros do ple-

nário contendo o calendário das reuniões, quem serão os convidados envolvidos nesse processo de elaboração do plano de ação e todos os membros do plenário têm a oportunidade de fazer propostas e ajustes finais do plano de trabalho das seis câmaras temáticas se assim aprovarmos.

Denise Crocce: Legal.

Marta Suplicy: Muito bem, Gabriela.

Denise Crocce: Quando você for mandar o e-mail coloque os dados que precisamos.

Gabriela Chabbouh: Claro. Pode deixar, Denise. Normalmente é apenas o nome, contato e CPF para sair publicado no Diário Oficial.

Denise Crocce: Obrigada.

Marta Suplicy: Eu quero agradecer a todos e dizer que acredito ser um trabalho custoso, mas gratificante, porque conseguimos fazer um consenso do que era mais importante para dar seguimento ao que precisa ser feito. Para terminar, eu tenho uma notícia muito boa. Nós estamos de vento em popa elaborando um tipo de Virada Cultural, será a Virada ODS com a finalidade de popularizar o que é ODS. Nós sabemos o que é ODS, mas a maioria da população não sabe, então temos que popularizar. Será, como eu disse, um tipo de Virada Cultural dentro das metas ODS que estamos finalizando, para janeiro ou fevereiro. Começamos a elaboração e quando estiver mais ou menos pronto, mais adiantado mostraremos para vocês. Esperamos "causar" na cidade, igual à Virada Cultural "causa" e que ODS passe a ser uma palavra que as pessoas saibam. "Eu vou na Virada ODS." E ao perguntarem o que é ODS, que a pessoa explique. É uma forma de conscientizar as pessoas da importância do que é ODS para nós, para a cidade, para o planeta. Será coisa grande, não é algo pequeno. Também tem outras secretarias. Será muito legal. Eu quero parabenizar o trabalho de vocês e até a próxima reunião. Boa noite.

Gabriela Chabbouh: Secretária Marta, um minuto para aprovarmos. Precisamos passar pelo procedimento formal de aprovação. Se ninguém tiver mais nada a acrescentar ou propor em relação a proposta de macrometodologia das etapas de elaboração do plano de ação, consideramos...

Giovana Barbosa: Gabi?

Gabriela Chabbouh: Tem alguém com a mão levantada, não é? Giovana Barbosa: Tem o Zysman. Vamos ouvi-lo, por favor. Gabriela Chabbouh: Sim.

Giovana Barbosa: E encaminhamos para a votação.

Zysman Neiman: É uma pergunta bem rápida. Eu fiquei confuso sobre a data de envio do e-mail no dia 27. Eu queria entender se mandamos espontaneamente ou se haverá um e-mail de vocês trazendo quais são as câmeras com os novos nomes e fazemos a adesão em reposta. De quem é a iniciativa de disparar o primeiro e-mail? Porque confesso que não anotei quais são os novos nomes das câmaras, então para me candidatar a participar de alguma delas, eu gostaria de receber algo um pouco mais organizado. É possível?

Gabriela Chabbouh: Claro, Zysman, com certeza. Sempre enviamos os slides de apresentação da reunião, uma vez aprovada essa divisão em seis câmaras temáticas, vocês receberão por e-mail e poderão se manifestar sobre o desejo de participar de uma câmara temática ou de outra. Eu imagino que muitos de vocês queiram continuar participando das câmaras temáticas que já participavam, mas se não for o caso eu peço que vocês se manifestem, eu não sei se isso ficou claro. Se vocês querem continuar onde estavam não precisam se manifestar, nós mantemos vocês onde estavam. Manifestem-se caso queiram sair de uma câmara temática ou participar de outra câmara temática da qual não participavam. Tudo bem? Podemos combinar assim? Eu acho que é mais fácil combinarmos dessa forma, mas se quiserem de outro jeito também estou aberta a outra dinâmica de trabalho. Se quiserem apenas continuar nas câmaras que estavam participando, mantemos vocês onde estavam e é mais simples, não precisam mandar e-mail.

Zysman Neiman: Está ótimo. Entendido. Obrigado.

Gabriela Chabbouh: Isso. Ou indicar novo participante, Marco. Se vocês quiserem continuar participando e indicar um novo nome, então se manifestem e indiquem a participação de uma outra pessoa na comissão. Temos mais alguém com a mão levantada?

Giovana Barbosa: Não.

Gabriela Chabbouh: Vocês têm alguma outra dúvida? Se vocês não tiverem nenhuma outra dúvida ou sugestão, nós consideramos aprovada a metodologia. A Marlene tem uma dúvida ou alguma sugestão.

Giovana Barbosa: A Marlene. (risos)

Marlene Ferreira da Rocha: Desculpe. Eu escrevi no chat, Gabi. Se não tiver relação com esse assunto pode responder depois da aprovação. É sobre a publicação da agenda.

Gabriela Chabbouh: Estamos nos comprometendo a receber os últimos, finalíssimos ajustes, então pedimos que vocês se debrucem sobre o documento que foi enviado. Eu não sei se teremos condições, o Igor pediu para mandar em formato aberto. Pode ser o documento online para comentário, porque não temos condições de receber 1000 versões do documento e sistematizar a tempo de publicar.

Anna Carolina: Fazemos aberto no Office.

Gabriela Chabbouh: Aberto no Office para comentários, então dá para fazermos. Recebemos os comentários até quinta-feira, para na sexta-feira a presidência da comissão dar os últimos ajustes, checar as últimas contribuições e publicarmos. A resolução não será publicada em junho, eu acho que a ideia é publicar na terça-feira, mas sai com data de segunda-feira, não é? Até o dia 31 de maio que é a segunda-feira, no Diário Oficial da terça-feira. Tudo bem? Ficou claro em relação a publicação? O que estamos aprovando hoje? Estamos aprovando as macroetapas do processo da metodologia de elaboração do plano de ação, ou seja, nos organizaremos em três momentos, discutiremos plano de trabalho, discutiremos o insumo do programa de metas e depois trabalharemos em conjunto com a construção do PPA, são esses os três momentos da metodologia de construção. E estamos aprovando a divisão em seis câmaras temáticas a não ser que alguém tenha uma contraproposta. Se alguém quiser defender nesse momento uma outra forma de organização... A Marina colocou que tem pontos positivos e negativos em relação a fusão da Câmara de Fortalecimento Institucional com a Câmara de Temáticas Econômicas. Essa é a proposta que estamos fazendo, se alguém quiser fazer uma contraproposta o momento é agora. Se não tivermos uma contraproposta aprovamos essa versão da divisão em câmaras temáticas para os trabalhos 2021, então revogaremos a portaria das câmaras temáticas do ano passado, publicaremos uma nova portaria de constituição das câmaras temáticas com o prazo para os trabalhos de 2021.

Giovana Barbosa: As manifestações que temos são de duas pessoas de acordo e não temos outras.

Gabriela Chabbouh: Maravilha. Não tendo contribuições em contrário, nós consideramos aprovada. Encaminharemos o e-mail para vocês até o final do dia com os encaminhamentos da reunião de hoje, incluindo os documentos para que vocês façam as contribuições e esse material para que façam as manifestações. Ana colocou no slide: “Nós nos vemos no dia 24 de junho.” Na verdade, provavelmente nos veremos em muitas das câmaras temáticas, então imagino que combinaremos com os coordenadores as reuniões, provavelmente, na semana do dia sete de junho. Não é, Ana? Depois da publicação, provavelmente, as primeiras reuniões de câmara temática para a elaboração dos planos de trabalho entre o dia 7 e o dia 11 ou até o dia 16.

Anna Carolina: Isso. Com os coordenadores, nós comunicamos antes disso para alinhar as funções e a divisão de responsabilidades, retomando o papel do nosso regimento, mas a princípio a primeira reunião de todas seria para a semana do dia sete para produzir o material até o dia 16.

Igor Pantoja: Uma dúvida. Desculpe. Posso falar? Gabriela Chabbouh: Pode.

Igor Pantoja: É Igor. Sobre as câmaras temáticas, não ficou muito claro para mim, podem participar somente as organizações que participam da comissão, pleno, ou organizações que não fazem parte da comissão podem compor a câmara?

Gabriela Chabbouh: Como membro das câmaras temáticas, somente as organizações que têm cadeira na comissão, no plenário.

Igor Pantoja: Podem ser convidadas, não é?

Gabriela Chabbouh: Outras organizações podem ser convidadas, sem problema nenhum, a combinar com coordenador da câmara temática e registrar no plano de trabalho.

Igor Pantoja: Okay. Obrigado.

Maria Luiza Gedeon: Gabriela, com licença, posso tirar uma dúvida também? Gabriela Chabbouh: Por favor.

Maria Luiza Gedeon: Eu olhei no material e no que compete a câmara temática urbano havia seis membros. Esse número, esse quórum é definido? Tem um limite mínimo, máximo?

Gabriela Chabbouh: Não. Nós reabriremos as inscrições para essa câmara temática. Potencialmente, poderíamos ter até 16 organizações da socieda-

de civil. Na primeira rodada, na primeira composição tínhamos 10. 10, Ana? 10 representantes...

Anna Carolina: Isso.

Gabriela Chabbouh: ... da sociedade civil. Estou falando de cabeça, não tenho certeza. E a época nos organizamos para ter 10 representantes do poder público. O que a Soninha sugeriu para esse processo é que não nos amarrássemos tanto a essa divisão. É um espaço construtivo, colaborativo, de construção de propostas normalmente por consenso. Raramente tivemos que recorrer a instrumentos de votação. A ideia é não precisarmos ter paridade entre poder público e sociedade civil nesse espaço das câmaras temáticas, porque é um espaço mais propositivo. Receberemos essas contribuições de inscrição da sociedade civil e com base nisso nos organizamos internamente junto com o coordenador. Estou imaginando provavelmente você, Maria Luiza, mas conversaremos sobre isso.

Maria Luiza Gedeon: Eu despacharei com o secretário e com o Baviera, que é o chefe de gabinete e é o conselheiro titular e conversamos. Obrigada por sua resposta.

Gabriela Chabbouh: Com certeza. Imagina. Encerramos a nossa pauta. Temos a metodologia do plano de ação aprovada, câmaras temáticas aprovadas, então se ninguém tiver mais nenhuma dúvida, eu passo a palavra para a Soninha. Eu acho que a secretária Marta teve que ir para uma próxima agenda. É isso?

Soninha Francine: Sim.

Gabriela Chabbouh: Passo a palavra à Soninha para as considerações finais e encerramento da reunião.

Soninha Francine: Não. Pode encerrar, já construímos bastante. Há muito trabalho pela frente. Nós aguardamos essas contribuições de vocês, o plano extra que não estava na pauta original, até a semana que vem. Os últimos apontamentos sobre o relatório da Agenda 2030 e os outros prazos para o plano de trabalho. Muito obrigada a todos vocês, em nome da Marta Suplicy, pelo que fizeram até agora.

Vivian Satiro: Soninha, se você me permite eu preciso muito agradecer a minha equipe. A Gabriela e a Ana Carolina, porque sem as duas, eu acho que a comissão não conseguiria se reunir de maneira tão construtiva, o documento não teria ficado tão bom. Eu tenho muito orgulho do meu time

e dessas duas que representam ele. Obrigada, meninas.

Soninha Francine: Não é meu time e eu tenho orgulho também. (risos) Elas são incríveis. Parabéns a todos os envolvidos.

Vivian Satiro: Tchau.

COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - AGENDA 2030

Reunião realizada em 24/06/2021

11ª Reunião Plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável
(4ª reunião de 2021)

I - Dia, hora e local da reunião;
No dia 24 de junho de 2021, às 15h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a décima primeira reunião plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

II - Nome dos membros presentes:
Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Débora Mateus Lima - Segmento 2 (3º Titular: Associação Artigo 19)
- Denise Conselheiro - Segmento 2 (1º Suplente: Instituto Akatu)
- Denise Crocce Romano Espinosa – Segmento 3 (2º Titular: Universidade de São Paulo/USP)
- Ergon Cugler de Moraes Silva – Segmento 2 (3º Suplente: União Estadual dos Estudantes de São Paulo/UEE-SP)

- Jucilene Leite da Rocha - Segmento 1 - Região Sul (1º Titular: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente)
- Kaísa Isabel da Silva Santos – Segmento 2 (2º Titular: Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-SP)
- Marlene Ferreira da Rocha - Segmento 1 - Região Centro-Oeste (1º Titular: Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
- Zysman Neiman - Segmento 3 (1º Titular: Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP)

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:

- Claudia Abrahão Hamada (titular: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Fernanda Braz Tobias de Aguiar(suplente: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)
- Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Giovana Barbosa de Souza (titular: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- João Paulo de Brito Greco (suplente: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET)
- Maria Luiza Oliveira Gedeon (suplente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL)
- Mariana Corrêa Barra (titular: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET)
- Marta Teresa Suplicy (titular: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Meire Aparecida Fonseca de Abreu (suplente: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Miriã Gomes do Nascimento (suplente: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Tomás Magalhães Andreetta (titular: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS)
- Viviane Canecchio Ferreirinho (suplente: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS)

Observadores que acompanharam a reunião:
- Bruna Manna Starling Diniz (SMRI)
- Igor Pantoja (Rede Nossa São Paulo)Felipe Alves Ferreira (UEE-SP)
- Guilherme Lamana (UEE-SP)
- José Roberto de Campos Lima (SME)
- Marcella Barrani
- Marina Medeiros de Oliveira Santos (SGM)

- Tatiana Rute Pontes Lima (SMRI)
- Wagner Luiz Taques da Rocha (SMRI)
- Malu Molina (SMRI)
- Thaís Brianezi (SVMA)
- Anna Carolina de Paula M. de Marco (SGM)

III – Pauta do dia:
- Aprovação dos Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas;
- Apresentação da metodologia do Plano de Ação 2021 – 2024 (SGM);
- Apresentação do desenho da Virada ODS 2022 (SMRI);
- Debate da proposta de termos apresentações de organizações, projetos e programas convidados nas reuniões da Comissão.

Giovana: Então só pra só dar um dando um aviso também. A nossa reunião vai ser gravada. Quando ela começar, é as pessoas que forem pedir a fala, por favor, se identifiquem, fale o nome, da onde está falando, só isso.
Anna Carolina: Acho que eu vou testar o compartilhamento da tela, também, enquanto a gente espera.
Marta: Boa tarde! Tudo bom? Podemos começar? Então, quero dar as boas-vindas aos membros da Comissão ODS. Eu estou muito contente de a gente estar podendo estar juntos. E quero colocar primeiro que a secretária executiva de planejamento, Vivian, teve um imprevisto e quem vai responder por ela e conduzir a reunião é a Anna Carolina Marco. Vou simplesmente dizer qual é a ordem do dia, para todo mundo poder se organizar: primeiro, a aprovação dos Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas; segundo, a apresentação da metodologia do Plano de Ação 2021 2024; terceiro, a apresentação do desenho da Virada ODS. Já vi a Malu ali a postos para mostrar como vai ser. E quarto, debate da proposta de termos apresentações de organizações, projetos e programas convidados nas reuniões da Comissão. Bom, isso dito, nós vamos começar agora. O primeiro é a aprovação dos Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas, que vai ser conduzido pela Ana Carolina, que já está ali a postos e tem a palavra.
Anna Carolina: Muito obrigada, secretária. Boa tarde a todos, quem ainda não cumprimentei. E só reforçar que a secretária adiantou: a secretária Vivian teve imprevisto, e a gente vai representá-la, a Gabriela e eu, nesta reunião. E aí o material que a gente apresentou está validado com ela, então na verdade nós vamos fazer as palavras dela aqui. Eu vou compartilhar minha tela. Antes de começar a falar. Vocês conseguem ver?
Giovana: Sim, Ana, obrigada.
Anna Carolina: Então nós temos 4 itens de pauta e os 2 primeiros itens, eu vou fazer apresentação. E aí em seguida a gente abre para uma discussão em relação a eles. E depois eu vou passar a palavra de novo para a secretária, que vai com a equipe de Relações Internacionais conduzir a apre-

sentação do da proposta da Virada de 2022 e, em seguida, a gente faz um curto debate sobre as próximas reuniões.
Retomando só o que a equipe da Secretaria do Verde nos comunicou por e-mail: a gente teve um problema no atraso das transcrições, então as atas da reunião do dia 22 do 4 e do dia 20 do 5 vão ficar postergadas para a próxima reunião. Mas estamos cuidando disso, para que os atrasos não comprometam o nosso trabalho.
Então a gente teve como principal desafio nessa primeira etapa das câmaras temáticas elaborar os planos de trabalho. Nós tivemos cerca de 10 dias para fazer esse exercício e o objetivo dessa primeira etapa foi justamente que cada grupo se conhecesse, conhecer seus membros que são novos, e fizessem um exercício de planejar o ano, estabelecer a periodicidade das suas reuniões, entender a melhor forma de abordar o conteúdo que cada câmara temática vai se debruçar. Mesmo que não tenha sido um exercício exaustivo de de aprofundamento, já foi uma primeira experiência de contato com esse conteúdo. E as câmaras temáticas optaram por se reunir de forma muito parecida como elas tinham se estruturado no passado. Então só apresentar para que todos tenham ciência, das 6 câmaras temáticas que a gente tem agora em 2021, 4 delas optaram por fazer reuniões semanais, então se encontrarem toda a semana, a cada semana avançando um pouquinho no Plano de Ação. E a Câmara de Saúde e Bem-estar e a Câmara Educacional, em função da conjuntura e da especificidade delas, optaram por fazer reuniões quinzenais. E a gente já tem o quadro das reuniões reincidentes de cada câmara temática, então a gente tentou ao máximo evitar sobreposições de horários, em função principalmente daqueles membros que compõem mais de uma câmara temática. A gente teve um pequeno problema de coincidência em relação à câmara temática Eficiente, Inovadora e Criativa e a câmara temática Educacional, porque ambas estão se encontrando nas sextas-feiras de manhã. Infelizmente foi uma questão que a gente não conseguiu driblar, em função da agenda das pessoas que coordenam esse trabalho.
O que a gente vai tentar fazer ao longo do processo é concentrar os temas que tenham interface entre ambas as câmaras temáticas no período não coincidente. Ou seja: na primeira hora da reunião da Educacional ou na segunda hora da reunião da Eficiente, Inovadora e Criativa, de forma que a gente possa fazer é permitir esse acompanhamento em ambas as câmaras temáticas. Lembrando também que sempre em alguma semana que houver alguma questão mais específica, a gente pode avaliar o caso de mudar essa data e aí fazer uma reunião específica para algum tema que tenha muita convergência.
Então, de forma geral, essa é a nossa organização semanal quinzenal até o fim do ano. Em relação ao cronograma completo dos planos de trabalho, nós fizemos como a gente tinha no passado todos os calendários num único Excel. Isso vai facilitar bastante para que todos tenham um panorama geral de quais reuniões que cada câmara temática está fazendo, em qual momento que ela vai aprofundar em qual tema. Isso facilita aqui principalmente aquelas interfaces que a gente precisa fazer, né? Então aqueles temas que acabam aparecendo de formas diferentes em várias câmaras temáticas, as pessoas que estão liderando esse trabalho conseguem ter esse panorama geral e aí já indicar alguma reunião em que gostaria de estar de uma outra câmara temática que não compõem. Ou vice-versa, não é, apontar algum convidado que uma outra câmara temática precisa trazer para aquele espaço.
Eu vou só deixar de compartilhar o meu PowerPoint para mostrar para vocês esse Excel. Eu acho que facilita bastante quando vocês tiverem manipulando.
Gabriela: Enquanto você vai abrindo, Anna, só queria dizer que eu sou entusiasta desse calendário integrado, né, das reuniões de todas as câmaras temáticas. Isso permite que todos os membros da comissão ODS e de todas as câmaras temáticas saibam o que que vai ser discutido em cada reunião. Então se por acaso um pouco estou interessado em um tema que vai ser discutido na Câmara de Temáticas Educacionais, eu vou no calendário integrado e participo só daquela alguma reunião na qual eu tenho interesse em contribuir ou em acompanhar.
Anna Carolina: Isso. Para nós é importante, não é, tanto para a Secretaria de Governo quanto Verde e Relações Internacionais ter um panorama de todo mundo. Mas principalmente também para os coordenadores e para os membros, porque permite que essa interface aconteça. E só lembrando onde que está esse arquivo: essa semana eu comuniquei vocês que nós migramos a pasta do Office que estava tendo muito problema de acesso para membros externos da prefeitura para o Google Drive. Então nós criamos um repositório específico das câmaras temáticas 2021, no e-mail específico, e aí com isso todos que compõem plenário, todos que acompanham as câmaras temáticas, vão ter acesso, já receberam acesso a essas pastas no modo comentarista. Então quem não conseguiu acessar o link, eu peço que tente, se tiver algum problema, me mande por e-mail e a gente vai acertando essas arestas. Foi uma tentativa de facilitar esse acesso para que vocês tenham um link único e nesse link único acesso em todas as câmaras temáticas e os arquivos que são compartilhados entre câmaras temáticas. Nessa pasta integrada que foi criada, nós temos um arquivo de controle. Esse arquivo que eu estou abrindo aqui ele é muito semelhante ao do ano passado. É nós temos informações como quem são os membros que compõem cada câmara temática, quais são os órgãos que representam, esse calendário semanal de reuniões, e aquelas reuniões que usam links recorrentes a gente também coloca aqui para facilitar que os membros encontrem a informação. E aí a gente tem o calendário integrado. Então to-

das as reuniões de todas as câmaras temáticas estão sistematizadas aqui por etapa, então etapa do plano de trabalho, etapa de aprofundamento na relação com o programa de metas. Etapa no aprofundamento da relação com o PPA. E, por fim, a etapa final de devolutiva pós consulta pública. Eu estou mostrando isso aqui para vocês, para vocês acompanharem comigo o caminho especial desse arquivo. E acho que facilita um pouco no dia a dia de trabalho de vocês. E também para que na medida que haja alguma mudança de pauta, alguma mudança de convidados, a gente pede que vocês vão atualizando esse material para que ele realmente seja útil e que ajude o nosso andar aí ao longo do processo de debate do Plano de Ação, que não é simples. Então reforçar o pedido de que os Planos de Trabalhos sejam ajustados caso tenha alguma necessidade ao longo do processo. A gente não planejou fazer uma leitura exaustiva das pautas, eu acho que não cabe à esfera aqui, mas de todo modo eu gostaria de abrir espaço para os coordenadores que estão aqui na reunião, se desejarem fazer algum comentário em relação ao plano de trabalho, em relação a como é que foi essa organização, se tem alguma sugestão, enfim, ou mesmo os membros que leram os planos de trabalhos, se tiver algum ajuste, alguma sugestão a fazer, para a gente partir para a próxima pauta, que é a estrutura do Plano de Ação. Vou deixar de compartilhar minha tela.
Giovana: Não temos nenhuma manifestação.
Gabriela: Para encorajar o compartilhamento, Anna, porque você não compartilha como foi o processo de elaboração na Câmara São Paulo Eficiente, Criativa e Inovadora?
Anna: Pode ser. Na nossa Câmara a gente acabou optando por agrupar pelas metas da Agenda Municipal em função da estrutura da nossa divisão. Nós temos um total de 62 metas e das quais 41 foram muitos analisadas, então é bastante trabalho. Mas eu acho que a forma como a gente conseguiu arranjar a distribuição facilita um pouco para que a gente identifique as interfaces entre temas, então tivemos uma única reunião, mas eu acho que ela foi bastante resolutiva e conseguimos também encaminhar alguns ajustes por e-mail. Aí, não tenho nenhuma sugestão de ajuste em relação ao quadro geral.
Maria Luiza: Oi, boa tarde! Eu sou a Maria Luiza estou corrdenando a Câmera São Paulo Bem Cuidada, Segura e Ágil. E nós também, ao contrário da experiência que ela teve com a Câmara dela, nós optamos seguindo as metas do Programa de Metas que têm convergência com as metas da Agenda 2030 e encontramos bastante convergência. E agora nessa segunda etapa a gente vai ter esse processo de discussão com convidados externos. E também não tenho nenhum ajuste ao que foi apresentado.
Gabriela: Alguém mais gostaria de fazer algum comentário sobre tudo isso que ela acabou de compartilhar?
Miriã: Olá, eu sou a Miriã. O único comentário que eu queria fazer é que nós aqui da Educacional, nós não vamos conseguir participar de todas as câmaras temáticas como gostaríamos. Mas já surgiu a discussão de participar talvez em alguns encontros. Quando vocês acharem que há convergência, nós gostaríamos de participar. E particularmente as metas 17 e 18 do Programa de Metas, elas surgiram na última discussão como algo que nós gostaríamos de aprofundar, enfim discutir, por causa, enfim, da convergência que tem com a Educação. Que são as metas da Transcidadania e a do combate ao racismo.
Anna: Ótimo, Miriam, obrigada pela sua contribuição.
Miriã: O sinal aqui está ruim, mas é isso, obrigada.
Anna: Obrigada, você. Se quiser complementar alguma coisa, me interrompe.
Miriã: Meu meu sinal está ruim, desculpa. Mas era só isso, dizer que a gente está à disposição e que ativamente nós vamos olhar aquele calendário de reuniões, entrar em contato com o coordenador e participar.
Anna: A Câmara Temática Social com certeza vai bater essa meta, ambas, a gente precisa só ver qual que é o dia. Mas é ótimo porque é exatamente esse o objetivo pelo qual a gente criou esse calendário.
Gabriela: Aproveitando a deixa, Tomás e Viviane, não querem comentar como foi o processo de elaboração do plano de trabalho na Câmara Temática São Paulo Justa e Inclusiva?
Viviane: Posso comentar, sim, Gabriela. Bom pessoal, boa tarde, meu nome é Tomás, eu estou coordenando a Câmara São Paulo Justa e Inclusiva. A gente também fez um alinhamento a partir das metas identificadas no Programa de Metas e distribuimos elas ao longo dos nossos encontros semanais. E assim como a Miriã falou e a Ana Carolina também, vai ter algumas intersecções entre as câmaras, a gente fica à disposição para participar das outras câmeras quando for necessário. Já também fizemos a identificação de representantes de outras pastas ou mesmo da sociedade civil que poderiam contribuir com as discussões e esperamos ter a participação de todo mundo que foi convidado para a gente conseguir fazer uma discussão mais rica. Mas sem observações quanto ao calendário geral, me senti bastante contemplado.
Anna: Bom, então agradeço. Eu vou voltar a projetar minha tela. Pra gente ir pro grosso da reunião.
Giovana: Só uma questão.
Anna: Pode falar.
Giovana: Só uma questão burocrática: então todos consideram-se aprovados os Planos de Trabalho das Câmaras Temáticas conforme apresentados e enviados?
Anna: Isso é importante, mesmo, registrar. E lembrando que caso haja um ajuste a ser feito não é um problema. Mas a gente pede para manter atualizada a planilha de controle.

Giovana: Então os Planos de Trabalho seguem aprovados, dessa forma.
Anna: Em relação ao Plano de Ação, que vai ser o nosso objeto de trabalho. Na última reunião do plenário nós havíamos conversado sobre as grandes etapas da elaboração, então foi aprovada a metodologia macro de elaboração. É o que a gente está apresentando hoje para vocês é de forma mais concreta como isso vai ter tangibilidade, um documento a ser entregue em setembro para consulta pública por essa Comissão Municipal. Então a ideia é que a gente tenha um guia de orientação de preenchimento desse material, para que facilite que as Câmaras Temáticas façam as discussões com foco na elaboração do conteúdo que que a gente vá propor. E também que a gente tenha bastante clareza de qual que é o objetivo final para potencializar as trocas, as discussões e as oportunidades que a gente vai ter aí ao longo do trabalho de construir coletivamente esse documento. Então nós elaboramos tanto um documento en Word com essas diretrizes, orientações técnicas para elaboração do Plano de Ação. E um formulário em Excel, que vai ser o formulário enfim do conjunto das ações por metas da Agenda Municipal 2030. O que a gente vai agregar para compor o Plano de Ação é então, na verdade, o nosso Plano de Ação vai ser um resultado de um conjunto de fichas de ações por metas da Agenda Municipal 2030 que forem priorizadas.
Em relação ao sumário mais amplo do documento, a gente já rascunhou uma proposta. E a ideia é apresentar para vocês, para acolher sugestões, contribuições, mas a princípio a ideia que o documento tenha uma breve introdução mencionando a sanção do decreto de abril deste ano, introduzindo o Plano de Ação como instrumento a ser elaborado por essa comissão. E a gente explicar um pouquinho melhor o que que é esse trabalho de integração dos instrumentos de planejamento do quadriênio que a prefeitura está tentando fazer. E abordar a relação do Plano de Ação com o enfrentamento da pandemia e a retomada da pandemia no município no quadriênio, que é o principal desafio que que a prefeitura tem nesse momento. Registrar um breve relato da composição das câmaras temáticas deste ano, uma metodologia de trabalho, como é que a gente está se organizando, a grandes etapas do processo, e aí trazer os resultados da consulta pública que vem a ser feita em outubro deste ano, depois que a gente já tiver uma proposta aprovada pelo plenário. E a ideia também que a gente deu um destaque para aspectos de monitoramento continuado. Na Agenda Municipal 2030, a gente trata do tema mas de forma bastante preliminar, então é interessante que a gente tenha uma proposta consistente em relação a isso. E ao fim como ler o documento justamente porque é um documento denso, como espelho da agenda ele será bastante extenso e é importante que a gente faça um exercício também de acessibilidade ao conteúdo que a gente vai publicar. E aí, por fim, o conjunto das ações.
Então, o que vai ser o principal objeto de trabalho das câmaras temáticas

são as fichas de açõs. Essa proposta introdutória de conteúdo do 1 ao 8 vai ser internalizado por nós e o formulário das ações a gente vai elaborar em conjunto, em cada uma das câmaras temáticas.
E aí só retomando um pouquinho como é que a agenda dialoga com os outros instrumentos que a gente tem. A Agenda Municipal 2030 foi subsídio, está sendo subsídio, tanto para elaboração do Programa de Metas quanto do Plano Plurianual. E a ideia é que a gente rebata essas correlações, se aprofunde nas correlações, na forma do Plano de Ação para implementação agora no quadriênio. Então a gente tem um diálogo contínuo entre os instrumentos, às vezes até a gente fica um pouco confuso. Mas é bem importante que a gente tenha clareza sobre essa relação de alimentação mútua entre eles.
Então o objetivo da câmara temática primeiro será selecionar do conjunto das metas da Agenda Municipal que estão sobre a atribuição daquela câmara temática aquelas que serão diretamente impactadas pelo Programa de Metas e pelo Plano Plurianual. Então entendendo que a prefeitura tem previsão de ações que extrapolam um Programa de Metas e que podem contribuir para Agenda Municipal 2030. Então fazer esse primeiro recorte, de correlação entre os instrumentos, no que a Agenda vai ser impactada pelo PdM e o PPA e aí, a partir dessas interfaces que forem identificados nos temas, aprofundar na formulação de ações para esses temas, com a identificação das etapas para a conclusão de cada uma desses compromissos que estão sendo firmados na forma do PdM e do PPA.
Então para cada uma dessas metas priorizadas, preencher o formulário das ações, explicitando essas correlações. E aí o que é o formulário das ações. Eu estou só voltando, eu vou fazer uma apresentação do todo, e aí a gente volta e abre para dúvidas e comentários. É o formulário das ações, ele é uma ficha que tem essa cara. A ideia é que aqui na primeira sessão seja identificada a meta da Agenda Municipal 2030 que está sendo aprofundada e identificada, a relação com o Programa de Metas e o PPA, a partir do que tenha sido discutido pela Câmara Temática. Então, no âmbito do Programa de Meta, o número da meta e o texto dela. Em relação ao Plano Plurianual, o número do programa do Plano Plurianual e o seu nome e o objetivo estratégico correlacionado específico do tema que esteja sendo aprofundado.
Em relação ao conjunto de indicadores da Agenda Municipal, a gente sabe que a agenda foi publicada com um total de 545 indicadores, de características diferentes. Alguns estão diretamente relacionados à entregas que a prefeitura faz, outros são indicadores de impacto, outros são de processo, resultado, em suma, eles têm metodologicamente uma composição muito variada, porque a Agenda é assim, né, a Agenda é variada.
E a ideia é que no âmbito do Plano de Ação é que a gente identifique aqueles indicadores sob os quais a prefeitura está assumindo um compromisso

na forma do PdM ou do PPA e por isso eles tenham sido priorizados para aquele quadriênio. O que não significa que os 545 não serão monitorados, eles serão.
O compromisso em relação às ações é mais complexo, então é por isso que a gente propôs uma seção para fazer essa identificação dos indicadores que estão sendo diretamente impactados. É então uma segunda etapa, para as metas que encontrem correlação, é identificar os indicadores daquela meta que serão diretamente impactados pelo PdM e pelo PPA. No caso da gente ter um indicador do Programa de Metas e o indicador da Agenda Municipal que estão diretamente relacionados, fazer esse preenchimento com a informação do texto do indicador da meta 2030 e preencher a previsão 2024 com o valor que a Secretaria está se comprometendo a atingir naquele quadriênio.
Em relação aos indicadores que não aparecem no PdM necessariamente, mas eles têm uma relação direta com as ações orçamentárias que o PPA está propondo, fazer o mesmo exercício, então identificar o relação do indicador da Agenda Municipal que está sendo impactado e a Secretaria fazer o exercício de preencher a previsão para 2024 a partir das ações que estão em planejamento e que vão impactar aquele indicador da Agenda Municipal 2030. Então essa essa sessão tem a função de dar um pouco mais de visibilidade para esses indicadores que a gente tem mais clareza de atingimento no quadriênio.
Lembrando que haverá um casos onde apesar do tema estar relacionado no Programa de Metas e o tema estar relacionado no Plano Plurianual, a estrutura da Agenda Municipal 2030 impede que seja identificado o indicador a ser priorizado. Por exemplo, a gente tem temas que são monitorados pela Agenda, na forma como a gente aprovou a Agenda Municipal, a partir de indicadores externos à governabilidade da prefeitura. Seja porque são de competência de outro ente ou seja porque envolvem ações externas ao poder público. Então para esses casos específicos, onde o tema aparece no Programa de Metas, o tema aparece no PPA, mas o indicador que está na Agenda não tem relação com as ações da prefeitura, então é um indicador mais de monitoramento do que uma relação, um indicador de entrega ou de produto, então a gente abre essa possibilidade para que a sessão dos indicadores seja suprimida. Então não seja preenchida e efetivamente a câmara temática se foque em, se debruce, na elaboração das ações que eu vou explicar daqui a pouquinho. Visando justamente esse entendimento de que por mais que estão lá já o indicador, na nossa governabilidade, assim, ações que a prefeitura pode fazer ou já tem planejamento de fazer nesse tema e que sejam necessárias de aprofundamento para caber no âmbito desse Plano de Ação. Então isso é uma peça, seria o nosso terceiro exemplo de preenchimento. Eu já vou mostrar essas 3 possibilidades, mas é bem importante fazer essa ressalva porque realmente nem todos os indicadores da Agenda Municipal 2030 estão na governabilidade da prefeitura. E aí, só reforçando, acho que eu já falei isso na minha fala de forma mais dispersa, mas reforçando, sugere-se que tanto nos casos onde haja correlação com o PdM quanto correlação com o PPA, sejam priorizados aqueles indicadores da Agenda que estão relacionados à entrega de bens a ampliação melhoria de serviços e que estejam executados pela prefeitura. Porque a nossa condição de realmente fazer uma previsão concreta para o quadriênio é muito maior e aí a gente é tem um Plano de Ação que é mais efetivo, não é, mais prático.

Em relação ao campo da ação, a gente está propondo que ela seja descrita a partir de uma clareza sobre o que a gente está entendendo que vai ser a Entrega da ação. Então a ideia é que as câmaras temáticas façam um exercício de formular atividades, etapas, que realmente levem algum resultado, que sejam factíveis de monitoramento. Porque formular uma ação que não tem um marco de atingimento não é factível de estabelecer um momento a partir do qual ela vai ser considerada concluída, impede que a gente diga se se o Plano de Ação está avançando ou não está avançando. Então é bem importante que as câmaras temáticas tenham esse cuidado de na medida que formulem as ações, tenham clareza de qual é o objetivo final daquela ação. E a gente vai ter um campo específico na planilha para identificar qual que é o marco de atingimento de cada ação. Esse marco de atingimento, a ideia é que ele seja uma informação de consumo interno, não seja publicada. Mas na medida que a gente faz exercícios de formular o marco de atingimento, fica muito mais claro qual que é o detalhamento que a gente precisa fazer no texto dessa ação para que ela seja factível de monitoramento. Então essa é uma primeira orientação bastante importante aí do nosso trabalho, é não pactuar ações que sejam dispersas, vagas e em que impeçam que a gente acompanhe se aquela meta está avançando ou não.
E a identificação do órgão responsável. Então se na Agenda Municipal 2030 a gente tem um compromisso assumido pelo município de São Paulo, sem identificação de responsabilidade mais direta e apenas da fonte da informação, a ideia no Plano de Ação é que as ações sejam é vinculadas ao órgão da prefeitura que está se comprometendo a fazer aquela atividade. E por isso que é importante que nos casos em que as ações estejam previstas no Programa de Metas, elas dialoguem com as iniciativas que as secretarias estão propondo pelo Programa de Metas. E no caso em que as ações estejam relacionadas ao PPA, a Secretaria esteja envolvida na formulação, no detalhamento das ações que ela já tem planejado, tomando esse cuidado de fazer a validação com os membros responsáveis.
Eu já vou falar aqui, mas mais pra frente eu falo, eu explico melhor também, mas a gente introduziu uma etapa no nosso calendário para que esse documento passe pela validação interna dos gabinetes das secretarias res-

ponsáveis, justamente tomando esse cuidado de garantir que as responsabilidades estão sendo assumidas por cada um dos órgãos. Então essa é uma é uma parte também bastante importante do do preenchimento em relação a elaboração ainda das ações, tendo em vista que a gente está em um cenário muito específico de enfrentamento da pandemia ainda. E precisamos focar esforços nessa retomada. É uma orientação da Secretaria que seja, sempre que possível, os temas que tenham convergência com essa retomada, sejam formuladas ações diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia, entendendo que esse é o esforço prioritário da prefeitura nesse momento. Então sempre que possível, formulação de uma ação relacionada a esse contexto.

Aí já falei isso que a informação de consumo interno não será divulgado externamente mas é subsídio importante do monitoramento posterior. E aí dando um pouquinho mais de concretude para as possibilidades que a gente tem de preenchimento, nós fizemos exercício de pensar alguns exemplos. Então no exemplo 1 onde a meta da Agenda Municipal 2030 está vinculada ao Programa de Metas, está vinculada ao Plano Plurianual e possui indicadores de governabilidade da prefeitura, dentro do que tenha sido aprovado, tenha sido publicado no começo do ano. Então a seção de previsão 2024 deverá ser preenchida de acordo com o planejamento da Secretaria para o PdM e para o PPA. E aí nesse caso, o campo das ações, elas poderão ser debatidas tendo como subsídio inicial as iniciativas do Programa de Metas. Então o Programa de Metas tem uma estrutura um pouco diferente, mas a informação que está lá pode ser utilizada para aprofundamento daqueles temas. Então esse é um primeiro cenário, onde o exercício de vinculação e detalhamento ele vai ser mais automático.

E a gente tem um cenário 2, onde a meta da Agenda não aparece no programa de metas, mas a Secretaria tem ações previstas e o Plano Plurianual vai ter programas e objetivos estratégicos que abarquem aquelas ações. E além disso a meta da Agenda Municipal respectiva tem indicadores de governabilidade da prefeitura. Então, nesse caso, a previsão 2024 vai ser preenchida a partir do planejamento daquela Secretaria para o PPA. Não necessariamente esse valor vai aparecer no PPA ou no PdM, mas é importante que isso seja preenchido. Em relação às ações, a gente não vai ter o subsídio do Programa de Metas, mas a gente tem o subsídio do planejamento interno de cada Secretaria e é importante que as ações sejam formuladas a partir disso.

E aí a gente vai ter um cenário 3, que é o cenário mais atípico dentro da do contexto que a gente tenha hoje, onde a meta da Agenda Municipal está vinculada ao Programa de Metas, está vinculada ao Plano Pluarinual ou um ao outro, mas não possui indicadores de governabilidade da prefeitura. A gente fez o exercício e parece que, por exemplo, o turismo é um dos exemplos: os indicadores da Agenda Municipal não mensuram aspectos relacionados à entregas, mas sim impactos mais amplos no município relacionados ao tema. Então, nesse caso, a previsão 2024 não será preenchida. Então a gente vai ter uma supressão da seção dos indicadores e as ações poderão ser debatidas a partir do que a Secretaria tem planejado para aquele tema. E nesse caso em específico há várias ações nesse sentido, então é um exemplo onde a gente terá um plano de ação para uma meta que não tem um indicador priorizado. Como a gente está propondo que seja incorporado o exemplo 3 na formulação do Plano de Ação e isso abre a oportunidade para que aquelas metas que tenham sido municipalizadas no ano passado mas para as quais não foram selecionados o indicador ainda, então a gente tem temas na prefeitura que a gente tem um trabalho sobre eles, a gente está olhando para eles porque ou é nossa competência ou a gente já tem políticas nesse sentido, mas a gente não conseguiu no tempo do da Agenda Municipal 2030 formular um indicador que dê conta de monitorar o avanço como um todo daquele tema. Então a gente tem esse caso, para as metas que que a gente listou aqui acho que são umas 12 no total. Isto é pouco dentro total da Agenda Municipal 2030, porém elas existem, então a gente abriu a possibilidade para que as câmaras temáticas se debrucem nessa discussão.

E aí, em relação ao cronograma geral que já tinha sido aprovado,nós vamos ter mais 3 reuniões até o fim do ano. Uma para aprovar a proposta mínima relacionada ao PdM e outra para aprovar a proposta adicional correlacionada ao PPA. Nossa sugestão é que a gente crie uma reunião intermediária no dia 14 de outubro, para lhes dar uma devolutiva do processo de validação dos gabinetes. Então a Comissão Municipal vai avançar nessa proposta: até 23 de setembro aprovar um documento do que ela está propondo em relação a esse Plano de Ação e esse material vai ser tramitado entre as secretarias para a validação interna e na no dia 14 de outubro, a espelho do que foi o processo do começo do ano, é uma reunião onde haverá a devolutiva da Secretaria. Já apresentar na Comissão para então ser submetido à consulta pública, no fim de outubro. Isso vai impactar que a gente ajuste o tempo da consulta pública, a gente estava prevendo começar no começo de outubro. Mas a ideia é que a gente faça até o fim do mês, para que a gente consiga se debruçar sobre as devolutivas durante novembro e dezembro. Então essa é a proposta de introdução de uma reunião a mais do plenário nesta dinâmica de elaboração do Plano de Ação. E do que eu tinha para apresentar era isso. Eu vou deixar de compartilhar a tela. E eu acho que é importante agora a gente abrir espaço para comentários, dúvidas e contribuições em relação a essa proposta.

Gabriela: Ainda não tem mãozinhas, mas eu peço para que vocês levantem se vocês tiverem ,só para gente ir monitorando a ordem. A Tha está com a mão levantada. Thaís, a palavra é tua.

Thaís: Anna, primeiro agradecer e parabenizar. A gente tem o Plano de Ação

tomando corpo e uma metodologia bem robusta, que deixa claro como já a priorização e o diálogo com a Agenda 2030 nos planos macros (PPE e Programa de Metas). E também dá visibilidade para aquilo que não teve esse foco no Programa de Metas, mas que a prefeitura faz. A gente sabe que o Programa de Metas não é tudo que a prefeitura faz, não é? E aí, só além desse preâmbulo, porque é um trabalho de fôlego, só contar para todo mundo, a todos os membros da Comissão, que a gente vai fazer... porque, assim, eu fiquei imaginando, a gente já tinha visto e até contribuído, então consegue acompanhar, mas é muito muita informação e algo super técnico, então que a gente pode depois partilhar essa proposta com todo mundo por e-mail, para que as pessoas tenham tempo de ver com mais calma. E que também amanhã a gente vai fazer uma reunião de trabalho com os coordenadores das câmaras temáticas, acho importante todos os membros da comissão saberem disso. Porque daí esse é o momento de tirar aquela dúvida mais fina: como eu registro isso, por exemplo, e aquele caso assim assado. E, também, algo que a gente passou a fazer esse ano, esse momento de encontro de todos os coordenadores, para potencializar isso que estava por exemplo na fala da Educação, da Miriã, da convergência.
Vou aproveitar para avisar que a gente tem 31 pessoas na reunião e 22 que assinaram a lista de presença até agora. Então, gente, no chat tem o link da lista. Mesmo quem está como observador, por favor, assine, que é importante a gente ter o contato de vocês, o nome completo, para manter esse vínculo.
Gabriela: Obrigada, Thais. Malu.
Malu: Oi, tudo bem? Posso tirar uma dúvida, na verdade rápida, é que eu acompanhei a discussão também, sobre algumas sugestões de ações ligadas ao farol de combate ao racismo, que é uma das agendas prioritárias também aqui de RI e também para a cidade. E eu só fiquei um pouco na dúvida se elas estão inclusas nesse Plano já ou se a gente vai trabalhar elas mais para frente. Se vocês pudessem me ajudar com isso.
Anna: A gente vai elaborar, então o conteúdo está sob discussão no âmbito das câmaras temáticas. Aí o que cabe avaliar qual é especificamente a reunião que cada Câmara temática vai debater a meta 17 do Programa de Metas para fazer essa convergência, evidenciar. E a gente tem metas na Agenda municipal 2030 que dialogam com ações de promoção internacional também, então a gente pode ver a melhor forma de correlacionar uma coisa e outra. Mas, sim, está em discussão, não tem absolutamente nada endereçado em relação a isso.
Gabriela: Aí, se eu puder complementar, Malu, a meta que dialoga mais com a questão do racismo. Na Agenda 2030, tanto a internacional, é uma questão, é uma lacuna, a gente tem pouquíssima abordagem em relação ao racismo. Essa é uma discussão que em várias vários momentos de discussão de Agenda 2030 surge como uma crítica. Na Agenda 2030 existe uma preocupação em promoção da igualdade de gênero, mas não existe uma preocupação do ponto de vista da promoção da igualdade racial. Essa é uma crítica recorrente. É a meta dentro da agenda internacional e da agenda municipal que mais dialoga com isso é a meta 10.2. Então, no âmbito da meta 10.2, você tem aí uma questão de redução das desigualdades, você tem aí uma meta bem abrangente falando sobre redução das desigualdades econômicas, onde aparece a palavra raça ou etnia e aparece aparece a questão racial. Então a meta que dentro da Agenda Municipal 2030 é a meta 10.2., que está sob discussão na câmara temática São Paulo Justa e Inclusiva. Então tem que consultar aquele calendário integrado que a Ana já apresentou, porque como ela dialoga com a meta 17 do Programa de Metas, como a Ana já colocou, a gente vai discutir ela por conta da perspectiva de gênero, então a gente com certeza vai discutir a meta 17 na Câmara Temática e a gente vai discutir muito a questão da perspectiva de gênero, mas mesmo na agenda municipal não está explícita, não está tão forte a questão da da igualdade racial. Mas de repente a gente pode incluir as ações no guarda-chuva dessa meta 10.2 da Agenda Municipal 2030. Então vale a pena conferir na no calendário integrado qual que é a data que que isso vai ser discutido. As reuniões são sempre às quintas-feiras.
Marta: Sim, é bom saber disso. Porque, Gabriela, o farol de São Paulo, um farol de combate ao racismo, não são ações pequenas, são muito fortes. Uma ação é a Expo Internacional que vai ser no dia 20 de novembro, então vai ser algo já a gente alugou os 10000 m² no Anhembi. Vai ser uma coisa muito grande, com vários pessoas de fora, tudo muito diferente do que costuma ser uma conferência ou coisa assim. E a outra vai ser o trabalho que a gente está fazendo junto com o Padula na Secretaria de Educação com os professores da rede pública, que também é alguma coisa de muito porte, que aí é um legado é 4 anos de trabalho de combate ao racismo. É com os professores, então, não é pouca coisa, é uma coisa forte que tem que estar explicitada porque a gente vai entregar, então seria legal e a Malu fica emponderada para acompanhar isso e poder ver se entrou, se não entrou, que ela acompanha tudo dessa questão do Farol. Obrigada.
Ergon: Olá, boa tarde! Me ouvem? Sim. Eu gostaria de parabenizar em primeiro lugar a produção desse plano de trabalho que a gente tem, porque foi tanto um esforço coletivo da construção das câmaras temáticas, mas a gente sabe o empenho que nossas servidoras públicas, aí, super heroínas, têm na construção desse processo todo. A gente tinha até comentado na última reunião da câmara temática Institucionais e Econômicas que o processo que a gente fez anteriormente para quem não teve oportunidade de estar aqui na outra etapa, ele foi muito nebuloso, porque a gente não sabia muito bem o que que atendia. Resultado: a gente foi discutindo, debatendo, desenhando, rescrevendo, eu não sabia muito bem onde a gente ia chegar. Mas eu acho que a gente tem muito mais norte para seguir agora, a gente

já até um formulário, já entendi como que articula com o Programa de Metas e com o PPA. Então eu gostaria de parabenizar.
E eu também queria trazer uma provocação, uma reflexão aqui, no seguinte sentido, como um acadêmico de gestão de políticas públicas: tem que trazer atenção a um ponto da etapa do ciclo de políticas públicas, porque a gente tem a observação da agenda de formulação da política pública, implementação e avaliação. A gente está num processo aqui evidente de construção, de formulação de quais são essas políticas. Mas eu tenho sentido uma preocupação muito grande de que eu acho que é algo que precisa partir desde já para já compor esse processo de formulação, que é a avaliação, a implementação dessas políticas públicas. A preocupação e a reflexão que eu queria trazer aqui para vocês, que eu acho que a gente discute aqui mas é algo que a gente constrói esse calendário até o fim do ano, é que a gente precisa pensar em quais vão ser os mecanismos para que uma vez isso formulado, a gente implemente isso de fato. Porque senão, a gente ficar debatendo coisas abstratas, genéricas, a gente fala que a gente vai construir um mundo belo com as estrelas brilhantes, porque eu não duvido aqui da boa vontade de todo mundo. Mas eu queria trazer essa preocupação para que a gente já na construção desse processo de formulação, já que a gente está disputando Programas de Metas, que a gente está relacionandoo com o PPA, a gente tenha na própria construção do texto mesmo indicadores que articulem com a materialidade. Essa meta específica que a gente está falando, por exemplo, de redução da desigualdade de gêneros como que a gente vai fazer um processo de acompanhamento dessa meta? Qual a Secretaria que vai estar próxima desse processo todo? Quais são as etapas para isso acontecer? Então eu acho que é algo que a gente precisar tornar o mais material possível, para que a gente inclusive tenha condições de tanto sociedade civil cobrar o poder público, quanto o poder público poder executar. Porque, se não, chega lá uma bomba, um monte de coisa abstrata na mão do poder público, e o poder público fica refém de meta abstrata que às vezes nem faz tanto sentido.É algo que eu queria reforçar aqui pra gente conseguir maturar nessa e nas próximas reuniões, para que no conteúdo já escrito dos nossos planos de ações, a gente tenha previsto qual que vai ser a materialização, por meio da implementação dessas políticas.
Giovana: Anna.
Anna: Acho que a Gabi levantou antes. Pode falar, Gabi.
Giovana: Não, para mim aparece você primeiro, por isso que eu falei, você levantou primeiro, Anna.
Anna: Está bom. Essa foi a nossa principal preocupação. A Agenda Municipal 2030 é uma diretriz, a gente sempre fala disso, é um objetivo, uma visão de mundo, tanto que por isso a gente teve que informar lá metas, indicadores, precisamente porque eles recortam o compromisso. E a nossa preocupação ao criar essa estrutura foi justamente que as ações entreguem resultados. Elas se constituem quase como as etapas para que aqueles indicadores sejam implementados, então por isso a nossa preocupação por identificar quais os indicadores que a gente está priorizando, porque eles recortam a meta municipal. Eu vou projetar aqui a minha tela de novo, mas agora o Excel, para a gente falar em cima da mesma informação. Então a gente vai ter uma meta muito macro, diretrizes, visão de mundo, que está sendo recortada pelo Programa de Metas de tal forma ou pelo PPA de uma outra forma. E aí o nosso recorte vai ser a partir dos indicadores que a gente está entendendo que a gente está priorizando, então a gente vai investir no enfrentamento daquela visão de mundo entendendo que a prefeitura tem condição de se comprometer com esse indicador e a ideia é que a formulação da ação não seja uma diretriz genérica, porque a gente já esgotou as nossas possibilidades nesse sentido. Mas seja justamente a formulação da etapa para a consecução daquele atingimento. Então vou dar um exemplo mais concreto. A gente fez os exemplos 1, 2 e 3, mas preenchido com temas, vocês vão ter essa informação depois para manipular, é muito mais fácil. Então a meta é garantir o acesso a todos à moradia, que é uma visão de mundo, está dialogando com tais metas do Programa de Metas, vai aparecer em tal programa do PPA, em tal objetivo estratégico, os indicadores da Agenda, a questão de governabilidade da prefeitura são número de famílias beneficiadas, número de unidades entregues, número de unidades habitação de interesse social licenciadas. Então isso dá um recorte para o que que vai ser a ação da prefeitura no quadriênio. E a ideia é que as ações sejam revisar a portaria x, avançar na implementação do sistema habitacional y, muito a espelho das iniciativas do programa de metas, mas aprofundando elas porque as iniciativas do Programa de Metas têm uma outra estrutura. Então a ideia é que, isso é bem importante, esse alinhamento geral, porque aí as secretarias em conjunto com os membros da Câmara façam um esforço de preenchimento desse detalhamento a partir do que já tem previsto, mas formulando qual que vai ser a Entrega esperada a partir do processo. Então apesar da gente não ter claro o fluxo do monitoramento, como é que vai ser o sistema de reporte de informação, a gente tem clareza que a gente precisa formular ações que sejam monitoradas.
No caso 3,onde a gente não tem um indicador a ser priorizado, porque a agenda tem uma estrutura diversa, no sentido de governabilidade da prefeitura, então a ideia é que as ações sejam formuladas também nessa estrutura. Então é implementar o compromisso x do plano tal, é sancionar a lei, enfim, acho que preciso avançar nesse debate, mas é exatamente essa forma que a gente pensou. De formular as ações para que elas sejam factíveis de monitoramento.
Gabriela: Acho que eu só queria complementar, Anna já detalhou bem, mas a primeira preocupação que apareceu na hora em que a gente começou

a discutir ações foi que a gente precisa ter uma estratégia de monitoramento dessa ação. Então precisa ter um marco de atingimento, não dá pra gente colocar uma ação que é uma grande intenção. "A gente gostaria de melhorar os serviços". E o que que isso quer dizer? Como que eu verifico se isso foi feito ou não, se eu melhorei ou não os serviços? Então é super importante a sua fala, Ergon, porque é justamente por isso que essa seção existe, do marco de monitoramento, que é como que essa ação tem que ser concreta a ponto de ser possível que eu identifique exatamente quando foi feito, o que que foi feito. Então é essa concretude que a gente quer para as ações do Plano de Ação da implementação da Agenda 2030. A outra coisa da questão da responsabilização pela pela ação, é o nome da Secretaria ali. Quando você pega os indicadores da Agenda, uma coisa que a gente conversa bastante internamente, a gente tem na planilha de indicadores da Agenda 2030 o nome da Secretaria responsável pela produção daquela informação ou pelo monitoramento daquela informação. O que é uma coisa completamente diferente. A primeira vez que a minha coordenadora, Ariane, olhou a planilha, ela falou: "Meu Deus do céu, SMADS está responsável acabar com a pobreza no município de São Paulo, é isso?". A responsabilidade, eu falei, é SMADS fornecer as informações necessárias para o monitoramento desse aspecto, a questão da pobreza e da extrema extrema pobreza no município de São Paulo.

Então uma coisa é indicadores. Na planilha de indicadores, a Secretaria responsável está responsável pela produção da informação. Nessa, no Plano de Ação, a Secretaria responsável está responsável pelo desenvolvimento daquela ação dentro desse prazo dentro dos 4 anos, com aquele marco de atingimento previsto para que a gente possa perguntar: e aí, você fez? O papel do monitoramento, é claro, é também apoiar, entender por que que não fez, caso não tenha feito. Mas pra gente conseguir estruturar o monitoramento, depois que a gente terminar, esse monitoramento que vai ser feito pela Secretaria de Governo, mas também vai ser feito com vocês, então como que vocês, Comissão, vão checar ou vão participar desse processo de monitoramento se vocês não souberem exatamente o que significa atingir aquela ação, exatamente o que significa aquela ação estar concluída ou não? Vocês têm como de fato materialmente aferir se aquilo foi feito ou não? Era isso era, só uma complementação de que a gente pensou nisso na hora de elaborar o Plano de Ação e que eu concordo com você integralmente.

Giovana: Eu venho, agora, porque me inscrevi. Eu quero complementar essa fala toda, também quero agradecer o trabalho das meninas, a gente vem olhando isso e trabalhando juntas num grupo nosso - RI, Secretaria do Verde e Governo. Parabéns, Ana e Gabi, muito obrigada por trazerem dessa forma tão clara toda a metodologia. E quero dizer que minha fala vai muito de encontro da sofisticação que esse instrumento dá para o munícipe a

leitura da Secretaria responsável, eu acho isso um avanço incrível. E quero dizer também, por conta da fala da Miriã, da secretária e da Malu. Um exemplo: nós na Secretaria do Verde, na UMAPAZ, estamos criando um programa das Escolas Sustentáveis e a gente já trabalha com educação ambiental, cultura de base, educação para a sustentabilidade há muito tempo. E a gente oferece desde 2019 cursos sobre branquitude e racismo. Então a gente também contribui. É extremamente importante para o munícipe entender a política, a formulação, a implementação e o monitoramento da política e entender aonde pode colaborar, porque sem essa localização fica muito difícil. A gente precisa da construção e da participação do munícipe nos nossos processos, isso é fundamental quando a gente fala de políticas públicas. E aí, Miriã, na última reunião de da nossa CT Educacionais, a gente falou da questão, a gente mencionou lá a questão da importância de programas de educação anti racismo e aí a gente vê que às vezes a gente não imagina, mas no município e em outros lugares isso está acontecendo. Então colocar todo mundo junto organiza, dá um volume, uma robustez maior para o processo.

Thaís: Quero dizer primeiro que a gente está sentindo falta do Ergon lá na CT Educacionais, nos abandonou, contribuía muito. E chamar atenção, acho que eu vou dizer de novo em outras palavras o que as meninas disseram, mas é que é tão importante a sua pergunta que eu quero dizer de novo. A Gabi inclusive falou a gente vai perguntar se a ação foi feita. E eu acrescento que a gente vai perguntar e vai contar, a gente também vai prestar contas para a sociedade deste Plano de Ação. E a ação é aquilo que a sociedade consegue perceber, porque ela é concreta, foi feito não foi feito, a Entrega mais para o cidadão mesmo. Para o cidadão indicador não é algo compreensível. E você começou sua fala, Ergon, dizendo que fez gestão pública. Mas para quem não fez, só o nome indicador já assusta, e os nossos indicadores tem alguns que são muito complexos, não tem jeito. Então só para chamar atenção que a gente vai ter esse desafio dos dois níveis de monitoramento e prestação de contas: aquele, sim, mais técnico, dos indicadores que estão lá, que a Anna falou que são 545. Todos os que são de incumbência da prefeitura a gente consegue medir no Observa Sampa e tem todo um trabalho que está sendo desenhado, que mais para frente a gente vai trazer mais detalhes, mas vai estar lá no Observatório de Indicadores da cidade. Esse é um aspecto super importante. Mas tem um outro, da ação concreta, que é um marco que se esgota numa entrega, às vezes, mas é a Entrega super importante, é aquela que vai contribuir para o indicador. Mas às vezes a população nem vê isso. É o concreto, a ação, que a gente consegue engajá-la. Então é só para acrescentar o prestar contas, também. E aí agora reforçando lado da das secretarias, no Programa de Metas há iniciativas que foram inclusive sugeridas para Governo, mas não cabe tudo, então não não entraram, mas têm total relação com a Agenda

2030 e agora vão aparecer com uma iniciativa. Isso fortalece a articulação intersecretarial porque daí o Governo perguntando, ganha força. Estou na UMAPAZ, na Coordenação de Educação Ambiental do Verde e Meio Ambiente. A Giovana falou, a gente tem iniciativas ligadas por exemplo à parceria com a Secretaria Municipal de Educação de contribuir com a educação ambiental na Rede Municipal de Ensino. Isso pode aparecer, porque vai ser feito, porque é uma ação forte, e aí aparecendo no âmbito do Plano de Ação, Governo nos pergunta periodicamente, isso fortalece também articulação interna em cada Secretaria. Então é bem importante essa etapa. Então só para chamar atenção, a Ana propôs uma reunião a mais, acho que é importante a gente também dizer "concordamos". Fazer um registro de que está aprovado, até porque daí a gente tem que incluir isso lá no site. Um momento de propaganda, de novo: a página da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 está atualizada no site do Verde e Meio ambiente, que é um dos locais de referência, com as atas, com agenda, com link para participar. Ajudem a divulgar essa página.Essa reunião está sendo acrescentada porque nasceu essa etapa também de validação com os Gabinetes, porque você vai ter o nome de cada Secretaria, é uma ação que eles estão realmente se comprometendo, então é importante que também passe pelos gabinetes. Então só para dizer que realmente está bem amarrado e é uma oportunidade de dar luz para compromissos importantes.
Gabriela: Muito bom Thais. Alguém coloca o link no chat do grupo, porque está organizadinho. Estava desatualizado, cada vez que alguém me perguntava: cadê, quem são os membros da Comissão ODS, quais são as organizações da sociedade civil que fazem parte, eu tinha que ficar caçando o documento.
Giovana: Alguém mais gente gostaria de fazer alguma contribuição para a gente poder ir para o próximo ponto? E celebrar aqui a aprovação? Acho que a gente considera então aprovada a metodologia não é? E a inclusão da reunião de outubro. Então passamos para o próximo ponto. Malu, acho que agora é com você.
Malu: Acho que posso começar. Está bom? Acho que já está aparecendo, né? Pessoal, uma tarde a todos e todas. Eu queria compartilhar com vocês, bem brevemente, um evento que a gente está planejando aqui pela Secretaria de Relações Internacionais para o ano que vem. Então a ideia é explicar esse o conceito do evento, todos os pontos que a gente está pensando, e claro poder contar em todo o processo de organização e de construção coletiva e colaborativa dessa agenda com vocês que têm uma super experiência, estão super por dentro dos desafios para que a gente consiga atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na cidade. Bom, então a Virada ODS, a ideia é que a gente faça um evento anual como uma programação de 3 dias no fim de semana que começa na sexta e vai até o

domingo por toda a cidade de São Paulo. Então com isso a gente quer sensibilizar a população sobre a ideia. Só para explicar também o nome, a logo, a gente quer que essa sigla ODS, ess abreviação, as pessoas pensem nisso e já saibam do que se trata. A gente tem vários benefícios de fazer essa Virada, então aqui tem uns 4 principais. É uma oportunidade para a gente conseguir visibilidade internacional, tanto do ponto de vista para o que nós aqui em São Paulo estamos fazendo, e conseguir novas parcerias, financiamento. Sim, uma série de oportunidades para a cidade e também, claro, trocar experiências com o que está acontecendo no mundo em direção a essa Virada. E tem um simbolismo, também, no nome da Virada. Tem dois principais que eu queria destacar, que no começo, antes de seguir, a gente também se inspirou na Virada Cultural que já é super consolidada porque a Virada Cultural consegue parar a cidade e atingir as pessoas. De outro, então, a gente quer promover também esse efeito para que as pessoas consigam ser atingidas de alguma forma, parar a cidade por 3 dias, mas com um objetivo diferente que é a gente trabalhar os ODS. Também virada porque ela simboliza uma virada de chave, né, então uma virada rumo a esse futuro sustentável, inteligente e inclusivo. Que São Paulo, assim como milhares de outras cidades, está trabalhando para essa agenda. Outros benefícios de a gente realizar essa virada é também o impacto local, vocês vão ver nas ações que eu vou apresentar que a gente quer sair, descentralizar, que não é só um evento, mas uma jornada, com transformações sólidas na cidade. Eu vou apresentar depois mais detalhes. Sensibilizar a população que seria o terceiro benefício é algo que a gente tem observado, né? Em outras cidades que quanto mais a população se engaja, entende, está consciente, mais rápido a gente consegue avançar nesse futuro. E em uma conversa recente que a gente teve com o Jorge Abrahão, inclusive ele chegou a comentar aqui que na Comissão Nacional pelos ODS foi feita uma pesquisa em que apenas 1% da população brasileira sabia o que era ODS. Mas só pra gente ver o tamanho do desafio, né? E por fim o último benefício que eu queria citar é a gente conseguir construir cada vez mais, que a prefeitura já tem feito isso, mas que a gente intensifique essa cultura participativa e de inovação na cidade. O que também tem a ver com as nossas principais ações, que são essas 6, eu vou passar um pouco por cima do conceito, do formato e da visão geral de cada uma delas. E eu queria já deixar de antemão avisado que existe muito espaço para a construção conjunta e a gente vai precisar muito da colaboração de vocês.
Bom, o primeiro eixo é a conferência. Então a gente entende que isso é um dos eixos principais e a ideia que a gente tenha uma conferência principal e outras várias um pouco menores, mas não menos importantes, espalhadas por toda a cidade. Então aqui tem alguns detalhes da conferência, vou passar por cima desses detalhes, de como vai funcionar, que horas que acaba, em outro momento a gente pode discutir esses detalhes. Mas

a ideia que tem uma conferência durante 3 dias. A gente está prevendo realizá-la no Ibirapuera, com uma média de 800 a 1000 pessoas circulando por dia nessa conferência. Aqui são os principais eixos, a gente fez essa de visão pelo menos por enquanto, talvez sofra mais alguma alteração conforme a gente for fechando a programação. Mas a gente condensou esses esses 5 eixos, também está bastante alinhado com o que a gente vem trabalhaando aqui, a forma de divisão das comissões de trabalho. A ideia é que a conferência central tenha esse público alvo de gestores públicos, representantes de cidades, de redes e organizações internacionais, de empresas, instituições do terceiro setor, professores, empreendedores, ativistas, líderes sociais, políticos, estudantes, jornalistas, entre outros. Então é um público que a boa parte dele vai ser convidado. E a conferência pela cidade ela também vai contar com palestrantes, convidados de peso, referência na Agenda 2030. Só que ela tem uma pegada também cultural. Então quer dizer que a conferência acontece, mas também tem feira, também vai ter exposição, vai ter cine debate, apresentações culturais. Para vocês verem que a gente teve o cuidado de ter pelo menos um polo da conferência em cada um das 9 regiões administrativas da cidade, conforme o mapa da própria SPTrans. Então o público alvo nesses 9 polos são as lideranças ali da comunidade local, os professores, os alunos, os estudantes, artistas, ativistas, empreendedores, entre outros.

Bom, passando para os próximos pontos, é o hackatona. Para quem não conhece, é uma competição de inovação e tecnologia, ela geralmente acontece no formato de uma maratona. Por a nossa proposta aqui é que ela dure durante toda a virada. Começa na sexta e vai até domingo. A gente tem grupos, a gente também vai trabalhar os 5 eixos, a ideia que tenham 5 grupos para trabalhar cada um dos eixos da Virada. Então eles vão competir e criar soluções inovadoras e disruptivas para os problemas apresentados. Então aí tem um pouco do formato de como funciona, tem os jurados, equipes dos mentores, os coordenadores, aqui também tem todo o cronograma. Então a ideia é sair com 5 projetos, que serão validados e a gente consiga escalá-los no futuro. O prêmio vai ser o investimento para que eles consigam executar.

Indo para o próximo, o terceiro eixo, da cultura. Como todo mundo sabe, eu imagino que todo mundo concorda comigo, não tem como a gente fazer uma transformação tão grande como essa sem cultura, sem uma participação forte em todos os sentidos da cultura. A gente está pensando em usar os CEUs para a realização da conferência e da Virada nesses polos, o central no Ibirapuera e no centro, na Praça das Artes, são os lugares que a gente está prospectando. Dentro das atrações a gente tem a Expo ODS, a ideia que a gente bole uma exposição, que ela vai estar inicialmente nesses polos da Virada, mas depois ela circula pela cidade. Então tem algumas sugestões de elementos, visualmente vocês conseguem observar. Mas a ideia é que a gente desenvolva isso com alguns artistas. no decorrer dos dos próximos meses, a gente está indo atrás da viabilização disso já. É o cine debate como a ideia que a gente também use o espaço da SP Cine com uma curadoria especial de filmes para essa Virada e que dure também pós Virada, que fique aí mais 1 mês pelo menos em cartaz. Mas que durante a Virada a gente vai promover essas discussões com convidados especiais também após a exibição dos filmes. A gente também está está com a ideia de preparar um kit para distribuir para as pessoas que participarem desses debates, para levarem para casa. Bom, a gente também quer ter uma agenda de shows. A ideia é que no sábado a gente tenha é pelo menos um grande show nos espaços dos polos, para abrir, pra atrair público para a feira, para estar em contato com com esse conteúdo. E a gente está planejando ter um grande show de encerramento, talvez no Anhangabaú, ainda não está validado o lugar, mas vai ser mais ao centro esse show do domingo. A ideia é que sábado tenha shows espalhados e no domingo a gente tem um grande show de encerramento em uma região mais central da cidade. E por fim, acho que já é o último ponto, da parte da cultura, é um ponto super especial, a produção de um documentário. A ideia não é só fazer um documentário que documente o evento da Virada aqueles 3 dias, mas que represente a virada de chave de São Paulo rumo a esse futuro sustentável, inteligente e inclusivo. Mas não só também da cidade de São Paulo, nosso objetivo é fazer um documentário internacional em que a gente aproveite os convidados que vão estar na Virada para fazer uma série de entrevistas e também algumas produções que a gente possa produzir até localmente nas cidades, em outros países, para que a gente mostre que esse é um movimento o global, uma agenda, que a gente tem pouco tempo para atingir objetivos tão desafiadores, mas que a gente não está sozinho e por isso mesmo que a gente vai conseguir. Então a ideia é mostrar essa maior e mais rápida transformação na história da humanidade que a gente está querendo e trabalhando para promover.

Bom, outro eixo da nossa Virada é um programa para embaixadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse programa é inspirado nos Embaixadores da Juventude da ONU, que já existe, e também os Agentes de Governo Aberto. Foram nossas inspirações para criar um programa específico para os multiplicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na cidade. Então a ideia é que a gente durante um ano, a cada ano, selecione cerca de 110 a 120 novos embaixadores, que vão passar por um período de formação, de curso de imersão na Agenda e depois nos próximos meses do ano em que ele está como embaixador, atuando como embaixadora, a ideia que eles desenvolvam uma ação com as escolas aqui da da rede pública de São Paulo. Nesse programa o nosso público alvo são adultos de 18 a 59 anos, um perfil ativista de liderança, que querem fazer a diferença. Então a gente vai estar pensando nesse programa, ainda em

construção, então a gente vai gostar de ouvir considerações.
E vou passando para, faltam só 2, estou preocupada com o horário. A Expo, diferente daquela em que eu apresentei anteriormente, a gente quer fazer uma Expo de negócios também, com recortes dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável. A gente está pensando em aproveitar mesmo um espaço ali no Ibirapuera, junto com a conferência, e tem 3 pilares essa Expo. Então um pilar é o da rodada de negócios, que é o primeiro quadrado. A ideia aqui tem aquela pegada de tirar as coisas do papel. A gente quer aproveitar para reunir empresa, terceiro setor, representantes cidade, Câmara de Comércio, consulados, enfim, entre outros atores, ecossistemas diversos. A gente está organizando essa Expo em parceria com a São Paulo Negócios. A discussão dentro das empresas com essa governança ambiental social corporativa que está super ligada aos ODS. E por fim a gente quer fazer pitchs, que é diferente da conferência, mais um é um é como se fosse uma palestra, um espaço para networking, mais voltado para os negócios dentro do espaço dessa Expo. Então esses são os 3 pilares.
E para fechar a premiação, o prêmio SP ODS. Por enquanto tem essa 5 categorias: a primeira o são os vencedores da hackathona, 5 grupos, 5 temas e a ideia que a gente consiga ter 5 premiações e 5 projetos que vão ser acelerados, fomentados aqui na cidade de São Paulo. O segundo prêmio é o da escola, ideia é reconhecer escolasque estão trabalhando com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aqui na cidade de São Paulo. E por fim a gente tem a categoria de empresa, o projeto social, a gente deu esse nome para que fique bem abrangente. Independente se é uma ONG se é um Instituto, enfim, organização do terceiro setor. Como prêmio, além do reconhecimento, a gente está planejando uma viagem também para o exterior, pra uma cidade parceira, pra também a aumentar ainda mais nesse conhecimento, essa troca de experiências voltada para Agenda 2030. Acho que agora acabou, gente, é isso, é bastante coisa, então eu tentei passar um pouco rápido. Imagino que talvez tenham ficado algumas dúvidas, algumas questões. Mas é isso, então agora acho que é um momento também para gente conseguir conversar.
Giovana: A gente tem uma listinha já de pessoas querendo trocar ideia, Malu, a gente tem o Zysman,a depois a Kaísa e a secretária. Vamos nesta. Zysman.
Zysman: Boa tarde a todos que não cumprimentei ainda, todas. Eu até coloquei no chat os meus os meus dois questionamentos ou sugestões, mas eu posso apresentar novamente aqui. É eu estou estranhando um pouco uma proposição de uma Virada, acho interessante sempre o formato, nossa sociedade tem uma tradição imensa em viradas, né? Mas nós temos uma virada chamada Virada Sustentável, que já está na décima edição, ela tem um evento que ocorre em 5 semanas. Eu não consigo entender como é que a gente vai fazer um outro evento independente, sendo que a gente tinha a possibilidade de fazer em parceria, quer dizer a Virada ODS dentro da Virada Sustentável ou vice-versa. Quer dizer uma iniciativa fortalecer a outra, uma da sociedade civil, outra da prefeitura, e as parcerias sempre são possíveis. A gente fica dividindo forças em eventos enormes para discutir temáticas comuns, isso pode distrair, de certa forma, a população, que é o público alvo nosso, quando nós poderíamos concentrar os esforços fazer um único evento numa única data. Então acho que a gente podia pensar em tentar fazer o contato com o pessoal da organização da Virada Sustentável, do qual a prefeitura é parceira já. E segundo que do jeito que foi apresentado aqui, a programação toda, nós vamos todos juntos aqui elaborar esse evento, só que o evento ocupou aí quase meia hora de apresentação, todo dia amarrado e montado já, não consigo entender como é que se elabora um evento participativo se ele já vem pronto desse jeito que estão fazendo aqui.
Malu: Eu gostaria de responder os comentários. Vamos lá, Zysman, primeiro, assim, a gente tem um formato do evento, que a gente planejou, estudou, conversou com várias pessoas para chegar a essa conclusão. O que falta fechar são justamente o ponto que você trouxe, as parcerias. Por exemplo, a conferência, a gente está conversando, começou a conversar, com o Instituto Cidades Sustentáveis, para organizar em conjunto. A gente está pretendendo também falar com a Virada Sustentável, entre outros parceiros. E a ideia de justamente apresentar para vocês é que a gente construa toda a programação, os convidados, os temas, tema da Expo, então tem um universo de coisas pra gente construir em conjunto. A única coisa que a gente fez foi pensar esse formato inicial para já que chegar com algo um pouco mais organizado, não só uma ideia, mas tem infinitas possibilidades para que a gente construir parcerias. Agora a partir do mês de julho a gente começa a marcar essas reuniões, a gente nos últimos meses vai fazer esse planejamento.
Giovana: Posso passar para a próxima inscrita? Tudo bem, Zysman? Kaisa, depois Ergon.
Kaisa: Oi. tudo bem? Kaisa, do IAB.Eu amei a ideia, eu sou muito interessada em viradas. É vocês vocês sabem, eu moro no extremo leste aqui de São Paulo. Os CEUs são nossos queridinhos aqui. Acho que a minha única questão é vocês conseguiram comunicar todos os eventos para todas as cidades. Eu sinto que esses eventos acabam acontecendo aqui, e as pessoas acabam sabendo quando terminou já. Então eu me proponho a ajudar, caso vocês queiram. Eu concordo com o Zysman em alguns pontos. Mas eu acho interessante também a prefeitura abraçar um pouco essa essa questão da Virada, tanto nas premiações como na apresentação de projetos, porque está um pouco dissociado, né, tanto a Virada Cultural quanto a Virada Sustentável. Então eu acho legal, eu gostei dessa apresentação, bastante, abraçou São Paulo inteira. Só que eu acho legal que essa comu-

nicação, ela seja ampla e ela abrace mais pessoas, ela tem que ser muito diferente de um grupo para outro grupo, porque se não, não vai rolar. Tem que chegar em mais faixas etárias, e o CEU faz isso muito bem. Se precisarem de ajuda, é só chamar.
Malu: Obrigada, Kaisa. Com certeza a gente vai querer ajuda, a gente pode marcar uma conversa futura pra gente pensar essa parceria para a Virada. Vai ser super importante. Com certeza você trouxe um dos principais desafios na sua fala, para essa virada, que é a comunicação, que é como a gente convida, como que a gente engaja a população, não só para participar do evento em si, mas como esse evento vai impactar a vida das pessoas e a vida da cidade. Então esse é um dos nossos principais desafios, a gente está desde já também pensando. Ainda não está pronto, então acho que quando tiver a gente pode fazer uma discussão do que a gente está pensando de plano de comunicação. Para que a gente consiga dialogar com as diversas São Paulo que existem dentro dessa cidade. Como você viu no mapinha, a gente tem uma preocupação muito grande de levar o evento para as pessoas, a gente sabe que não é todo mundo que consegue ir ao centro. Você falou sobre online, vai ter online, a gente vai ter um aplicativo da web, para que as pessoas consigam acessar toda a programação, quem não puder estar presencial também vai poder acompanhar online. Também é um dos nossos desafios, a gente tá planejando isso desde já, então se estiver ideias, considerações, a gente é pega o seu contato e a gente pode seguir marcando também para conversar especialmente com vocês. A ideia é que a partir de agora, de julho, que a gente já tem um formato pré-definido, seguir para fechar essas parcerias e fazer acontecer.
Giovana: É isso? Então, agora é o próximo é o Ergon.
Ergon: Opa, eu queria antes de fazer os comentários, colocar à disposição pra gente reunir com a diretora da EACH, porque ela está muito bem localizada, bem no Jardim keralux. Então a gente consegue tanto envolver a comunidade, quanto eu acho que é tão mais logisticamente inteligente ali para a comunidade, os estudantes do o curso de Gestão Ambiental também, que dialoga muito com a pauta dos ODS. Acho que dá pra ter essa relação sociedade academia, enfim, acho que casa muito bem. Muito bem, queria fazer três comentários aqui. O primeiro, eu queria entender como que está a questão do orçamento. Eu já trabalhei em secretaria, fui estagiário, acompanhei de perto a Virada Esportiva. Eu sei que o orçamento, ele às vezes está definido, mas chega na hora tem modificação, precisa fazer a captação público privada, enfim.O segundo ponto, quando eu estava na Secretaria de Esportes como estagiário, a gente aproveitou a Virada Esportiva para poder no próprio ambiente fazer um levantamento ali de opinião pública da população sobre quais atividades deveriam ser promovidas nos respectivos centros esportivos. Então o que que eu quero dizer com isso, a gente aproveitou de um contexto das pessoas aglomerando, estando ali presentes, para poder pensar que tipo de política pública a gente elabora. Aqui a gente não está falando de uma secretaria específica, a gente está falando de uma pauta mais ampla. Mas eu queria tanto trazer uma provocação quanto uma reivindicação, que inclusive imagino que os colegas vão concordar, que a gente pode utilizar desse espaço da Virada, seja Virada ODS, seja Virada Sustentável, para dialogar com a população, para fazer uma consulta mesmo, para entender alguma questão. É claro que a gente precisa maturar qual que é essa questão, que tipo de consulta a gente faz, mas a gente está aqui falando tanto desde do ano passado como que a gente faz para a Agenda 2030 se relacione com a população, como que a gente coleta a opinião das pessoas dos municípios de São Paulo, então eu acho que a gente precisa aproveitar do contexto da Virada ODS para sistematizar para poder coletar a opinião da sociedade civil, para conseguir consultar e para conseguir pensar como que a gente inclusive envolve mais, fazendo uma arena pública aberta contínua desses dias de evento, como se fosse uma audiência. E um terceiro ponto, eu queria entender o que que vocês já visualizam da participação da Comissão na construção desse processo, entender também que etapas, como que a gente pode se envolver, porque eu acho que o mais interessante é a gente pensar a formulação, da gente pensar esses processos todos, hora também mão na massa acompanhando, colaborando, estou querendo entender o que que vocês pensam a participação da Comissão, não só o poder público, mas a própria sociedade civil enquanto Comissão presente nesses espaços.
Malu: Está ótimo. Então, vamos lá, os três pontos. Primeiro ponto, sobre o orçamento, a gente está prevendo sim um orçamento da nossa Secretaria para realização desse evento. Mas a gente também está prevendo fazer uma captação com patrocinadores. As porcentagens a gente ainda está estudando, a viabilidade. Sobre essa ideia que você deu, achei excelente, gente já estava pensando em um espaço, como eu falei, vai ter aplicativo, uma plataforma específica para Virada, a gente já tava pensando em coletar os feedback, os comentários, aprendizado. A gente vai fazer um documentário da Virada, em que a gente vai gravar entrevista, a gente vai falar com as pessoas que vão estar lá. Então isso a gente já estava prevendo. Mas você deu uma ideia agora que eu achei legal, que a gente pode estudar um pouco melhor, de fazer um survey, uma pesquisa. Eu acho que com certeza pode ser uma oportunidade para a gente desenvolver um estudo também durante esse evento. Então achei muito boa contribuição, a gente vai pensar melhor. E sobre a participação da Comissão, bom, primeiro, como você já trouxe, todo mundo aqui. tanto quem está representante do governo ou da sociedade civil, de outras organizações, que quiser, pode me chamar pra gente pensar melhor. Sinalizar “eu tenho interesse em participar em tal local, em construir a programação”. Enfim, está super aberto, super livre esse espaço de construção, mesmo. Agora da comissão eu

acho que seria legal; estou aqui super à disposição para a gente marcar reuniões individuais, com grupos e seguir conversando, também aqui nas próximas reuniões, mesmo, da Comissão, conforme isso for avançando. Com certeza contar com um olhar de vocês, com a experiência de vocês, para que a gente faça uma programação super potente para essa Virada, vai ser excelente. Então acho que é essa a principal coisa que a gente está esperandoo.
Giovana: Secretária.
Marta: Primeiro, parabenizar a Malu da ideia, ter conversado comigo, e eu achei que era sensacional. Porque, gente, ninguém sabe o que é esse raio de ODS, pergunta para um vizinho ou para seus filhos "Você sabe o que que é ODS?". Então a primeira coisa que nós temos que ter na cabeça é que tem que vir isso, tem que popularizar o termo, as pessoas têm que entender o que é ODS para poderem depois saber os caminhos. Malu teve a ideia de fazer a Virada. O povo já sabe o que é virada, então vai ter Virado ODs. Quando alguém diz que a programação está acabada, está pronta, não não está. Malu é competente, ela fez isso falando com um monte de gente, conversando há meses. E foi trazendo, eu falava uma coisa, mas colaborei muito pouco, o mérito é todo dela. Então vocês têm que entender que isso vai ser 9 de abril, que ela fez um arcabouço, porque a coisa que eu mais detesto, porque não funciona na minha experiência de vida, é por 300 pessoas falando como é que tem que ser. Não, traz um arcabouço, gente, e aí a gente mexe nesse arcabouço à vontade. A coisa é em abril, a gente tem que começar a mexer agora.E a Malu é a pessoa mais cabeça aberta e generosa que eu já vi em no sentido de ter tempo para tudo, de ajudar todas as colegas quando precisa de não sei o quê, porque ela é boa dessas coisas, viu.
Vocês falaram que já tem Virada Sustentável, mas tem que lembrar que a Virada Sustentável é da ONU, e o que nós estamos fazendo é da ONU, gente, agrega, nós temos pegar o nome que é internacional e viralisar como negócio muito bacana que São Paulo está na frente. É isso. Então se sintam muito à vontade para ajudar a melhorar, para ajudar a fazer entrar na cidade inteira, vital que entre na cidade inteira e a Malu sabe disso.
Marlene: Olá, pessoal. Eu acho que eu já até fui contemplada na fala da secretária, mas eu só queria acrescentar que divulgar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é uma responsabilidade nossa, né? E eu eu tento fazer isso da melhor forma possível, mas não é fácil, é um tema muito profundo. E quando a gente pergunta para as pessoas, muitas pessoas realmente não conhecem, então eu acho uma grande oportunidade. Talvez a gente ganhe forças e como vocês acabaram complementando, a gente vai ter espaço para conversar mais para frente sobre isso, eu acho que a divulgação precisa existir porque o desconhecimento ainda é muito grande sobre um tema tão importante. Malu, parabéns pela pela apresentação, pela iniciativa. Acho que a gente vai ter muito trabalho pela frente. É isso.

Malu: Obrigada, Marlene. Bom, é isso mesmo. A ideia é que a gente agora consiga construir toda essa programação. E eu aproveito para finalizar, não sei se mais alguém está inscrito, mas reforçar a importância de que a gente não deixe passar nada que é importante. É preciso estar lá de acordo com as nossas metas, com o Plano de Ação. Ainda falta conversar com muita gente para que a gente consiga fazer uma programação que contemple todos e que a gente consiga gerar um impacto que a gente quer.
Giovana: Só complementando, o Zysman colocou aqui no chat, eu já te passo a palavra, Gabi, que a Virada Sustentável não é da ONU, é uma iniciativa da sociedade civil de São Paulo, André Palhano é o coordenador.
Marta: A parceria com a ONU, sim, ela tem esse nome em São Paulo. Mas é uma parceria da ONU, nós não estamos fazendo nada contra o que a Virada Sustentável simboliza em São Paulo.
Giovana: Sim, são complementares, é potente. É uma grande potência para São Paulo, acho que isso que é o importante. O André Palhano é nosso conselheiro na UMAPAZ, se vocês precisarem a gente pode facilitar essa conversa.
Malu: Legal, Giovana, a gente estava esperando esse momento até de apresentar para vocês e finalizar umas coisas. Na semana que vem, vamos começar a marcar essas reuniões externas. Então se você puder ajudar com essa ponte, acho que vai ser incrível.
Gabi: Acho que é muito bacana a proposta, concordo plenamente que a gente precisa levar para as pessoas o conhecimento do que é ODS. Queria, em termos de encaminhamento: Malu, você entra em contato direto com você o pessoal da Comissão? Eles mandam um e-mail para você? De repente, a gente marca uma reunião aberta a mais, uma reunião só entre os membros da Comissão e você, para entrar mais em detalhe, e participa quem quiser. Era só para fins de encaminhamento, mesmo, de qual que é melhor forma.
Malu: Está ótimo, Gabriela, maravilha, então vamos fazer o seguinte: eu vou mandar para para esse e-mail sp.ods@prefeitura.sp.gov.br meu contato e sugestões de datsa, se vocês puderem replicar para o resto do grupo. Vou mandar apresentação, para que o pessoal consiga ler com calma, ver alguns detalhes, e a gente marca uma data.
Anna: Ótimo. Maravilha, a gente tem um último único ponto de pauta, né, Ana? Que era o ponto a gente teve uma sugestão de nas nossas reuniões abrir um espaço para atores externos apresentarem projetos. Como foi isso mesmo? É a gente teve uma sugestão interna, Thais me complemente sem faltar alguma coisa, de em algumas reuniões da comissão a gente trazer convidados para apresentar projetos que estejam em elaboração, e que tem alguma interface. S gente já sabe do Planclima que foi recentemente publicado. Então eu acho que uma boa estratégia também seria receber

pelo e-mail sp.ods sugestões de temas que a gente possa chamar pessoas para apresentar aqui.
Thaís: É isso, mesmo. Eu acho que como a nossa próxima reunião é dia 14 de agosto, a gente podia dar até 15 de julho para receber as contribuições de organizações para apresentarem ações, trabalhos científicos, enfim, convidados que valeria a pena ter em um momento aqui, meia hora para apresentar sua pauta na reunião. É claro que temas com interface com a Agenda 2030. Então até 15 de julho, aí a gente coloca nesse lembrete. A gente tem mais 4 reuniões até o fim do ano, ordinárias, e a Anna citou que um convidado potencial é a própria o Comitê de Mudança do Clima e Eco-economia. A gente teve o lançamento do PlanClima, na mesma semana da da lançamento da Agenda 2030. Mas só para contar que a inspiração veio deles: eles fazem reuniões regulares abertas, como nós, então quem quiser como observador pode assistir. E eles sempre têm ali um momento, depois da da ordem do dia, eles abrem com meia hora de uma apresentação científica. Então foi uma sugestão que veio de SMRI, inspirada no PanClima. E acho que pode ser positivo para a gente, porque a gente tem muitos trabalhos de interface dentro da própria prefeitura e também fora.
Anna: Nós estamos nos encaminhando para o encerramento. Ergon?
Ergon: É breve, é algo que eu ia até encaminhar por e-mail, mas como surgiu essa questão de agendas externas, trazer as pessoas enfim para debater, eu acho que é melhor eu já colocar aqui na reunião. É algo que a gente não precisa decidir agora, evidente, porque nem estava na pauta, mas eu queria pensar junto com vocês. Eu estava na audiência pública da LOA, na Câmara Municipal. A Comissão de Orçamento me procurou em seguida, para poder pensar algum formato da nossa Comissão ODS tenha alguma proximidade nessa construção da LOA no nível da Câmara Municipal. Eles deram algumas sugestões de caminhos, uma delas, por exemplo, eles colocaram à disposição o gabinete do vereador Tatto, que está presidindo a Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, inclusive da gente fazer uma audiência pública para debater ODS a nível de São Paulo, levar a comissão para poder falar sobre o tema. Então eu queria deixar isso aqui no nosso radar, porque eu acho que é um espaço importante para a gente inclusive dialogar, avançar nessa articulação inclusive de planejamento orçamentário. Como isso pode ser encaminhado? O que que vocês acham?
Anna: Acho que da nossa parte, a gente leva para a secretária essa possibilidade, discute, vê as opções que a gente tem, uma vez que o trabalho de elaboração do PPA também vai contribuir para elaboração da LOA, então a gente está nesse fluxo casado com a Fazenda. A gente pensa melhor forma de fazer isso, e a gente dá uma devolutiva para vocês.
Marta: E tem mais pontos? Encerramos? Então está bom. Parabéns a cada um. Até a próxima. Boa tarde a todos.